

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CÍCERO HARISSON DOS SANTOS SOUZA

JUAZEIRO E PETROLINA NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS DO
NORDESTE: dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da
população

RECIFE
2017

CÍCERO HARISSON SOUZA

**JUAZEIRO E PETROLINA NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS DO
NORDESTE: dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais do Desenvolvimento e Regionalizações

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S729j Souza, Cícero Harisson dos Santos.
Juazeiro e Petrolina no contexto das cidades médias do Nordeste :
dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população /
Cícero Harisson dos Santos Souza. – 2017.
222 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Almeida Fernandes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2017.
Inclui Referências e anexos.

1. Geografia. 2. Demografia. 3. Economia – Aspectos sociológicos. 4.
Desenvolvimento econômico. 5. Percepção social. I. Fernandes, Ana
Cristina de Almeida (Orientadora). II. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-106)

CÍCERO HARISSON SOUZA

**JUAZEIRO E PETROLINA NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS DO
NORDESTE: dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 23/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Wilson Fusco (Examinador Externo)
FUNDAJ – Diretoria de Pesquisas Sociais

AGRADECIMENTOS

Enfim mais uma etapa dessa jornada sendo conquistada. Obrigado meu Deus, fonte de minhas vitórias, energias e forças. Sem a iluminação divina eu não teria chegado até aqui e muito menos sonhado cada vez mais longe. Em vários momentos encontrei em ti a luz necessária para seguir adiante e não desistir diante das dificuldades. Estamos juntos desde outras vidas.

Agradeço ao meu companheiro de amor, de cumplicidade, de batalhas e de superação, Renato Albuquerque. Minha vida vem ganhando sentido com sua presença cada vez mais realçada e alegre. Em todos os momentos eu pensei em como seremos grandes e vitoriosos após mais uma fase de lutas diárias. Estamos mais maduros e unidos. Você é o amor que me guia e me torna corajoso para a vida.

Agradeço aos meus pais que desde a infância me ensinaram que para subir os degraus da vida era preciso ter coragem, determinação, disciplina, perseverança, honestidade e respeito pelo próximo. Meus heróis que hoje são tão responsáveis quanto eu, pelos êxitos que venho obtendo ao longo da minha jornada. Diariamente sou encorajado pelo sorriso da família que nasci. O orgulho de vocês me fez ter orgulho de mim, acreditar no meu potencial e principalmente no ser humano. Na escola, na faculdade, na pós-graduação, na vida. Eternamente, o meu muito obrigado. Aos meus irmãos eu também gostaria de dividir esse momento. Digo a vocês que vale a pena lutar pelos nossos objetivos. Transformem os sonhos de vocês em metas e sigam a felicidade.

Aos amigos de infância, da academia, da escola e da vida, quero dizer que tudo que aprendi com vocês faz parte de mim. Tive a sorte de poder contar com pessoas especiais que souberam me ouvir, orientar e vibrar em cada momento.

Os professores são peças fundamentais no sucesso profissional. Eu posso dizer que fui educado pelos melhores. Meu abraço, respeito, admiração e gratidão para os profissionais competentes que conheci. Sempre procurei ser um aluno dedicado, por mim, pelos meus pais, pelos investimentos, mas principalmente pelo futuro. A resposta de tantos esforços eu vou encontrando a cada etapa. E posso dizer que valeu muito a pena. Obrigado aos meus professores, por terem acreditado em mim.

Também contei com a dedicação e o trabalho profissional de orientadoras competentes que ampliaram a minha visão durante a graduação e o Mestrado. Ao concluir o curso de

Ciências Sociais eu ganhei uma amizade acadêmica e pessoal que levarei para as próximas etapas, a Dr^a Luciana Duccini me orientou e me apoiou em escolhas difíceis.

No mestrado a Dr^a Ana Cristina Fernandes foi fundamental na concretização deste meu sonho, com sua sabedoria, compreensão e parceria. Obrigado pela paciência, orientação, comprometimento e profissionalismo. Será um imenso prazer estar na jornada seguinte expandindo os horizontes.

Por fim, gostaria de agradecer aos participantes que se propuseram a contribuir com as entrevistas, dados e discursos na dissertação. A participação desses atores foi de fundamental importância para a credibilidade e a consolidação deste trabalho. Durante a pesquisa eu pude contar com as contribuições do Dr. Wilson Fusco – Fundação Joaquim Nabuco – através do fornecimento de dados para temas importantes e revisões em relação aos procedimentos metodológicos da aplicação dos questionários. O repasse do conhecimento e das experiências engrandecem a academia. Obrigado pelas orientações.

Gratidão e felicidade são os sentimentos que me estimulam. Deus, família e amigos, tentei expressar em algumas palavras a importância de vocês no desfecho deste capítulo em minha vida.

Muito obrigado!

“A palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade”

(BARBOSA, Ruy, 1985, p.22)

RESUMO

Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) têm se destacado no cenário urbano-regional nordestino a partir de suas dinâmicas socioeconômicas e demográficas. Estas cidades médias passaram a se desenvolver com maior intensidade a partir dos investimentos na agricultura irrigada. Contudo, a história mostra que, antes das políticas públicas que promoveram a irrigação no submédio Vale do São Francisco (década de 1960), a região já era um importante entreposto comercial, inspirando o imaginário de suas populações e atraindo migrantes. Identificar a noção de *progresso* na perspectiva da população local é o foco desta dissertação, na qual procura-se compreender a ótica dos residentes com relação às características econômicas, sociais e de infraestrutura urbana. O trabalho reconstitui o cenário regional em que se estabelecem as cidades desde sua origem, situando-as no contexto das cidades médias brasileiras, e analisa as respectivas dinâmicas econômica e demográfica – nas escalas municipal e intraurbana –, para contrapô-las, ao final, à percepção da população sobre sua ideia de progresso. Para tanto, foram utilizados dados demográficos e econômicos dos Censos do IBGE e outras fontes. Quatro áreas de ponderação foram selecionadas nas duas cidades para aplicação do questionário em que constam as perguntas sobre a percepção do dinamismo regional por parte dos residentes. Foram realizadas 40 entrevistas com moradores de cada uma destas áreas, distribuídos por sexo, escolaridade, renda e local de nascimento. Os resultados sugerem que a noção de progresso, em ambas as cidades, está associada a oferta de emprego, serviços urbanos, crescimento econômico e investimentos sociais.

Palavras-Chave: Juazeiro. Petrolina. Dinâmicas socioeconômicas. Demografia. Cidades Médias.

ABSTRACT

Juazeiro (BA) and Petrolina (PE) have been prominent in the Northeastern urban-regional scenario based on their socioeconomic and demographic dynamics. These medium-sized cities started to develop with greater intensity from investments in irrigated agriculture. However, history shows that prior to the public policies that promoted irrigation in the lower San Francisco Valley (1960s), the region was already an important trading post, inspiring the imagination of its populations and attracting migrants. Identifying the notion of progress from the perspective of the local populace is the focus of this thesis, which sought to understand the residents' perspective regarding the economic, social and urban infrastructure characteristics. This study reconstructs the regional scenario in which the two cities flourished, placing them in the context of Brazilian medium-sized cities, and analyzes the respective economic and demographic dynamics - at the municipal and intra-urban scales - to counterbalance them, in the end, to the perception of their population about their idea of progress. Thus, demographic and economic data from the IBGE Census and other sources were used. Four areas of weighting were selected in the two cities for the application of the questionnaire, which contains the questions about the perception of regional dynamism by the residents. 40 interviews were conducted with residents of each of these areas, distributed by sex, education, income and place of birth. The results suggest that the notion of progress in both cities is associated with the supply of jobs, urban services, economic growth and social investments.

Keywords: Juazeiro. Petrolina. Socioeconomic Dynamics. Demography. Medium Cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Juazeiro e Petrolina na bacia do São Francisco. Adaptado de Vale do São Francisco, 2016.....	22
Figura 2 - Joazeiro e o Rio São Francisco - Atlas de Viagem dos Srs. Spix e Martius 1819... 31	31
Figura 3 - Linha do tempo com a ordem cronológica da evolução política e administrativa de Juazeiro. Adaptado pelo autor a partir de Lopes (2011) e Ribeiro (2005)	33
Figura 4 - Configuração urbana de Juazeiro no final do séc. XIX, Lopes (2011).....	34
Figura 5 - Praça da Misericórdia, Centro de Juazeiro em enchente da década de 1940. Acervo do autor.....	35
Figura 6 - Cais de Juazeiro, 1979. Acervo do autor	36
Figura 7 - Hidrograma, Mendonça (2010) a partir da ONS (2000).....	36
Figura 8 - Construção da Barragem de Sobradinho entre as décadas de 1970 e 1980. Acervo do autor.....	37
Figura 9 - Cais de Juazeiro circa 1940. Acervo do autor	39
Figura 10 - Vapor Saldanha Marinho, Eng. G.S. Pereira, 10/05/1943.....	40
Figura 11 - Trecho navegável do São Francisco. Hidrovia do São Francisco – DNIT, 2016..	42
Figura 12 - As estradas de ferro da Bahia em 1898. IBGE / CNG, 1954.....	43
Figura 13 - Estação Ferroviária de Juazeiro. Acervo Maria Franca Pires, circa 1930	44
Figura 14 - Praça Desembargador Monteiro (atual Praça da Bandeira) circa 1920. Acervo do autor	46
Figura 15 - Planta da Cidade de Joazeiro (abaixo) e Vila de Petrolina (acima) (1892). Acervo do autor.....	49
Figura 16 - Vista de Juazeiro no começo do século XX, em destaque a estação ferroviária. Acervo do autor	50
Figura 17 - Vista de Petrolina no começo do século XX, na foto a Igreja Matriz. Acervo do autor.....	50
Figura 18 - Atual configuração urbana de Petrolina. Prefeitura de Petrolina, 2015.....	53
Figura 19 - Projeto da Catedral desenhada pelo engenheiro italiano Dr. Da Rin, no mês de Junho de 1926. Acervo do autor.....	56
Figura 20 - Finalização da Construção da Catedral em 1929. Acervo do autor.....	56
Figura 21 - A Igreja Matriz de Petrolina construída em 1858-1860. Acervo do autor	57
Figura 22 - Catedral de Petrolina inaugurada em 1929. Foto de 1940, arquivo: Artur Levy (AL) CPDOC/FGV	57

Figura 23 - Ponte Presidente General Eurico Gaspar Dutra, 1957 - IBGE	58
Figura 24 - Construção da Ponte Presidente General Eurico Gaspar Dutra na década de 1950. Acervo do autor	59
Figura 25 - Estação Ferroviária de Juazeiro sendo demolida em 1953. Acervo do autor	60
Figura 26 - Barco atracado em Juazeiro na década de 1950/60 – IMS	62
Figura 27 - Níveis e subníveis da hierarquia urbana brasileira. Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2007	79
Figura 28 - Redes nordestinas (IBGE 2007)	84
Figura 29 - Arranjo Populacional. Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015	85
Figura 30 - Intensidade do Arranjo Populacional. Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015	86
Figura 31 - Contiguidade das manchas urbanas em Arranjo Populacional (1). Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015	87
Figura 32 - Contiguidade das manchas urbanas em Arranjo Populacional (2). Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015	88
Figura 33 - Nordeste em crescimento populacional (2000-2010), BNB (2012) a partir de IBGE	93
Figura 34 - Variação percentual da população urbana e rural dos municípios do Nordeste entre 2000-2010. BNB, 2012 a partir do IBGE	94
Figura 35 - Centros urbanos selecionados do interior do Nordeste. Adaptado pelo autor a partir de Sub-regiões nordestinas	95
Figura 36 - Produção de torres de concreto do E-92 / 2350 kW em Juazeiro. Wooben Windpower, 2016	124
Figura 37 - Juá Garden Shopping. Tenco, 2016	130
Figura 38 - Atacarejos de Juazeiro. O autor, 2013	132
Figura 39 - River Shopping em Petrolina. River, 2013	133
Figura 40 - Juazeiro: Áreas de ponderação urbana, 2010. IBGE, áreas de ponderação em Juazeiro	156
Figura 41 - Condomínio Country Club em Juazeiro. O autor, 2012	158
Figura 42 - Condomínio Juazeiro I, bairro Itaberaba - Roberto Stuckert Filho, 2015	159
Figura 43 - Petrolina: Áreas de ponderação urbana (2010). IBGE, áreas de ponderação em Petrolina	161
Figura 44 - Edifícios na Orla de Petrolina. O autor, 2016	163

Figura 45 - Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, próximo a Areia Branca. O autor, 2016.....	164
Figura 46 - Country Club, década de 1980. Acervo do autor.....	169
Figura 47 - Vista parcial do Country Club. O autor, 2013	169
Figura 48 - Região da Agrovale. Empresa, década de 1970/80	170
Figura 49 - Na Sequência o Juá Garden Shopping, Atacadão e o Ceasa. Tenco, 2015	171
Figura 50 - Condomínios Mais Viver Juazeiro. Jotanunes, 2014.....	172
Figura 51 - Síntese da avaliação sobre as áreas de moradia – Juazeiro. O autor, 2016	182
Figura 52 - Orla de Petrolina em 1995. Acervo do autor	185
Figura 53 - Orla de Petrolina. Maurício André, 2012	186
Figura 54 - Monumento do bode na entrada do Bodódromo. Sergio Falcetti, 2013	187
Figura 55 - Síntese da avaliação sobre as áreas de moradia – Petrolina. O autor, 2016	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população brasileira entre os Censos 1940-2010. Elaborado por Stamm et al (2011) a partir de IBGE, Censos Demográficos	75
Gráfico 2 - População em milhões das RMs selecionadas Censos 1970-2010. Elaborado pelo autor a partir de Stamm, 2011	75
Gráfico 3 - PIB do setor agropecuário de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014.....	120
Gráfico 4 - PIB do setor agropecuário de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014.....	121
Gráfico 5 - PIB do setor industrial de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	126
Gráfico 6 - PIB do setor industrial de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	127
Gráfico 7 - PIB do setor de serviços de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014.....	129
Gráfico 8 - PIB do setor de serviços de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014.....	133
Gráfico 9 - Juazeiro: População residente rural e urbana 1872-2010. Ipeadata, 2016.....	141
Gráfico 10 - Petrolina: População residente rural e urbana 1872-2010. Ipeadata, 2016.....	143
Gráfico 11 - Relação População x Quantidade de domicílios – Juazeiro. IBGE, Censos demográficos	153
Gráfico 12 - Relação População x Quantidade de domicílios – Petrolina. IBGE, Censos demográficos	153
Gráfico 13 - Pirâmide etária de Juazeiro (2010). IBGE, Censos demográficos.....	156
Gráfico 14 - Pirâmide etária de Petrolina (2010). IBGE, Censos demográficos.....	155
Gráfico 15 - Itaberaba: Idade dos entrevistados. O autor, 2016.....	172
Gráfico 16 - Itaberaba: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016.....	173
Gráfico 17 - Santo Antônio: Idade dos entrevistados. O autor, 2016.....	173
Gráfico 18 - Santo Antônio: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016	174
Gráfico 19 - Itaberaba: Situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016	174
Gráfico 20 - Snto Antônio: Situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016.....	175
Gráfico 21 - Itaberaba: Motivo da migração. O autor, 2016.....	176
Gráfico 22 - Santo Antônio: Motivo da migração. O autor, 2016.....	177
Gráfico 23 - Centro: Idade dos entrevistados. O autor, 2016.....	188
Gráfico 24 - Areia Branca: Idade dos entrevistados. O autor, 2016.....	188

Gráfico 25 - Centro: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016.....	189
Gráfico 26 - Areia Branca: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016	189
Gráfico 27 - Centro: Situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016	190
Gráfico 28 - Areia Branca: situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016.....	191
Gráfico 29 - Centro: Motivo da migração. O autor, 2016	192
Gráfico 30 - Areia Branca: Motivo da migração. O autor, 2016.....	192

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Rota das boiadas nos Sertões. Lopes (2011) a partir de a partir de Cunha (1950, 1978), Neves e Miguel (2007) e Prado Júnior (1942)	29
Mapa 2 - Taxa de crescimento nos municípios do Brasil (2000-2010). IBGE, 2011	77
Mapa 3 - Regiões de Influência, IBGE 2007.....	82
Mapa 4 - Arranjos Populacionais do Brasil. IBGE/Coordenação geográfica, 2015	90
Mapa 5 - Municípios integrantes da 6ª SR da Codevasf (Juazeiro). Codevasf, 2014	108
Mapa 6 - Municípios integrantes da 3ª SR da Codevasf (Petrolina). Codevasf, 2014	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo das taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita.....	24
Tabela 2 - Evolução da população e do índice de urbanização no Brasil (1940-2010). Elaborado por Stamm et al (2011) a partir de IBGE, Censos Demográficos	72
Tabela 3 - População de Regiões Metropolitanas brasileiras selecionadas (1970-2010). Elaborado por stamm et al (2011) a partir de IBGE, Censos Demográficos.....	74
Tabela 4 - Municípios brasileiros por faixa de população (1970-2010). IBGE, Censos; elaborado por stamm et al, 2011.....	76
Tabela 5 - Dimensão das Redes de primeiro nível, IBGE 2007	81
Tabela 6 - Arranjos Populacionais médios do Nordeste, IBGE 2015	91
Tabela 7 - População residente nos municípios selecionados do interior do Nordeste. IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.....	96
Tabela 8 - População urbana dos municípios interioranos selecionados do Nordeste. IBGE Censos 1991, 2000 e 2010.....	97
Tabela 9 - Taxa de crescimento médio anual do PIB total por porte do município e distância da capital do estado (2000-2010). Ipea, 2015 a partir de IBGE, Censos Demográficos	98
Tabela 10 - Crescimento do PIB em mil R\$ nas cidades médias selecionadas do interior do Nordeste (IBGE 2010-2014)	99
Tabela 11 - PIB per capita em R\$ nas cidades médias selecionadas do interior do Nordeste (IBGE 2010-2014).....	101
Tabela 12 - Valores da produção municipal de Juazeiro em cruzeiros - (1970). Elaborado pelo autor a partir de Cunha, 1978	104
Tabela 13 - Principais produtos e empreendimentos agrícolas e agroindustriais no polo Juazeiro/Petrolina. Codevasf, 2014	110
Tabela 14 - Dados do Projeto Curaçá (BA). Codevasf, 2014	111
Tabela 15 - Dados do Projeto Tourão (BA). Codevasf, 2014	112
Tabela 16 - Dados do Projeto Maniçoba (BA). Codevasf, 2014.....	113
Tabela 17 - Dados do Projeto Mandacaru (BA). Codevasf, 2014.....	114
Tabela 18 - Dados do Projeto Salitre etapa I (BA). Codevasf, 2014.....	114
Tabela 19 - Dados do Projeto Senador Nilo Coelho (PE). Codevasf, 2014.....	116
Tabela 20 - Dados do Projeto Bebedouro (PE). Codevasf, 2014	117
Tabela 21 - PAM 2014 de Juazeiro e Petrolina. IBGE, Coordenação de agropecuária - Produção Agrícola Municipal 2014.....	118

Tabela 22 - Principais lavouras permanentes e temporárias de Juazeiro (2014). IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014.....	119
Tabela 23 - Principais lavouras permanentes e temporárias de Petrolina (2014). IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014.....	119
Tabela 24 - Participação do setor agropecuário no PIB de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	120
Tabela 25 - Participação do setor agropecuário no PIB de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014.....	122
Tabela 26 - Participação do setor industrial no PIB de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	125
Tabela 27 - Participação do setor industrial no PIB de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	127
Tabela 28 - Participação do setor de serviços no PIB de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	129
Tabela 29 - Ranking dos entrepostos nacionais segundo o volume de movimentação de Hortigranjeiros. CONAB, 2007.....	131
Tabela 30 - Participação do setor de Serviços no PIB de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014	131
Tabela 31 - Panorama geral da participação dos setores no PIB total de Juazeiro e Petrolina (2000-2014). Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2014.....	134
Tabela 32 - Desempenho na geração de emprego por setor de atividade econômica. CAGED, 2016.....	136
Tabela 33 - Juazeiro: População residente 1872-2010. Ipeadata, 2016.....	140
Tabela 34 - Juazeiro: População residente estimada 2010-2016. IBGE, Censos demográficos	142
Tabela 35 - Petrolina: População residente 1872-2010. Ipeadata, 2016	142
Tabela 36 - Petrolina: População residente estimada (2010-2016). IBGE, Censos demográficos	144
Tabela 37 - Nasceu neste município? – Juazeiro. IBGE, Censos Demográficos	145
Tabela 38 - Município de residência anterior a Juazeiro (2010). IBGE, Censos demográficos	145
Tabela 39 - Tempo de residência dos imigrantes no município de Juazeiro em 2010. IBGE, Censos demográficos.....	146/147
Tabela 40 - Nasceu neste município? - Petrolina (2010). IBGE, Censos demográficos.....	148

Tabela 41 - Município de residência anterior a Petrolina (2010). IBGE, Censos demográficos	149
Tabela 42 - Tempo de residência dos imigrantes no município de Petrolina em 2010. IBGE, Censos demográficos.....	150/151
Tabela 43 - Juazeiro: Áreas de ponderação. IBGE, 2010.....	156
Tabela 44 - Juazeiro: População residente nas áreas de ponderação – 2010. IBGE, Censos demográficos	157
Tabela 45 - Juazeiro: Rendimento médio dos domicílios por área de ponderação – 2010. IBGE, Censos demográficos.....	158
Tabela 46 - Juazeiro: Pessoas que frequentavam cursos de educação por nível de ensino segundo as áreas de ponderação – 2010. IBGE, Censos demográficos	160
Tabela 47 - Petrolina: áreas de ponderação. IBGE, 2010.....	161
Tabela 48 - Petrolina: População residente nas áreas de ponderação (2010). IBGE, Censos demográficos	162
Tabela 49 - Petrolina: Rendimento médio dos domicílios por área de ponderação (2010). IBGE, Censos demográficos.....	162
Tabela 50 - Petrolina: Pessoas que frequentavam cursos de educação por nível de ensino segundo as áreas de ponderação (2010). IBGE, Censos demográficos.....	164
Tabela 51 - Frequência do Itaberaba e do Santo Antônio quanto a escolaridade, por nível de ensino. O autor, 2016.....	177
Tabela 52 - Frequência do Itaberaba e do Santo Antônio quanto a ocupação remunerada durante julho de 2016. O autor, jul/2016.....	178
Tabela 53 - Rendimento bruto domiciliar (ou retirada) mensal em julho de 2016. O autor, jul/2016.....	179
Tabela 54 - Respostas agrupadas de acordo com a concepção – Juazeiro. O autor, 2016.....	180
Tabela 55 - Frequência do Centro e da Areia Branca quanto a escolaridade, por nível de ensino. O autor, 2016.....	193
Tabela 56 - Frequência do Centro e da Areia Branca quanto a ocupação remunerada durante julho de 2016. O autor, jul/2016.....	193
Tabela 57. Rendimento bruto domiciliar (ou retirada) mensal em julho de 2016. O autor, jul/2016.....	194
Tabela 58 - Respostas agrupadas de acordo com a concepção – Petrolina. O autor, 2016.....	195

LISTA DE SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DISF	Distrito Industrial do São Francisco
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FACAPE	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
FFPP	Faculdade de Formação de Professores de Petrolina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAM	Produção Agrícola Municipal
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
REGIC	Região de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RM	Região Metropolitana
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia
SR	Superintendência da Codevasf
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	PREMISSAS HISTÓRICAS: A REFERÊNCIA TEMPORAL NA CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO	26
2.1	O POVOAMENTO DOS SERTÕES: A GÊNESE DO JOASEIRO	27
2.2	EVOLUÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE JUAZEIRO	32
2.3	AS DIFICULDADES NATURAIS, FINANCEIRAS E SOCIAIS	33
2.3.1	Enchentes do rio São Francisco	33
2.3.2	Problemas Financeiros e Sociais	38
2.4	COMÉRCIO: NAVEGAÇÃO E FERROVIA	39
2.4.1	Movimentação comercial através da navegação	39
2.4.2	Movimentação comercial através da ferrovia	42
2.5	PETROLINA DOS MISSAIS, DOS QUELÉS: FATOS HISTÓRICOS	48
2.6	PONTE PRESIDENTE DUTRA: <i>JOASEIRO</i> E PETROLINA SE ENCONTRAM	58
3	UMA INTRODUÇÃO À CONFIGURAÇÃO ECONÔMICO- DEMOGRÁFICA DE JUAZEIRO E PETROLINA FRENTE AO CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS	64
3.1	REFLEXÕES GERAIS SOBRE O CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS	65
3.2	BASES PARA A CLASSIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS	69
3.2.1	O aspecto demográfico	69
3.2.2	A posição geográfica	78
3.3	ARRANJOS POPULACIONAIS IBGE	85
3.4	JUAZEIRO E PETROLINA: O CENÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ECONÔMICO FRENTE A OUTROS POLOS DO INTERIOR NORDESTINO	92
3.4.1	Dinâmica Populacional	92
3.4.2	Dinâmica Econômica	97
4	DETALHAMENTO DOS ASPECTOS ECONÔMICOS	103
4.1	BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO	104
4.2	PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL E A IMPORTÂNCIA DOS PERÍMETROS IRRIGADOS	108
4.3	SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	122

4.4	DESEMPENHO RECENTE NA GERAÇÃO DE EMPREGO.....	135
5	DETALHAMENTO DOS ASPECTOS SÓCIODEMOGRÁFICOS FRENTE À PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL.....	138
5.1	QUADRO SÓCIODEMOGRÁFICO GERAL DE JUAZEIRO E PETROLINA	140
5.2	PANORAMA DAS ÁREAS URBANAS DE PONDERAÇÃO EM JUAZEIRO	156
5.3	PANORAMA DAS ÁREAS URBANAS DE PONDERAÇÃO EM PETROLINA	161
5.4	PERCEPÇÃO DE RESIDENTES DE JUAZEIRO E PETROLINA SOBRE SUA REALIDADE LOCAL E A IDEIA DE PROGRESSO	165
5.4.1	Percepção de progresso por residentes das Áreas do Santo Antônio e Itaberaba em Juazeiro.....	168
5.4.2	Percepção de progresso por residentes das Áreas do Centro e Areia Branca em Petrolina	185
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
	REFERÊNCIAS.....	204
	APENDICE A – MONTAGEM FOTOGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	210
	ANEXO A - COMPARATIVO EM MAPA 1860 E 2016	211
	ANEXO B - ORDEM CRONOLÓGICA DA EVOLUÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE JUAZEIRO.....	212
	ANEXO C - IMAGENS HISTÓRICAS DE JUAZEIRO E PETROLINA	215
	ANEXO D - QUESTIONÁRIO	219

1 INTRODUÇÃO



Juazeiro (BA)



Petrolina (PE)

Juazeiro é um município localizado na margem baiana do São Francisco. Sua área territorial é de 6.721,198 km² (IBGE, 2016) e sua população estimada em 2016 foi de 220.253 habitantes. A densidade demográfica é de 32,76 hab/km². No Censo 2010 foram contabilizados 197.965 residentes, dos quais 160.775 estava na zona urbana e 37.190 na zona rural. Desse modo, a taxa de urbanização juazeirense foi de 81,21% superior ao grau do estado da Bahia que chegou a 72,07% (IBGE, 2010)

Petrolina é o município vizinho inserido na margem pernambucana do São Francisco. A área territorial é de 4.561,874 km² (IBGE, 2016) e teve uma população estimada em 337.683 habitantes no ano de 2016. A densidade demográfica é de 74,02 hab/km². Em 2010 residiam no município 293.962 pessoas de acordo com o Censo. Deste total, 219.215 moravam na zona urbana e 74.747 na zona rural. A taxa de urbanização era de 74,57% - em Pernambuco este índice foi de 80,17% em 2010. A figura a seguir mostra a localização das cidades na bacia do rio São Francisco em território nacional.

Figura 1 - Localização de Juazeiro e Petrolina na bacia do São Francisco. Adaptado pelo autor a partir de Vale do São Francisco, 2016



O presente trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas socioeconômicas e demográficas de Juazeiro e Petrolina, e cotejá-las com a percepção dos residentes sobre o dinamismo deste arranjo urbano¹.

A história regional possui elementos que permitiram compreender as especificidades locais em relação a economia e sociedade. Revelou-se assim a vocação de Juazeiro como entreposto comercial, adquirida com as rotas dos boiadeiros no século XVII. Esta condição se consolidou a partir da navegação do São Francisco e da ferrovia que ligava a cidade sanfranciscana até sua capital, Salvador, já nos fins do século XIX.

A agricultura irrigada no Polo Juazeiro-Petrolina é a base econômica desta região que se destaca no Nordeste, com a produção e exportação de frutas e outros produtos agrícolas. A implantação dos perímetros irrigados ocorreu no final da década de 1960, possibilitando um novo ciclo de desenvolvimento e atraindo fluxos migratórios que dinamizaram a demografia do arranjo.

Para entender a narrativa histórica das duas cidades, algumas referências de trabalhos desenvolvidos sobre a região foram importantes em situar a ordem cronológica dos principais fatos na construção dos núcleos urbanos. Apesar de serem separadas pelo rio São Francisco, elas desempenham funções complementares que permitem o deslocamento frequente de seus residentes entre si e de outras cidades vizinhas, formando uma rede urbana.

Desde o final do século XIX pesquisadores da urbanização passaram a utilizar o termo *rede urbana* para se referir à articulação entre cidades como resultado do processo de industrialização e urbanização. (MOREIRA; SENE, 2007). O segundo capítulo aborda este tema e faz um panorama da discussão conceitual sobre cidades médias com suas classificações tanto no aspecto demográfico como também na posição geográfica. Os estudos urbanos do Regic – Região de Influência das Cidades (2007) e dos Arranjos Populacionais do IBGE (2015), classificam o conjunto Juazeiro-Petrolina como Capital Regional de nível C² e que formam um arranjo populacional em consequência do grau da intensidade de integração entre seus habitantes.

¹ O estudo do IBGE *Arranjos Populacionais* (2015), considerou as cidades médias de Juazeiro e Petrolina como um arranjo urbano. Por definição é o agrupamento de dois ou mais municípios com forte integração populacional. As duas cidades exercem influências socioeconômicas em sua região e são núcleos na busca de serviços, educação e atividades empregatícias.

² Capital regional C é um subnível da hierarquia urbana estabelecida pelo Regic (IBGE, 2007) em que as cidades assim classificadas polarizam uma parcela da região onde se encontram. A denominação A, B e C é atribuída ao grau de influência (da mais influente para a menos).

Os investimentos federais incentivaram o crescimento dos setores econômicos e a expansão das duas cidades como mostraram os dados do IBGE, Ipeadata, Caged e outras fontes. As taxas de crescimento do PIB de Juazeiro e Petrolina superaram a média nordestina.

Tabela 1 - Comparativo das taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita. IBGE, 2014

Nível Geográfico	PIB 2014 em R\$	Taxa Média anual de Crescimento do PIB 2010 – 2014 (%)	PIB per capita 2014 em R\$	Taxa Média anual de Crescimento do PIB per capita 2010 – 2014 (%)
Juazeiro	3.013.288.000	14,12	13.912,53	11,60
Petrolina	5.230.472.000	11,47	16.043,56	8,63
Nordeste	805.099.103.000	11,39	14.329,13	10,64

O nível geográfico de Juazeiro possui um PIB per capita abaixo do Nordeste. Porém, é o município de maior crescimento tanto no PIB per capita como no PIB total considerando o intervalo 2010-2014 (último ano divulgado pelo IBGE). As taxas do município baiano superam o estado³ e o Nordeste. Petrolina teve um crescimento no PIB per capita abaixo da média nordestina. Entretanto, a taxa média do crescimento anual entre 2010 e 2014 do PIB foi superior ao Nordeste, apesar de ter sido inferior à do estado pernambucano⁴.

No trabalho é feito um detalhamento sobre a economia das duas cidades e as participações dos setores econômicos na composição do PIB. Mesmo com o desenvolvimento da agricultura irrigada, enquanto elemento propulsor do crescimento do arranjo, este setor primário corresponde apenas por 5% do PIB de Juazeiro e 8,6% do PIB de Petrolina em 2014. Sendo assim, foi feita uma análise da evolução dos outros setores, secundário e terciário, para averiguar suas atuais relevâncias na economia local.

As análises econômicas e demográficas permitiram considerar as localidades como dinâmicas diante dos parâmetros do Nordeste. A partir deste resultado, buscou-se averiguar como a população local percebe o dinamismo do arranjo através das suas concepções de progresso. As respostas encontradas através da pesquisa de campo possibilitaram exames quanto ao perfil dos entrevistados e as diferentes noções de *Progresso*.

³ O PIB da Bahia em 2014 foi de R\$ 293,9 bilhões. A RM Salvador concentrou 43,5% ou R\$ 97,5 bilhões do valor total do estado. A taxa média de crescimento anual do PIB baiano entre 2010 e 2014, foi de 9% ficando abaixo da taxa registrada por Juazeiro (14%).

⁴ O PIB de Pernambuco em 2014 foi de R\$ 155,1 bilhões. A RM Recife concentrou 62,5% ou R\$ 97 bilhões do valor total do estado. Sua taxa média de crescimento anual entre 2010 e 2014 foi de 12,6% superando Petrolina com 11,4%. Os investimentos, especialmente industriais, na RM do Recife foram os principais elementos que contribuíram para o desempenho pernambucano. O estado possui alta concentração de riquezas na região metropolitana de sua capital.

Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: foram selecionadas as duas áreas de ponderação (demarcadas pelo Censo do IBGE) em cada cidade após a análise dos microdados do Censo 2010 relativos a renda, taxa de imigração, nível de escolaridade e população residente.

O questionário (anexo D) foi construído a partir do modelo aplicado no Censo. Inicialmente foi traçado o perfil quanto o sexo, idade (sempre acima dos 18 anos), escolaridade, renda, naturalidade e ocupação do entrevistado, para em seguida inserir as questões da pesquisa em relação às noções de progresso; em quais áreas (setores econômicos e sociais) ele é mais evidente; e uma avaliação sobre a infraestrutura da localidade em que o participante reside. O total de questionários aplicados foi 40, sendo 10 para cada área de ponderação. A sistematização dos dados foi feita em planilha eletrônica que originou gráficos e tabelas de frequência com os resultados encontrados.

O trabalho mostra que existe um dinamismo a partir dos dados demográficos e econômicos. A ideia de progresso e em quais setores ele é mais evidente tem variação de acordo com a área de residência dos participantes da pesquisa. As transformações são perceptíveis pelos residentes entrevistados, porém as pessoas responderam de acordo com suas realidades. As respostas contemplaram o acesso aos serviços básicos de educação, saúde e segurança, e também a expectativa quanto ao mercado de trabalho e desenvolvimento da economia local. Tais considerações mostram que o dinamismo interfere em suas perspectivas de vida, resultando em uma diversidade de perspectivas no interior do arranjo urbano Juazeiro-Petrolina.

2 PREMISSAS HISTÓRICAS: A REFERÊNCIA TEMPORAL NA CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO



Imagem: Acervo do autor

*“Juazeiro da lordeza
Petrolina dos missais
Santana dos Cascais
Casa Nova da carestia
Sento Sé da nobreza
Remanso da valentia*

*Pilão Arcado da desgraça
Xiquexique dos bundão
Icatu cachaça podre
Barra só dá ladrão*

*Morpará casa de palha
Bom Jardim da rica flor
Urubu da Santa Cruz
Triste do povo da Lapa
Se não fosse o bom Jesus*

*Carinhonha é bonitinha
Malhada também é
Passa Manga e Morrinho
Paga imposto em Jacaré*

*Januária carreira grande
Corrente meia carreira
Bate o prego em Santa Rita
Pra cagar mole em Barreira*

*São Francisco da Arrelia
São Romão das feiticeiras Extrema
dos Cabeludo
Pirapora é da poeira”*

(Cantiga dos Remeiros do São Francisco)

2.1 O POVOAMENTO DOS SERTÕES: A GÊNESE DO JOASEIRO

A região submédica do Vale do São Francisco possui relevância nacional pelas suas dimensões socioeconômicas que serão abordadas a partir da construção dos capítulos da dissertação. O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo construir o cenário que antecede o período atual, buscando na História os fatos mais emblemáticos que podem contribuir com as demais discussões.

As pesquisas do arquiteto e urbanista Sérgio Lopes (2011) mostram como o lado baiano do arranjo urbano formado por Juazeiro e Petrolina, teve sua evolução entrelaçada à estrada de ferro e a hidrovia do São Francisco. O segundo capítulo da dissertação de Mestrado deste autor, intitulado *Juazeiro da Bahia: entre o rio, os caminhos, a ferrovia e a estrada*, começa expondo o início do processo de urbanização e povoamento da Bahia em 1534. Os boiadeiros e jesuítas tiveram participação ativa.

A penetração mediterrânea e a ocupação das terras do sertão adentro, empreendimento ainda mais laborioso, foi também uma extensão da expansão colonial e do processo colonizador, e uma consequência natural da fascinante aventura de apossamento das “terras novas”. Assim, vieram as primeiras investidas, com as entradas e bandeiras, quando, através de avanços individuais, inicia-se a penosa saga de ocupação do interior baiano. Depois, abrindo caminho para as boiadas e implantando fazendas e núcleos habitacionais, o conquistador luso fixou os pontos de apoio que desempenharam papel multiplicador no prosseguimento da árdua tarefa do povoamento. Contou a empresa colonizadora, entretanto, com a imperiosa participação de religiosos de ordens diversas, e com a proposta pacificadora das Missões, que muito contribuíram para abrandar parte dos choques étnicos e de interesses que pontuaram o processo de colonização das terras centrais. (LOPES, 2011, p.66)

O trabalho de Sérgio Lopes ainda mostra que, no período, o Brasil estava dividido em Capitânicas Hereditárias e a História revelou que tal regime não teve êxito. A decisão de Dom João III em nomear o governador-geral Tomé de Souza centralizou o poder, não extinguindo ainda as Capitânicas Hereditárias. Salvador (Capitania da Bahia de Todos os Santos) passa a ser a sede do Governo-Geral. (LOPES, 2011).

Era atribuição do Governador-geral, como administrador do Rei na Colônia do além-mar, conceder terras a quem delas pudessem ocupar-se, além de explorá-las economicamente. E um desses primeiros beneficiários foi Garcia d'Ávila, integrante da comitiva do primeiro Governador e com quem aqui aportara em 29 de março de 1549. Considerado o precursor dos nossos bandeirantes, instalou ele, na região de Tatuapara, os primeiros currais de gado, e fundou a sua Torre de São Pedro de Rates. Já em 1560, possuía terras no Jacuípe, Pojuca, Sauípe e Joanes, prosseguindo, assim, a

conquista do solo baiano, pelo interior. Os senhores da Casa da Torre, juntamente com seus mais fortes concorrentes — os descendentes da Casa da Ponte — no afã de aumentar seus domínios na região, avultam em importância e arrojo no árduo processo de ocupação das terras centrais. Iniciou-se, então, a efetiva colonização e a concessão de sesmarias foi assim, a primeira providência adotada visando solucionar um grave problema de ordem administrativa, relacionado com a definitiva ocupação do novo território. (LOPES, 2011, p.69)

O fidalgo português Gabriel Soares de Souza que obteve o título de capitão-mor, organiza uma bandeira que adentra os sertões e chega ao Vale do Salitre atingindo então o Rio São Francisco. “Ainda assim, as terras hoje ocupadas por Juazeiro, só foram alcançadas muito tempo depois”. (DOURADO, 1983, p.19 apud LOPES, 2011, p.70).

O Rio São Francisco foi o fator crucial para o surgimento de Juazeiro e Petrolina. Edson Ribeiro (2005) em *Juazeiro na Esteira do Tempo*, relata que os primeiros habitantes da região eram formados pelos índios *Cariris*, mais precisamente, as tribos *Tamoqueus*, *Guaisquais* e *Galaches*. “As terras pertenciam a Casa da Torre dos Garcia D’ávila, as bandeiras de Belchior Dias Moréia chegaram ao submédio do São Francisco em 1596”. (RIBEIRO, 2005, p.28).

O seu território [de Juazeiro] foi percorrido, em primeiro lugar, pela bandeira de Belchior Dias Moréia, nos últimos anos do século XVI, possivelmente em 1596, quando aquele sertanista, partindo em 1593 do Rio Real, atravessou as montanhas de Jacobina, penetrou em terras de Queimadas, Morro do Chapéu e chegou à Barra do Rio Grande. Alcançando o São Francisco, desceu este, chegando à Barra do Salitre, e daí rumou a Curaçá, Jeremoabo, Itabaiana, para chegar ao ponto de partida, em 1609, após dezesseis anos de lutas e sofrimentos de toda ordem. (RIBEIRO, 2005, p.28)

Além das bandeiras, a pecuária também foi importante para o povoamento dos sertões, pois era uma “atividade considerada contrária aos interesses do senhor de engenho, do mesmo modo que não importava à Metrópole, que por sua vez, explicita tal posição ao estabelecer a Carta Régia de 22 de março de 1701, proibindo o criatório bovino numa faixa de dez léguas da costa” (LOPES, 2011, p.71). Tal fato favoreceu a entrada da criação rumo ao interior.

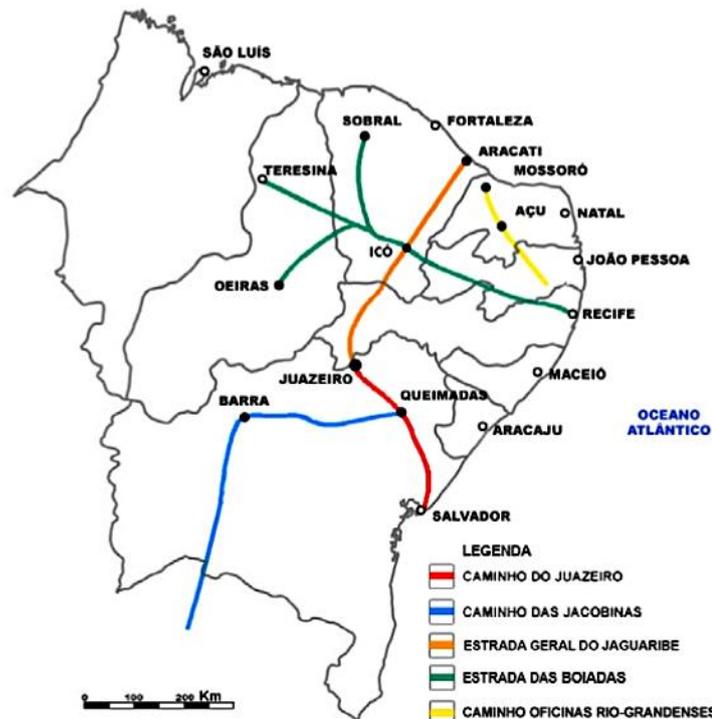
Sérgio Lopes cita Caio Prado Júnior, que aponta o papel importante da Bahia e de Pernambuco, que como “focos de irradiação foram responsáveis pela ocupação do interior nordestino.” (PRADO JÚNIOR, 1942, p.30 apud LOPES, 2011, p.71).

Da Bahia, mais especificamente, da Capital da Colônia, partiram os primeiros rebanhos de gado que em meados do século XVII atingiram o

São Francisco. A rota das boiadas bifurca-se em duas direções: uma delas acompanha o curso do rio, tornando-se mais acentuada a partir do povoamento das minas de Jacobina, cuja população absorvia a carne produzida nas fazendas situadas no alto do rio. A outra direção tomada pelas fazendas de gado, depois de alcançado o São Francisco é o Norte. Transpondo o rio, no final do século XVII, é ocupado o interior do atual estado do Piauí. Ultrapassando o rio Parnaíba, confluíram no Maranhão em outras fazendas, que do litoral se espalharam pelo rio Itapicuru acima. Dirigindo-se para leste, o movimento alcançou o Ceará e se confundiu com o que vinha de Pernambuco em direção contrária, margeando o contorno litorâneo (PRADO JÚNIOR, 1942, p.30 apud LOPES, 2011, p.72)

A rota que seguia para Juazeiro com mercadorias e boiadas abastecia as comunidades que estavam localizadas no caminho, atravessava o Rio São Francisco e ia em direção ao Piauí, Ceará e Maranhão. “A partir daquele momento, a rota do gado passou a acompanhar o curso do São Francisco. À medida que o criatório crescia e se afastava do litoral, foram sendo abertos novos caminhos em busca da bacia do grande rio, diversificando-se as rotas” (LOPES, 2011, p.73).

Mapa 1 - Rota das boiadas nos Sertões. Lopes (2011) a partir de a partir de Cunha (1950, 1978), Neves e Miguel (2007) e Prado Júnior (1942)



Os tropeiros⁵ que chegavam na margem do São Francisco tinham o costume de fazer suas paradas embaixo de juazeiros⁶. Desse modo, a localidade foi batizada como *Passagem do Juazeiro*. O “povoado formado por abrigos improvisados às margens do rio, desenvolve-se a aglomeração que, mais tarde, viria a constituir o centro mais importante do vale sanfranciscano.” (LOPES, 2011, p.67).

Juazeiro, capital do baixo e médio São Francisco, surgiu pelos fins do século XVII, no ponto de passagem do cruzamento das duas velhas estradas interiores: a fluvial, representada pelo rio São Francisco e os caminhos terrestres das bandeiras. O ponto exato onde o cruzamento das duas velhas estradas ocorreria era denominado Passagem do Juazeiro. A fluvial, abrindo aos exploradores duas entradas únicas, à nascente e à foz, levando os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte; a segunda, os caminhos das bandeiras paulistas de Domingos Sertão, dos baianos de Garcia d'Ávila, dos pernambucanos de Francisco Caldas e dos portugueses de Manuel Nunes. (RIBEIRO, 2005, p.29)

A localização estratégica da cidade baiana favoreceu o seu desenvolvimento com as rotas do gado e a circulação de mercadorias, incluindo o uso do Rio São Francisco como uma via de passagem. O comércio local foi se fortalecendo com tais movimentos e propiciando a criação de uma dinâmica regional histórica que tem reflexos na atualidade. Juazeiro até os dias atuais é um importante entreposto comercial do interior nordestino.

As Missões também tiveram um papel de destaque no povoamento do interior, “nos primórdios do século XVIII, missionários franciscanos, assim como de outras ordens, utilizando-se dos caminhos abertos pelas boiadas, alcançaram o São Francisco e, às suas margens, fundaram várias Missões religiosas” (LOPES, 2011, p.80).

Conta a lenda local que com o processo de catequização, um índio viu a imagem de Nossa Senhora nas grotas do Rio São Francisco. O ocorrido tornaria Nossa Senhora das Grotas a padroeira de Juazeiro. A missão franciscana ia atraindo moradores para a região que também se fortalecia com seu comércio.

Esse atrativo populacional também trouxe alguns problemas que comprometiam o bem estar daqueles que ali se fixavam. A região era receptora de pessoas com origem variada, o povoado de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro teve a presença de imigrantes mal

⁵ Condutores do gado na pecuária extensiva brasileira.

⁶ Árvore típica do sertão nordestino. Seu aspecto é frondoso e seu fruto, o juá, é comestível tanto para o gado quanto para o consumo humano.

intencionados que exerciam atividades de furto e desordem pelo comércio. Parte desse mal estar contribuiu para atitudes mais enérgicas do governo o que também, de certo modo, levou a evolução política e administrativa do povoado. (RIBEIRO, 2005, p.30)

Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, 1º conde de Azambuja, governou a província de Mato Grosso, de 12 de janeiro de 1751 até 1º de janeiro de 1765. Nessa data, passou a exercer o governo da Bahia, na qualidade de governador e Capitão General. Seguiu do Mato Grosso para a Bahia, por terra, tomando posse da sua nova investidura a 15 de março de 1766. Tendo el-rei denúncia de que as margens do São Francisco estavam cheias de vadios e malfeitores, expediu a Carta Régia de 22 de julho de 1766, em que ordenava que fossem os vadios obrigados a viver em povoados civis, que tivessem pelo menos 50 fogos, criando-se para tais lugares um juiz ordinário e vereadores. O conde de Azambuja pediu que se erigisse em vila a povoação de Juazeiro pela sua importância, concedendo-se às respectivas justiças a jurisdição cumulativa de poderem prender os criminosos em ambas as adjacências do rio São Francisco (...) Foi o 1º passo de Juazeiro, na sua evolução político-administrativa. Dessa data em diante, restabelecida a paz às margens são-franciscanas, Juazeiro continuou a desenvolver-se para, em 1819, quando visitada por Von Martius e Von Spix, apresentar 156 casas identificadas por aqueles sábios na sua obra *Através do Brasil* (RIBEIRO, 2005, p.30)

Figura 2 - Joazeiro e o Rio São Francisco. Atlas de Viagem dos Srs. Spix e Martius, 1819



Fazendo um paralelo entre a citação de Edson Ribeiro (2005) e o trabalho de Sérgio Lopes (2011), ambos utilizam os relatos de Martius e Spix. Embora o número de casas apresente diferenças nos dois escritos. O recorte de Lopes atribui o número de 50 casas com 200 habitantes⁷ a partir de Martius e Spix. Ele faz uso da citação abaixo em sua dissertação:

O arraial de Joazeiro, pequena aldeia de 50 casas com 200 habitantes, deve sua origem à missão, que antigamente houve nos arredores, e sua actual importancia ao transito pela estrada do Piuahy, que nessa altura atravessa o rio. O S. Francisco separa as duas capitancias, Bahia e Pernambuco, o Porto Registro [atual Petrolina], situada á margem norte do rio em frente a

⁷ É comum em documentos históricos referentes aos dados populacionais de Juazeiro e região apresentarem números que variem. No quarto capítulo da dissertação estão os dados oficiais do IBGE a partir do Censo de 1872. O município baiano tinha 7.863 habitantes neste primeiro recenseamento oficial.

Joazeiro, pertence a Pernambuco. O chefe deste porto, Snr. Manoel Luis Ferreira, antes da nossa chegada, havia mandado preparar uma casa para nos hospedar. Graças a seus cuidados e aos do Capitão-Mór, Snr. Manoel Luis da Costa, que morava em Sento Sé [Bahia], situado a vinte horas rio acima, se tornou mais agradável do que podíamos supor. A propria região em que nos achavamos exercia influencia reconfortante sobre o nosso espírito, pois o magestoso S. Francisco espalha todos os benefícios de um grande rio e, ainda mais, lembra aos viajantes allemães o Rheno, lá onde elle sae dos montes que o constingem, deslizando da cidade de Bona, através de férteis planícies. Durante a nossa estada o rio estava com pouca agua, porá causa da longa sêca nas regiões do sul. Nesse anno não havia transbordado. (VON SPIX; VON MARTIUS, 1938, p. 288 apud LOPES, 2011, p.86-87)

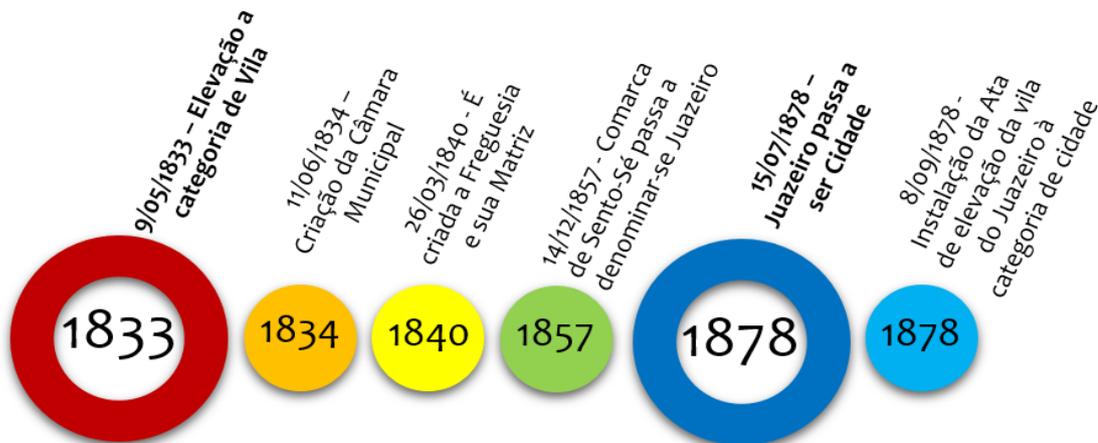
2.2 EVOLUÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE JUAZEIRO

Foi no ano de 1833 que o povoado passa a ser uma Vila. Em 1834 surgiu a Câmara Municipal de Juazeiro, conforme escreve Edson Ribeiro, desmembrando o território juazeirense de Sento-Sé. Parte da ata presente no livro:

“Aos 11 dias do mês de junho de mil oitocentos e trinta e quatro, pelas dez horas da manhã, nesta vila de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro, em casas preparadas para interinamente se fazerem as sessões da Câmara Municipal, aí compareceu Francisco de Paula Pita na qualidade de presidente eleito da Câmara da mesma Vila e igualmente os cidadãos João Francisco Régis, João Evangelista de Melo, Antonio Martins Duarte, Eugênio Nunes da Silva, Adeodato Ferreira Campos eleitos também para membros da dita Câmara em presença de pessoas que assistiam a êsse ato, foi pelo referido presidente eleito, lida a certidão de sua posse dada pela Câmara de Sento-Sé e igualmente a ata de sua eleição e dos mais membros da Câmara desta vila, depois do que, disse que em consequência de se achar legitimamente empossado de presidente da Câmara Municipal do Juazeiro, passava a instalar a câmara e a dar posse e deferir juramento aos membros dela, passou a executar deferindo o juramento e dando assento, na forma da lei aos cidadãos João Francisco Régis, João Evangelista de Melo, Antônio Martins Duarte, Eugênio Nunes da Silva e Adeodato Ferreira Campos. Por não se achar presente e haver faltado sem participação alguma o Capitão-Mor Antonio Joaquim da Costa não lhe foi deferido o juramento e nem tomou assento, sendo um dos vereadores eleitos. E deste modo ficou instalada a Câmara determinando o dito presidente que de amanhã em diante continuariam as sessões, às nove horas do dia, dando para matéria da sessão de amanhã a nomeação de secretário, porteiro e demais oficiais e arranjos da Câmara. E fechou a sessão pelas dez horas do dia e eu, João Evangelista de Melo, vereador e secretário interinamente nomeado a escrevi e assinei com os mais membros da Câmara. Francisco de Paula Pita P. João Evangelista de Melo S. int. João Francisco Régis, Antônio Martins Duarte, Eugênio Nunes da Silva, Adeodato Ferreira Campos”. – **Ata de Criação do Município de Juazeiro** (RIBEIRO, 2005, p.31-32)

Edson Ribeiro (2005) descreve que na época três distritos integravam o município: Sede, Riacho e Maniçoba. Uma série de acontecimentos importantes de ordem jurídica, administrativa e religiosa, ocorrem após a criação da Câmara Municipal. A cronologia a seguir tem como objetivo mostrar de forma mais didática os fatos principais da evolução política-administrativa de Juazeiro, conforme os registros relatados por Lopes (2011) e Ribeiro (2005).

Figura 3 - Linha do tempo com a ordem cronológica da evolução política e administrativa de Juazeiro. Adaptado pelo autor a partir de Lopes (2011) e Ribeiro (2005)



O anexo B detalha através do livro de Ribeiro (2005) as datas e o código de posturas de 1838. A elevação de Juazeiro à categoria de cidade só ocorreu em 1878.

O crescimento juazeirense também surtiu efeito no seu crescimento político. A ordem cronológica apresentada mostra que na administração pública, no judiciário e na esfera religiosa, as conquistas adquiridas foram consequências do seu desenvolvimento e de suas condições econômicas comparadas às outras localidades da região.

2.3 AS DIFICULDADES NATURAIS, FINANCEIRAS E SOCIAIS

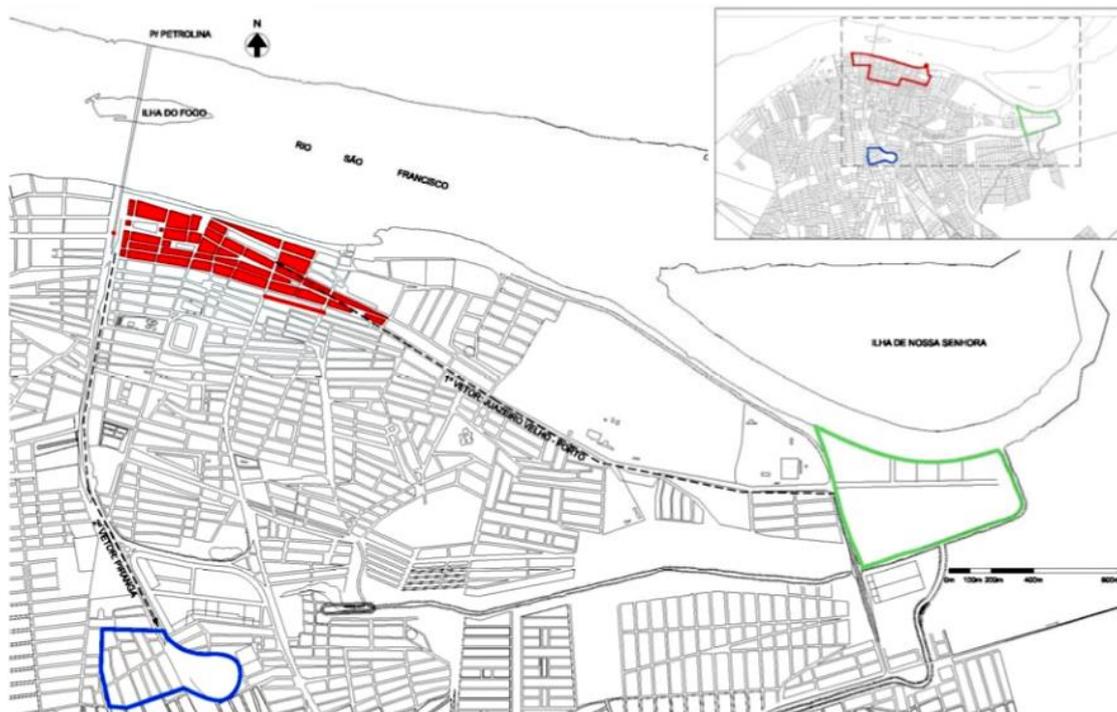
A cidade baiana também enfrentou alguns problemas em seu passado. Apesar de seu desenvolvimento, as cheias do rio São Francisco, as dificuldades financeiras no orçamento municipal e as doenças que atingiam a população, também deixaram sua marca na história.

2.3.1 Enchentes do rio São Francisco

O trabalho de Sérgio Lopes cita que as enchentes do rio São Francisco eram um problema recorrente que prejudicava a rotina da população local.

Atormentados pelas constantes enchentes do São Francisco, os moradores da antiga “Passagem” [Juazeiro] iam, procurando abrigar-se em lugares mais altos, de modo que, acompanhando a margem do rio em direção contrária à da correnteza, ou seja, em sentido oeste, ia crescendo o povoado, de modo desordenado. (...) Além do relevo do sítio “urbano” apresentar uma configuração de baixa declividade em praticamente toda a sua extensão, identificam-se ainda áreas de depressão, de drenagem extremamente difícil, que, por estarem sujeitas a constantes alagamentos viriam a provocar — até os tempos atuais — um permanente deslocamento da população, “resultando numa espontânea e particular configuração espacial”. Dourado (1983), por exemplo, indica que, nas proximidades do local onde foi iniciado o povoado, existia uma área pantanosa, que viria a formar a atual lagoa do Carro. Esta lagoa recebe as contribuições de três riachos que, atualmente, encontram-se inseridos na zona urbana. O principal deles, o riacho Macarrão, localizado ao sul da área inicialmente ocupada, constitui, juntamente com a referida lagoa, uma área de baixada sujeita a freqüentes inundações. Quando da incidência de enchentes, o riacho, que deságua no São Francisco, permitia a entrada das águas do rio, provocando inundações em zonas já ocupadas ou em ocupação. A cidade desenvolveu-se, justamente na faixa que se localiza entre esta baixada e o Rio São Francisco. (LOPES, 2011, p.89)

Figura 4 - Configuração urbana de Juazeiro no final do séc. XIX. Lopes, 2011



A figura 4 elaborada por Lopes (2011) mostra Juazeiro em 1900. A área verde é a *Passagem do Joazeiro*, descrita anteriormente nos tópicos iniciais. Com o deslocamento da população no decorrer da história, surgiu o núcleo urbano de cor vermelha que se localiza no

cais fluvial da cidade. A área em azul é o atual bairro de Piranga que se torna um vetor de crescimento com a ferrovia (inaugurada em 1896).

Até 1979 a cidade baiana sofreu com enchentes provocadas pela vazão do Rio São Francisco. As condições do relevo do lado baiano eram favoráveis a esse tipo de fenômeno. Alguns aterros precisaram ser feitos para amenizar a situação, já que o problema era recorrente. No século XX ocorreram várias inundações entre 1906 e 1979⁸. Em alguns casos a frequência dos eventos dificultava a recuperação da cidade em tão pouco tempo.

A grande inundação do ano de 1919, com incalculáveis prejuízos para a cidade, destruiu mais de um mil prédios no perímetro urbano, o que impôs a suspensão das atividades normais de sua popula o durante mais de trinta dias. Em 1926, 900 casas localizadas no centro da cidade e outras situadas no bairro do Alagadi o ru ram com a força das  guas (...) com o recuo das águas, (surgia) uma cidade com aspectos de terra arrasada. Os trabalhos de reconstru o da cidade, após essas ocorrências, representavam considerável  nus para a municipalidade, que mal se refazia de um prejuízo e já tinha que enfrentar um outro da mesma espécie, a exemplo da enchente de 1930, que encontrou os trabalhos de recupera o do calçamento das ruas, reconstru o do matadouro público e cemitério ainda em andamento, saldo da inunda o de 1926 (CUNHA, 1978, p. 74 apud LOPES, 2011, p.127)

Figura 5 - Praça da Misericórdia, Centro de Juazeiro em enchente da década de 1940. Acervo do autor



Na figura 5 a popula o fazia o uso de canoas para se locomover pelo Centro, o canto direito da imagem mostra o uso para deslocamento. Na figura 6 o registro da cheia de 1979 foi feito no cais de Juazeiro.

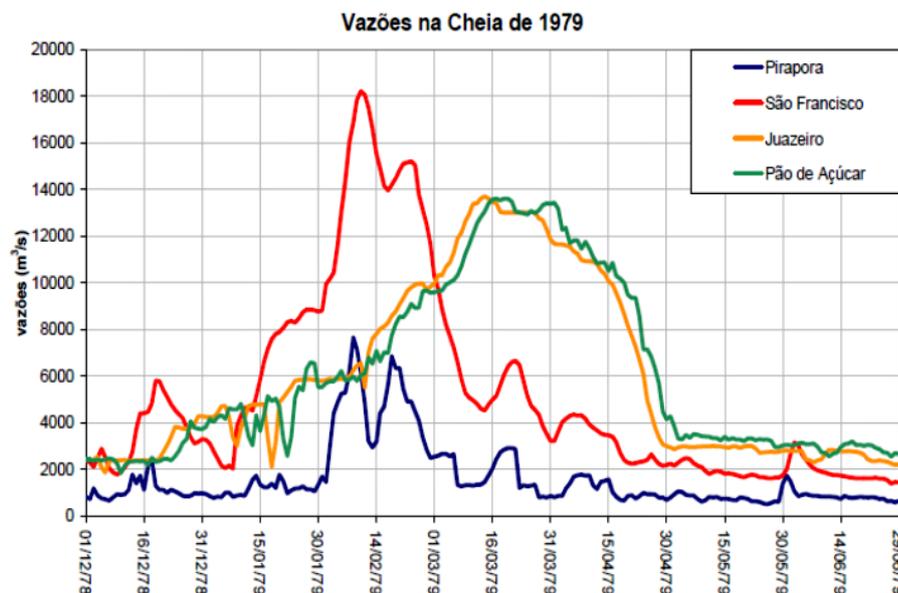
⁸ As leituras em diferentes bibliografias, Cunha (1978), Ribeiro (2005) e Lopes (2011), encontraram registros de enchentes em 1906, 1919, 1926, 1930, 1943, 1946, 1979.

Figura 6 - Cais de Juazeiro, 1979. Acervo do autor



No cais eram colocados sacos de areia para tentar conter o avanço das águas em determinados pontos. Outras cidades também passaram por momentos de transtorno. O gráfico a seguir foi extraído do artigo de Daniella Souza de Medonça, *Enchente de 1979: Impacto no lugar, bairro Nossa Senhora Aparecida*, ele mostra as vazões daquele em diferentes estações fluviométricas do Vale do São Francisco:

Figura 7 - Hidrograma, Mendonça (2010) a partir da ONS (2000).



Como mostra o hidrograma de Mendonça (2010), outras regiões do Vale do São Francisco também eram atingidas com as enchentes. Em Juazeiro os períodos entre Fevereiro e Abril de 1979 foram os que apresentaram maior aumento da vazão, comparado aos outros

meses. O apíce ocorre no registro próximo ao dia 16 de Março com quase 14 mil metros cúbicos por segundo. A construção da barragem de Sobradinho⁹, na Bahia, que está localizada a 47 km de Juazeiro, foi um marco para o submédio São Francisco.

Figura 8 - Construção da Barragem de Sobradinho entre as décadas de 1970 e 1980. Acervo do autor



De acordo com Cosme Freire Marins, o lago de 4.214 km² inundou diversas cidades do Norte baiano como: Remanso, Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado.

Foram retiradas da área a ser alagada cerca de 70 mil pessoas, das quais 80% era composta por camponeses que abasteciam o mercado regional. A população se concentrava nas margens do rio, nas férteis planícies de aluvião, nas ilhas do Rio São Francisco e deixavam despovoadas as áreas de caatinga, pois a terra é arenosa, seca, pobre em nutrientes e, portanto, não ofereciam boas condições para plantio. Com a construção da barragem, a maior parte da população ribeirinha foi deslocada compulsoriamente pelo Estado e reassentada a vários quilômetros das margens originais do rio, em plena caatinga, em solos impróprios para o plantio. Com a formação do lago desapareceram as melhores terras para a agricultura nas condições sociais de produção até então vigentes. (COSTA, 1990, p. 55-57 apud MARINS, 2010)

⁹ O atual município de Sobradinho, já fez parte de Juazeiro e se emancipou em 1989. Surgiu como um acampamento para os operários que construíram a barragem. Conquistou a sua emancipação política através da lei estadual 4.843, do então governador Valdir Pires. (Fonte: Prefeitura de Sobradinho).

Essa questão da relocação das pessoas que residiam nas áreas que foram alagadas ainda é polêmica, moradores da época não se conformaram com o deslocamento de centenas de quilômetros, em alguns casos, para se fixarem em áreas que para eles eram menos favorecidas do que as iniciais. Atualmente, a barragem de Sobradinho conta com a hidrelétrica que segundo os dados da CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – tem uma potência total instalada de 1.050,3 MW. Conforme o Órgão, o início das obras data de Junho de 1973 e a operação em Novembro de 1979. A atual área do reservatório é de 4.214 km² (CHESF, 2016)

Além das enchentes, a seca no Sertão também contribuía para a instabilidade de fixação da população local. “Existia uma deficiência social naqueles moradores que se encontravam vulneráveis às ações da natureza regional” (LOPES, 2011, p. 94).

2.3.2 Problemas Financeiros e Sociais

Com a criação do Município os problemas financeiros se tornaram uma limitação para um crescimento ainda maior de Juazeiro. Também existia uma variedade de transtornos causados pela falta recursos. Como aponta Lopes (2011), a própria funcionalidade municipal era prejudicada com a paralisação de construções de prédios públicos. Indo mais além, ele relata que equipamentos básicos para a população eram escassos.

Como consequência da falta de verbas, os serviços públicos essenciais não podiam ser oferecidos à população. Não existia cadeia, tampouco cemitério. Em 1843, com as repetidas denúncias e queixas das autoridades locais, cobra-se a construção de uma cadeia, “a fim de que não se evadam os presos”. A construção do cemitério também é pleiteada, tendo sido demarcada uma área em local vizinho ao rio (em cujas proximidades, se localizaria, mais tarde, o terminal ferroviário), sem que a construção se iniciasse. No ano de 1845, um surto de varíola assola a vila, motivando o Juiz Municipal a denunciar, ao Presidente da Província, a situação aflitiva da população bem como a indiferença da Câmara, “que deveria tratar de construir o cemitério e nada faz”. Enquanto isso, os mortos continuavam a ser enterrados no recinto da igreja, que já não comportava mais sepultamentos, além do que “a proximidade das residências compromete a salubridade” (LOPES, 2011, p. 92)

Uma epidemia também no século XIX assolou a população. A *peste* atingiu inclusive membros do Câmara Municipal. “Esta epidemia parece ter sido paludismo¹⁰ na época da vazante do São Francisco, pois, em março, houvera uma grande cheia do rio (...) Evidencia-se

¹⁰ Também chamada de Malária.

que esta febre atacou no período da vazante, quando sempre coincidiam os surtos palúdicos nas margens do São Francisco.” (RIBEIRO, 2005, p. 77).

Até aqui pode-se verificar que as cheias do São Francisco que se alternavam com as secas do Sertão, as dificuldades orçamentárias, a vulnerabilidade da população quanto aos serviços básicos e a criminalidade na região, foram os principais pontos de precariedade na qualidade de vida daqueles que ali viviam. Parte dessas dificuldades persiste até a atualidade, muito embora em dimensões diferenciadas.

2.4 COMÉRCIO, NAVEGAÇÃO E FERROVIA

Se por um lado as adversidades naturais, sociais e orçamentárias prejudicavam os moradores da região, por outro, a consolidação de entreposto comercial tornava Juazeiro uma importante localidade do interior nordestino. Muitos historiadores e viajantes narram o destaque da cidade baiana diante das demais localidades do São Francisco. A cantiga dos remeiros, versos que abriram o capítulo, faz referência à *lordeza* advinda dos “lordes” que faziam de Juazeiro um ícone de potencial econômico no vale sanfranciscano.

2.4.1 Movimentação comercial através da navegação

A importância do rio São Francisco foi determinante para a região. Utilizado como meio de subsistência, ele também teve o protagonismo da navegação e conseqüentemente do desenvolvimento local.

Figura 9 - Cais de Juazeiro circa 1940. Acervo do autor



Na figura 9 pode-se notar a movimentação comercial no cais juazeirense. Os vapores percorriam o trecho entre Juazeiro (BA) e Pirapora (MG) passando por outras cidades situadas na margem do rio e promovendo o deslocamento de mercadorias e de pessoas.

A navegação do São Francisco era feita, até fins do século XVIII, por canoas e ajoujos (...) Além das barcas, a navegação, no século XIX, passou a ser feita a saveiros, embarcações a vela, que regionalmente tinham o nome de "paquetes". Em 1851, o governo de Minas fez sulcar as águas do São Francisco, em viagem de experiência, o vapor Saldanha Marinho, ali construído para a navegação do rio das Velhas, o qual, sob o comando do Ten. F. M. Álvares de Araújo, partiu, naquele ano, de Sabará e Guaicuí, aportando em Juazeiro e daqui descendo o São Francisco até a cidade de Boa Vista, em Pernambuco. Diante disso, o presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Sousa Dantas, encomendou para o Rio de Janeiro, em 1865, um vapor que, construído no arsenal da Ponta da Areia, foi transportado, desarmado, para a Salvador, e daí até Alagoinhas, por estrada de ferro. De Alagoinhas para Juazeiro, o seu transporte se fez orientado pelo Cel. Justino Nunes Sento-Sé, em carros de boi. Montado aqui, fez sua primeira viagem, em dezembro de 1872, até Januária, retomando a Juazeiro, onde aportou a 23 de fevereiro de 1873. (RIBEIRO, 2005, p. 196)

Figura 10 - Vapor Saldanha Marinho. Eng. G.S. Pereira, 10/05/1943



O Governo Geral no século XIX investiu em estudos da navegabilidade do São Francisco, por se tratar de um forte interesse econômico. A Viação Baiana teve atuação no crescimento de Juazeiro. Os vapores chegavam ao cais da cidade após cortarem o rio desde Minas Gerais.

A navegação a vapor no rio São Francisco foi cogitação do Governo Geral, desde 1851, quando encarregou o engenheiro Fernando Halfeld de fazer estudos sobre a navegabilidade do nosso rio. Halfeld fez estudos tão completos que o relatório apresentado por ele ao governo, ainda hoje serve como obra de consultas. Depois de Halfeld, outros engenheiros vieram comissionados pelo governo, com o mesmo objetivo, tais como Álvares de Araújo; em 1863, Emanuel Liais, em 1865; Krauso e Bartton Milner Roberts, em 1880 e Benjamin Franklin, em 1882, que teve como companheiro de trabalho, Teodoro Sampaio. Destes últimos estudos resultou outra comissão nomeada em 1833, chefiada pelo engenheiro Antônio Plácido Peixoto do Amarante, cujo encargo era desobstruir as cachoeiras existentes entre Boa Vista e Santana do Sobradinho. (RIBEIRO, 2005, p. 197)

A lógica da expansão urbana tem relação com esse aspecto econômico da cidade. Lopes (2011) cita que as residências de Juazeiro foram sendo contruídas margeando o cais. A citação do autor a Dourado (1983) mostra que “as habitações iam se alinhando às margens do rio, alinhando-se as casas em sentido paralelo ao rio, o que facilitava o relacionamento com os tripulantes das embarcações que trafegavam rio acima, rio abaixo, vendendo e comprando os produtos da região, as manufaturas que eles não produziam, às vezes trocadas por mercadorias” (DOURADO, 1983, p. 44 apud LOPES, 2011, p. 107).

Nesse incessante subir e descer o Velho Chico, as embarcações promoviam o intercâmbio comercial entre vários pontos que o margeiam, fomentando, ao longo dos séculos, o desenvolvimento da região e promovendo o surgimento de núcleos populacionais que, mais tarde, viriam a tornar-se florescentes cidades do vale. (GARCEZ; SENA, 1992, p. 112 e 113 apud LOPES, 2011, p.106)

para o futuro da Província, além de constituir-se em grande alegria para todos os habitantes das extensas áreas que marginavam o rio, e também garantia para o rápido desenvolvimento da região”. A Bahia and San Francisco Railway Company (mais tarde Estrada de Ferro do São Francisco e depois, Viação Férrea Federal Leste Brasileiro), assim como as posteriores rotas do projeto ferroviário, tinham como objetivo, além do escoamento da produção baiana, a interligação nacional, intenção que iria se concretizar apenas muito mais tarde. (GARCEZ; Ssão ENA, 1992, p. 132 apud LOPES, 2011, p. 98)

Os trilhos só chegaram em Juazeiro no ano de 1896. “Inaugurados, respectivamente, em 1863, 1880 e 1887 os trechos até Alagoinhas, Serrinha e Vila Nova da Rainha” [atual Senhor do Bonfim] (LOPES, 2011, p. 119). Em 1889 foram retomados os trabalhos de construção para sete anos depois, a ferrovia atingir as terras do São Francisco.

Figura 12 - As estradas de ferro da Bahia em 1898. IBGE / CNG, 1954



A estação ferroviária de Juazeiro só foi inaugurada em 15 de Novembro de 1907. Era um belo prédio de arquitetura trabalhada em detalhes imponentes. Até os dias de hoje, a população local lamenta sua demolição ocorrida em 1953 para dar passagem a construção da ponte Presidente Dutra.

Figura 13 - Estação Ferroviária de Juazeiro. Acervo Maria Franca Pires, circa 1930



Edson Ribeiro (2005) traz detalhes de sua aparência e do quanto ela significava para a cidade. Sua estrutura também tinha divisões em *classes*.

A estação de Juazeiro é um primor de arte e sua estética muito recomenda o alto conceito do autor do projeto, o provector e ilustre engenheiro civil, Dr. Miguel de Teive e Argôlo, a quem Juazeiro deve a maior parte do seu progresso. Esta obra edificada sobre uma base de granito de quatro metros de profundidade sobre três de largura, dá a sua frente para o magnífico São Francisco, que serve de espelho à sua majestosa fachada. O edifício ocupa 19 por 28 metros, tem dois pavimentos, um térreo e outro assobradado. O térreo ricamente ladrilhado a mosaico italiano, representando o desenho da mais agradável aparência, dividido em três vastos compartimentos, assim discriminados: o salão de entrada, com 3 espaçosas portas, sala para passageiros de 1ª classe e 2ª classe. Dá entrada à estação uma primorosa escada de cantaria guarnecida de um gradil de ferro que parte de duas colunas laterais, situadas no plano inferior da escada, terminando cada uma destas um custoso candelabro e bifurcando-se para a direita e para a esquerda, formando um agradável terraplano, graciosamente ladrilhado a mosaico. Circunda todo o ladrilho deste pavimento, uma longa faixa de grade chinesa em mármore que ainda maior realce produz e, no ladrilho, faz elevar sua agradável forma. No acesso para o pavimento superior, uma bem acabada escada de madeira de lei, onde fica bem revelado o progresso da arte nas oficinas de Aramari, pertencentes à Estrada de Ferro do São Francisco e de que é chefe o engenheiro civil João Ferreira de Moraes. Não menos notável é o assoalho feito de tábuas estreitas de um acabamento digno da mais atenciosa observação, a exemplo dos assoalhos dos mais importantes transatlânticos. O pavimento sobre o qual repousa o assoalho, apesar de estar o pavimento inferior forrado, é artisticamente feito de vigas enquadadas de 12 por 5 centímetros, com uma resistência capaz de suportar grandes pesos. A bela fachada da Estação do Juazeiro é encimada por vistosa e expressiva alegoria, forrada por duas bem trabalhadas e gigantescas figuras representando o Trabalho e o São Francisco, ambas

segurando uma roda com asas, emblema da Estrada de Ferro e do Progresso. O conjunto desta alegoria deixa gravada na perpetuidade os méritos do engenheiro Miguel de Teive e Argôlo. Lateral ao símbolo do Progresso, em duas tôres que encimam o majestoso edifício, vê-se em uma a estátua do Comércio e em outra, a da Lavoura, ainda dois elementos que simbolizam a riqueza e a grandeza das mais poderosas nações do mundo. (RIBEIRO, 2005, p. 207-208)

O cruzamento entre a ferrovia e a navegação do rio progredia o comércio local. Tal condição permitiu a Juazeiro a alcunha de *Empório do Sertão do São Francisco*, mencionada por Theodoro Sampaio - engenheiro e geógrafo que integrava a Comissão Hidráulica do Império, órgão responsável pelos estudos de navegação no interior do Brasil. (COSTA, 2007). Em suas viagens os relatórios descrevem os lugares percorridos acompanhados de suas impressões pessoais. O objetivo do Império na época era promover uma interligação entre os portos e o São Francisco por ferrovias e hidrovias.

Após preparativos, iniciou-se, em 12 de agosto de 1879, a viagem que iria percorrer desde a ligação do rio São Francisco com o Atlântico em Alagoas indo até Pirapora em Minas Gerais. Este trajeto foi concluído em 17 de dezembro desse mesmo ano. O interesse pelo conhecimento do Rio São Francisco residia na necessidade de realizar um sistema de viação pelo interior do país que ligasse os portos ao rio. As estradas de ferro já estavam sendo construídas partindo do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e havia necessidade de traçar um percurso através do rio. (COSTA, 2007, p.15).

Ao chegar em Juazeiro o aspecto visual da cidade e sua centralidade regional chamaram a atenção do geógrafo. O trecho abaixo foi reproduzido de acordo com a grafia da época.

A cidade de Joazeiro é com razão considerada o empório do sertão do São Francisco. A sua zona de influência comercial que, por um lado, atinge Cabrobó 203 quilômetros rio abaixo, por outro, a Januária 154 quilômetros rio acima, afetando ainda os sertões do Piauí por Oeiras e Paranaguá e os de Goiás por Palmas e Natividade, é, sem dúvida, uma das mais vastas do Brasil central. Joazeiro, que fica distante do porto da Bahia 575 quilômetros ou 87 léguas a mais curta travessia entre o mar e a secção navegável do alto São Francisco, e, por essa razão, ponto terminal escolhido da grande linha férrea que para estes sertões se encaminha, linha férrea hoje concluída e trafegada, tinha então para nós que acabávamos de percorrer uma região áspera, atrasada e tão pouco favorecida pela natureza, o aspecto de uma côrte do sertão. As suas construções em que se procuram observar certo gosto arquitetônico, a sua nova e boa igreja matriz, o teatro, uma grande praça arborizada, ruas extensas, comércio animado, porto profundo e amplo, exigindo uma verdadeira frota fluvial, população alegre e ativa de mais ou menos três mil habitantes, davam-nos a impressão tão favorável de progresso, de riqueza e de atividade que nos alegrava e nos levava a mudar o conceito que vínhamos fazendo deste rio e dos seus adustos sertões. Tudo, com efeito, aqui concorre para tornar esta cidade um

centro de ativas transações. Situada na encrusilhada de duas grandes artérias de comunicação interior, isto é, a velha estrada histórica que da Bahia se encaminha para o Maranhão através do Piauí, e a amplíssima estrada fluvial que desce de Minas e vai ao Oceano através da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, o Juazeiro, fundado pelos fins do século XVII, se tornou logo um centro preferido das transações comerciais destas regiões, e cresceu e se constituiu o foco mais poderoso da civilização e da riqueza desta parte do Brasil que se pode designar como a região média dentre os rios São Francisco e Tocantins. Por essa razão é aqui comumente denominada a praça entre os sertanejos mantendo com o porto da Bahia um grosso trato, servido por cerca de dois mil muares, que de ordinário fazem a grande travessia para o litoral em quinze déias de marcha regular. (SAMPAIO, 1905, p. 76-77)

O alcance dessa influência comercial deve-se ao movimento das embarcações que tinham suas rotas entre Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, bem como a linha férrea que cortava o sertão. No começo do século XX Juazeiro tinha características aprazíveis. Atualmente ainda existem alguns dos prédios históricos do século passado. Contudo, muitas perdas ocorreram com o processo de modificação no aspecto urbano.

Figura 14 - Praça Desembargador Monteiro (atual Praça da Bandeira) circa 1920. Acervo do autor



Os prefeitos da época eram preocupados com a estética urbana da cidade e com a arborização, por se tratar de uma cidade com altas temperaturas. Merece destaque as gestões do prefeito Aprígio Duarte (1912-1924 e 1933-1945). Aqui iremos considerar a primeira, cujas ações são de interesse a construção histórica do pensamento urbano.

Foi ele o brasileiro que governou por mais dilatado tempo um município. Governou Juazeiro durante 24 anos, divididos em dois períodos: o primeiro, de 1912 a 1924 e o segundo, de 1933 a 1945 (...) Homem dotado de grande amor à sua terra, podemos dizer que transformou a feição material de Juazeiro, já pela desapropriação de casas antigas e alargamento de ruas, já pela construção de prédios públicos de moderna arquitetura, já pela modernização da arborização da cidade, já, finalmente, pela execução de um conjunto de medidas que transformou inteiramente o aspecto físico de nossa urbe. Logo após o início de sua gestão, Aprígio Duarte voltou as vistas para a construção de um cais, onde acostassem todas as embarcações que, navegando o São Francisco, tocassem no porto do Juazeiro (...) Iniciada a construção do cais e verificando o Intendente que recursos municipais não eram suficientes para a construção de uma obra de tão grande vulto, criou no orçamento de 1913, uma taxa de cais. Essa taxa rendeu alguma coisa, dando para se construir cerca de 15 metros de cais, porém a firma comercial principal da praça, Otacílio Nunes de Sousa, achando que era inconstitucional a cobrança de uma taxa de cais sem que o mesmo existisse, negou-se a pagar a aludida taxa e propôs uma ação judiciária contra a Prefeitura. Otacílio teve ganho de causa na primeira e segunda instâncias. Diante disto, foram paralisadas as obras do cais que só foram reiniciadas, obedecendo à outra planta, vinte anos depois, na gestão do prefeito Rodolfo Araújo, como veremos. Em março de 1913, Aprígio Duarte começou a modernizar a arborização da cidade, iniciando esse melhoramento pela praça Dr. José Inácio. Substituiu, em toda a cidade, a arborização antiga de tamarindeiros por oitis, e na Praça Barão do Rio Branco, por mungubeiras. Em pouco tempo, Juazeiro era, talvez, no interior da Bahia, a cidade mais bem arborizada. (RIBEIRO, 2005, p. 113-115)

As leituras do livro de Edson Ribeiro, *Juazeiro na Esteira do Tempo* (2005), apresentam pontos que narram as críticas feitas à gestão de Aprígio Duarte. A questão financeira e o endividamento municipal é uma delas. A quantidade de obras que o prefeito pretendia realizar não estavam de acordo com o orçamento disponível. Sendo assim, ele recorreu a emissão apolices através de leis autorizadas pelo Conselho Municipal. Os prefeitos sucessores passaram por dificuldades com as emissões que foram condenadas pelo tribunal de contas do Estado. O endividamento prejudicou o município, inclusive com atrasos de pagamento dos seus funcionários (RIBEIRO, 2005, p.124).

Na primeira gestão de Duarte, dois fatos foram negativamente marcantes em Juazeiro: “a epidemia de peste bubônica, que assolou a nossa cidade, sobretudo no ano de 1916, trazendo verdadeiro pânico à população e vitimando mais de vinte pessoas” (RIBEIRO, 2005, p.124); e a enchente de 1919 que destruiu mais de mil casas, suspendendo as atividades da cidade por mais de um mês.

As eleições seguintes não apresentaram concorrentes e a reeleição sucessiva era possível. Desse modo ele conseguiu se manter no poder de 1912 até 1924, retornado em 1933 e só saindo em 1945.

Nos anos seguintes, na década de 1950, a construção da ponte promove a interligação entre Juazeiro e Petrolina, antes feita pelas embarcações no rio.

(...) [no] ano de 1954, Juazeiro tem a sua antiga posição de ponto de passagem obrigatória de toda região — fato que lhe concedia o monopólio das comunicações com inúmeras áreas do país — reforçada e ainda ampliada. Neste ano foi construída a ponte Presidente Dutra, que interliga os dois centros urbanos mais importantes do vale do São Francisco — Juazeiro e Petrolina — facilitando a comunicação entre as duas cidades e incrementando o fluxo rodo-ferroviário entre o estado da Bahia e as demais unidades da Federação, ao norte. (LOPES, 2011, p. 144)

O próximo tópico irá tratar da história do lado pernambucano. A “cidade-irmã” Petrolina teve sua evolução ao lado da localidade baiana e surgiu como a *Passagem do Juazeiro* na margem oposta.

2.5 PETROLINA DOS MISSAIS, DOS QUELÉS: FATOS HISTÓRICOS

Na margem pernambucana do rio São Francisco, Petrolina que se localizava de frente a Juazeiro, era também um ponto importante da *Passagem* daqueles que conduziam o gado para o interior dos sertões. Petrolina pertenceu a Santa Maria da Boa Vista e de acordo com o histórico do município no IBGE, sua elevação a categoria de Vila ocorre em Junho de 1862. Tal categoria foi extinta em Maio de 1864, voltando a ter novamente sua elevação em Maio de 1870.

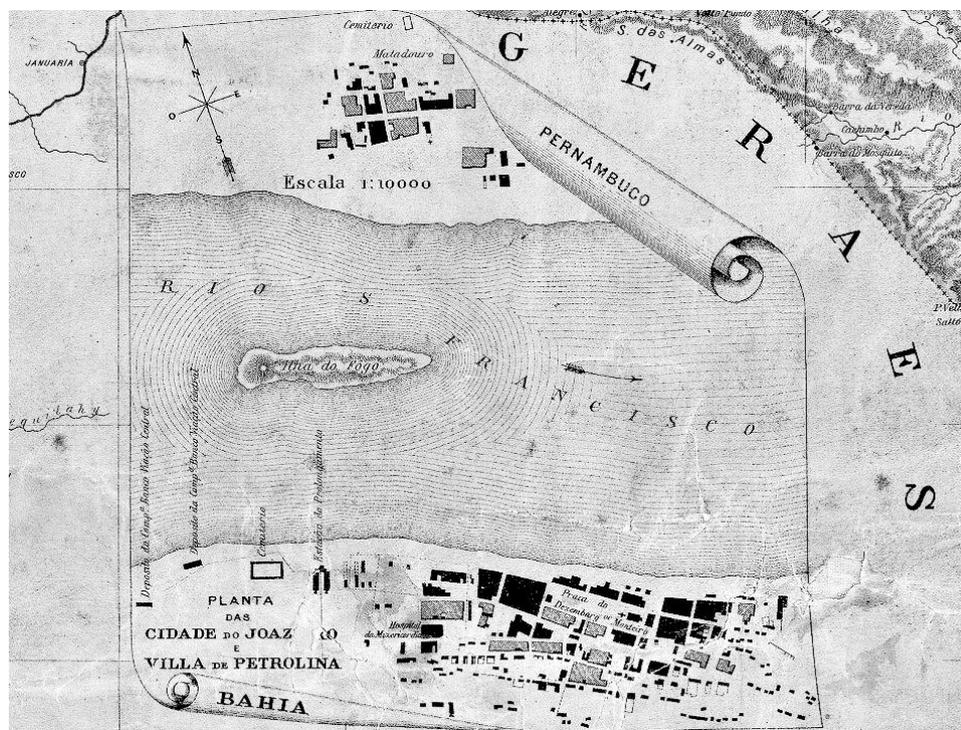
A emancipação política ocorreu somente com lei estadual nº 130, de 03 de Julho 1895. A ata foi assinada em 21 de Setembro daquele mesmo ano, data em que é comemorado o aniversário da cidade até hoje. A localização privilegiada de Petrolina está presente no texto de Francisco José Pereira Cavalcanti, *Petrolina o Centro da Rosa*.

A posição estratégica da povoação tornou Petrolina: a sede da grande Barca que facilitava a passagem de pessoas, animais e mercadorias pelo rio São Francisco; o porto do “Registro”, isto é, de uma espécie de posto fiscal com caráter Alfandegário e de controle realizado em terras pernambucanas; um simples, mas destacado centro geográfico, que se originou a partir e na dependência da criação da Missão de N. Senhora das Grotas em Juazeiro

da Bahia. É a este centro geográfico que chamamos de o CENTRO DA ROSA. (CAVALCANTI, 2013, p.5)

Diferentemente da atualidade, em que Petrolina juntamente com Juazeiro divide a centralidade regional, ela não tinha as mesmas dimensões que a cidade baiana. Muito embora, já era “nos séculos XVIII e início do XIX um espaço social onde aconteciam ações de tipo econômico, político, judicial e religioso.” (CAVALCANTI, 2013, p.6)

Figura 15 - Planta da Cidade de Joazeiro (abaixo) e Vila de Petrolina (acima) (1892). Acervo do autor



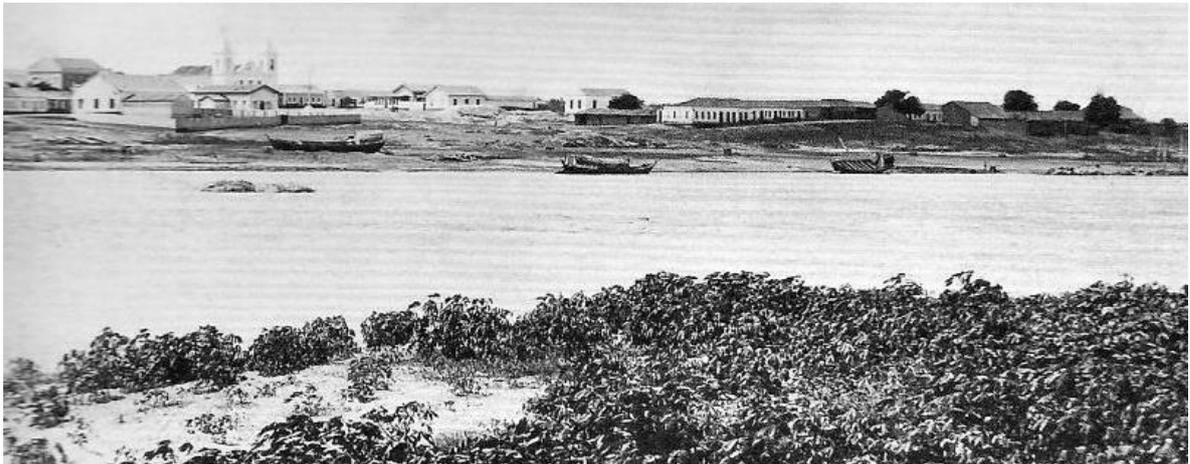
A figura 15 mostra as localidades no ano 1892. Juazeiro já ocupava uma área notadamente maior que a vizinha. As dimensões de Petrolina se resumiam à Rua do Grude (atual orla fluvial), Travessa Treze de Maio e o cemitério eclesiástico. Juazeiro, após os deslocamentos da população em decorrência das vazões instáveis do São Francisco, estabelece seu centro quase de frente à Ilha do Fogo.

No início do século XX as cidades ainda apresentavam diferenças no aspecto visual como mostram as figuras 16 e 17.

Figura 16 - Vista de Juazeiro no começo do século XX, em destaque a estação ferroviária. Acervo do autor



Figura 17 - Vista de Petrolina no começo do século XX, na foto a Igreja Matriz. Acervo do autor



Theodoro Sampaio no final do século XIX, assim como teceu descrições para a baiana Juazeiro, fez também para a pernambucana Petrolina. De acordo com ele a localidade carregava simplicidade e não tinha o mesmo capricho urbano que o lado juazeirense detinha.

O lugar era então um povoado insignificante, cuja modéstia a própria categoria de vila decerto prejudicava. Algumas casas de feia construção ao longo de umas poucas ruas estreitas, desalinhadas e areentas, uma igreja de modestíssima aparência, pouco comércio, população escassa, eis o que era Petrolina, que aliás todos informavam ser uma povoação muito nova e destinada a grande futuro, vaticínio decerto muito problemático, atento as condições da localidade e dos sertões de sua mais direta dependência (SAMPAIO, 1905, p.78 e 79).

Alguns nomes ilustram o histórico de crescimento de Petrolina como Dom Malan¹¹ e os Coelhos. No livro *Convivendo com a Memória* de Rivadávio Espínola Ramos, o autor tece alguns comentários sobre a importância da família Coelho para os petrolinenses e como o empenho familiar atuou no progresso do município. Segundo ele: “Petrolina teve a sorte de ter entre seus filhos ilustres, um casal, que deixou uma bonita biografia (...) refiro-me ao Sr. Clementino de Sousa Coelho (mais conhecido como Quelê) e a matriarca D. Josefa Coelho” (RAMOS, 2014, p.115).

O casal oriundo do interior do município prosperou e gerou onze filhos. A educação na região era precária e eles foram estudar nas capitais. Retornaram com seus diplomas e o desejo de fazer a pernambucana progredir. (RAMOS, 2014). A família Coelho se tornou um ícone na política e economia regional. Alguns pesquisadores os retratam como *coronelistas*. O artigo *No Reino da Coelholândia: do coronelismo à Codevasf, a história de riqueza e poder da família do ministro da Integração Nacional, o enrolado Fernando Bezerra Coelho*, foi publicado¹² pela Revista Época, na versão digitalizada em 13 de Janeiro de 2012.

Naquele ano Fernando Bezerra Coelho tinha assumido a pasta da Integração Nacional no governo federal. Mas não foi a primeira vez que Petrolina teve projeção nacional no contexto político. Nilo Coelho (ex-governador de Pernambuco entre 1967-1971) é filho da terra e conquistou a gratidão da população local, por ter trazido investimentos federais que abriram perspectivas de crescimento para a região.

Entre as anedotas que enriquecem o folclore político de Pernambuco, uma diz respeito aos coelhos, os mamíferos conhecidos pela alta capacidade de se reproduzir, a ponto de muitas vezes virarem verdadeiras pragas com devastadores poderes de destruição. “Só quem se deu bem criando coelho foi o coronel Quelê”, diz o dito popular no alto sertão pernambucano. Coronel Quelê era o apelido de Clementino Coelho, coronel da República Velha que liderou política e economicamente, no início do século XX, a região em torno de Petrolina, cidade de 300 mil habitantes, banhada pelo Rio São Francisco, o centro do maior aglomerado urbano do semiárido nordestino. Fazendo jus ao nome, coronel Quelê – homem de tino comercial que, em determinado momento, foi o maior acionista particular da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – teve onze filhos. (RAMOS; THOMAZ, 2012. Época [on-line])

¹¹ Bispo de origem italiana que construiu a atual Catedral da cidade entre 1925 e 1929. Durante o seu episcopado (1924-1931) ele procurou estruturar a diocese para promover sua evangelização. Mesmo sendo Petrolina ainda muito pequena, o “espírito visionário” de D. Malan levou-o a pensar na construção de igrejas em locais periféricos. **Fonte:** Diocese de Petrolina.

¹² Link de acesso para publicação: <http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/no-reino-da-coelholandia.html>

Nilo Coelho assumiu o governo de Pernambuco (1967 - 1971) durante o Regime Militar na gestão de Castelo Branco. Citado no artigo da Revista *Época*, ele promoveu a pavimentação de mais de 800 km de estrada, levou energia elétrica para muitas comunidades, interiorizou de forma intensa a saúde e construiu casas populares. “O empenho de Nilo para ajudar sua cidade natal era tamanho que, no Recife, havia uma piada recorrente sobre seu governo: *No governo Nilo Coelho, há um fiscal em cada esquina para levar dinheiro para Petrolina.*” (RAMOS; THOMAZ, 2012. *Época* [on-line]). A História da Irrigação no Vale do São Francisco tem suas páginas marcadas com nome do ex-governador pernambucano. Atualmente a família Coelho possui deputados estadual e federal, ministro e a prefeitura de Petrolina. Fernando Bezerra Coelho é senador e líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no senado.

Não foi somente este núcleo familiar que ajudou no crescimento de Petrolina. O engenheiro Luiz Augusto Fernandes se casou com Ieda Coelho e foi prefeito da cidade entre 1959-1962 (RAMOS, 2014). O Plano Diretor criado em sua gestão mudou o cenário urbano. Em reportagem especial aos 118 anos de Petrolina, o *Gazzeta do São Francisco* também em versão digital, elaborou uma série de artigos¹³ em 23 de Setembro de 2013. No artigo *Plano Diretor e Desenvolvimento de Petrolina*, Geovani Siqueira cita o ex-prefeito Luiz Fernandes cujo lema era: *Planejar para melhor governar*. “Nessa época o município tinha aproximadamente 20 mil habitantes e apresentava um desenvolvimento bastante incipiente. As ruas estreitas conduziam pedestres, as casas comerciais e residências [eram] de aparência acanhada.” (SIQUEIRA, 2013. *Gazzeta* [on-line]).

Maria Creusa de Sá y Britto (1995) em *Petrolina: origem, fatos, vida, uma história* também aborda a importância do Plano diretor de Luiz Fernandes para a cidade pernambucana.

Estabelecendo a ordem das construções das casas, com recuamento e afastamento nas laterais, criou loteamento, aumentou áreas verdes, abriu ruas, construiu praças. Produziu o que talvez seja seu maior legado, além de outras ações da gestão, o Plano Diretor Urbano da cidade, conforme consta no livro *Petrolina: origem, fatos, vida, uma história* (1995), de Maria Creusa de Sá y Britto. Em sua *Cronologia Histórico Cultural* (1995), Marta Luz, detalha que o Plano Diretor Urbano foi feito com apoio técnico do Serviço de Levantamento Aerofotogramétrico da Aeronáutica de Olinda e do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura do Recife, resultando no delineamento dos logradouros novos, áreas de expansão, distrito industrial, áreas de lazer, porto fluvial, acessos rodoviários, cinturões de contorno, etc. “Ele trouxe pessoas da Universidade Federal de Pernambuco e tivemos a primeira ideia de ordenação urbana da cidade e

¹³ Link para acesso: <http://www.gazzeta.com.br/os-caminhos-de-petrolina/>

O Plano Diretor elaborado por Luiz Fernandes foi seguido pelos prefeitos que o sucederam. “A estrutura ficou tão bem montada, que agora, estamos assistindo aos políticos sem nenhum parentesco com a família Coelho, dando conta do recado, até mesmo não sendo filhos da Terra, demonstram o seu amor e dedicação à mesma.” (RAMOS, 2014, p.117). Diferentemente da baiana Juazeiro, que tinha problemas urbanos citados em tópicos anteriores, a pernambucana tinha uma topografia que lhe favorecia. “A cidade de Petrolina nasceu num espaço apropriado, com uma topografia espetacular, facilitando até o escoamento das águas de chuvas por gravidade.” (RAMOS, 2014, p.118).

Juazeiro surgiu com um próspero comércio, porém, “a cidade nasceu dentro de uma grande *Bacia* e os moradores da época ainda ampliaram a bacia, escavando terras para fabricar tijolos e construírem imóveis pela cidade. As ruas foram ficando estreitas e apertadas na ilusão de nunca alcançarem a grande lagoa que se transformava em um braço do rio nas grandes enchentes” (RAMOS, 2014, p.118).

Além do empenho político para o desenvolvimento de Petrolina, outro fator importante foi a esfera religiosa. O artigo de Thulio André Moura de Aquino, *Diálogos com a obra de Maria Isaura de Queiroz: traços messiânicos no caso do bispo Dom Antônio Maria Malan da cidade de Petrolina-PE (1924-1931)* retrata o momento em que a localidade pernambucana tem a criação de sua Diocese, assim como a inserção do bispo Dom Malan no processo histórico. Aquino (2013) também descreve o que era Petrolina em comparação com Juazeiro no começo do século XX.

Em fins do século XIX, a cidade de Petrolina nada mais era do que uma pequena cidade no interior pernambucano. Não é a toa que tal lugar ficou conhecido como “passagem para Juazeiro”, fazendo referência a vizinha cidade baiana, que era conhecida na época pela sua boa estrutura. A disparidade entre a cidade de Petrolina e a cidade de Juazeiro é facilmente observada ao se considerar que, no ano de 1924, data da chegada do primeiro bispo de Petrolina, Juazeiro era conhecida como “futura capital do São Francisco. (BRITTO, 1995, p. 14 apud AQUINO, 2013, p.316)

Enquanto a rica Juazeiro já possuía inúmeros equipamentos urbanos que faziam da cidade um centro comercial e de serviços, Petrolina dependia da baiana para complementar suas lacunas.

Ao contrário de Juazeiro, Petrolina estava mais próxima de cidades consideradas “esquecidas” no Brasil tendo uma população seis vezes menor de que a de Juazeiro. Na época, a cidade apenas representava um trecho do caminho que era percorrido por comerciantes que traziam

mercadorias de outras regiões, como o Piauí, visando a chegar a Juazeiro e de lá alcançar Salvador e o resto do país. A cidade pernambucana teve por muitos anos a alcunha de “passagem para o Juazeiro”. Seu comércio era pequeno e voltado para o mercado interno e, geralmente, os comerciantes ricos da cidade tinham comércio na vizinha Juazeiro, usando Petrolina apenas como estoque de produtos (CHILCOTE, 1991, p. 57 apud AQUINO, 2013, p.316)

Com a demanda por mudanças e melhorias na qualidade de vida da população, as pressões por modificações no rumo político e econômico encontra forte organização popular. Aquino (2013) menciona a igreja como uma das forças mobilizadoras. “A espiritualidade, em tais localidades, tendia a organizar e moralizar a comunidade. Em seu livro *Messianismo no Brasil e no Mundo*, Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que os movimentos *sociorreligiosos* são agentes sociais e agem nos momentos de crise ou de mudanças para estruturação das sociedades” (QUEIROZ, 1965, p. 75 apud AQUINO, 2013, p.316). Foi então a partir de momentos de conquistas que ocorreram possibilidades de modificar aquela realidade. “... uma cidade ainda limitada e dependente como era Petrolina, teve, a partir da religião e da figura de um líder espiritual, a possibilidade de organizar-se para mudar o seu meio de vivência.” (AQUINO, 2013, p.317).

O marco para tais acontecimentos deu-se quando a Igreja Católica tomou a decisão de trazer para a cidade de Petrolina uma Diocese, julga-se que essa decisão ocorreu devido à privilegiada posição geográfica da cidade, já que a “Passagem de Juazeiro” interliga o interior pernambucano com o interior baiano, além de interligar o norte e o sul do país. Outro fator relevante estava na população predominantemente católica ali existente, desde o século XVIII, devido à inegável presença da Igreja pelo constante envio de missionários. Em 15 de agosto de 1924, o escolhido para bispo da nova diocese foi Dom Antônio Maria Malan. Nascido na Itália, Malan passou a maior parte de sua vida na França e foi escolhido pelo reconhecimento do seu trabalho nos sertões indígenas de Mato Grosso como bispo de Araguaia. (BRITTO, 1995, p. 15 apud AQUINO, 2013, p.317 apud).

Um dos momentos mais marcantes na história petrolinense foi a construção de sua atual catedral. A literatura local atribuía à figura de Dom Malan a qualidade de visionário. Aquino (2013) escreve que ao chegar em Petrolina, ele sugeriu que uma nova Igreja fosse construída mesmo tendo o conhecimento de que a Igreja Matriz estava de acordo com o porte da localidade na época. “A intenção do Bispo foi desenvolvida tendo o objetivo de que a construção da Catedral representasse um marco no desenvolvimento da cidade, que viria por consequência. Tal pensamento pode ser ilustrado, a partir de uma de suas frases: *construindo-se a Casa de*

Figura 21 - A Igreja Matriz de Petrolina, construída em 1858-1860, foi aberta ao público com sua estrutura parcialmente concluída. Acervo do autor



Figura 22 - Catedral de Petrolina inaugurada em 1929. Foto de 1940, arquivo: Artur Levy (AL)|CPDOC/FGV.



A luta pela consolidação daquele ambicioso e visionário projeto engajou a sociedade de Petrolina que ansiava por perspectivas de dias melhores. “Por ser Juazeiro, a cidade vizinha, *irmã rica* de Petrolina, mais estruturada, servia ela de comparação e referência. Por isso, a partir da construção da catedral, nota-se a comparação entre as duas cidades num visível desejo de que a cidade pernambucana se desenvolvesse tão quanto a cidade baiana.” (AQUINO, 2013, p.319).

Enquanto na fronteira cidade assistimos o dese rolar de uma phase brilhante de administração, rica de todos os princípios de honestidade, animada do mais forte espírito de boa vontade e de ingentes esforços conjugados, nós [petrolinenses], no que se refere as cosas da prefeitura, vamos retrogradando. [...] o povo bom e paciente, escorchado de impostos, espera que os ouvidos de vv. ss. estejam abertos para estes insignificantes pedidos esperando também que os olhos de vv. ss. vejam o grande exemplo visinho. (O PHAROL, 1929, p. 1 apud AQUINO, 2013.p.319).

A igreja - diocese - e a família Coelho foram peças fundamentais para o progresso de Petrolina no decorrer de sua história. O empenho de Dom Malan em trazer melhorias para a população assim como as contribuições dos Coelhos que buscaram seus diplomas em áreas diversas do conhecimento e retornaram para Petrolina com a vontade de vê-la crescer, são apontados como aspectos relevantes na maturidade política e econômica do município.

2.6 PONTE PRESIDENTE DUTRA: JOASEIRO E PETROLINA SE ENCONTRAM

Figura 23 - Ponte Presidente General Eurico Gaspar Dutra. IBGE, 1957

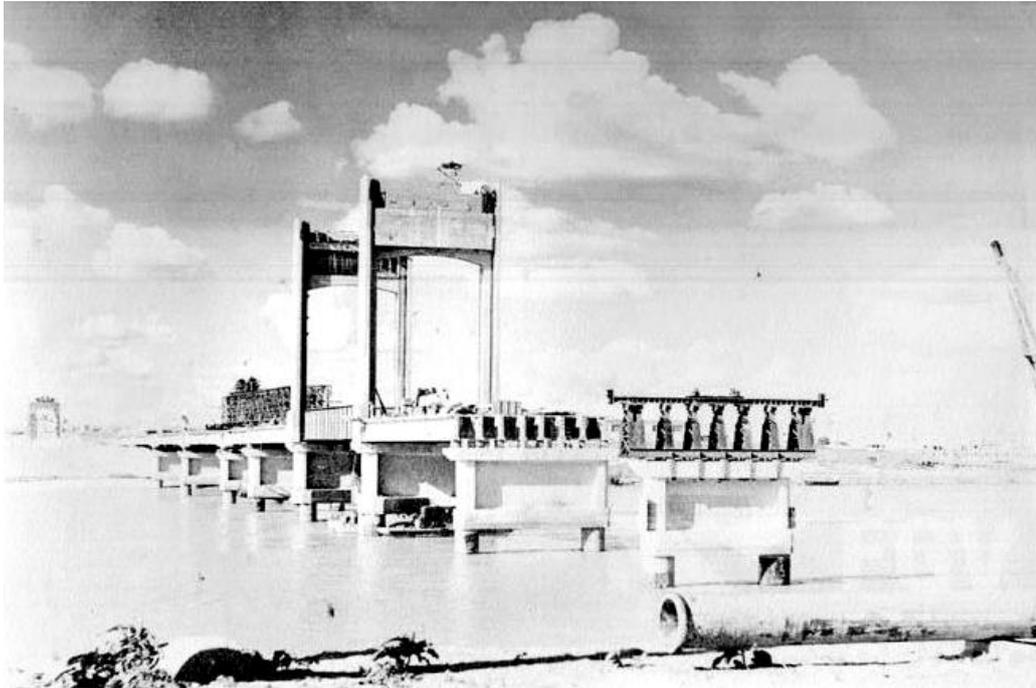


Durante a década de 40 as demandas pela ligação viária e ferroviária entre Juazeiro e Petrolina pressionaram o governo a construir uma ponte que interligasse as duas cidades. O trabalho audiovisual da RTV Caatinga (Univasf) fez uma entrevista¹⁴ com a historiadora Rosy Costa - funcionária do Museu do São Francisco em Juazeiro. A historiadora conta que o deputado federal Manoel Novaes, *padrinho do São Francisco*, solicitou junto ao presidente Dutra a obra de uma ponte sobre o Velho Chico. A licitação ocorreu em 1948 e teve como vencedora uma empresa francesa construtora de pontes, o início dos trabalhos começou em 1949. Na época Juazeiro foi destaque na imprensa por obter “engenharia de primeiro mundo”. O concreto protendido¹⁵ ainda era uma novidade no Brasil.

¹⁴ Vídeo pode ser acessado através do link: https://www.youtube.com/watch?v=EeoB3_4B2KM#t=15

¹⁵ Concreto resistente que teve início no século XVIII sendo aperfeiçoado pelo francês Eugene Freyssinet (1928). É útil para construção de pontes mais extensas.

Figura 24 - Construção da Ponte Presidente General Eurico Gaspar Dutra na década de 1950. Acervo do autor



O lado baiano era mais profundo, o que facilitava o tráfego dos pesados vapores. Os portões que se levantavam para as passagens dessas embarcações foram feitos na parte juazeirense. Atualmente os arcos da ponte são os maiores símbolos de Juazeiro, presente em seus cartões postais.

A estação ferroviária (figura 13) precisou ser demolida para dar lugar à passagem da ponte no perímetro urbano juazeirense. Na figura 25 é possível ver a ponte e suas laterais avançando sobre o prédio. Sergio Lopes também abordou o episódio em sua dissertação. “A necessidade de só promover a ligação dos trilhos da via férrea à ponte foi o motivo alegado para que a cidade de Juazeiro fosse privada de sua bela estação ferroviária, festivamente inaugurada em 15 de novembro de 1907” (LOPES, 2011.p.144).

Figura 25 - Estação Ferroviária de Juazeiro sendo demolida em 1953. Acervo do autor



Parece difícil, considerando a extensão do prejuízo, material e culturalmente, crer na inexistência de soluções alternativas para a questão, ainda que importassem em maiores custos financeiros. Apesar dos argumentos contrários, das inúmeras e inconformadas manifestações populares e do posicionamento da imprensa a respeito daquele “ato de grande insensibilidade”, a Rede Ferroviária Federal decide proceder à demolição. E assim, como já mencionado anteriormente no texto, em 1953, um monumento de incontestável valor histórico e artístico tomba por completo. Segundo os que a presenciaram, a demolição assemelhou-se a “uma ação de puro vandalismo”, não se preservando nem mesmo o material nobre que lhe servia de adorno. A destruição do prédio foi total. (LOPES, 2011, p.144)

A edição n. 280 d'O Observador Econômico e Financeiro¹⁶ de Julho de 1959, fez uma matéria sobre a importância da ponte e as transformações que vinha promovendo entre Petrolina e Juazeiro. A ponte que hoje representa a integração das duas cidades e possibilitou o desenvolvimento regional.

Juazeiro, na Bahia, tinha as lojas, a estrada de ferro para o mar, os cinemas e os bares. Petrolina, em Pernambuco, a feira livre, os colégios e o aeroporto de pista internacional: dois quilômetros cimentados. Entre as duas cidades, o rio São Francisco, com um de seus trechos mais largos e desacidados. O automóvel corre veloz. Em menos de dois minutos

¹⁶ Revista que tratava de assuntos econômicos. A fonte da matéria publicada foi adquirida no Acervo da Hemeroteca Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/123021/per123021_1959_00280.pdf

cumprido galhardamente, rodando em piso correio, o trajeto de oitocentos e um metros. Juazeiro e a Bahia ficaram para trás. Já do outro lado ele roda agora pelas ruas de Petrolina, íntimo dos buracos e das curvas, como se estivesse na sua própria cidade. Essa intimidade entre Juazeiro e Petrolina, que hoje em dia se confundem, parecendo um lugar só, é obra quase milagrosa de uma ponte de concreto armado, construída pelo Governo Federal. (O OBSERVADOR, 1959, p.28)

A edição da Revista também fez algumas considerações sobre o perfil econômico do arranjo urbano. Juazeiro foi uma das “entradas” mais importantes do Sertão, para o Maranhão e o Piauí. “Foi enorme, portanto, a importância de Juazeiro no começo do século [XX]. Por ali, passavam, em média, 20 mil cabeças de gado por ano (...) não é um município agrícola, mas uma praça comercial, de importância apenas relativa, no quadro estadual” (O OBSERVADOR, 1959, p.29)

Petrolina tinha bases econômicas mais sólidas na agricultura e pecuária. Os produtos mencionados na edição foram: cana-de-açúcar, mandioca, mamona, algo dão, feijão, milho e batata doce.

Antes da ponte, Juazeiro e Petrolina pareciam dois fortins, cada um com suas peças de artilharia apontadas para o outro. A rivalidade entre as populações das duas cidades era inata: quem nascesse em Petrolina, já nascia contra os do outro lado e vice-versa — e umas contra as outras cresciam as crianças. Relações comerciais não havia. Os dois males, o econômico e o sociais, eram consequências da falta de comunicação, fato que qualquer observador de fora, desapassionado, constataria imediatamente. Antes da ponte, a comunicação entre Petrolina e Juazeiro dependia de barcos velhos, vela rota, remando no casco, conduzidos por "paqueteiros¹⁷" de cara triste, que pareciam a única manifestação de meio termo na disputa das duas cidades. Se havia tempestade, o tráfego no rio era suspenso. (O OBSERVADOR, 1959, p.30)

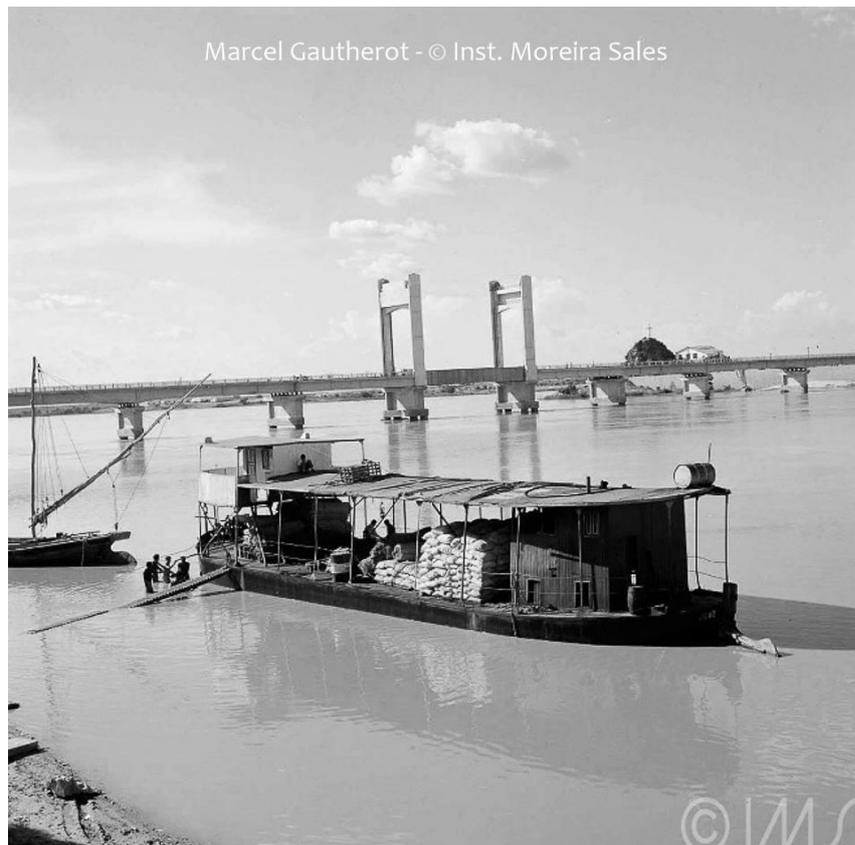
O artigo diz que a travessia entre Juazeiro e Petrolina não era fácil e necessitava de habilidade. As dificuldades de contato entre os moradores das duas cidades resultavam num certo “isolamento” que promovia rivalidades entre ambas. (O OBSERVADOR, 1959). As relações de interdependência já podem ser observadas através da narrativa do artigo, como é citado o exemplo pela busca do ensino e do lazer entre os moradores do lado baiano e pernambucano.

Petrolina tinha os melhores colégios, administrados por educadores de grande prestígio em Pernambuco. Por isso, os pais de Juazeiro concordavam em mandar seus filhos para lá, de barco. Pastas debaixo do braço, os grupos de meninos e meninas atravessavam o rio, tomavam suas

¹⁷ Paqueteiros eram os condutores dos pacotes, embarcações a vela do rio São Francisco.

aulas e voltavam às suas casas, sempre cultivando o bairrismo ensinado pelos pais. Juazeiro tinha os melhores cinemas, único meio de distração de que dispunham as duas cidades. Sempre que a sirene tocava durante todo o dia, anunciando uma estreia importante, Petrolina inteira ficava a coçar-se de curiosidade. (O OBSERVADOR, 1959, p.30)

Figura 26 - Barco atracado em Juazeiro na década de 1950/60 - IMS



Antes da ponte a travessia ocorria por meio dos paquetes. A construção veio também a interligar as linhas ferroviárias que saíam de Salvador para Juazeiro com o trecho entre Petrolina e Teresina. Sendo rodoferroviária (em 1959) por ela trafegavam três mil pessoas diariamente, de acordo com o artigo da revista.

“A obra custou quase sessenta milhões de cruzeiros, tendo sido gastos três mil toneladas de cimento, onze mil de brita, oitenta mil de pedra de mão, mil e quinhentas de água, quinhentas mil de ferro e duzentas e cinquenta mil de aço trepidado. Na parte de Juazeiro existe um portão de ferro feito na França, que funciona como um vão móvel, permitindo a passagem, sob a ponte, de barcos de grande calado”. (O OBSERVADOR, 1959, p.30)

De acordo com o artigo houve uma inauguração extraoficial, ato simples de entrega ao público. Não houve festa e poucas pessoas compareceram. “A princípio, poucas pessoas

usavam a ponte. Apesar de separadas por uma pista de concreto de menos de um quilômetro, Petrolina e Juazeiro continuavam recusando intimidades” (O OBSERVADOR, 1959, p.31).

A cidade pernambucana foi a que mais se beneficiou com a ponte. “A cidade cresceu em dobro. As duas mil casas hoje são quatro mil; a população de sete mil passou a quatorze mil habitantes. Em breve, a cidade terá telefones automáticos. Juazeiro cresceu como praça comercial” (O OBSERVADOR, 1959, p.31).

O anexo C reúne imagens que registram o aspecto urbano de Juazeiro e Petrolina no passado. Após a narrativas de alguns dos principais elementos históricos do arranjo urbano, os demais capítulos irão abordar as dinâmicas econômicas e demográficas atuais. Construindo assim, os argumentos que possibilitarão análises intermunicipal e intraurbana.

3 UMA INTRODUÇÃO À CONFIGURAÇÃO ECONÔMICO-DEMOGRÁFICA DE JUAZEIRO E PETROLINA FRENTE AO CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS



Foto: *Bairro Cajueiro e Juazeiro (BA) – Harisson Souza, 2016*

*“Preta, preta, pretinha
Preta, preta, pretinha*

*Preta, preta, pretinha
Preta, preta, pretinha*

*Enquanto eu corria, assim eu ia
Lhe chamar enquanto corria a barca
Lhe chamar enquanto corria a barca*

*Por minha cabeça não passava
Só, só, somente só*

*Assim vou lhe chamar, assim você vai ser
Só, só, somente só*

*Assim vou lhe chamar, assim você vai ser
Só, só, somente só*

*Abre a porta e a janela e vem ver o sol
nascer*

*Abre a porta e a janela e vem ver o sol
nascer*

*Eu sou um pássaro que vivo avoando
Vivo avoando sem nunca mais parar
Ai, ai saudade não venha me matar*

(Preta, pretinha Moraes Moreira)

O segundo capítulo tem como propósito debater aspectos conceituais e socioeconômicos de Cidades Médias em escala nacional e regional. As variadas definições exigem uma análise aprofundada em relação aos conceitos adotados e como eles estão relacionados dentro da realidade de Juazeiro e Petrolina.

3.1 REFLEXÕES GERAIS SOBRE O CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS

A discussão pautada sobre as Cidades Médias tem despertado o interesse entre geógrafos, urbanistas e sociólogos, pela crescente importância que elas vêm adquirindo dentro do território brasileiro. A complexidade de categorizar e defini-las demonstra uma variedade de aspectos que precisam ser pontuados para melhor compreender a forma como tal grupo desempenha suas funções na rede urbana.

Sendo assim, o que são cidades médias? A pergunta-chave para iniciar o debate pode ser respondida de diversas formas, para isso a subdivisão do capítulo procura esclarecer os pontos abordados e trabalhar com um diálogo de escalas, respeitando as devidas proporções e hierarquias.

Como diz Conte (2013), o conceito de cidade média “surgiu na França, associado às políticas de desconcentração de população e atividades, implantadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – 1971/1975” (CONTE, 2013, p.47). O Plano objetivava distribuir de forma mais adequada o emprego e promover o desenvolvimento regional (COSTA, 2002, p.104 apud CONTE, 2013, p.47)

Em alguns debates foram definidas como cidades médias aquelas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Atualmente o aspecto quantitativo populacional não é o único parâmetro para definição. A polarização que elas exercem sobre o seu entorno também é um ponto relevante que notadamente precisa ser levado em consideração por diversos fatores. O fator econômico é um deles.

Diana Motta e Daniel da Mata (2009) no artigo¹⁸ *A importância da cidade média* publicado pelo Ipea, demonstram que desde 1970 a dinâmica econômica e espacial no Brasil tem forte atuação deste grupo de cidades. Os autores comentam que não existe claramente uma definição rígida sobre o que seria uma cidade média, como se observa a seguir.

¹⁸ Link da publicação:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28

Sua definição depende dos objetivos de especialistas e de políticas públicas específicas. Entretanto, o tamanho demográfico tem sido o critério mais aplicado para identificar as cidades médias, que podem ser consideradas aquelas cidades com tamanho populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes. A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestadas na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as *deseconomias* das grandes cidades e metrópoles. Dessa forma, as cidades médias se revelam como locais privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar que oferecem. (MOTTA; MATA, 2009. Ipea)

É consenso dos pesquisadores a afirmação de que essas cidades têm apresentado um crescimento expressivo no cenário nacional, principalmente quando comparadas aos grandes e pequenos centros urbanos.

Motta e Matta (2009) utilizam dados¹⁹ do IBGE que mostram como esse processo vem se configurando. A leitura da participação das cidades por faixa de população no PIB nacional, apresenta um dinamismo maior do grupo dos centros medianos.

Enquanto as cidades com mais de 500 mil habitantes estão perdendo participação no PIB nacional (queda de 1,64 p.p. no período de 2002 até 2005), as cidades médias estão ampliando sua participação (aumento de 1,28 p.p. no mesmo período). Do ponto de vista populacional, as cidades com mais de 500 mil habitantes estão crescendo a taxas percentuais abaixo das cidades médias (entre 100 mil e 500 mil habitantes). Isto porque, nos últimos anos, as cidades médias foram aquelas que apresentaram maior crescimento anual do PIB (cerca de 4,7% ao ano) e crescimento mais elevado da população (aproximadamente 2% ao ano). Quando uma cidade obtém um elevado crescimento econômico, em termos de elevadas taxas de crescimento do PIB, a mesma torna-se atrativa para migrantes em busca de melhores condições de trabalho. Maior migração significa maior crescimento populacional, supondo que não há diferença substancial entre as taxas de natalidade e mortalidade entre as cidades do sistema urbano. (MOTTA; MATA, 2009. Ipea)

Com as dimensões que as cidades vinham ganhando através do seu crescimento, o repensar na urbanização como uma preocupação social também foi uma questão amplamente discutida. “Uma política de desenvolvimento urbano e regional com foco em centros urbanos médios selecionados, poderá fortalecer a rede urbana contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País”. (MOTTA; MATA, 2009).

¹⁹ Motta e Mata (2009) analisaram os dados no recorte temporal de 2002 – 2005.

Cláudia Heloiza Conte (2013) em *Cidades Médias: discutindo o tema*, inicia o artigo analisando o processo de urbanização no Brasil e seus diferentes momentos. É “a partir do final do século XIX que ocorre maior intensificação deste processo [*urbanização*], mas foi necessário ainda mais um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje” (SANTOS, 2005, p. 22 apud CONTE, 2013, p.46).

No intervalo dos anos 1890 e 1920 a taxa de urbanização brasileira passou de 6,8% para 10,7%. Nos vinte anos seguintes o processo se intensifica, fazendo com que a taxa atingisse o triplo do registrado no final do século XIX. Em 1940 a taxa já correspondia a 31,24%. Foi entre anos 1940 e 1980 que a população urbana desenhou a trajetória de ultrapassagem em relação a população rural. E na década de 1980 a urbanização já havia alcançado cerca de 68% (CONTE, 2013)

No cenário brasileiro, na década de 1950, o grande contingente de pessoas em fluxo migratório para os grandes centros teve parte do movimento direcionado para cidades médias (CONTE, 2013). Os estudos do grupo dessas cidades se intensificam nos anos 60 e 70 do século XX, como a tese do geógrafo francês Yves Leloup sobre as cidades mineiras de porte médio em *Lês Villes du Minas Gerais* (CONTE, 2013).

Amorim Filho (1973) também desenvolveu pesquisas em relação às funções das cidades brasileiras, “e demonstrou que atrelado a este fator, a posição geográfica da aglomeração é tão ou mais importante do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias” (CONTE, 2013, p.48). De acordo com Conte (2013), o autor foi pioneiro em estudar aspectos das cidades médias sendo um marco na discussão.

Os planos de desenvolvimento no Brasil foram um instrumento propulsor para alavancar os centros urbanos, inclusive aqueles de médio porte.

Na década de 1970, como consequência do projeto nacional desenvolvimentista baseado no desenvolvimento urbano-industrial, mesmo privilegiando as grandes cidades, verifica-se a primeira tentativa de definir cidade média, tendo em vista a visibilidade que esta se deparou nos planos e políticas de desenvolvimento nacional. Nas décadas de 1970/1980, o governo brasileiro deu ênfase para a política urbana nacional. Neste sentido, Steinberger e Bruna (2001) salientam que os programas de maior destaque e/ou notoriedade foram: o item “Política de Desenvolvimento Urbano” do capítulo Desenvolvimento Urbano: Controle de Poluição e Preservação do Meio Ambiente do II PND e o Programa de Cidades de Porte Médio. (CONTE, 2013, p.48)

O II PND teve grande importância para a nova dinâmica urbana do Brasil. Pode-se destacar, por exemplo, a criação das RIDEs – Região Integrada de Desenvolvimento.

Conforme Maria do Socorro M. C. Lima e Benedyto Savio de L. Silva (2014), durante o período militar, nos anos 70, são formadas as primeiras Regiões Metropolitanas através da Constituição de 1967 e do II PND, “que pregoava a distribuição espacial das atividades econômicas e redução das disparidades regionais. O Governo Federal criou nove regiões metropolitanas - Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre” (LIMA; SILVA, 2014, p.17).

Houve a explosão urbana e metropolitana - 44% da população moravam em cidades que tinha entre 250 mil e 2 milhões de habitantes. O PND (72-74) previa a criação de polos regionais como estratégia de descentralização econômica, a partir da década de 1980 houve aumento das cidades de porte médio, aumento populacional nos municípios periféricos e crescimento das regiões metropolitanas (AZEVEDO; ALVES, 2010 apud LIMA; SILVA, 2014, p.17).

A partir do II PND as cidades médias passam a ser compreendidas como uma alternativa para desafogar as metrópoles. “O plano tinha como metas a manutenção do crescimento industrial e econômico, o investimento no setor de transporte (hidrovias e ferrovias) e comunicação e a modernização das regiões não industrializadas através da descentralização espacial dos projetos de investimentos” (CONTE, 2013, p.49).

Nas últimas gestões do governo militar no Brasil foram implementados dois Programas: o de Regiões Metropolitanas e Capitais e o de Cidades de Porte Médio. “O programa de Cidades de Porte Médio vigorou por dez anos, sendo considerado o ano de 1976 como o marco inicial e 1986 a data de encerramento do programa” (CONTE, 2013, p.49).

As duas políticas urbanas apresentaram, consistentemente com a definição, as cidades médias como centros para dinamização, tornando-se um novo objeto de preocupação do poder público.

Durante a primeira política urbana do programa, as cidades médias foram conceituadas como aquelas cidades que, considerando a sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função dentro da hierarquia urbana da macrorregião e do país, constituíam-se em centros de grande valor estratégico no que concerne ao desenvolvimento regional, e também para uma rede urbana mais equilibrada no que envolvesse política de organização territorial. Já na segunda política urbana, o conceito de cidades médias foi baseado nas funções de desconcentração e dinamização. Apesar de tais programas não terem alcançado plenamente seus objetivos, nada mostra até o momento atual que as cidades médias venham a ser

objeto de atenção ou preocupação por parte do governo, como ocorreu de fato no período entre 1975 e 1986. (CONTE, 2013, p.49)

Juazeiro e Petrolina foram beneficiadas com ações implementadas no escopo destas políticas públicas na década de 1960-1970. A implantação dos perímetros irrigados que promoveram o desenvolvimento econômico desta região do semiárido nordestino contou, porém, com forte atuação política do poder local, que alcançou as escalas estadual e federal.

A falta de consenso em definir cidades médias ainda é uma realidade dentro do campo acadêmico. As políticas de desenvolvimento urbano do século passado, por exemplo, adotaram critérios estratégicos de definição orientados à promoção do dinamismo dessas localidades com vistas ao fortalecimento econômico do Brasil. Na atualidade, os aspectos demográfico e funcional – o desempenho na hierarquia urbana – são os principais elementos utilizados para a classificação dos centros brasileiros.

3.2 BASES PARA A CLASSIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

3.2.1 O aspecto demográfico

Os pesquisadores Oswaldo Amorim Filho e Rodrigo Valente Serra (2001), no artigo *Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional*, defendem que “na década de 1970, quando o problema da desconcentração espacial das atividades econômicas ocupava posição central nas agendas de políticas urbanas de diversos países, era possível identificar como limite demográfico inferior das cidades médias, populações entre 20 mil e 50 mil habitantes; já o limiar demográfico superior encontrava-se, em quase todos os países, entre 100 mil e 250 mil habitantes” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.3)

Conforme Amorim Filho e Serra (2001), durante este período no Brasil, os estudos de Andrade e Lodder (1979) definiram como cidade de porte médio os centros que possuíam entre 50 mil e 250 mil residentes. Entretanto, no interior da mesma categoria demográfica existiam variações.

Santos (1994), por sua vez, definiu o limite inferior para as cidades médias em 100 mil habitantes, justificando-o em termos do nível de complexidade da divisão do trabalho, ou, em outros termos, pela diversificação de bens e serviços ofertados localmente. Segundo o autor, sem precisar recorrer a outras tantas propostas de limites populacionais para definição de cidades médias, a tendência de elevação desses limites deixa claro o dinamismo

implícito a esse conceito: o que definia cidade média há décadas não satisfaz mais à atual estrutura socioeconômica, em que uma cidade média deve dar suporte a uma quantidade importante de atividades e serviços que exigem para existir uma população não inferior a 100 mil habitantes. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.3)

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI,2010) também trouxe algumas contribuições para a discussão. No trabalho, *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*, entende-se que “cidade pequena se contraporia à cidade grande. E cidade média seria aquela que está entre uma e outra, ou seja, teria uma dimensão intermediária. Ao se pretender averiguar o tamanho seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional.” (SEI, 2010, p.18).

São as instituições estatísticas que realizam tal trabalho, usando critério de ordem populacional: “na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes” (SEI, 2010, p.18).

Maria Encarnação Sposito (2009) alerta para a importância de se ultrapassar as classificações denominadas como grande, média e pequena com base apenas em critérios populacionais. A complexidade teórico-conceitual do contexto urbano torna esse critério insuficiente (SPOSITO, 2009, apud SEI, 2010). “Mesmo que se considere um intervalo de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços, em outras palavras, considerando-se o território brasileiro, uma cidade com 100 mil habitantes no interior do estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no estado de São Paulo, por exemplo.” (SEI, 2010, p.19). Souza (2003) complementa:

[...] uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo. (SOUZA, 2003, apud SEI, 2010, p.19).

Muitos pesquisadores concordam que é preciso promover análises que não se limitem a superficialidade sem considerar contextos geográficos e socioeconômicos. A liderança regional que tais cidades desempenham em suas respectivas regiões de influência é um ponto

interessante na conceituação. No Brasil há uma grande quantidade de cidades pequenas que são influenciadas por centros maiores que não são necessariamente metrópoles.

[...] o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes, então são [de] cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região (...) cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, apud SEI, 2010, p.19).

Baseado no artigo *A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil* de Amorim Filho (1984), Stamm; Staduto; Lima e Wadi (2011) fazem um panorama da evolução dessas cidades no recorte temporal de 1970-2010. De acordo com os autores, a expansão da fronteira agrícola, a desconcentração industrial e as melhorias estruturais, permitiram neste período que a população brasileira migrasse para o interior do país.

Tal processo de interiorização inspirou a inclusão de novas considerações ao esforço de definição frente às primeiras classificações (anos 1970), tais como: **a)** interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; **b)** tamanho demográfico e funcional suficiente para oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional e desenvolverem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas; **c)** capacidade de receber e fixar os imigrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidade de trabalho, interrompendo o movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas; **d)** condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que envolve; **e)** diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, como as grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2011).

Conforme os autores, as cidades com população entre 50 mil e 250 mil habitantes na época alcançavam tais requisitos. Muito embora, atualmente, com o crescimento da população urbana e os limites demográficos sendo ampliados com o decorrer do tempo, “pode-se inferir que uma cidade de porte médio deve dar suporte a uma quantidade importante de atividades e

serviços que exigem para existir uma população não inferior a 100 mil habitantes” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2011, p.254).

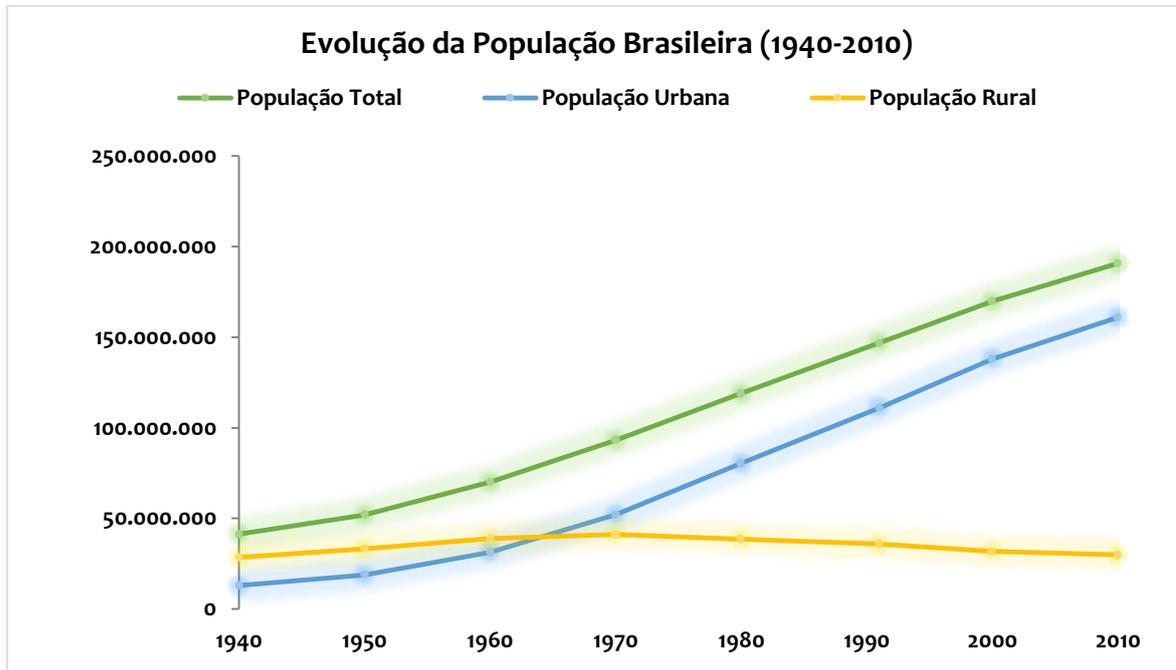
Tabela 2 - Evolução da população e do índice de urbanização no Brasil (1940-2010).
Elaborado por Stamm et al (2011) a partir de IBGE, Censos Demográficos

Ano Censo	População Total	População Urbana	População Rural	Taxa de Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36

A partir dos dados organizados por Stamm et al (2011) na tabela 2, percebe-se que houve um decréscimo da População Rural no Brasil após o seu ápice em 1970, quando o país tinha mais de 41 milhões de moradores na zona rural. Nesta década a urbanização já havia chegado ao percentual de 55,92%. Comparando os números do período entre 1940 e 2010, a taxa de crescimento total da população brasileira foi de 362,6%, sendo que a população urbana aumentou 1.149,4% e a rural apenas 5,2% - considerando os anos final e inicial.

“No censo demográfico de 2010, há evidências de que houve um processo de reconcentração da população urbana brasileira nos grandes centros do país, da mesma forma, as evidências apontam para um aumento e dispersão das cidades de porte médio no território brasileiro” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2011.p.252).

Gráfico 1 - Evolução da população brasileira entre os Censos 1940-2010. *Elaborado por stamm et al (2011) a partir de IBGE, Censos Demográficos*



O gráfico acima permite visualizar o vigor do crescimento da população urbana verificada na segunda metade do século XX e inferir o movimento migratório rural-urbano, associado a este crescimento, assim como as tendências para os anos seguintes. Além da ultrapassagem da população urbana sobre a rural entre as décadas de 1960 e 1970, também é perceptível uma desaceleração do crescimento populacional total no Brasil.

As grandes metrópoles e capitais dos estados ainda concentram parte considerável dos residentes no país. A faixa territorial próxima ao litoral também abriga grande parte dos brasileiros.

A tabela 3 elaborada pelos autores, mostra o crescimento populacional em nove RMs de diferentes regiões, aquelas que foram primeiro institucionalizadas no II PND (na década de 1970).

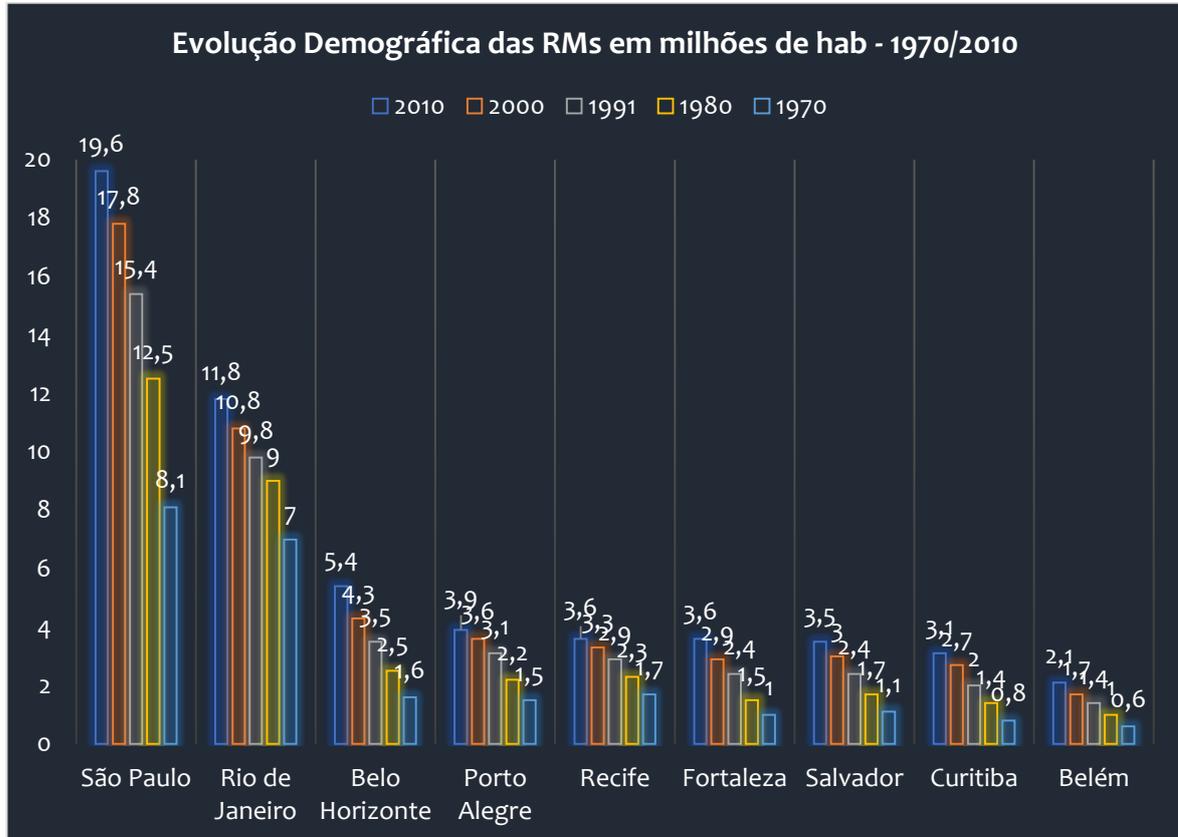
Tabela 3 - População de Regiões Metropolitanas brasileiras selecionadas (1970-2010).
Elaborado por stamm et al (2011) a partir de IBGE, Censos demográficos

Região Metropolitana	Censo 2010	Censo 2000	Censo 1991	Censo 1980	Censo 1970
São Paulo	19.683.975	17.834.664	15.444.941	12.588.439	8.137.401
Rio de Janeiro	11.835.708	10.872.768	9.814.574	9.018.637	7.082.404
Belo Horizonte	5.414.701	4.342.367	3.515.542	2.541.788	1.605.663
Porto Alegre	3.958.985	3.655.834	3.147.010	2.232.370	1.531.168
Recife	3.690.547	3.335.704	2.919.979	2.348.362	1.792.688
Fortaleza	3.615.767	2.975.703	2.401.878	1.581.588	1.038.041
Salvador	3.573.973	3.018.285	2.496.521	1.772.018	1.148.828
Curitiba	3.174.201	2.725.629	2.063.654	1.441.743	820.766
Belém	2.101.883	1.794.981	1.401.305	1.000.349	656.351
Total RMs	57.049.740	50.555.935	43.205.404	34.525.294	23.813.310
Total Brasil	190.755.799	169.799.170	146.825.475	119.002.706	93.139.037
%RMs / Brasil	29,91%	29,77%	29,43%	29,01%	25,57%

Observando a tabela 3 a partir do Censo de 1980, é possível notar o baixo crescimento percentual da participação das regiões metropolitanas no total da população brasileira. A variação entre 1980 e 2010 foi de 29,01% para 29,91%.

As RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro atingiram patamares que as colocam em nível demográfico diferenciado das demais Regiões Metropolitanas. “A infraestrutura básica existente nessas cidades, as quais estavam ligadas ao comércio internacional, permitiu a localização das indústrias nesses dois principais polos brasileiros e em suas áreas mais próximas, explicando a concentração das atividades econômicas nesses dois centros primazes” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2011, p.255). O gráfico 2, logo abaixo, expressa o crescimento populacional das mesmas RMs entre os Censos de 1970 e 2010.

Gráfico 2 - População em milhões das RMs selecionadas Censos 1970-2010. *Elaborado pelo autor a partir de Stamm, 2011*



Após os anos 1970, tem início um processo da desconcentração industrial, configurando-se em duas fases: “na primeira, ocorreu uma relativa dispersão da produção industrial no País como um todo; e na segunda fase, ocorreu uma relativa reconcentração da atividade industrial” nas regiões de Belo Horizonte (MG); Uberlândia (MG); Maringá (PR); Porto Alegre (RS); Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP). (DINIZ, 1993; ANDRADE E SERRA, 2001a apud STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2011, p.255).

O crescimento das cidades médias está associado à interiorização de tal processo de desconcentração industrial, mas também da expansão da fronteira agrícola e de *deseconomias* de aglomeração dos grandes centros. Neste período, há um comportamento distinto em termos de crescimento populacional entre cidades metropolitanas e não-metropolitanas.

Até o início da década de 1980, com a “explosão” da população urbana, caminhou-se na direção de uma concentração nas grandes cidades, com destaque para cidades metropolitanas com mais de 500 mil habitantes (...) No decênio de 1980, as cidades de porte médio não metropolitanas começavam um ciclo de expansão acompanhadas [no decênio de 1991] das cidades com mais de 500 mil habitantes não metropolitanas. Essas cidades

iniciavam uma nova dinâmica em relação às cidades metropolitanas acima de 100 mil habitantes, revertendo o processo de crescimento. As cidades acima de 100 mil habitantes não metropolitanas cresceram proporcionalmente mais do que as cidades metropolitanas desse porte, em todo o período... (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2011, p.258)

A tabela 4 mostra a participação relativa dos municípios por faixa de tamanho na composição demográfica do Brasil. Os números compilados por Stamm et al (2011) mostram o surgimento de 1.613 novos municípios no período de 40 anos que vão de 1970 a 2010, alcançando um total de 5.565 neste último ano. Na tabela o número absoluto é o total de municípios e ao lado está o percentual populacional da faixa sobre a população total brasileira.

Tabela 4 - Municípios brasileiros por faixa de população (1970-2010). IBGE, Censos; elaborado por stamm et al, 2011

Faixa de População	1970		1980		1991		2000		2010	
	Nº. Absoluto	%								
<20 mil	2.875	28,1	2.758	21,3	3.095	19,6	4.022	19,8	3.914	17,1
Entre > 20 mil e 50 mil	828	26,4	859	22,1	930	19,2	958	16,9	1.043	16,4
Entre > 50 mil e 100 mil	158	11,0	236	13,1	281	13,1	303	12,4	325	11,7
Entre > 100 mil e 500 mil	80	15,5	120	19,1	160	21,7	193	23,3	245	25,5
Mais de 500 mil	11	19,0	18	24,4	25	26,5	31	27,6	38	29,3
Total Brasil	3.952	100	3.991	100	4.491	100	5.507	100	5.565	100

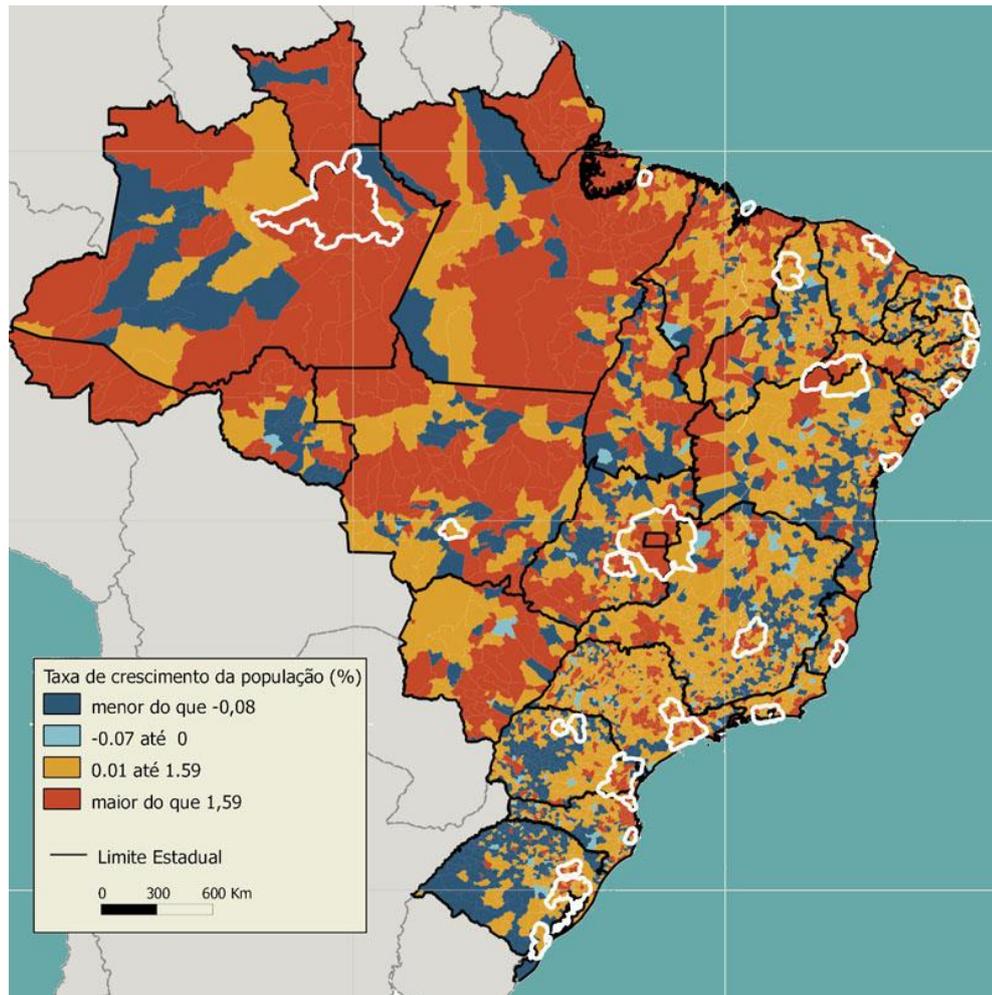
Na faixa com população **menor que 20 mil habitantes**, o número total de municípios aumentou 36,14% no período, mas sua participação relativa na população brasileira caiu de 28,1% em 1970 para 17,1% em 2010. Na segunda faixa, com população **entre 20 mil e 50 mil habitantes**, a quantidade de municípios aumentou em 26% e a participação relativa registrou queda de 26,4% em 1970 para 16,4% em 2010. A faixa **entre 50 mil e 100 mil habitantes** mais do que duplicou em relação ao número de municípios, aumentou 105,7% no período. Já o percentual de participação na população total brasileira passou de 11% em 1970 para 11,7% em 2010.

A faixa populacional **entre 100 mil e 500 mil habitantes** teve crescimento de 206,3% em seu número de municípios e ainda elevou de 15,5% para 25,5% a participação relativa de sua população no total do país. Os centros com **mais de 500 mil habitantes**, por sua vez, registraram crescimento proporcional ainda maior em relação a quantidade de municípios -

245,5% passando de 11 para 38. Contudo, em quantidade absoluta o aumento foi menor que a faixa das cidades médias, estas eram 80 em 1970 e passaram a ser 245 em 2010. A divisão em faixas não separou as cidades metropolitanas das não-metropolitanas.

O mapa 2 mostra a taxa de crescimento demográfico dos municípios entre os Censos mais recentes de 2000 e 2010.

Mapa 2 - Taxa de crescimento nos municípios do Brasil (2000-2010). IBGE, 2011



As taxas de maior crescimento demográfico, representadas no mapa pela cor vermelha, são mais frequentes na Região Norte e na Região Centro-Oeste. Contudo, é preciso relativizar a questão. Municípios mais próximos ao litoral e/ou em regiões metropolitanas, são menores em área territorial e por isso não tiveram destaque no mapa 2, decorrente de seu tamanho reduzido. Ainda assim, é possível visualizar que existem áreas vermelhas (maior crescimento) nessas regiões mencionadas.

Como as RMs e RIDEs também estão demarcadas, sua observação permite observar o contexto dos municípios de Juazeiro e Petrolina. Em termos relativo e absoluto, ambos se situam entre os municípios que apresentaram taxas de aumento demográfico, sobretudo no lado pernambucano da RIDE Petrolina-Juazeiro.

Em que pese sua importância na elaboração de planos de desenvolvimento pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980, o uso do critério demográfico para definição de cidades médias tem suas limitações. Entretanto, após a reflexão sobre tal critério com base em diversas fontes bibliográficas mencionadas anteriormente, pode-se dizer que há algum consenso na inclusão deste grupo de cidades brasileiras na faixa populacional de 100 a 500 mil habitantes. As cidades médias adentraram os debates mais expressivos naquela época, quando sua importância para os planos de desenvolvimento dos governos militares e seu crescimento demográfico começam a se destacar. Elas permanecem presentes em estudos acadêmicos e de planejamento urbano, justamente por continuarem apresentando altas taxas de crescimento populacional e econômico.

Contudo, como argumenta Sposito (2009), é preciso refletir sobre as classificações demográficas. Existem fatores que regem a hierarquia urbana no território e eles são indispensáveis para os debates que incluem cidades médias.

Os estudos do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades e os Arranjos Populacionais, permitem avançar na definição, situando-a na compreensão da dinâmica urbana no Brasil.

3.2.2 A posição geográfica

A variação conceitual acerca do entendimento sobre cidades médias exige atenção do pesquisador. Nesta direção, é importante recordar que, em geral, as cidades possuem características que as diferenciam nos papéis que desempenham dentro da rede urbana, seja no Brasil, seja no mundo. “Megacidades, metrópoles, megalópoles ou cidades globais são alguns dos termos que expressam a percepção de uma nova dinâmica da sociedade em relação a este contexto de vida mundializado e cosmopolita.” (OJIMA, 2007, p.51).

Essa observação explicita a dificuldade na definição não apenas das cidades médias, mas de todos os grupos de cidade, e mesmo do que se entende por urbano. De acordo com Ojima (2007), a dificuldade para conceituação não é exclusividade do Brasil, a divisão de

população entre urbana e rural das Nações Unidas considera ‘urbanos’ todos os assentamentos humanos com mais de 2 mil habitantes.

Em geral, segundo avaliações das Nações Unidas (United Nations, 1998), os critérios de ‘urbano’ podem ser classificados em pelo menos três tipos: 1) tamanho das localidades; 2) classificação dos centros administrativos e 3) classificação dos centros administrativos de acordo com critérios selecionados (tipo de governo local, número de habitantes ou proporção da população em atividades tipicamente agrícolas). (OJIMA, 2007, p.51)

No marco legal brasileiro, toda sede de município é considerada urbana. A legislação municipal é quem define o perímetro urbano. Então, como classificar as cidades do país além do critério demográfico? Ainda existe a formação das aglomerações não metropolitanas e das RMs que polarizam redes de influência importantes no território.

O REGIC e a dimensão regional na definição de cidades médias

O IBGE, por meio do Regic – Região de Influência das Cidades (2007), atualizou a hierarquia urbana e as regiões de influência dos centros urbanos em relação aos estudos de 1978 e 1993. No último documento divulgado, encontram-se quatro níveis de hierarquização. Cada nível possui os seus subníveis.

Figura 27 - Níveis e subníveis da hierarquia urbana brasileira. Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2007



O estudo mostra que existem cidades com maior *centralidade* que constituem foco para outros municípios formando redes mais extensas. Como esse processo não ocorre de forma igualitária com todos os centros urbanos, foi apresentado o conceito de *Hierarquia Urbana*. Ele leva em conta a quantidade de relacionamentos entre as cidades, a intensidade dessa relação e a dimensão do território influenciado. Na versão 2007 do Regic, o IBGE assim define os níveis e subníveis da hierarquia mais recente da rede urbana brasileira:

Metrópole – são 12 aglomerações urbanas presentes nesse nível. Elas possuem intensas relações com o território nacional e entre si. São caracterizadas por serem de grande porte e por exercerem influência direta sobre os municípios de seus respectivos estados. Há uma grande variação entre elas em termos de dimensão populacional e das funções que exercem na gestão territorial, o que fundamentou a identificação de três subníveis nessa classe:

Grande Metrópole Nacional: a única no topo da gestão territorial no Brasil, está a metrópole de São Paulo, “o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007”

Metrópole Nacional: Rio de Janeiro e Brasília são as duas metrópoles nesta classificação, também considerada pelo IBGE como de primeiro nível da gestão territorial. Junto com São Paulo, elas “constituem foco para centros localizados em todo o país” (IBGE, 2007, p. 11).

Metrópole: Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Goiânia e Manaus são os conjuntos urbanos assim classificados. Com população que varia de 1,6 milhão a 5,1 milhões, em 2007, ficam abaixo das outras três citadas anteriormente por exercerem menor influência, embora possuam projeção nacional.

Capitais Regionais – ao todo são 70 centros urbanos categorizadas em três subníveis: Capital Regional A, B e C. O grupo é composto por centros que exercem influência imediatamente abaixo das metrópoles, com área de influência regional e abrangendo tanto o estado no qual estão inseridos, como outros estados vizinhos. Eles são referência na busca de serviços e atividades pela população de um grande número de municípios. As definições dos seus subníveis são:

Capital Regional A: são 11 cidades, capitais estaduais classificadas como não metropolitanas e Campinas, com mediana de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos, sendo este último - calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro urbano foi mencionado pelos entrevistados como destino para obtenção de bens e serviços.

Capital Regional B: mesmo ocorrendo em outras regiões do Brasil, as 20 cidades que compõem essa classificação estão mais presentes no Centro-Sul e possuem mediana de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.

Capital Regional C: de menor influência que o subnível anterior, são 39 cidades com mediana de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

Centro Sub-Regional – são 164 centros urbanos, os quais desempenham atividades de gestão territorial menos complexas, em área de influência menor e os relacionamentos externos à sua própria rede se dão, geralmente, com apenas 03 metrópoles. São dois os subníveis nessa classificação:

Centro Sub-Regional A: composto por 85 cidades com mediana de 95 mil habitantes e 122 relacionamentos.

Centro Sub-Regional B: constituído por 79 cidades com mediana de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

Centros de Zona - nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares, com dois subníveis identificados:

Centro de Zona A: são 192 cidades, com mediana de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.

Centro de Zona B: 364 cidades, com mediana de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.

Centro Local – são os demais municípios cuja influência não extrapola o limite municipal. Possuem população predominantemente inferior a 10 mil habitantes e mediana de 8.133.

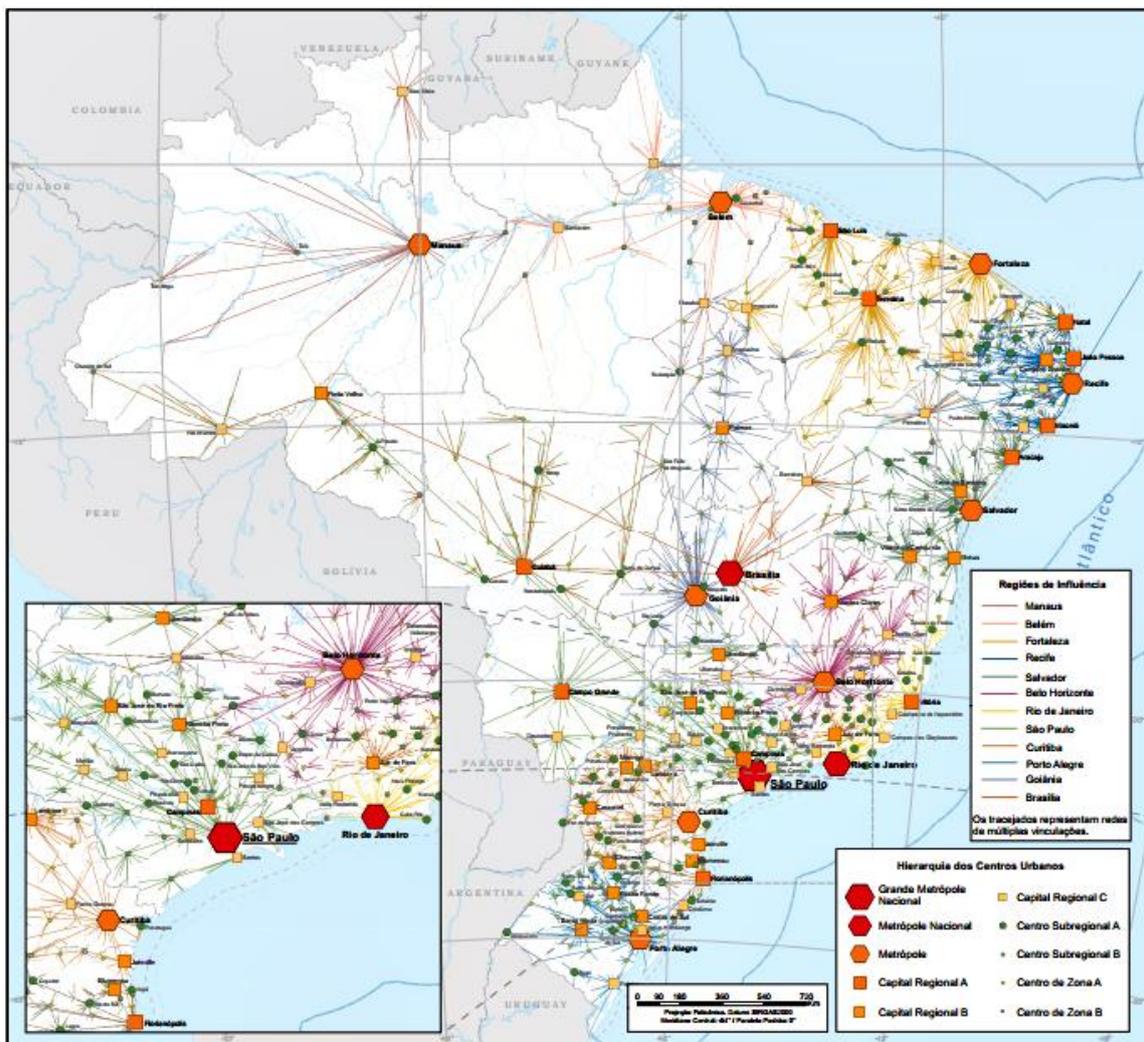
Tabela 5 - Dimensão das Redes de primeiro nível, IBGE 2007

Nível/Subnível	Rede	População	Área (km ²)	Nº Municípios
Grande MetrÓpole Nacional	São Paulo	51.020.582	2.279.108,45	1.028
MetrÓpole Nacional	Rio de Janeiro	20.750.595	137.811,66	264
MetrÓpole Nacional	Brasília	9.680.621	1.760.733,86	298
MetrÓpole	Fortaleza	20.573.035	792.410,65	786
MetrÓpole	Recife	18.875.595	306.881,59	666
MetrÓpole	Belo Horizonte	16.745.821	483.729,84	698
MetrÓpole	Salvador	16.335.288	589.229,74	486
MetrÓpole	Curitiba	16.178.968	295.024,25	666
MetrÓpole	Porto Alegre	15.302.496	349.316,91	733
MetrÓpole	Belém	7.686.082	1.389.659,23	161
MetrÓpole	Goiânia	6.408.542	835.783,14	363
MetrÓpole	Manaus	3.480.028	1.617.427,98	72

Para chegar à classificação apresentada acima, o IBGE pesquisou 4.625 do universo de 5.564 municípios existentes em 2007, dos quais cerca de 85% têm menos de 20.000 habitantes.

“O questionário preenchido pela Rede de Agências do IBGE em fins de 2007 investigou: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços, tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários” (IBGE, 2007, p.9). O mapa 3 sintetiza os resultados deste esforço, que evidencia a malha mais densa que cobre o eixo litorâneo e, particularmente, as grandes regiões sul e sudeste do território nacional.

Mapa 3 - Regiões de Influência, IBGE 2007



Partindo para a realidade nordestina, três metrópoles compõem o primeiro nível das Redes: Fortaleza, Recife e Salvador. A rede de Fortaleza, a terceira maior em população do país (11,2% do total), possui abrangência que engloba os estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí. Contava, em 2005, com apenas 4,5% do PIB nacional e o menor PIB per

capita entre as redes, com R\$ 4,7 mil, registrando em Fortaleza R\$ 7,6 mil e no restante da rede R\$ 4,1 mil. Cerca de 15,8% da população total encontra-se na metrópole, que concentra 25,7% do PIB da rede. (IBGE, 2007)

Recife compõe a quarta maior rede em população com 10,3% do total, dos quais cerca de 19,5% se concentram na metrópole. Em 2005, a rede tinha 4,7% do PIB nacional, sendo a metrópole do Recife responsável por 29% do PIB da rede. O PIB per capita era de R\$ 8 mil na metrópole e no resto da rede R\$ 4,7 mil. Além de Pernambuco, dela fazem parte algumas áreas dos estados da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia. (IBGE, 2007)

Por fim, Salvador e sua rede urbana respondem por 8,8% da população do Brasil e 4,9% do PIB nacional. A metrópole concentra 22,4% da população e 44% do PIB da rede. O PIB per capita era de R\$ 12,6 mil em Salvador e R\$ 4,6 mil nos demais municípios. Partes dos territórios dos estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco compõem a rede da metrópole baiana, inclusive onde estão localizadas Juazeiro e Petrolina, tratadas como um conjunto urbano no Regic. (IBGE, 2007)

Segundo o estudo do IBGE, na região Nordeste, as capitais concentram a oferta de equipamentos e serviços e são poucas as opções de centros de níveis intermediários. Porém existem alguns casos “tradicionais” com forte polarização no interior nordestino, tais como Campina Grande, o conjunto Juazeiro-Petrolina, Juazeiro do Norte e Mossoró.

A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em consideração a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. “Os principais itens analisados nesse estudo do IBGE são relações de gestão federal, gestão empresarial, comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior e saúde” (IBGE, 2007, p.11)

A figura 28 mostra as Redes do Nordeste e a classificação das cidades no Regic. O critério demográfico é secundário em relação à centralidade que cada município desempenha na rede, muito embora seja importante pela quantidade de pessoas que a rede alcança.

Figura 28 - Redes nordestinas. IBGE, 2007

Rede	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro Sub-regional A	Centro Sub-regional B
FORTALEZA	São Luís, Teresina, Natal	-	Imperatriz, Mossoró, Juazeiro do Norte, Sobral	Bacabal, Caxias, Pinheiro, Santa Inês, Floriano, Parnaíba Picos, Caicó, Pau dos Ferros, Crateús, Iguatu, Quixadá	Balsas, Açu, Chapadinha, Pedreiras, Presidente Dutra, Campo Maior, São R. Nonato, Currais Novos, Itaipoca
RECIFE	João Pessoa, Maceió, Natal	Campina Grande	Arapiraca, Caruaru, Mossoró e Juazeiro-Petrolina	Caicó, Pau dos Ferros, Cajazeiras, Guarabira, Patos, Souza, Garanhuns, Serra Talhada	Açu, Currais Novos, Itaporanga, Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Palmares, Vitória de Santo Antão, Santana do Ipanema e Senhor do Bonfim
SALVADOR	Aracaju	Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista	Barreiras e Juazeiro-Petrolina	Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Santo Antônio de Jesus	Itabaiana, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Senhor do Bonfim, Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Valença

Juntas, Juazeiro-Petrolina são consideradas um conjunto urbano classificado como Capital Regional C. Como o levantamento para o estudo ocorreu nos anos iniciais do novo século, é possível que tenha ocorrido alguma mudança de posição deste conjunto urbano, considerando o crescimento populacional observado na sua região de influência no Censo de 2010. O adensamento do setor de serviços e o fortalecimento do polo educacional – crescimento e implantação de novos cursos na Univasf, UPE e faculdades privadas ali localizadas – são fatores que também apontam para uma maior dinamização em anos recentes.

Entretanto, o Regic não obedece a uma lógica de sequência temporal – diferentemente dos Censos demográficos. Sendo assim, fica o apontamento para uma provável mudança na categoria do arranjo Juazeiro-Petrolina para o próximo estudo.

3.3 ARRANJOS POPULACIONAIS DO IBGE

Em 2015 o IBGE divulgou o estudo dos *Arranjos Populacionais do Brasil*. Na introdução, a urbanização tem um forte papel na concentração de pessoas, trocas, ligações com transferências materiais e imateriais. São fluxos e circulações que ocorrem em diferentes escalas. “As principais cidades do globo funcionam como uma infraestrutura da globalização: elas urbanizam as redes de fluxos globais, compreendendo múltiplos e diversos circuitos (SASSEN, 2008, apud IBGE, 2015, p.13).

No âmbito geográfico, significa uma nova ordem mundial que se caracteriza pelo "entrelaçamento" entre escalas territoriais ou a ampliação da interligação de centros urbanos em uma nova divisão do trabalho, que reorganiza o trabalho e as atividades econômicas, os mercados e as relações de governança em múltiplas escalas e que produz distintos arranjos populacionais. Tais arranjos se apoiam em uma base econômica que internalizou novos elementos ao território, como a presença de atributos tecnológicos e trabalhadores com alta qualificação, com a importância crescente do terciário avançado, com a fragmentação crescente entre local de moradia e local de trabalho acirrando a mobilidade populacional, e, em contrapartida, mantendo ou aprofundando as desigualdades do País. (IBGE, 2015, p.13)

O que seriam então Arranjos Populacionais? É o agrupamento de dois ou mais municípios com forte integração populacional. As figuras 29 e 30 mostram os esquemas explicativos a partir do IBGE.

Figura 29 - Arranjo Populacional. Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015



Nos arranjos, são identificados três níveis de integração: *forte intensidade relativa*; *forte intensidade absoluta*; e a *contiguidade das manchas urbanas*.

Figura 30 - Intensidade do Arranjo Populacional. Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015

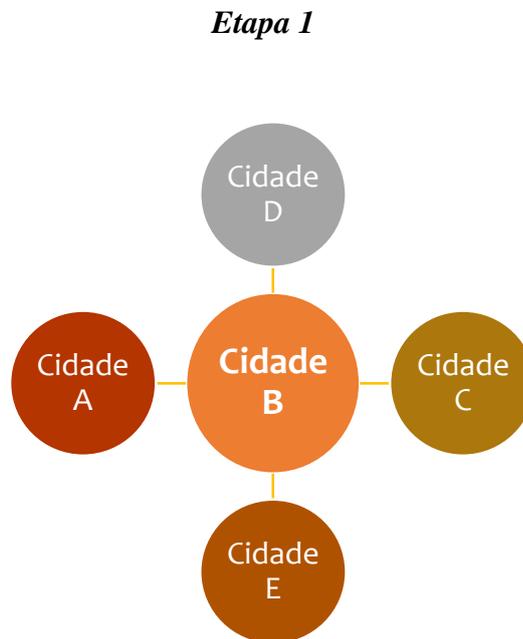


Considerando duas cidades (*A* e *B*), existe uma integração de forte intensidade relativa quando uma *alta porcentagem* - sobre a população total – se desloca de **A para B** e de **B para A**, por força de atividades de trabalho e estudo. Após as tarefas rotineiras essas pessoas retornam para seus municípios de origem, realizando assim o deslocamento pendular.

Quando os exemplos das *cidades A* e *B* são municípios muito populosos, os percentuais podem ser baixos. Entretanto, mesmo com a porcentagem sendo baixa sobre a população residente total, existe um *grande número* de pessoas se movimentando. O IBGE adotou a quantidade de 10.000 ou mais pessoas em deslocamento para classificar como **Forte Intensidade Absoluta**.

O terceiro nível é a **Contiguidade das Manchas urbanas**, quando a distância entre as bordas das *manchas urbanizadas* principais de dois municípios é de *até 3 km*. Para melhor compreender este critério, segue a figura 31 com um exemplo de arranjo populacional com tais dimensões.

Figura 31 - Contiguidade das manchas urbanas em Arranjo Populacional (1). Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015



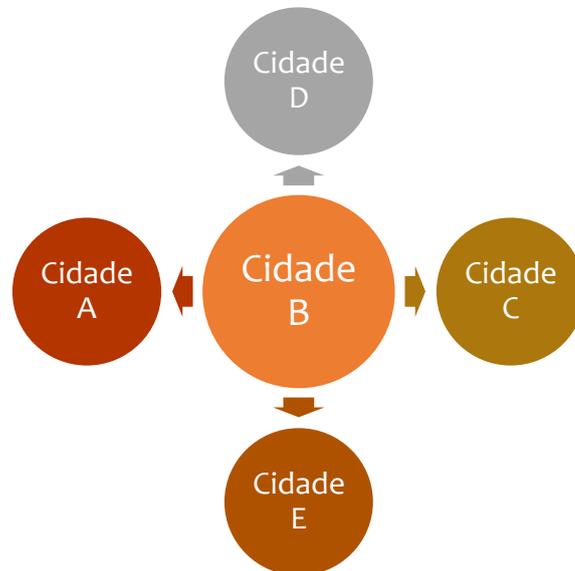
Considerando a *Cidade B* como uma *Cidade Média* cercada por cidades menores representadas por *A*, *C*, *D* e *E*, ela exerce uma influência em seu entorno e junto com ele apresenta dinâmicas econômicas de caráter regional. Com o crescimento da *Cidade B*, várias empresas começam a se instalar e geram demanda por mão de obra com salários atrativos. Ela então começa a crescer com a chegada de novos moradores atraídos pela oferta de empregos e que para lá se mudam.

Arelado ao processo vão surgindo universidades na *Cidade B* com o objetivo de suprir as necessidades técnicas das empresas que ali se instalaram. Os serviços também crescem com as novas demandas, abrem-se mais restaurantes, supermercados e consultórios médicos. As outras cidades menores não têm as mesmas ofertas que a cidade média *B*, sendo assim, os habitantes do entorno se mudam para *B* ou fazem os movimentos pendulares.

Desse modo, a cidade *B* expande sua área urbana até seus limites se encontrarem com as *bordas* urbanas de *A*, *C*, *D* e *E*. Os investimentos em mobilidade, logística e equipamentos urbanos vão tornando *B* uma cidade com grandes dimensões. O preço do imóvel cresce com a procura por espaço para pessoas e negócios se estabelecerem e o trânsito passa a ser um transtorno para a população local. O efeito é descrito logo abaixo na figura 32, que remete à segunda etapa do fenômeno.

FIGURA 32 - Contiguidade das manchas urbanas em Arranjo Populacional (2). Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2015

Etapa 2



Optando por alternativas mais baratas e tranquilas, os residentes da *Cidade B* passam a sair dela e fixar moradia nos outros centros menores que estão localizados no entorno – efeito reverso da situação descrita na Etapa 1.

Elas vão para *B* somente em movimentos pendulares. A partir daí, nas Cidades *A*, *C*, *D* e *E* passam a surgir também maiores ofertas de serviços – padarias, consultórios, supermercados – e novas unidades de ensino superior, entre outras atividades, que atendam essa nova população. Estas são as etapas do processo de crescimento de um arranjo populacional. O exemplo anterior mostrava 5 cidades interligadas por proximidade geográfica, que deram origem a um arranjo populacional com uma gama mais complexa de atividades e problemas que afetam todos os municípios envolvidos.

De acordo com o IBGE foram identificados 294 arranjos populacionais no Brasil, a maioria localizados nas regiões Sudeste e Sul (ver Mapa 4). Eles concentravam 56% da população brasileira – aproximadamente 107 milhões de habitantes – em mais de 900 municípios. “No Nordeste, os arranjos populacionais localizam-se marcadamente próximos ao litoral, ainda que ocorram também no interior da região, principalmente vinculados a centros regionais tradicionais, como Juazeiro/BA, Petrolina/PE, Juazeiro do Norte/CE, Campina Grande/PB e Caruaru/PE” (IBGE, 2015, p.31)

O caso de Juazeiro-Petrolina (ver tabela 6) apresentou 13.242 residentes que fazem as movimentações pendulares entre os dois municípios que integram o arranjo. As duas cidades são núcleos e juntas possuíam 491.927 habitantes no Censo de 2010. Em termos quantitativos foi o arranjo que obteve maior quantidade de moradores e de pessoas que trabalham e estudam dentro dos municípios do arranjo. De acordo com os dados, 244.561 desempenhavam suas atividades profissionais dentro das duas cidades.

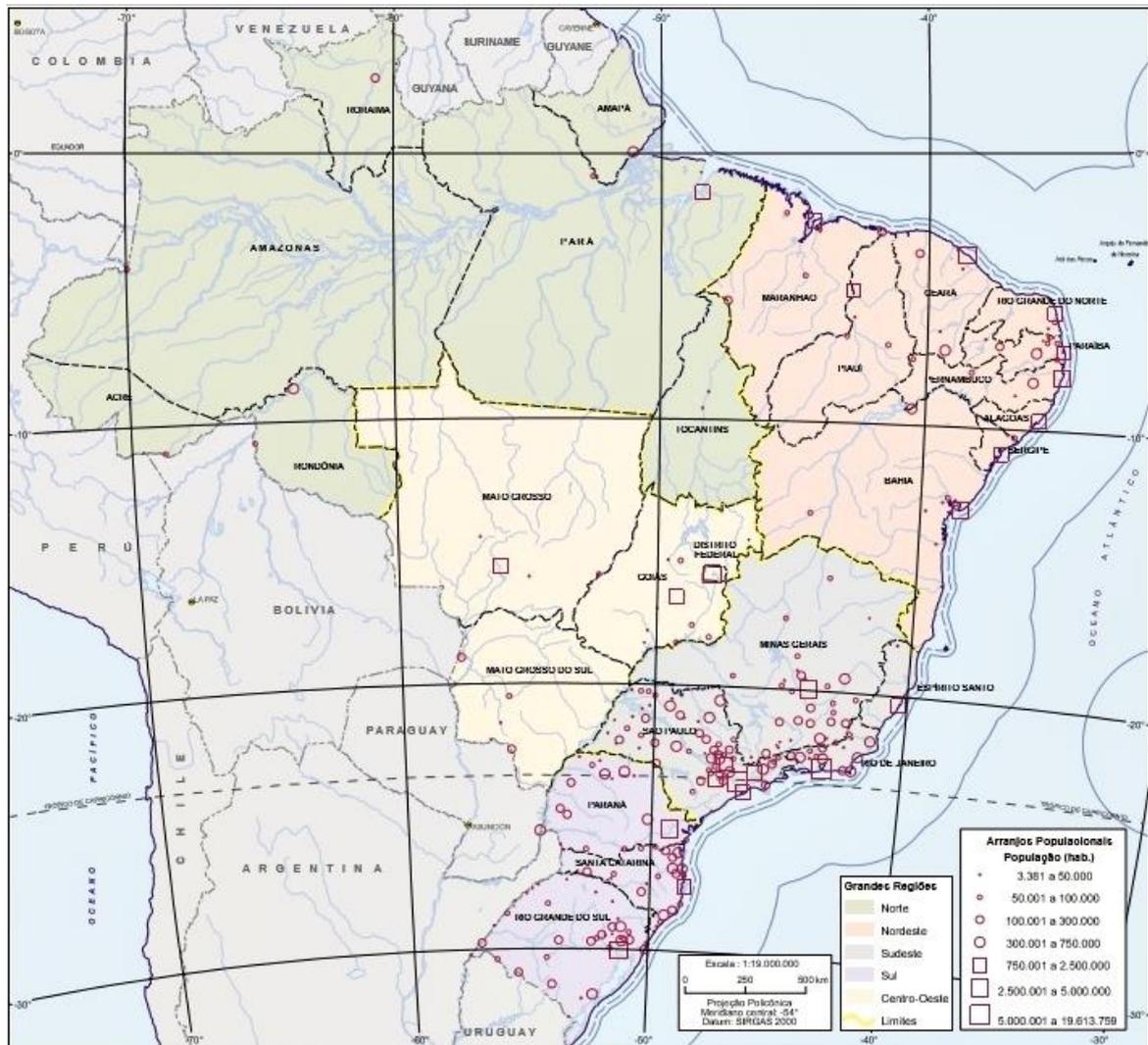
A ponte Presidente Dutra que interliga as duas áreas urbanas possui 801 metros. Por ser considerada uma via urbana, mesmo Juazeiro e Petrolina estando em margens opostas de um fator natural – rio São Francisco – suas manchas urbanas foram categorizadas como contínuas.

Embora existam fatores culturais, profissionais e agentes políticos atuando na divisa dos estados, a interligação é intensa. E tal intensidade não é maior por se tratar de unidades distintas da federação, com legislações diferenciadas que condicionam, por aspectos legais, o fato de Juazeiro ser na Bahia e Petrolina ser em Pernambuco.

A criação da RIDE Petrolina-Juazeiro²⁰ em 2001 foi uma tentativa de elaborar políticas públicas de desenvolvimento que sejam comuns aos oito municípios que a compõem. Entretanto, as ações até então realizadas não são percebidas pela população local, que sente a necessidade de um transporte urbano mais integrado e de ações desenvolvimentistas pensadas em conjunto: logística, geração de empregos e mobilidade urbana.

²⁰ Municípios da RIDE Petrolina-Juazeiro: do lado baiano fazem parte Casa Nova (BA) - 72.798 habitantes; Curaçá (BA) - 35.320 habitantes; Juazeiro (BA) - 220.253 habitantes; Sobradinho (BA) - 23.650 habitantes e do lado pernambucano, Lagoa Grande (PE) - 25.030 habitantes; Orocó (PE) - 14.623 habitantes; Petrolina (PE) - 337.683 habitantes e Santa Maria da Boa Vista (PE) - 41.475 habitantes. Total de residentes: 770.832 (IBGE, estimativas da População em 2016).

Mapa 4 - Arranjos Popacionais do Brasil. IBGE/Coordenação geográfica, 2015



O IBGE atribui como médias concentrações urbanas os municípios isolados e os arranjos populacionais acima de 100.000 a 750.000 habitantes. Ao todo, são 77 municípios isolados, 80 arranjos populacionais e uma integração de Arranjo Populacional, somando 368 municípios. Os arranjos populacionais médios do Nordeste podem ser conferidos na tabela 08 com detalhamento referente a população, deslocamento, núcleo²¹, mancha urbanizada contígua e nível²².

²¹ Indica se o município faz parte do núcleo do arranjo ou não.

²² Registra a posição do município com o arranjo. Sendo assim, **nível 1** significa que o município está ligado diretamente ao arranjo; **nível 2**, que o município está ligado ao arranjo via um município de **nível 1**; **nível 3**, que o município está ligado ao arranjo via um município de **nível 2**, e assim por diante.

Tabela 6 - Arranjos Populacionais médios do Nordeste, IBGE 2015

Arranjo	Núcleo	População 2010	Pessoas que trabalham e estudam em outro município do arranjo	Pessoas que trabalham e estudam em municípios do arranjo	Nível	Municípios com Mancha Urbana Contínua
Juazeiro - Petrolina		491.927		244.561		2
Juazeiro (BA)	Sim		13.242		1	Sim
Petrolina (PE)	Sim		13.242		1	Sim
Campina Grande		477.987		240.308		2
Campina Grande (PB)	Sim		13.974		1	Sim
Lagoa Seca (PB)	Não		4.601		1	Sim
Massaranduba (PB)	Não		1.876		1	Não
Puxinanã (PB)	Não		2.858		1	Não
Queimadas (PB)	Não		6.077		1	Não
Juazeiro do Norte		426.690		211.310		3
Juazeiro do Norte (CE)	Sim		13.332		1	Sim
Crato (CE)	Não		9.436		1	Sim
Barbalha (CE)	Não		5.864		1	Sim
Caruaru		350.186		168.683		-
Caruaru (PE)	Sim		3.838		1	Não
São Caretano (PE)	Não		3.838		1	Não
Imperatriz		260.084		141.719		-
Imperatriz (MA)	Sim		1.527		1	Não
Davinópolis (MA)	Não		1.527		1	Não
Sobral		210.019		107.122		-
Sobral (CE)	Sim		2.593		1	Não
Forquilha (CE)	Não		2.593		1	Não
Parnaíba		154.619		74.167		-
Parnaíba (PI)	Sim		946		1	Não
Ilha Grande (PI)	Não		946		1	Não
Patos		102.373		47.967		-
Patos (PB)	Sim		219		1	Não
Quixabá (PB)	Não		219		1	Não

3.4 JUAZEIRO E PETROLINA: O CENÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ECONÔMICO FRENTE A OUTROS POLOS DO INTERIOR NORDESTINO

Tendo-se observado que uma adequada definição de cidades médias combina parâmetros de tamanho de população com nível de influência regional e posição na hierarquia urbana, confirma-se que a denominação é corretamente aplicada ao arranjo urbano Juazeiro-Petrolina. Chega-se, na sequência, a uma das perguntas-chave deste capítulo: como se insere o arranjo urbano Juazeiro-Petrolina frente a outras capitais regionais do Interior Nordeste com relação aos indicadores demográficos e econômicos? A pergunta será respondida por subtópicos referenciados nos dados coletados a partir da bibliografia disponível e de dados obtidos junto ao IBGE, IPEA e BNB.

3.4.1 Dinâmica Populacional

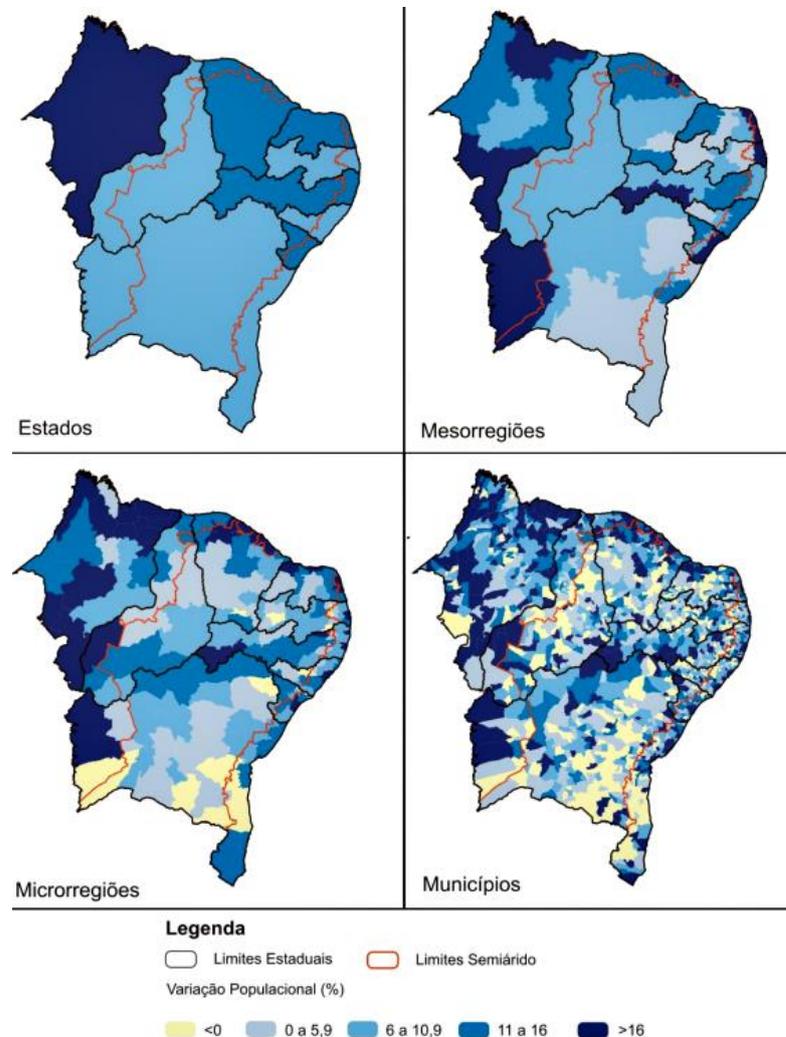
Na Região Nordeste, como em outras regiões, as cidades possuem características diferenciadas mediante o tamanho de sua população, sua posição e funções que desempenham na hierarquia urbana. O estudo da SEI-BA, *Cidades Médias e Pequenas da Bahia: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso* (2010), mostra que existe uma grande quantidade de municípios com menos de 20 mil habitantes dispersos pelos estados menos populosos da região. A maior concentração está próxima à faixa litorânea, revelando assim o resultado do processo de ocupação territorial brasileiro (SEI, 2010).

Acima dos 20 mil habitantes, há uma redução no número de centros, “o que demonstra, em termos numéricos, que há uma predominância de núcleos com população entre mil e 20 mil habitantes que, em princípio, se configuram como pequenas cidades” (SEI, 2010, p.29). A medida que as faixas populacionais vão aumentando, diminui a quantidade de centros urbanos no recorte demográfico. No Censo de 2010, havia 11 cidades acima de 500 mil habitantes: as capitais Salvador, Fortaleza, Recife, São Luís, Maceió, Natal, João Pessoa, Teresina e Aracaju; Jaboatão dos Guararapes (Região Metropolitana do Recife) e Feira de Santana, na Bahia.

O crescimento populacional também é variável nos municípios nordestinos de diferentes portes demográficos. Em *O Novo Perfil do Nordeste Brasileiro no Censo Demográfico 2010* (BNB, 2012), os mapas mostram diferenças segundo os estados, mesorregiões, microrregiões e municípios. Dentre os estados, o Maranhão foi o que teve maior crescimento populacional relativo com 16,51% entre 2000 e 2010. Em 21,74% dos municípios do Nordeste (390) houve

diminuição da população. O número é considerável na Bahia com 35,01% (146 dos 417 municípios baianos) e em Alagoas com 30,39% (31 dos 102) (BNB, 2012).

Figura 33 - Nordeste em crescimento populacional (2000-2010), BNB (2012) a partir de IBGE



Quando a perspectiva passa a focar as sub-regiões, pode-se destacar o crescimento populacional na área de Cerrado que toma parte do Oeste da Bahia, Sudoeste do Piauí e Sul do Maranhão (BNB, 2012).

A dinâmica demográfica também é diversificada quando são comparadas as faixas populacionais, como se observa na citação abaixo:

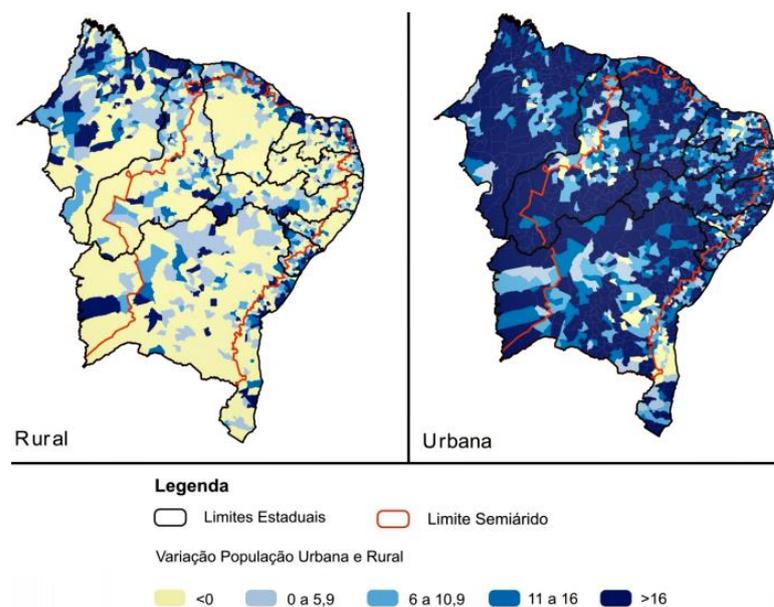
Os números indicam que o crescimento acima de 16% foi significativo na faixa dos municípios entre 100 e 350 mil habitantes: 25 dessas 45 cidades do Nordeste tiveram crescimento acima de 16%, 15 dentro da média e apenas uma com queda (Ilhéus/BA, que perdeu 17% da sua população entre 2000-2010). As 45 cidades que estão nesta faixa contribuíram com 42,65% do crescimento da Região, ou, dizendo de outro modo, dos 11,19%

que o Nordeste cresceu em sua população, 4,77% vêm destas cidades. (BNB, 2012, p.19)

A Região Nordeste em 2010 foi a que apresentou maior fração de população rural do país, com 26,87% do total. Porém houve uma redução desde 2000. A taxa de urbanização e consequentemente aumento da população urbana, foi comparativamente maior. “Com base nos dados apresentados, podem ser percebidos dois movimentos: da área rural para a urbana e dos municípios de menor população para os municípios médios. Esses movimentos reduziram a população rural em praticamente toda a Região e ampliaram a população urbana, sobretudo das cidades médias” (BNB, 2012, p.26)

A figura 34 mostra o crescimento negativo – “menor que zero” – da **população rural** em grande parte dos estados nordestinos, especialmente no interior baiano e cearense, em contrapartida ao aumento da **população urbana** nesses estados.

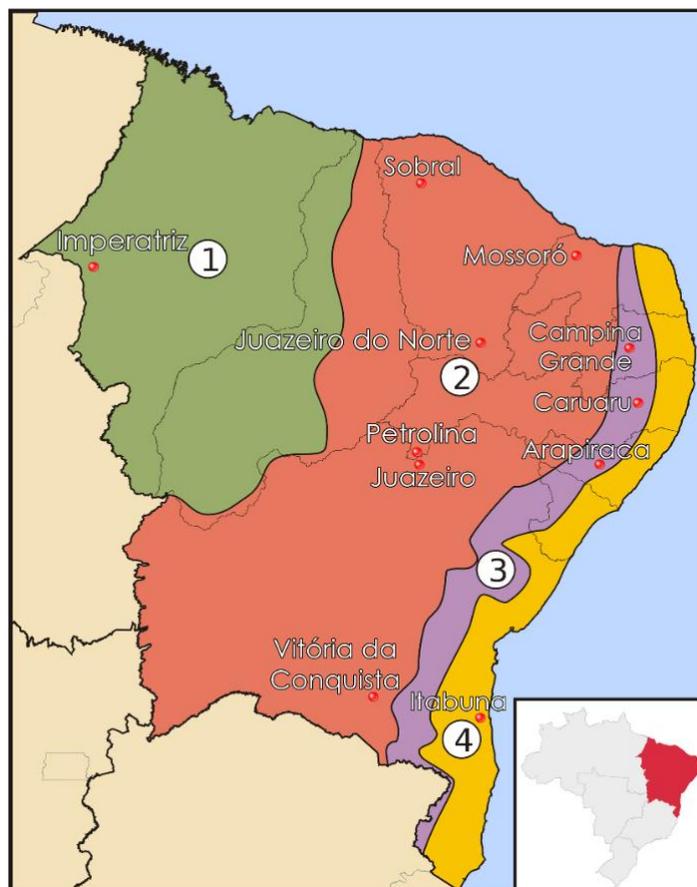
Figura 34 - Variação percentual da população urbana e rural dos municípios do Nordeste entre 2000-2010. BNB, 2012 a partir do IBGE



Após este panorama geral do contexto nordestino, consolida-se a argumentação de que as cidades médias têm um papel relevante como centros urbanos que vêm contribuindo para o crescimento regional. Juazeiro e Petrolina estão incluídas neste grupo e ocupam posições de destaque nos quadros socioeconômicos do Nordeste. Para melhor analisar a importância deste arranjo, após as reflexões do contexto nacional e regional, foi realizada uma breve análise confrontando-as a outros centros urbanos médios do interior do Nordeste.

A escolha dos municípios foi de caráter demográfico, utilizando a faixa populacional de 200 mil a 500 mil habitantes²³. As cidades selecionadas estão dispostas nas quatro sub-regiões do Nordeste, sendo: Imperatriz (MA) no *Meio-Norte* (1); Juazeiro (BA), Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Petrolina (PE), Sobral (CE) e Vitória da Conquista, no *Sertão* (2); Arapiraca (AL), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), no *Agreste* (3); e Itabuna (BA) na *Zona da Mata* (4), como mostra a figura abaixo:

Figura 35 - Centros urbanos selecionados do interior do Nordeste. Adaptado pelo autor a partir de Sub-regiões nordestinas



Do ponto de vista acadêmico essas cidades têm despertado interesse tanto pela própria dinâmica demográfica que o Brasil vem passando ao longo das décadas – cidades médias se tornando cada vez mais atrativas – como também pelo processo histórico que o Nordeste vivenciou desde os primeiros ciclos econômicos. Uma cidade inserida no interior nordestino, certamente tem características peculiares e níveis de desenvolvimento diferenciados quando

²³ A cidade de Feira de Santana, na Bahia, é um importante centro regional do Nordeste interiorano. Contudo, os dados de sua população em 2010 de 556.642 habitantes a deixam acima da classificação demográfica de Cidade Média.

comparadas às cidades do Centro-Sul. Ainda assim, são municípios que desempenham papéis importantes no território da Grande Região.

Tabela 7 - População residente nos municípios selecionados do interior do Nordeste. IBGE, Censos demográficos

Município	1991	2000	2010	Taxa de Crescimento Acumulado (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
Petrolina	175.406	218.538	293.962	67,59	2,75
Juazeiro	128.767	174.567	197.965	53,74	2,29
Sobral	127.489	155.276	188.233	47,64	2,07
Caruaru	213.697	253.634	314.912	47,36	2,06
Juazeiro do Norte	173.566	212.133	249.939	44,00	1,94
Vitória da Conquista	225.091	262.494	306.866	36,33	1,64
Mossoró	192.267	213.841	259.815	35,13	1,60
Arapiraca	164.921	186.466	214.006	29,76	1,38
Campina Grande	326.307	355.331	385.213	18,05	0,88
Itabuna	185.277	196.675	204.667	10,46	0,53
Imperatriz	276.502	230.566	247.505	-10,49	-0,58
Região Nordeste	42.470.225	47.693.253	53.081.950	24,98	1,18

Diante dos dados expostos na tabela 7, Petrolina e Juazeiro foram os municípios que mais cresceram demograficamente. A taxa de crescimento acumulado entre 1991 e 2010 foi de 67,59% em Petrolina e 53,74% em Juazeiro. A taxa média do crescimento anual no mesmo período foi de 2,75% no município pernambucano e 2,29% no baiano. Ambas ficaram acima da média do Nordeste cujas taxas foram de 24,98% (crescimento acumulado) e 1,18% (crescimento médio anual).

Tabela 8 - População urbana dos municípios interioranos selecionados do Nordeste. IBGE
Censos demográficos

Município	1991	2000	2010	Taxa de Crescimento Acumulado (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
Petrolina	124.240	166.279	219.215	76,44%	3,03
Sobral	103.868	134.508	166.310	60,11%	2,50
Juazeiro	102.266	133.278	160.775	57,21%	2,40
Caruaru	182.012	217.407	279.589	53,61%	2,28
Vitória da Conquista	188.351	225.545	274.739	45,86%	2,00
Juazeiro do Norte	164.922	202.227	240.128	45,60%	1,99
Arapiraca	130.963	152.354	181.481	38,57%	1,73
Mossoró	177.331	199.081	237.241	33,78%	1,54
Campina Grande	304.571	336.530	367.209	20,56%	0,98
Itabuna	177.561	191.184	199.643	12,43%	0,61
Imperatriz	210.051	218.673	234.547	11,66%	0,58
Região Nordeste	25.753.355	32.929.318	38.821.246	50,74%	2,18

Em relação a população urbana, Petrolina também teve o maior crescimento das cidades selecionadas na tabela 8, a taxa de crescimento médio anual foi de 3,03% entre 1991 e 2010. Juazeiro ocupou a terceira colocação atrás de Sobral que teve uma taxa média de crescimento anual em 2,5% enquanto a cidade baiana teve 2,4% no mesmo período. No Nordeste a taxa média anual foi de 2,18%. Apenas Petrolina, Sobral, Juazeiro e Caruaru ficaram acima da taxa média nordestina.

3.4.2 Dinâmica Econômica

Outro tema relevante é a evolução do PIB na região. Durante a primeira década do novo século, os dados mostram que houve uma redução nas disparidades regionais do Brasil. “As economias regionais puderam recuperar a trajetória de dinamismo de longo prazo que caracterizou a história econômica brasileira. Adicionalmente, as regiões periféricas do país também se notabilizaram por taxas de expansão de seus PIBs mais aceleradas que as das regiões desenvolvidas, apontando para o robustecimento da trajetória de convergência regional de rendas” (IPEA, 2015, p.9).

A taxa anual de crescimento do PIB nordestino passou de 2,1% na década de 1990 para 4,4% na década de 2000. O Norte foi de 1,3% para 5,6%; Sudeste de 2,4% para 3,1%; o Sul de 1,5% para 3,6% e o Centro-Oeste foi a única das macrorregiões a apresentar declínio em sua taxa, caindo de 7,3% para 4,6% entre as duas décadas (IPEA, 2015).

De acordo com o IPEA (2015), no ano de 2010 o Nordeste concentrava 28% do total da população brasileira – 53.073.882 de pessoas residiam na Grande Região. O PIB per capita era de 9.560 reais e entre 2000-2010 a taxa média anual de crescimento do PIB per capita foi superior a 3 % - em 2000 o valor era de 6.850 reais.

A diversificação da base produtiva na região, o crescimento das cidades médias, o aumento do consumo das famílias mais carentes, as políticas nacionais de transferência de renda e os investimentos no Ensino Superior, são alguns dos fatores que justificam a dinâmica econômica regional (IPEA, 2015). Entretanto, a contribuição das cidades médias para o crescimento do PIB foi expressiva não somente na realidade nordestina, mas no país como um todo, como mostra a tabela 9.

Tabela 9 - Taxa de crescimento médio anual do PIB total por porte do município e distância da capital do estado (2000-2010). Ipea, 2015 a partir de IBGE, Censos Demográficos

<i>Distância da Capital</i>	50 km ou menos	50 – 100 km	100 – 150 km	150 – 300 km	300 km ou mais
<i>Porte do Município</i>					
<i>Até 50 mil hab</i>	4,81%	5,40%	4,78%	4,12%	4,44%
<i>50 mil – 100 mil hab</i>	5,67%	5,04%	1,42%	4,00%	3,90%
<i>100 mil – 500 mil hab</i>	4,13%	4,89%	4,57%	4,61%	4,39%
<i>500 mil – 1 milhão hab</i>	4,04%	0,18%	-	2,47%	4,85%
<i>Mais de 1 milhão hab</i>	2,55%	2,74%	-	-	-

Como já foi debatido anteriormente, “ainda que os municípios pequenos, com população inferior a 50 mil habitantes, tenham apresentado crescimento médio do PIB similar ao observado para os municípios médios, há um comportamento distinto no que se refere à dinâmica do crescimento populacional [as médias crescem mais]” (IPEA, 2015, p.20)

Entre os anos de 2010 e 2014 as cidades médias do interior nordestino selecionadas, apresentaram um crescimento vertiginoso do seu PIB como mostra a seguir, a tabela 10.

Tabela 10 - Crescimento do PIB²⁴ em mil R\$ nas cidades médias selecionadas do interior do Nordeste. IBGE 2010-2014

Município	PIB 2010	PIB 2011	PIB 2012	PIB 2013	PIB 2014	Taxa de Crescimento Acumulado (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
Imperatriz	2.936.194	3.262.096	4.393.312	5.039.597	5.805.306	97,71	18,57
Caruaru	3.399.836	3.927.047	4.764.518	5.239.833	6.239.417	83,52	16,39
Arapiraca	1.908.879	2.187.572	2.789.061	2.955.858	3.443.406	80,38	15,89
Juazeiro do Norte	2.158.389	2.440.288	2.840.455	3.221.109	3.779.837	75,42	15,03
Juazeiro	1.776.187	1.867.108	2.125.774	2.591.068	3.013.288	69,64	14,12
Vitória da Conquista	3.474.907	3.903.119	4.310.006	4.935.906	5.389.877	55,1	11,59
Petrolina	3.387.165	3.756.440	4.395.254	4.905.327	5.230.472	54,42	11,47
Itabuna	2.382.628	2.699.062	2.960.503	3.416.862	3.667.701	53,93	11,38
Campina Grande	4.992.962	5.508.642	6.315.829	6.538.929	7.541.055	51,03	10,85
Sobral	2.559.608	3.522.517	2.993.075	3.387.605	3.793.940	48,22	10,33
Mossoró	4.530.192	5.308.469	6.062.219	6.538.346	6.221.099	37,32	8,25
Região Nordeste	522.769.315	583.412.756	653.067.255	723.523.790	805.099.103	54	11,39

Fonte: IBGE

²⁴ O IBGE publicou os números do PIB em Dezembro de 2016. São os dados mais atuais referentes ao PIB de 2014, visto que o instituto só os divulga nos dois anos seguintes. Na tabela 10 estão as *Séries Revisadas* dos dados municipais. Como nota, consta que os números “têm como referência o ano de 2010, seguindo, portanto, a nova referência das Contas Nacionais” (IBGE, 2016).

Os centros urbanos regionais alcançaram taxas expressivas. Imperatriz foi a maior delas com 18,57% na taxa média de crescimento anual. Mossoró atingiu a menor com 8,25% - porém, tem o 3º maior PIB da tabela 10 com uma pequena diferença para Caruaru na 2ª colocação. Em relação a Juazeiro e Petrolina, a baiana se sobressaiu com 14,12% de crescimento anual, sendo a 5ª cidade que mais cresceu. Petrolina aumentou em média 11,47% seu PIB total. Apenas Itabuna, Campina Grande, Sobral e Mossoró, ficaram abaixo da taxa média anual nordestina que foi de 11,39% entre 2010 e 2014.

Em relação ao PIB per capita, Imperatriz também se destaca no cenário nordestino. O município apresentou um crescimento médio anual de 17,95% entre 2010 e 2014. Também possui o maior per capita da tabela 11 (página seguinte) com pouco mais de 23 mil reais, acima do Nordeste que é de R\$ 14,3 mil.

No arranjo urbano Juazeiro-Petrolina o menor per capita é o da cidade baiana com 13,9 mil reais. Contudo, Juazeiro teve um dos crescimentos mais expressivos na tabela 11. A taxa média de crescimento anual foi de 11,6% entre 2010 e 2014, o 5º maior aumento. Petrolina teve um per capita de 16 mil reais e um aumento médio anual de 8,63% no mesmo período.

A cidade que menos cresceu foi Mossoró com 5,85%, ainda assim o município potiguar possui o 2º maior per capita com 21,8 mil reais. A média anual de crescimento do per capita do Nordeste foi de 10,64% entre 2010 e 2014.

Tabela 11 - PIB per capita em R\$ nas cidades médias selecionadas do interior do Nordeste.
IBGE 2010-2014

Município	PIB per capita 2010	PIB per capita 2011	PIB per capita 2012	PIB per capita 2013	PIB per capita 2014	Taxa de Crescimento Acumulado (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
Imperatriz	11.883,58	13.131,24	17.509,94	20.040,71	23.007,71	93,61	17,95
Caruaru	10.794,81	12.288,15	14.700,99	15.529,30	18.226,43	68,84	13,99
Arapiraca	8.900,95	10.110,17	12.721,29	12.984,79	15.015,14	68,69	13,96
Juazeiro do Norte	8.635,77	9.651,47	11.110,81	12.327,76	14.333,63	65,97	13,50
Juazeiro	8.971,37	9.346,71	10.549,80	12.065,62	13.912,53	55,07	11,60
Campina Grande	12.891,80	14.495,68	16.018,24	16.347,24	18.716,38	45,18	9,76
Itabuna	11.639,04	13.147,81	14.379,40	15.664,77	16.753,23	43,94	9,53
Sobral	13.595,34	18.469,18	15.497,40	17.138,29	18.993,44	39,7	8,71
Vitória da Conquista	11.342,04	12.585,47	13.644,27	14.647,17	15.843,31	39,68	8,71
Petrolina	11.517,80	12.531,83	14.394,06	15.334,27	16.043,56	39,29	8,63
Mossoró	17.431,46	20.157,93	22.725,54	23.325,08	24.883,09	25,53	5,85
Região Nordeste	9.561,43	10.379,55	12.037,96	12.954,80	14.329,13	49,86	10,64

Fonte: IBGE

Observados alguns aspectos da população e do PIB na escala regional, foi possível verificar que o arranjo Juazeiro-Petrolina apresentou evidente dinamismo diante das cidades médias nordestinas selecionadas. Volta-se a atenção no terceiro capítulo à escala municipal, de modo a se construir em maior detalhe o perfil econômico que permitiu o crescimento do PIB e da população do arranjo.

4 DETALHAMENTO DOS ASPECTOS ECONÔMICOS



Foto: Vista para Petrolina (PE) – Harisson Souza, 2016

*“De todo lado é bonito
São dois estados de espírito
No meio fico, e não nego
Navego no Velho Chico
Meu barco é um coração
E vai sem mágoa*

Nas águas dessa paixão até o cais

*Beira do rio Pernambuco-Bahia
Todo vapor, marinheiro
Pode trazer meu amor, Juazeiro
Bela menina
Pode trazer meu amor, Petrolina e
Juazeiro”*

Composição: Geraldo Azevedo & Moraes
Moreira

Com a discussão do segundo capítulo foi possível situar e compreender melhor a posição na rede urbana que é ocupada pelo arranjo Juazeiro-Petrolina e sua importância regional. No primeiro capítulo as duas cidades assumiam perfis de entreposto comercial, o que viabilizou o desenvolvimento regional pelas rotas comerciais que adentravam o Sertão. Neste terceiro

capítulo o objetivo do trabalho está relacionado ao detalhamento dos aspectos econômicos dos dois municípios.

4.1 BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO

A obra de João Fernandes da Cunha (1978), *Memória Histórica de Juazeiro*, mostra a produção municipal por setor econômico. Segundo o autor, os dados estatísticos da economia do município em 1970 se distribuíam da seguinte forma:

Tabela 12 - Valores da produção municipal de Juazeiro em cruzeiros²⁵ - (1970). Elaborado pelo autor a partir de Cunha, 1978

Setor	Valor	Percentual (%)
Produção Agrícola	6 milhões e 500 mil cruzeiros	21,38
Produção Industrial	2 milhões e 400 mil cruzeiros	7,9
Produção Comercial	21 milhões e 500 mil cruzeiros	70,72
Total	30 milhões e 400 mil cruzeiros	100%

De acordo com a tabela 12, a produção juazeirense em 1970 estava amplamente concentrada no comércio. Os números afirmam que mais de 2/3 de sua economia correspondiam ao setor comercial, seguido pelo setor agrícola e por fim o industrial com menos de 8% do total.

Durante quase um século, a partir de 1878, quando adquiriu, legalmente, foros de cidade, Juazeiro cumpriu a sua vocação histórica de maior empório comercial da região sanfranciscana, baseando a sua economia, genuinamente, nas trocas comerciais e nas atividades de uma produção rural incipiente e pouco representativa, em termos globais de sua pujança econômica. (CUNHA, 1978, p.162).

Com a construção da barragem de Sobradinho e da extensão da rede elétrica, as perspectivas econômicas regionais começaram a mudar. O Governo da Bahia com suas estratégias de desenvolvimento regional, criou políticas públicas para incentivar o crescimento das cidades-polo do estado com o objetivo de “minimizar as tensões decorrentes da concentração de parques fabris em Salvador” (CUNHA, 1978, p.162).

²⁵ Cruzeiro (Cr\$): moeda nacional nos períodos de 1942 a 1967, de 1970 a 1986 e de 1990 a 1993

O autor ainda cita que a localização estratégica e privilegiada de Juazeiro possibilitou a implantação do Distrito Industrial do São Francisco, “como polo de uma região que abrange 53 municípios em sua maioria baianos, mas também quinze do Piauí e seis de Pernambuco, representando uma área de 227.557 quilômetros quadrados, habitados por mais de 950 mil pessoas. (CUNHA, 1978, p.163). Embora tivesse uma participação tímida na economia juazeirense, o setor agropecuário era promissor no Vale do São Francisco.

Por igual, passaram a ser objeto de iniciativas de grupos empresariais a implantação de culturas adequadas ao seu clima [do Vale], utilizando-se grandes áreas e as facilidades de irrigação colocadas à disposição dos grupos financeiros privados pelos instrumentos de ação governamental federal, enquanto o governo estadual concede redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM -, e, se a empresa for pioneira, no nordeste, terá a isenção total do imposto de renda; ainda que não tenha aquela característica, gozará a empresa que se localizar no Distrito Industrial do São Francisco do benefício de cinquenta por cento desse tributo. (CUNHA, 1978, p.163).

A Agrovale - grande empresa do ramo da cana-de-açúcar que até a atualidade tem grande rendimento em Juazeiro - na década de 1970 já era uma usina de grande porte nacional. Nas palavras do autor: “a primeira no país totalmente irrigada e o projeto vem sendo orientado com perspectivas de obtenção de recordes mundiais de produtividade, no setor agrícola”. (CUNHA, 1978, p.164)

O artigo de Patrícia Fernanda de Souza Cruz (2012), *Os Desafios da Gestão Local e das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Polo Petrolina (PE) - Juazeiro (BA): Dinamismo Econômico x Desigualdades Socioespaciais*, contribui com uma breve discussão referente a economia do polo regional na década de 70. Era de interesse para o governo federal – através do II PND – transformar as regiões áridas do sertão nordestino em áreas produtivas.

A criação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e as ações da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) juntamente com o incentivo financeiro dos bancos do Brasil e do Nordeste, foram ações que possibilitaram os estudos e a implantação dos perímetros irrigados na região. “A implantação dos primeiros perímetros de irrigação no Vale do São Francisco, datada do final da década de 60/início da década de 70, exigiu, ainda, benefícios em infraestrutura especialmente nos municípios de Petrolina e Juazeiro” (CRUZ, 2012, p.4).

Silva, Rezende e Silva (2000) trouxeram algumas considerações sobre o dinamismo regional de Juazeiro-Petrolina nas décadas finais do século XX.

Dinamismo este que torna-se mais expressivo se confrontado com o fato de que estudos anteriores (OLIVEIRA et al., 1991; SANTOS, 1979) concluíram que: 1º) a evolução demográfica era melhor explicada pelo afluxo migratório à região, motivado pela procura de emprego, do que pelo crescimento vegetativo da população, e 2º) apesar da agricultura irrigada constituir a atividade motriz da região, os setores industrial e de serviços foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego no período (cerca de 16% e 9% a.a., respectivamente, ao longo da década de 80), o que sugere que, além de motriz, ela tem sido uma atividade chave na dinâmica do crescimento econômico regional (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p.50)

Para estes autores, a região já era dinâmica antes mesmo dos investimentos estruturais para implantação agricultura irrigada. A irrigação foi um fator poderoso para impulsionar o desenvolvimento “desencadeado no limiar dos anos 1970 pelos efeitos multiplicadores decorrentes da criação dos empregos transitórios e permanentes” (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p. 50).

De acordo com eles, “a sinopse do Censo Agropecuário de 1985, o Polo Petrolina/Juazeiro contava com 32,6 mil estabelecimentos agropecuários circunscritos à uma área de 1.138.000 hectares²⁶. Dessa área total, 12% eram utilizados com plantações de lavouras (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p.53). As grandes empresas estavam concentradas em Juazeiro e Petrolina, os dados censitários do período 1970-1985 indicavam algumas considerações:

1º) no total dos estabelecimentos, a área dos medianos aumentou significativamente, quase duplicando no município de Petrolina e triplicando em Juazeiro; 2º) no estrato das grandes propriedades (> 1.000 ha.), a área média caiu significativamente em Petrolina e aumentou, de forma mais significativa, em Juazeiro e 3º) nos estratos inferiores (< 100 ha.), não se verificaram tendências nem para aumento nem para diminuição da área média dos estabelecimentos neles compreendidos. A partir de análise de dados censitários, combinados com dados retirados dos cadastros do INCRA sobre a distribuição da posse da terra, alguns estudos concluíram que havia uma concentração relativamente elevada na região, que não mostrava indícios notáveis de modificação além de uma perceptível tendência de aumento da concentração em Juazeiro e de redução em Petrolina²⁷ (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p.53)

²⁶ Valor de 1 hectare = 10.000 metros quadrados.

²⁷ De acordo com os autores, no município pernambucano, o Projeto Nilo Coelho com 41 mil ha desapropriou muitos minifúndios e algumas grandes propriedades, sendo o motivo desta tendência de redução. Já no município

Sobre a evolução das atividades agrícolas, na década de 1980 os principais cultivos eram de: “milho, feijão e arroz, no segmento de grãos; cebola, melancia, melão, uva e banana, entre os hortifrutigranjeiros, e tomate industrial, cana-de-açúcar e algodão, no grupo das matérias-primas agroindustriais” (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p.53). Passando para a década de 90, manga, uva e banana foram os produtos de maior crescimento. A agroindústria contou com o peso da instalação da Agrovale (cana-de-açúcar) e da Milano (fruticultura).

A comercialização dos produtos também foi um outro ponto presente no trabalho de Silva, Rezende e Silva (2000). Eles a classificaram em três fluxos principais: “(a) a produção de produtos *in natura* destinada ao mercado interno; (b) a produção de produtos *in natura* destinada ao mercado externo e (c) a produção de matérias-primas agroindustriais para o mercado interno. Os principais produtos presentes em (a) eram cebola, melão, melancia e a banana; em (b) se destacavam a uva e a manga²⁸; e por fim, em (c) estava o tomate.

Na década de 1990 o crescimento do polo agrícola estava em ritmo acelerado: a fruticultura irrigada em sua consolidação e as perspectivas potenciais de exportação e o início da operação do Projeto Nilo Coelho. Estes foram alguns dos fatores que contribuíram para a boa fase econômica da região. Contudo, outras conjunturas não eram tão favoráveis, como mostra a citação a seguir:

Em contraste com a década passada [1980], o polo de Petrolina/Juazeiro tem passado nesta década por conjunturas desfavoráveis desencadeadas pelos planos de estabilização, como de resto tem acontecido com amplos setores e com várias regiões do país. Quanto a isto, as dificuldades enfrentadas não diferem muito daquelas presenciadas em geral e dizem respeito principalmente à combinação de restrições creditícias, juros elevados, abertura às importações e sobrevalorização cambial, que têm provocado recessão industrial, principalmente nos setores de bens de capital, crises de insolvência e dificuldades aos setores exportadores. Entretanto, descontados os efeitos das conjunturas adversas, a economia da região aparenta ter um potencial de crescimento que não dá mostras de enfraquecimento, posto que se sustenta numa estrutura produtiva orientada para mercado, bem consolidada e suficientemente dinâmica para responder rapidamente às transformações das condições mercadológicas internas e externas. (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, pp.55-56)

Na seqüência estão os dados atualizados referente a produção agrícola nos projetos irrigados do Vale do São Francisco, entre Juazeiro e Petrolina.

baiano o aumento foi decorrente da aglutinação de terras nas grandes empresas agropecuárias que chegaram a se instalar por lá. (SILVA, et al., 1989; OLIVEIRA et al., 1991 apud SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p.53)

²⁸ A VALEEXPORT - Associação dos Produtores e Exportadores de Frutas do Vale do Rio São Francisco - criada em 1988 possibilitou a inserção do polo no mercado externo.

4.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL E A IMPORTÂNCIA DOS PERÍMETROS IRRIGADOS

A Codevasf teve atuação no histórico econômico regional com a implantação dos perímetros irrigados. Atualmente está vinculada ao Ministério da Integração Nacional, responsável pelo desenvolvimento e revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itaipicuru e Mearim. A atuação inclui investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura principalmente para os projetos de irrigação. Fazem parte dos objetivos: a utilização eficiente dos recursos hídricos, a recuperação de áreas degradadas e o uso de novas tecnologias. Na Bacia do Vale do São Francisco, atuam seis superintendências - Pernambuco (3ª SR), Alagoas (5ª SR), Sergipe (4ª SR), Bahia (2ª e 6ª SRs), Minas Gerais, Goiás e na região do Distrito Federal (1ª SR).

Mapa 5 - Municípios integrantes da 6ª SR da Codevasf (Juazeiro). Codevasf, 2014



A 6ª SR ocupa toda a microrregião de Juazeiro e ainda avança sobre alguns municípios limítrofes. Dentre os 27 municípios, em 17 a área de atuação da Codevasf é integral e em 10 é parcial. Além desta superintendência, a Bahia ainda conta a 2ª SR presente no Oeste baiano.

Já no lado pernambucano, a 3ª SR abrange boa parte do estado. A superintendência abrange desde o Vale do São Francisco até o Sertão do Araripe, como mostra o mapa a seguir.

Tabela 13 - Principais produtos e empreendimentos agrícolas e agroindustriais no polo Juazeiro/Petrolina. Codevasf, 2014

Segmento	Empreendimento
Frutas	Agropecuária Lambrunie, Brasiluvas, CAJ-BA Cooperativa Agrícola de Juazeiro, Frutimag, Frutivale, Frutivita, Jofra Agrícola, Logos Butiá, Metaexport, Special Fruit, Timbaúba Agrícola, Vale das Uvas, Nova Fronteira Agrícola, Frutinor, Lastro Agrícola, Ebras, Agrobrás, Futier, Sechi Agrícola; Pritam Fruit Exportação Ltda.; Agropecuária Vale Das Uvas Ltda. e Upa Agrícola.
Uva, vinho e vinagre	Fazenda Milano Vitis Agrícola, Fruit Fort, Minhoto, Agropecuária Labrunier e Fazenda Ouro Verde Ltda.
Sementes básicas e mudas de frutíferas	Embrapa
Álcool e açúcar	Agrovale
Polpa de frutas	Niagro Nishieri e Vita Polpas
Mel de abelha e doces	Melvale, COOPERCUC (doce cremoso e geleias de umbu e de maracujá do mato, manga e goiaba)
Piscicultura	ACRIPEIXESS
Beneficiamento de couros e peles	Curtumes Campelo e Moderno
Beneficiamento de pimentão industrial	Seifun Comércio e Indústria
Vinho	Vitivinícolas Santa Maria e Lagoa Grande, Vinícolas Vale do São Francisco, Miolo e Iovara/Benec, Adega Bianchetti & Tedesco e Chateaux Ducos; Agropecuária Labrunier, Fazenda Ouro Verde.

Dentre os projetos irrigados de Juazeiro e Petrolina, cinco estão localizados no município baiano e dois no pernambucano. A caracterização dos projetos foi extraída a partir da Codevasf e seus dados são os mais atualizados (2014). Foram organizados por tabelas os números referentes ao valor de produção agrícola, a área irrigada, os investimentos e suas potencialidades.

Projetos irrigados de Juazeiro (BA): Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Tourão e Salitre.

Tabela 14 - Dados do Projeto Curaçá (BA). Codevasf, 2014

Área irrigável	4.204 ha
Área ocupada	4.204 ha (1.818 ha - lotes familiares; 2.386 ha - lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$ 82.658.303,39
Dados da infraestrutura	165 km de canais; 167 km de drenos; 172 km de estradas; 11 estações de bombeamento.
Início do funcionamento	1980
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 109.551.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 459.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 42.076.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	R\$ 1.426.000
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$ 65.589.000

No projeto Curaçá a manga correspondeu por 57% da área cultivada, seguida pelo coco com 21% e a uva com 12% em 2014. Dentre as culturas temporárias, melancia e milho foram os destaques. Os lotes familiares correspondiam a 59% da área total. Em relação a geração de empregos, a Codevasf estimou em 4.100 empregos diretos e 6.100 empregos indiretos no projeto.

Tabela 15 - Dados do Projeto Tourão (BA). Codevasf, 2014

Área irrigável	14.237 ha
Área ocupada	14.237 ha (189 ha – lotes familiares; 14.048 ha – lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$ 52.026.582,72
Dados da infraestrutura	65 km de canais; 45 km de drenos, 42 km de estradas; 5 estações de bombeamento.
Início do funcionamento	1979
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 97.929.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 2.528.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 4.424.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	-
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$ 90.976.000

O cultivo da cana-de-açúcar se sobressai em relação a fruticultura no projeto Tourão. Em 2014, 93% da área cultivada foi destinada para a cana. Os lotes empresariais corresponderam por 96% da área irrigável²⁹. No mesmo ano 14.900 empregos diretos e 22.400 indiretos foram estimados. A produção de alimentos, dentro do projeto de irrigação, chegou a 1.276.942 de toneladas.

²⁹ Atenção para concentração fundiária, questão interessante na análise de beneficiários de projetos públicos.

Tabela 16 - Dados do Projeto Maniçoba (BA). Codevasf, 2014

Área irrigável	4.160 ha
Área ocupada	4.160 ha (1.781 ha - lotes familiares; 2.379 ha - lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$ 81.633.578,37
Dados da infraestrutura	156 km de canais; 8 km de adutoras; 97 km de drenos; 223 km de estradas; 3 estações de bombeamento.
Início do funcionamento	1980
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 88.777.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 116.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 48.262.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	R\$ 1.736.000
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$ 38.663.000

Cerca de 75% da área cultivada era destinada para a manga no projeto Maniçoba, outros 11% para o coco e 4% para a uva. Quanto às potencialidades em relação a geração de emprego, a Codevasf estimou 4 mil empregos diretos e 6 mil indiretos. A produção de alimentos alcançou 97.637 toneladas em 2014.

Tabela 17 - Dados do Projeto Mandacaru (BA). Codevasf, 2014

Área irrigável	450 ha
Área ocupada	450 ha (399 ha – lotes familiares; 51 ha – lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$ 6.348.954,49
Dados da infraestrutura	25 km de canais; 30 km de drenos; 17 km de estradas; 1 estação de bombeamento.
Início do funcionamento	1971
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 6.749.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 3.147.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 2.162.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	-
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$ 1.439.000

Em 2014, dentre os lotes empresariais, a cana-de-açúcar obteve 33% da área cultivada. Já nos lotes familiares a maior expressividade foi a cultura da manga com 28%. A área familiar ocupa boa parte da área total, sendo que a empresarial atua apenas com culturas permanentes. De acordo com a Codevasf a estimativa de empregos naquele ano foi de 630 diretos e 950 indiretos. A produção de alimentos chegou a 28.441 toneladas no Mandacaru.

Tabela 18 - Dados do Projeto Salitre etapa I (BA). Codevasf, 2014

Área irrigável	5.099 ha
Área ocupada	5.099 ha (1.684 ha – lotes familiares; 2.772 - lotes empresariais; 643 ha – outros)
Investimentos até 2009	R\$ 365.916.703,44
Início do funcionamento	1998
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 47.264.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 32.660.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 13.381.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	R\$ 1.223.000
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	-

No Salitre a cebola e melão representaram 17% e 16,6% (respectivamente) da área cultivada total. A cana-de-açúcar, goiaba e banana foram as culturas permanentes responsáveis por 60% da área. Estimou-se a geração de 4.400 empregos diretos e 6.600 empregos indiretos, além de uma produção de 63.491 toneladas. Os números são referentes a primeira etapa do projeto que ainda se encontra em implantação. Quando o projeto for totalmente implantado, terá uma área irrigável do Salitre de 31.305 hectares.

De acordo com as estimativas da Codevasf, 131.481 pessoas serão beneficiadas; 31.305 empregos diretos e 626.116 indiretos serão gerados e o rendimento será de R\$ 1.977 por hectare. As principais culturas: abacaxi, abacate, acerola, algodão, manga, melão, banana, limão, milho, tomate e uva. As informações estão presentes no elenco³⁰ de projetos da Codevasf.

Projetos irrigados de Petrolina (PE): Bebedouro e Senador Nilo Coelho.

Em Petrolina o projeto Senador Nilo Coelho atualmente é o maior³¹ dos catalogados pela Codevasf. O nome é em homenagem a um dos políticos mais respeitados na região. Nilo Coelho foi encorajado pelo seu pai – Coronel Quelé – a ingressar na política. Ele iniciou sua campanha pelo Sertão e foi eleito deputado estadual entre 1947 e 1950. Posteriormente, “durante a convenção estadual da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) pernambucana, Nilo Coelho foi indicado pelo então governador Paulo Guerra para as eleições indiretas do governo do Estado” (ANDRADE, 2009). O petrolinense foi eleito em 1967 pela Assembleia Legislativa do estado.

Durante sua gestão foi criado o projeto que atualmente leva seu nome. Além do seu empenho na irrigação, eletrificou comunidades em Pernambuco, construiu estradas e investiu em cursos de educação superior. Também foi eleito senador, tomando posse em Fevereiro de 1979. Faleceu em Novembro de 1983 vítima de um enfarto. (ANDRADE, 2009). Seguem os dados do projeto:

³⁰ Link para acesso: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos>

³¹ Considerando que apenas a primeira etapa do Projeto Salitre foi implantada. Após a implantação total, o projeto baiano passará a ser o maior com 31.305 hectares.

Tabela 19 - Dados do Projeto Senador Nilo Coelho (PE). Codevasf, 2014

Área irrigável	18.563 ha
Área ocupada	18.563 ha (12.520 ha – lotes familiares; 6.043 ha lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$ 529.302.968,77
Início do funcionamento	1984
Dados da infraestrutura	976 km de canais; 818 km de adutoras, 711 km de estradas; 263 km de drenos; 39 estações de bombeamento.
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 883.841.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 7.241.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 347.315.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	R\$ 2.535.000
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$ 526.751.000

A fruticultura é predominante no projeto, sendo a manga (35%) e a uva (19%) as maiores culturas. As culturas temporárias ocuparam 10% da área cultivada do perímetro e os lotes familiares são maioria. Em 2014 a estimativa de emprego foi de 18.100 diretos e 27.100 indiretos, além da produção de 424.774 toneladas de alimento.

Tabela 20 - Dados do Projeto Bebedouro (PE). Codevasf, 2014

Área irrigável	2.418 ha
Área ocupada	1.892 ha (1.034 ha – lotes familiares; 858 ha – lotes empresariais)
Investimentos até 2009	R\$ 20.479.982,86
Início do funcionamento	1968
Dados da infraestrutura	31 km de canais; 45 km de estradas; 64 km de drenos; 5 estações de bombeamento
Valor Bruto da Produção (VBP) 2014	R\$ 40.098.000
VPB Área Familiar - Culturas Temporárias	R\$ 4.964.000
VPB Área Familiar - Culturas Permanentes	R\$ 32.130.000
VPB Área Empresarial - Culturas Temporárias	R\$ 909.000
VPB Área Empresarial - Culturas Permanentes	R\$ 2.096.000

A fruticultura também predomina neste projeto. A manga possui 26% e a uva 17% da área cultivada. O feijão (13%) e o milho verde (9%) são os destaques das culturas temporárias. Os empregos diretos foram estimados em 1.700 e os indiretos em 2.600.

Em processo de implantação está o projeto Pontal com a área irrigável estimada em cerca de 7,7 mil hectares. A população beneficiada será 32.411 pessoas, e os empregos se distribuem em 7.600 diretos e 15.310 indiretos, conforme as estimativas da Codevasf.

Em fase de estudos está o Canal do Sertão (PE/BA) num total irrigável estimado de 33.000 hectares. Caso implantado, serão 138.600 pessoas beneficiadas, 33 mil empregos diretos e 66 mil indiretos. Os municípios beneficiados seriam Casa Nova, na Bahia; Petrolina, Afrânio, Dormentes, Santa Filomena, Santa Cruz, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Granito, Exu, Parnamirim, Moreilândia, Cedro e Serrita, em Pernambuco.

O IBGE divulgou em Novembro de 2015 os dados da Produção Municipal Agrícola (PAM) de 2014 com os maiores municípios produtores do Brasil.

Tabela 21 - PAM 2014 de Juazeiro e Petrolina³². IBGE, Coordenação de agropecuária
Produção Agrícola Municipal 2014

Município Produtor	Área Plantada	Área Colhida	Valor da Produção R\$	Varição da PAM 2013-2014	Ranking Nordeste
Juazeiro - BA	28.879	28.879	875.451.000	171,30%	4º
Petrolina - PE	23.287	19.332	473.897.000	(-) 48,8%	12º

A pesquisa incluiu 64 produtos de lavouras temporárias e lavouras permanentes. “Os dados são obtidos pela rede de coleta do IBGE, mediante consulta a entidades públicas, a iniciativa privada, a produtores, a técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos agrícolas.” (IBGE, 2014, p.13)

Em destaque nacional, Juazeiro aparece na 21ª colocação dos municípios produtores. Dos R\$ 875,4 milhões em valor da produção municipal, cerca de R\$ 652,3 milhões são referentes a cana-de-açúcar. A produção corresponde por 75% do total do município e 4% da produção nacional. Além da cidade baiana, Uberaba (MG) e Rio Brillhante (MS) tiveram destaques nesta lavoura. O crescimento da PAM 2014 em Juazeiro foi o maior do Brasil dentre os 50 primeiros colocados no ranking. O valor da produção atingiu o crescimento de 171% no comparativo com a publicação anterior de 2013.

Petrolina teve destaque na fruticultura ocupando a primeira colocação no ranking da produção. Contudo, o município sofreu uma redução no valor da PAM em quase 49% devido a queda no preço da uva. Com pouco mais de 470 milhões na fruticultura, o município representa 1,8% do valor total da produção frutícola nacional. A uva corresponde por 53,5% deste valor no município.

Em relação as frutas, Petrolina teve uma área plantada e colhida de 19 mil hectares. Já Juazeiro foram 6.132 hectares destinados a fruticultura, com um valor de produção de R\$ 189,7 milhões.

O setor agrícola dos dois municípios é expressivo nas escalas nacional, regional e estadual. A tabela 22 mostra alguns produtos e o ranking de suas produções nos estados da Bahia e de Pernambuco. Os dados são do IBGE e foram selecionadas as culturas que

³² Os números de Petrolina referentes a área plantada e a área colhida são de 2013. Na publicação de 2014 o IBGE só disponibilizou os dados das áreas totais dos 50 municípios de maior produção agrícola, deixando de fora a cidade pernambucana. Porém, o valor da PAM está atualizado em 2014.

colocassem os municípios de Juazeiro e Petrolina, entre os 10 primeiros colocados no valor da produção de seus respectivos estados.

Tabela 22 - Principais lavouras permanentes e temporárias de Juazeiro (2014). IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014

Lavoura	Produto	Valor da Produção (R\$)	Quantidade Produzida	Área Colhida	Ranking Estadual ¹
Temporária	Cana de Açúcar	652.338.000	1.408.938 t	16.383 ha	1°
Permanente	Uva	102.440.000	39.400 t	1.576 ha	1°
Permanente	Manga	44.941.000	55.380 t	2.130 ha	3°
Temporária	Cebola	23.400.000	26.000 t	1.300 ha	4°
Temporária	Melão	13.244.000	26.488 t	616 ha	1°
Permanente	Maracujá	11.450.000	5.200 t	194 ha	5°
Permanente	Goiaba	5.332.000	3.550 t	117 ha	2°
Temporária	Melancia	3.373.000	8.178 t	282 ha	10°
Permanente	Limão	2.020.000	1.340 t	35 ha	7°

¹Referente ao Valor da Produção

Além dos produtos da tabela 22, Juazeiro também possui valores de produção consideráveis para o tomate, o coco-da-baía e o feijão. Entretanto, eles não configuraram o município entre os dez maiores do estado nas suas respectivas culturas. Petrolina também é um polo agrícola importante em Pernambuco. Com a mesma metodologia, segue a tabela com seus principais produtos.

Tabela 23 - Principais lavouras permanentes e temporárias de Petrolina (2014). IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014

Lavoura	Produto	Valor da Produção (R\$)	Quantidade Produzida	Área Colhida	Ranking Estadual ¹
Permanente	Uva	422.365.000	162.448 t	4.642 ha	1°
Permanente	Manga	91.408.000	157.600 t	7.880 ha	1°
Permanente	Goiaba	59.472.000	70.800 t	2.360 ha	1°
Permanente	Banana	35.640.000	35.640 t	1.980 ha	2°
Permanente	Coco da Baía	27.540.000	54.000.000 ²	1.800 ha	2°
Permanente	Maracujá	2.520.000	2.520 t	180 ha	2°
Temporária	Cebola	2.400.000	2.400 t	80 ha	3°
Permanente	Limão	1.190.000	1.190 t	70 ha	1°
Permanente	Mamão	720.000	1.440 t	90 ha	1°

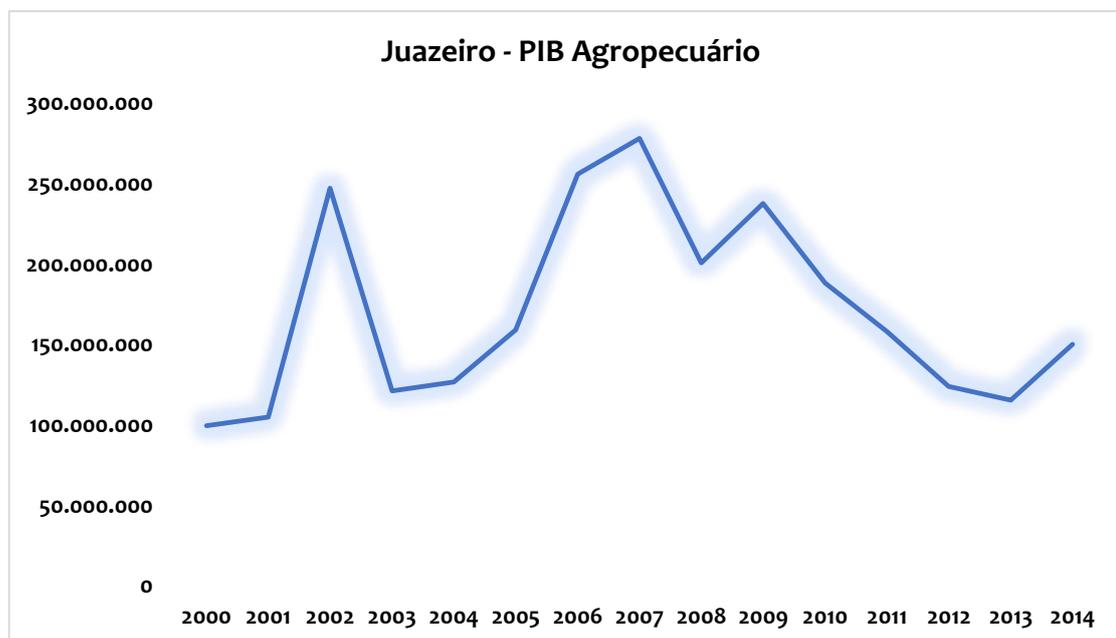
¹Referente ao Valor da Produção

²Quantidade em número de frutos

Petrolina também produz mandioca e cana-de-açúcar, porém os valores de produção também não estiveram entre os dez maiores do estado pernambucano.

Após a apresentação dos dados agrícolas, os gráficos a seguir mostram a evolução do PIB no setor primário, conforme o IBGE entre 2000 e 2014 (último ano divulgado pelo instituto).

Gráfico 3 - PIB do setor agropecuário de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014



Houve uma oscilação do PIB agropecuário juazeirense. No recorte temporal tiveram picos os anos de 2002, 2006, 2007 e 2009. Em 2014, após a queda do ano anterior, os números voltam a subir. Ainda assim não atingiram o patamar de 2007, ano de maior valor histórico. A tabela 24 traz os valores numéricos e o percentual do setor primário no PIB total do Município.

Tabela 24 - Participação do setor agropecuário no PIB de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014

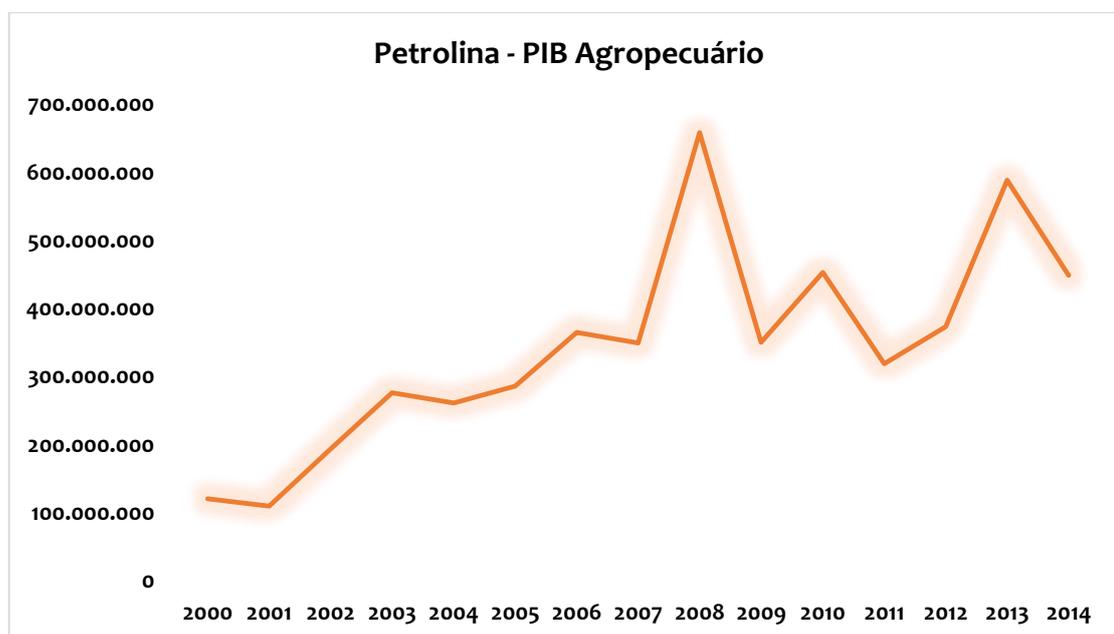
Ano	PIB Agro	PIB Total	% do PIB Agro/PIB Total
2000	99.715.000	644.620.000	15,5
2001	104.972.000	700.213.000	15,0
2002	247.280.000	912.795.000	27,1
2003	121.352.000	864.809.000	14,0
2004	126.834.000	935.240.000	13,6
2005	159.171.000	1.136.053.000	14,0
2006	256.130.000	1.290.252.000	19,9
2007	278.223.000	1.465.446.000	19,0
2008	200.937.000	1.471.189.000	13,7
2009	237.768.000	1.770.834.000	13,4
2010	188.408.000	1.776.187.000	10,6
2011	158.243.000	1.867.108.000	8,5
2012	124.104.000	2.125.774.000	5,8
2013	115.573.000	2.591.068.000	4,5
2014	150.359.000	3.013.288.000	5,0

A tabela 24 mostra que o maior valor numérico do PIB agropecuário foi em 2007 com 278,2 milhões de reais. Naquele ano Juazeiro era o 3º município com maior PIB do setor

primário na Bahia, atrás somente de São Desiderio e Barreiras – ambos localizados no Oeste Baiano. Em termos percentuais, o ano de 2002 foi aquele em que a participação da agropecuária obteve maior representatividade no PIB municipal com 27,1% do total. A partir de 2008 a representação percentual foi sendo reduzida alcançando 4,5% em 2013, subindo novamente em 2014 quando o percentual atingiu 5% do PIB total.

O gráfico 4 mostra que os números de Petrolina também apresentaram oscilação.

Gráfico 4 - PIB do setor agropecuário de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014



O maior pico registrado foi em 2008, a partir de 2009 ocorreu uma queda e sucessivas oscilações. Após subir em 2013 e alcançar desempenho semelhante ao ano de 2008, o PIB do setor primário cai novamente em 2014.

Tabela 25 - Participação do setor agropecuário no PIB de Petrolina (2000-2014) em R\$.
IBGE, 2014

Ano	PIB Agro	PIB Total	% do PIB Agro/PIB Total
2000	120.746.000	725.486.000	16,6
2001	110.190.000	798.114.000	13,8
2002	194.194.000	1.038.248.000	18,7
2003	276.764.000	1.420.288.000	19,5
2004	261.786.000	1.530.758.000	17,1
2005	286.262.000	1.670.473.000	17,1
2006	365.126.000	1.772.665.000	20,6
2007	349.747.000	1.925.413.000	18,2
2008	658.795.000	2.362.785.000	27,9
2009	350.872.000	2.324.726.000	15,1
2010	453.177.000	3.387.165.000	13,4
2011	319.213.000	3.756.440.000	8,5
2012	373.623.000	4.395.254.000	8,5
2013	588.890.000	4.905.327.000	12,0
2014	449.258.000	5.230.472.000	8,6

Na tabela 25 o ano de 2008 foi aquele em que o setor primário apresentou maior valor numérico e percentual. Foram 658,7 milhões de reais que corresponderam a quase 28% do PIB total. Embora o valor tenha caído no ano seguinte, voltou a subir em 2010 e só teve resultado próximo ao ápice de 2008, no ano de 2013 com 588,8 milhões. Em 2014 ocorreu retração no setor, passando dos 588,8 milhões de reais em 2013 para os mais recentes R\$ 449,2 milhões. Em termos relativos o setor agropecuário perdeu participação no PIB municipal, no ano de 2014 o percentual foi de 8,6%.

A seguir, o próximo tópico aborda o desempenho dos demais setores econômicos no arranjo urbano Juazeiro-Petrolina.

4.3 SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

O setor econômico secundário na região, passou a ganhar notoriedade com a instalação dos Distritos Industriais de Juazeiro e Petrolina. Principalmente em relação ao processamento das frutas ali produzidas. A fruticultura seria a gênese do complexo agroindustrial.

“A transformação primária consiste na fabricação de produtos intermediários (semi-processados) para atender basicamente à transformação secundária de frutas ou diretamente a processos produtivos de outros setores da indústria de alimentação e bebidas ou de outras indústrias. O objetivo da transformação primária é tornar produtos perecíveis (frutas frescas) em produtos semielaborados, mas conserváveis por um período de tempo adequado – por exemplo, polpas, óleos essenciais, líquidos aromáticos, etc. As empresas de transformação

primária são compradoras de frutas como matéria-prima, com ligações estreitas com o segmento agrícola, frequentemente negociando preços e quantidades. (CUNHA; ARAÚJO; MELLO; BOEIRA, 2008, p.2)

A Vitivinicultura no Vale do São Francisco tem vasto potencial. De acordo com Tales Vital (2009) alguns fatores são positivos para seu desenvolvimento: disponibilidade de terras apropriadas ao cultivo irrigado de uva para vinho; existir uma base tecnológica de produção irrigada consolidada; existir pessoal disponível, qualificado e a baixo custo para atender as necessidades; existir uma cultura de produção de vinho; vir ocorrendo a entrada de capitais externos na atividade através de empresários; algumas das empresas têm redes nacionais e internacionais de distribuição; vir recebendo forte apoio do governo, expresso em melhoria da infraestrutura rodoviária e aeroportuária, crédito subsidiado, incentivos fiscais, capacitação e sobretudo pesquisa e desenvolvimento; ter uma forte organização e cooperação entre as firmas através de suas entidades de representação técnica e política. (VITAL, 2009)

Na edição final de 2015 a Revista Oportunidades de Negócios – Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia – teve como tema principal “*O Milagre do Vinhos nas Terras do São Francisco*”. O texto de Nestor Mendes mostra que o setor industrial no Vale tem bons resultados e gera perspectivas positivas pela diversificação. Começando pelo vinho, “o Vale do São Francisco é a única região do mundo a produzir três safras de uvas e o mais baixo paralelo do mundo a produzir vinhos – latitude 9° S, longitude 40° W e altitude média de 350 metros” (MENDES, 2015, p.10)

O Vale é “a principal região vitivinícola tropical brasileira, empregando diretamente 30 mil pessoas” (MENDES, 2015, p.10). No trecho a seguir, a declaração do gaúcho Eurico Benedetti, integrante do Conselho administrativo da marca Terra Nova, pertencente a empresa Miolo Wine Group: “*Quando o gerente do Banco me disse que tinha uma fazenda [de uvas] boa na Bahia, desdenhei. Ele fez tanta pressão que acabei vindo em 2001, e não mais saí. Começamos com 20 hectares que se multiplicaram para 200 hectares de plantações de uva. Eram 10 mil garrafas/ano e, hoje, produzimos, 4 milhões de litros/ano de um excelente vinho.*” (MENDES, 2015, p.11)

A condição climática do Vale é um dos fatores positivos para o crescimento da produção. São 12-13 horas diárias de sol, além das tecnologias de irrigação. Em 2013 foi inaugurada a Grand Valle com investimentos de R\$ 1,2 milhão em uma unidade de produção de suco de uva integral, na Bahia.

Outra área que vem dando bons resultados é a usina de açúcar. Na mesma revista é mencionada a Agrovale. De acordo com a publicação, esta empresa é a maior usina de produção de açúcar e cana da Bahia e uma das maiores empresas rurais geradoras de empregos do Nordeste. Em 2014 foram produzidos 63 milhões de litros de etanol e uma safra de 1,3 milhão de toneladas de cana. (MENDES, 2015, p.18)

O governo da Bahia vem incentivando a produção de etanol no estado. O abatimento na carga tributária – incentivos fiscais – varia de 4,5% a 18% sobre o ICMS a depender do tipo de álcool a ser produzido. A Agrovale tem buscado inovações em sua produção. “Há 40 anos se produzia 95 kg de açúcar por tonelada de cana. Hoje se chega a 135 kg com as variedades VAT (Vale do Triunfo) e a RB 1003, desenvolvida pela Universidade Federal de Alagoas” – é o que afirma, Francisco Celestino, o diretor agrícola da Agrovale (MENDES, 2015, p.21)

O setor de energias renováveis também tem crescido na Bahia com a implantação de Parques Eólicos que vêm sendo construídos no estado. Para atender a demanda industrial, a Wobben WindPower, subsidiária da alemã Enercon GmbH, se instalou no Distrito Industrial de Juazeiro para produzir torres de concreto tanto para o mercado interno, como também para exportação.

Figura 36 - Produção de torres de concreto do E-92 / 2350 kW em Juazeiro. Wooben Windpower, 2016



A área ocupada pela empresa é 17,6 mil m² e gera 600 empregos diretos e indiretos, fornece torres para os parques de Sento-Sé e outros municípios no norte baiano. As peças são montadas e acopladas, elas pesam cerca de 30 toneladas e cada torre tem 98 metros de altura. A unidade juazeirense tem capacidade para produzir 200 torres por ano. (MENDES, 2015)

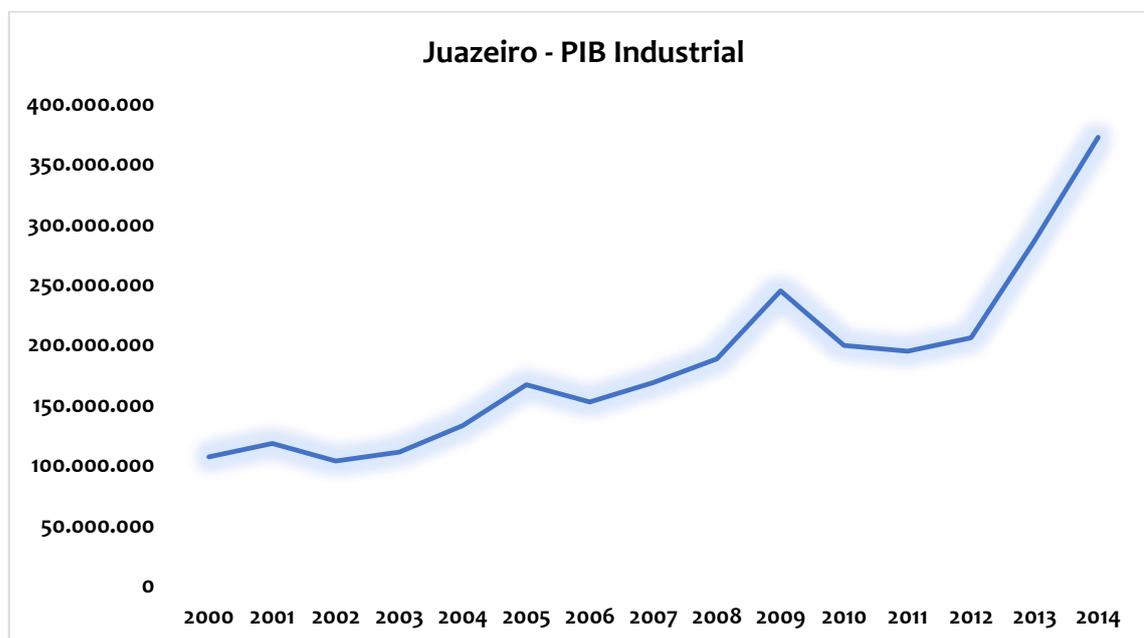
O Distrito Industrial do São Francisco (DISF) está localizado ao sul da cidade de Juazeiro, cortado pela BA-210 e pela BR-407. Sua área total é 3.626.012,22 m² e atualmente possui 76 empresas instaladas. Sua vocação industrial abrange: produtos minerais não-metálicos; produtos alimentícios e fruticultura; metalurgia; perfumaria e têxtil. Os dados são da Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico. A tabela 26 apresenta o desempenho do setor industrial no PIB do município.

Tabela 26 - Participação do setor industrial no PIB de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014

Ano	PIB Industrial	PIB Total	% do PIB Ind./PIB Total
2000	107.023.000	644.620.000	16,6
2001	118.222.000	700.213.000	16,9
2002	103.719.000	912.795.000	11,4
2003	111.150.000	864.809.000	12,8
2004	132.957.000	935.240.000	14,2
2005	166.816.000	1.136.053.000	14,7
2006	152.678.000	1.290.252.000	11,8
2007	168.861.000	1.465.446.000	11,5
2008	188.395.000	1.471.189.000	12,8
2009	244.691.000	1.770.834.000	13,8
2010	199.620.000	1.776.187.000	11,2
2011	194.843.000	1.867.108.000	10,4
2012	205.840.000	2.125.774.000	9,7
2013	286.744.000	2.591.068.000	11,1
2014	372.168.000	3.013.288.000	12,4

Os dados também mostram oscilação com um crescimento nos últimos anos da tabela 28, inclusive na participação percentual. Em 2014 o PIB alcançou o maior valor com R\$ 372,1 milhões e 12,4% do PIB total. Porém, a participação relativa foi maior em 2001, ano em que o setor teve maior composição no PIB com 16,9%.

Gráfico 5 - PIB do setor industrial de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014



O gráfico 5 com a evolução do setor secundário em Juazeiro demonstra que, embora tenham ocorrido algumas quedas no valor do PIB, ele se mostra crescente. Os ápices ocorrem em 2005, 2009 e 2014. Apesar de alguns declives há retomada de crescimento após os períodos de queda (2002, 2006 e 2010).

Em Petrolina o Distrito Industrial da cidade está localizado na zona Oeste. A São Francisco Têxtil é uma das maiores empresas do condomínio, ela pertence ao Grupo Covolan e possui uma área de 67 mil metros quadrados sendo 20 mil metros quadrados de área construída. Sua atuação é no ramo de fiação de fios de algodão desde 1998. A São Francisco Têxtil produz mais de 1.500 toneladas de fio por mês. Além desta, Petrolina também possui uma unidade da Coca-Cola Guararapes – Sucovale -, e a PepsiCo com a produção de água de coco.

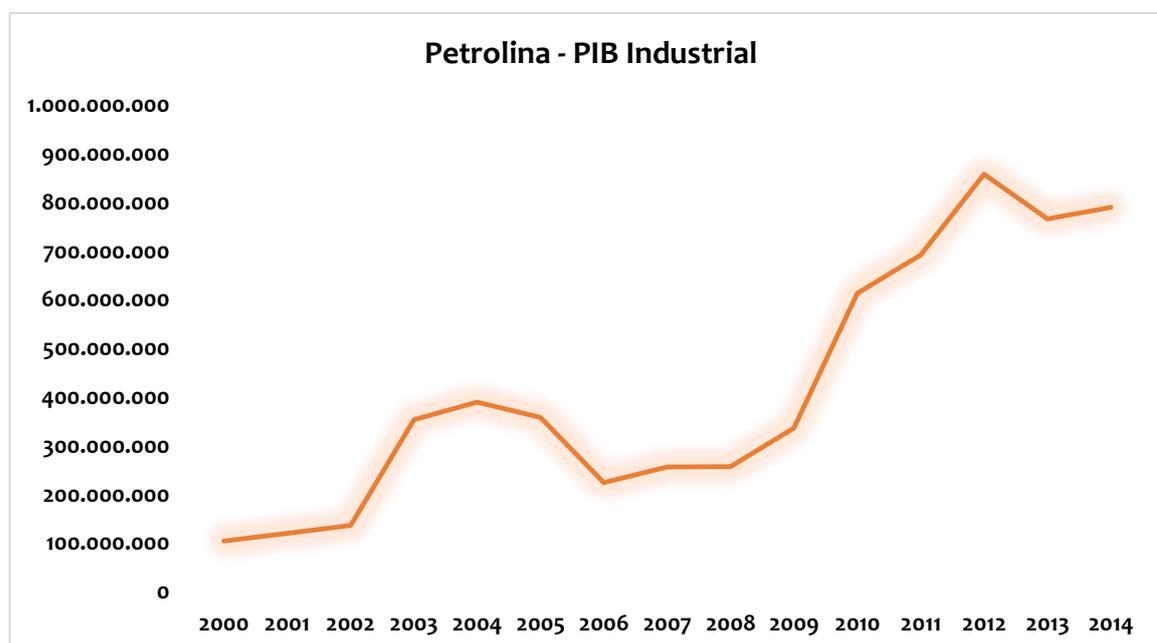
Tabela 27 - Participação do setor industrial no PIB de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014

Ano	PIB Industrial	PIB Total	% do PIB Ind./PIB Total
2000	104.301.000	725.486.000	14,4
2001	120.178.000	798.114.000	15,0
2002	136.409.000	1.038.248.000	13,1
2003	353.438.000	1.420.288.000	24,9
2004	389.810.000	1.530.758.000	25,4
2005	358.337.000	1.670.473.000	21,4
2006	224.232.000	1.772.665.000	12,6
2007	256.900.000	1.925.413.000	13,3
2008	257.371.000	2.362.785.000	10,9
2009	336.519.000	2.324.726.000	14,5
2010	613.643.000	3.387.165.000	18,1
2011	692.250.000	3.756.440.000	18,4
2012	857.946.000	4.395.254.000	19,5
2013	766.107.000	4.905.327.000	15,6
2014	790.035.000	5.230.472.000	15,1

A indústria aumentou sua composição no PIB, eram 14,4% em 2000 e 15,1% em 2014. Os números vêm apresentando crescimento, passando de 766 milhões em 2013 para 790 milhões em 2014. No ano de 2004 a participação relativa atingiu o seu maior patamar com 25,4% do PIB municipal.

O gráfico 6 ilustra a evolução do setor secundário em Petrolina, mostrando um crescimento mais intenso a partir de 2009.

Gráfico 6 - PIB do setor industrial de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014



O gráfico 6 apresenta o aumento expressivo do PIB do setor secundário entre 2002 e 2003. O primeiro ápice ocorre em 2004 e após ele, é seguido por quedas. O setor industrial volta se recuperar em 2006, porém a partir de 2009 é que ele adquire maior expressividade de crescimento. Em 2014 o PIB se recupera novamente após uma retração no ano anterior, 2013.

Os produtos do Vale do São Francisco têm o Aeroporto Internacional Senador Nilo Coelho como principal meio de exportação. Inaugurado em 1981 ele está localizado em Petrolina à uma distância de 12 km do centro de Juazeiro. De acordo com a Infraero³³:

O Aeroporto de Petrolina vem se firmando como um dos principais do Nordeste, impulsionado pela produção do Vale do São Francisco, maior exportador de frutas do Brasil e responsável pela maior taxa de crescimento econômico da região. O turismo de negócios, de lazer e ecológico cresce ano a ano e agora os excelentes vinhos da região também estão atraindo visitantes e produtores de outros locais. Moderno e com capacidade para receber até um milhão de passageiros por ano, o aeroporto atende cerca de 50 municípios próximos dos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí. (INFRAERO)

Os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços³⁴, mostram que em 2015, os produtos exportados de Juazeiro atingiram 52.193.032,00 de dólares americanos. Em 2016 ocorreu um aumento das exportações juazeirenses passando para US\$ 58.156.264. O município baiano ficou entre 25 maiores do estado em exportação.

A presença do aeroporto em Petrolina favorece o município pernambucano que ficou na 3ª colocação do estado de Pernambuco, atrás apenas de Ipojuca e Goiana, em exportação. No ano de 2016 foram 147.253.367,00 dólares americanos em produtos exportados. Foi registrada uma queda no comparativo com 2015 quando o município exportou 170.756.109,00 milhões de dólares. A *Cargolux Airlines International SA*³⁵ faz conexão entre o Vale do São Francisco e a Europa, operando voos semanais que levam as frutas produzidas na região.

Outro setor que também vem se destacando no Vale é o de serviços. O desempenho dos demais setores, primário e secundário, também interfere no terciário. A agricultura irrigada é responsável por uma parcela considerável da geração de empregos e a indústria é um setor que cria inter-relações importantes na dinâmica econômica regional.

³³ Link de acesso a publicação: <http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-petrolina-senador-nilo-coelho/>

³⁴ Dados disponíveis no link: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>

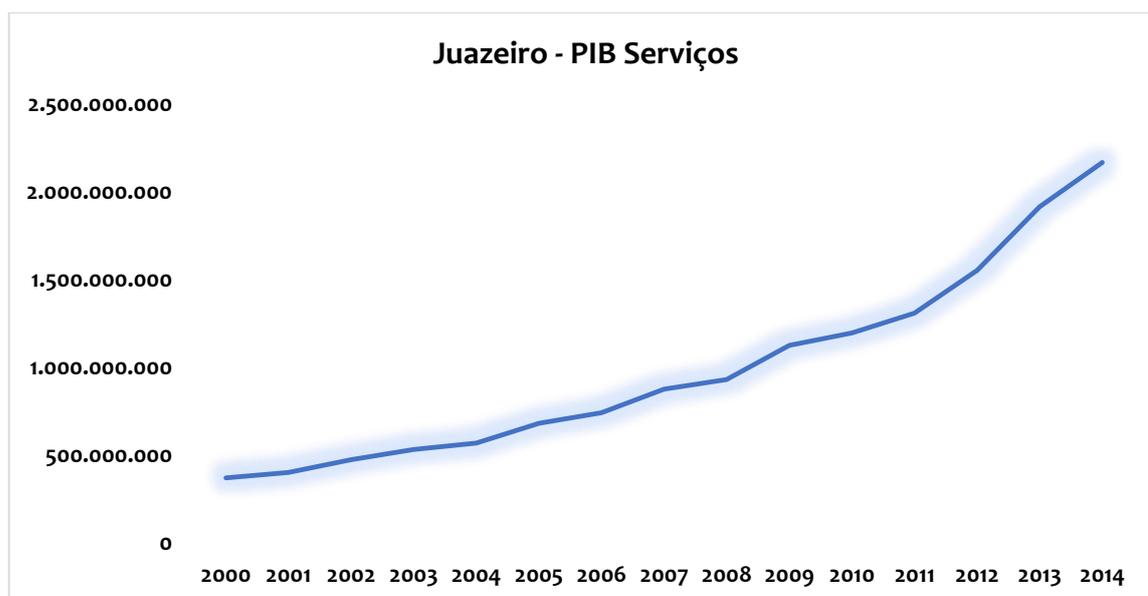
³⁵ Empresa de carga aérea com sede no Aeroporto Internacional de Luxemburgo

Tabela 28 - Participação do setor de serviços³⁶ no PIB de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014

Ano	PIB Serviços	PIB Total	% do PIB Serv./PIB Total
2000	373.085.000	644.620.000	57,9
2001	403.973.000	700.213.000	57,7
2002	476.980.000	912.795.000	52,2
2003	534.665.000	864.809.000	61,8
2004	571.103.000	935.240.000	61,1
2005	685.180.000	1.136.053.000	60,3
2006	744.223.000	1.290.252.000	57,7
2007	879.598.000	1.465.446.000	60,0
2008	933.315.000	1.471.189.000	63,4
2009	1.128.617.000	1.770.834.000	63,7
2010	1.199.912.000	1.776.187.000	67,5
2011	1.312.471.000	1.867.108.000	70,3
2012	1.556.322.000	2.125.774.000	73,2
2013	1.917.944.000	2.591.068.000	74,0
2014	2.171.329.000	3.013.288.000	72,0

O PIB do setor terciário cresceu quase cinco vezes entre 2000 e 2014. A participação relativa também aumentou de 57,9% em 2000 para 72% em 2014, sendo este o maior percentual da participação relativa no PIB total. O crescimento dos outros setores, primário e secundário, reduziram a participação do setor terciário na composição geral do PIB, passando de 74% em 2013 para 72% em 2014. O gráfico 7 apresenta a evolução dos dados.

Gráfico 7 - PIB do setor de serviços de Juazeiro (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014



³⁶ Incluso os dados da administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

O crescimento foi constante e setor terciário foi o único que não teve retração. Juazeiro, pela sua histórica vocação de entreposto comercial, tem nos serviços importância regional. A classificação do Regic, 2007 já denominava o conjunto Juazeiro-Petrolina como Capital Regional C, este arranjo tem uma oferta de serviços mais complexa, comparada aos demais municípios da RIDE.

Em 2016 eram 17.402 empresas³⁷ ativas no município. A variação em relação ao ano de 2015 foi um aumento em 9,47%. Naquele anterior 15.896 empresas estavam ativas em Juazeiro.

Recentemente foi inaugurado o Juá Garden Shopping, pela Tenco Empreendimentos. Conforme o site do shopping, são 40 mil metros quadrados de área construída com espaço para 170 lojas. A implantação do centro comercial representa o dinamismo econômico que vem ocorrendo nos últimos anos na região, principalmente no setor de serviços como mostrou a tabela 30. A inauguração em período de crise econômica na escala nacional, foi um reflexo de que o arranjo Juazeiro-Petrolina não tem sido impactado na mesma intensidade que o país.

A localização do shopping entre rodovias movimentadas - BR 407, BA 210 e BR 235 – é afastado do tradicional centro da cidade e tem objetivos de expansão urbana. As mudanças no entorno, começam pela estrutura das vias com as duplicações que dão acesso ao centro de compras.

Figura 37 - Juá Garden Shopping. Tenco, 2016



³⁷ Fonte: <http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas>

Correa (1989) tem argumentos que possibilitam compreender o atual momento de expansão urbana no Polo de Itaberaba³⁸. Em *O Espaço Urbano*, a descentralização é um processo decorrente do interesse de empresas que visam eliminar as *deseconomias* oriundas da excessiva centralização e resulta de fatores de atração em áreas não centrais (CORREA, 1989). Como foi mostrado no primeiro capítulo, o cais de Juazeiro era o centro tradicional das transações comerciais ali estabelecidas e também o elemento propulsor do crescimento urbano em volta daquele núcleo. Correa (1989) aponta algumas considerações em relação a descentralização.

- a) aumento constante do preço da terra, impostos e alugueis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central;
- b) congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas;
- c) dificuldade de obtenção do espaço para expansão, que afeta particularmente as indústrias em crescimento;
- d) restrições implicando a ausência de controle do espaço, limitando, portanto, a ação das firmas;
- e) ausência ou perda de amenidades. (CORREA, 1989, p.46)

Outra atividade que se destaca em Juazeiro é a comercialização dos hortifrutigranjeiros produzidos na região. O Mercado do Produtor, Ceasa, em 2007 ocupava a 4^a colocação no ranking nacional em volumes comercializados, conforme o relatório da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

Tabela 29 - Ranking dos entrepostos nacionais segundo o volume de movimentação de Hortigranjeiros. CONAB, 2007

UF	Município	Instituição Gestora	Comercialização FLV 1000 t	% do Total nacional
SP	São Paulo	Ceagesp	2.957,1	19,1
RJ	Rio de Janeiro	Ceasa-RJ	1.599,4	10,3
MG	Contagem	Ceasaminas	1.369,3	8,8
BA	Juazeiro	Mercado do Produtor	859,7	5,6
PE	Recife	Ceasa-PE/OS	840,0	5,4
GO	Goiânia	Ceasa-GO	770,0	5,0
PR	Curitiba	Ceasa-PR	691,8	4,5
SP	Campinas	Ceasa Campinas	646,6	4,2
ES	Cariacica	Ceasa-ES	510,0	3,3
RS	Porto Alegre	Ceasa-RS	505,2	3,3

O Mercado do Produtor e a matriz agrícola regional foram alguns dos fatores que atraíram redes atacadistas nacionais e internacionais para a cidade, de acordo com a Secretaria

³⁸ O polo comercial de Itaberaba abrange o Juá Garden Shopping, o Ceasa, o Atacadão e outros empreendimentos comerciais localizados próximo ao bairro Itaberaba, a 5 km da orla fluvial de Juazeiro

de Desenvolvimento Econômico. Em Juazeiro estão presentes os empreendimentos: Mercantil Rodrigues e Hiper GBarbosa (Cencosud); Atacadão (Carrefour); e o Assaí Atacadista (Grupo Pão de Açúcar).

Figura 38 - Atacarejos de Juazeiro. O autor, 2013



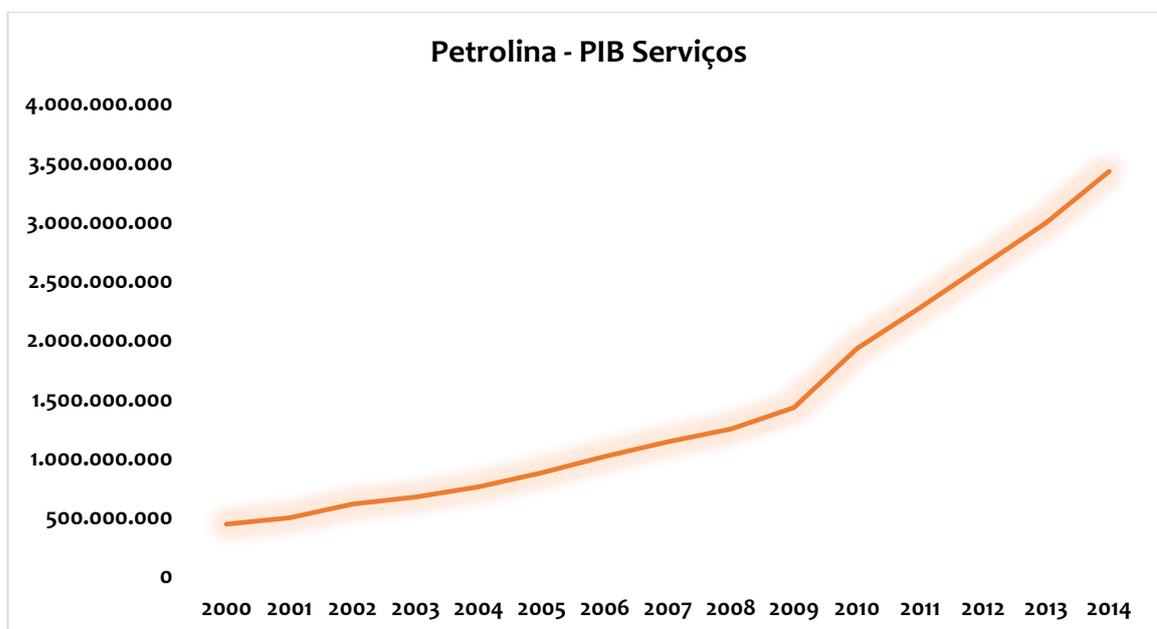
Em Petrolina a participação do setor terciário no PIB é menor do que em Juazeiro. A tabela 30 mostra que 65% do PIB petrolinense é de serviços. Mesmo com o percentual menor que a cidade baiana, Petrolina tem nos serviços a maior fatia do PIB total.

Tabela 30 - Participação do setor de Serviços no PIB de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014

Ano	PIB Serviços	PIB Total	% do PIB Serv./PIB Total
2000	443.067.000	725.486.000	61,1
2001	499.043.000	798.114.000	62,5
2002	614.927.000	1.038.248.000	59,2
2003	672.227.000	1.420.288.000	47,3
2004	759.638.000	1.530.758.000	49,6
2005	878.893.000	1.670.473.000	52,6
2006	1.016.681.000	1.772.665.000	57,3
2007	1.139.543.000	1.925.413.000	59,2
2008	1.249.678.000	2.362.785.000	52,9
2009	1.430.836.000	2.324.726.000	61,4
2010	1.930.952.000	3.387.165.000	57,0
2011	2.276.084.000	3.756.440.000	60,6
2012	2.636.206.000	4.395.254.000	60,0
2013	2.995.643.000	4.905.327.000	61,1
2014	3.430.399.000	5.230.472.000	65,6

No município pernambucano o PIB do setor terciário também não sofreu retração entre 2000 e 2014. O maior percentual foi em 2014 com 65,6%. O valor absoluto chegou a R\$ 3,4 bilhões somando também os dados da administração, saúde e seguridade social.

Gráfico 8 - PIB do setor de serviços de Petrolina (2000-2014) em R\$. IBGE, 2014



Conforme o gráfico 8, a partir de 2009 o crescimento do PIB de serviços tem maior intensidade. Os investimentos comerciais que tem chegado na cidade e o aumento do consumo por parte da população regional, contribuíram com o resultado.

Figura 39 - River Shopping em Petrolina. River, 2013



Desde 1995 a cidade possui o River Shopping que até então, era o único grande centro comercial da região. Segundo o site do empreendimento, 24 mil pessoas o visitam diariamente. O município pernambucano também tem importantes lojas de departamentos e o Makro Atacadista.

Em 2012 chegou a ocorrer o lançamento de um segundo shopping center na Avenida Sete de Setembro, contudo o projeto não saiu do papel e os empresários deixaram de repassar informações sobre a obra. O fato do Juá Garden Shopping, na vizinha Juazeiro, ter sido inaugurado, pode ser um dos fatores que impediram a concretização do Petrolina Park Shopping. A cidade vem diversificando os serviços e o comércio, sobretudo pelo aumento da demanda após a chegada de universidades, investimentos públicos na infraestrutura e a dinâmica demográfica.

Tabela 31 - Panorama geral da participação dos setores no PIB total de Juazeiro e Petrolina (2000-2014). Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2014

Juazeiro				Petrolina			
Ano	%	%	%	Ano	%	%	%
	Agrícola	Industrial	Serviços		Agrícola	Industrial	Serviços
2000	15,5	16,6	57,9	2000	16,6	14,4	61,1
2001	15,0	16,9	57,7	2001	13,8	15,0	62,5
2002	27,1	11,4	52,2	2002	18,7	13,1	59,2
2003	14,0	12,8	61,8	2003	19,5	24,9	47,3
2004	13,6	14,2	61,1	2004	17,1	25,4	49,6
2005	14,0	14,7	60,3	2005	17,1	21,4	52,6
2006	19,9	11,8	57,7	2006	20,6	12,6	57,3
2007	19,0	11,5	60,0	2007	18,2	13,3	59,2
2008	13,7	12,8	63,4	2008	27,9	10,9	52,9
2009	13,4	13,8	63,7	2009	15,1	14,5	61,4
2010	10,6	11,2	67,5	2010	13,4	18,1	57,0
2011	8,5	10,4	70,3	2011	8,5	18,4	60,6
2012	5,8	9,7	73,2	2012	8,5	19,5	60,0
2013	4,5	11,1	74,0	2013	12,0	15,6	61,1
2014	5,0	12,4	72,0	2014	8,6	15,1	65,6

No cenário geral (tabela 31) está a participação relativa dos setores econômicos no PIB de Juazeiro e Petrolina. A princípio nota-se o crescimento percentual dos serviços em Juazeiro frente aos demais setores do município baiano, dentre 2000 e 2014. A agropecuária juazeirense reduziu de 15,5% para 5% sua composição no PIB. Já do lado pernambucano, embora também tenha ocorrido uma redução relativa do setor primário, ela foi menor, passando de 16,6% para 15,1%.

O PIB industrial se manteve acima dos 10% em ambos, o PIB do setor secundário juazeirense reduziu sua participação relativa de 16,6% para pouco mais de 12% e o petrolinense aumentou de 14,4% para 15,1%. Os serviços em Juazeiro foi o destaque da tabela 33, ampliando de 57,9% para 72% sua composição no PIB municipal. Em Petrolina o aumento foi menor, de 61% para 65%.

Entre os dois últimos anos, 2013 e 2014, o PIB de Juazeiro passou de R\$ 2,591 bilhões para R\$ 3,013 bilhões. Um aumento de R\$ 422 milhões, taxa de crescimento em 16,3%. Petrolina aumentou de R\$ 4,905 bilhões para R\$ 5,230 bilhões no mesmo período. O crescimento foi de R\$ 325 milhões, taxa de 6,6% entre 2013-2014.

A tabela 10 no capítulo II mostra o comparativo do arranjo com outras cidades médias do interior do Nordeste. Entre 2010 e 2014, o PIB de Juazeiro cresceu 14,12% ao ano e o de Petrolina, 11,47% ambos acima da média nordestina de 11,39%.

4.4 DESEMPENHO RECENTE NA GERAÇÃO DE EMPREGO

Com o desempenho promissor da agricultura irrigada, os avanços sociais e econômicos, nas décadas passadas, surgiu um novo ciclo de desenvolvimento.

Este dinamismo econômico em áreas que antes estavam estagnadas quanto à geração de emprego, acesso aos bens básicos e de infraestrutura, colabora na melhoria da qualidade de vida da população, por serem constituídas por avanços e transformações na estrutura produtiva, produzindo efeitos importantes sobre o nível de emprego e renda, em algumas áreas a diversificação das atividades e o crescimento de setores da economia. Estes efeitos da agricultura irrigada, na Região Nordeste, resultou no aumento do número de empregos em atividades diretas e indiretamente ligadas aos projetos de irrigação - é o caso dos municípios de Petrolina e Juazeiro. (PEREIRA, 2011, p.2).

De acordo com Pereira (2011) Juazeiro e Petrolina se diferenciam das outras regiões do sertão nordestino e possuem uma participação considerável no mercado consumidor do Nordeste. Mesmo com condições climáticas similares a outros municípios sertanejos, ambos tiveram um crescimento populacional intenso se considerar que em 1970, Juazeiro e Petrolina tinham 61.648 e 61.252 habitantes, respectivamente. A agricultura irrigada foi ativa nas dinâmicas locais.

Na transição da agricultura de sequeiro para a agricultura irrigada na região de Petrolina e Juazeiro, novos agentes surgiram para compor as novas atividades produtivas local, considerando que na produção frutícola, combinando as mais diversas formas de contrato de trabalho e serviços, envolvendo assalariamento, parcerias, consultorias técnicas, terceirização de algumas etapas dos processos produtivos e pós-colheita. O aumento populacional apresentado na região estudada acompanha a linha do tempo da execução das primeiras ações ligadas à agricultura irrigada em Petrolina e Juazeiro até sua consolidação. (PEREIRA, 2011, p.11)

Para Pereira (2011) a busca de emprego explica o aumento populacional na região. “Este processo vem redefinindo esta área (...) como uma área de retenção ou atração de trabalhadores” (PEREIRA, 2011, p.12). A geração de emprego no arranjo urbano ainda é destaque regional e outros setores, além do agrícola, passaram a se dinamizar.

A tabela 32 mostra a geração de emprego formal por setor e nível geográfico em 2016, através dos dados do Caged/Ministério do Trabalho.

Tabela 32 - Desempenho na geração de emprego por setor de atividade econômica. CAGED, 2016

Setor	Juazeiro	Petrolina	Bahia	Pernambuco	Brasil
Extrativa Mineral	22	1	-1.139	-264	-11.888
Indústria de Transformação	489	-291	-5.275	-8.361	-322.500
Serviços Ind. de Utilidade Pública	2	-8	-1.683	473	-12.687
Construção Civil	-53	-1.181	-19.783	-12.144	-358.678
Comércio	98	-512	-14.518	-11.588	-204.377
Serviços	246	-90	-25.377	-18.579	-390.104
Administração Pública	816	-3	63	-42	-8.643
Agropecuária	336	1.016	421	2.019	-13.117
Saldo Total	1.956	-1.068	-67.291	-48.486	-1.321.994

O saldo de empregos formais de Juazeiro foi o único que se manteve positivo dentre os níveis geográficos da tabela 32. Apenas o setor da construção civil fechou o ano em negativo (-53). O saldo total foi de (+1.956) empregos, colocando Juazeiro como a 3ª cidade do Brasil com maior saldo dentre os 5.565 municípios. O primeiro e segundo colocados foram Três Lagoas (MS) com (+3.569) e Campo Redondo (RN) com (+1.990) de saldo positivo. Na Bahia os serviços (-25.377) e a construção civil (-19.783) foram os setores com pior desempenho. O estado baiano finalizou 2016 com (-67.291) empregos. Apenas a administração pública (+63) e a agropecuária (+421) foram destaque positivo.

Petrolina terminou o ano de 2016 em saldo negativo de (-1.068) empregos. Somente a agropecuária (+1.016) e a extrativa mineral (+1) obtiveram saldo positivo. O setor com mais

demissões do que desligamentos foi o da construção civil (-1.181). Pernambuco também teve desempenho negativo. Foram (-48.486) o saldo de empregos formais. O setor de serviços foi o que mais demitiu em relação às admissões, (-18.579) no ano. A agropecuária foi o setor que mais empregou (+2.019) seguida pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública (+473).

O Brasil foi o nível geográfico com pior desempenho na tabela 32, todos os setores fecharam o ano de 2016 no negativo. Os serviços (-390.104) foi o setor de maior gravidade. No quadro geral o saldo final foi de (-1.321.994) empregos.

No próximo capítulo a dinâmica demográfica será detalhada através dos microdados do Censo 2010 (IBGE). Após a apresentação dos dados por área de ponderação, os resultados da pesquisa de campo serão discutidos através das análises dos gráficos e das observações durante a aplicação dos questionários.

5 DETALHAMENTO DOS ASPECTOS SÓCIODEMOGRÁFICOS FRENTE À PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL



Foto: Juazeiro e Petrolina (ao fundo) – Jotanunes, 2016

*“Dorme o sol à flor do Chico, meio-dia
Tudo esbarra embriagado de seu lume
Dorme ponte, Pernambuco, Rio, Bahia
Só vigia um ponto negro: o meu ciúme*

*O ciúme lançou sua flecha preta
E se viu ferido justo na garganta
Quem nem alegre, nem triste, nem poeta
Entre Petrolina e Juazeiro canta*

*Velho Chico vens de Minas
De onde o oculto do mistério se escondeu
Sei que o levas todo em ti, não me ensinas
E eu sou só eu, só eu só, eu*

*Juazeiro, nem te lembras dessa tarde
Petrolina, nem chegaste a perceber
Mas na voz que canta tudo ainda arde
Tudo é perda, tudo quer buscar, cadê*

*Tanta gente canta, tanta gente cala
Tantas almas esticadas no curtume
Sobre toda estrada, sobre toda sala
Paira, monstruosa, a sombra do ciúme”*

(O Ciúme – Caetano Veloso)

O capítulo final da dissertação tem como objetivo detalhar a sociodemografia das duas cidades na escala intraurbana e apresentar os dados obtidos a partir da pesquisa de campo. O detalhamento permitiu analisar a dinâmica demográfica e selecionar as áreas de ponderação em que o questionário foi aplicado. O procedimento metodológico consistiu em escolher áreas das duas cidades que apresentassem diferenças no perfil social e de infraestrutura. Isso possibilitou uma variedade de respostas quanto à percepção de progresso que os residentes relataram.

Tomou-se como ponto de partida, para esse intento, os censos demográficos do IBGE para construir o panorama. Em seguida, a percepção de indivíduos a respeito o arranjo Juazeiro-Petrolina colhida em entrevistas realizadas no período de Julho-Agosto de 2016. Os entrevistados foram abordados em duas áreas censitárias selecionadas em áreas distintas em cada cidade, totalizando 40 entrevistas. Estas incluíram questões sobre perspectivas de progresso, desigualdade socioeconômica, crescimento urbano e avaliações referentes a infraestrutura do local em que residem. O questionário está inserido no anexo D.

A escolha dos participantes foi aleatória em relação ao sexo, naturalidade, ocupação, escolaridade e renda. Somente a idade, acima dos 18 anos, foi estabelecida para a participação. As informações obtidas nas entrevistas foram sistematizadas em planilha eletrônica, por meio da qual foram elaborados os gráficos e tabelas, ao que se complementam observações de campo, gerando-se o material apresentado a seguir.

5.1 QUADRO SÓCIODEMOGRÁFICO GERAL DE JUAZEIRO E PETROLINA

O primeiro aspecto a ser ressaltado na análise da dinâmica sócio-demográfica em estudo são as evoluções distintas entre os meios urbano e rural de cada município. As tabelas a seguir fazem um panorama do crescimento populacional.

Tabela 33 - Juazeiro: População residente 1872-2010. Ipeadata, 2016

Censo	Município de Juazeiro	Taxa de Crescimento (%)	População Urbana	Taxa de Crescimento (%)	População Rural	Taxa de Crescimento (%)	Grau de Urbanização (%)
1872	7.863	-	-	-	-	-	-
1890	10.693	36,0	-	-	-	-	-
1910	13.797	29,0	-	-	-	-	-
1920	24.255	75,8	-	-	-	-	-
1940	25.523	5,20	11.831	-	13.692	-	46,3
1950	34.416	34,9	17.692	49,5	16.724	22,1	51,4
1960	40.532	17,8	14.061	-20,5	26.471	58,3	34,7
1970	61.648	52,1	39.083	178,0	22.565	-14,7	63,4
1980	118.175	91,7	64.323	64,6	53.852	138,6	54,4
1991	128.767	9,0	102.266	59,0	26.501	-50,8	79,4
2000	174.567	35,6	133.278	30,3	41.289	55,8	76,3
2010	197.965	13,4	160.775	20,6	37.190	-9,9	81,2

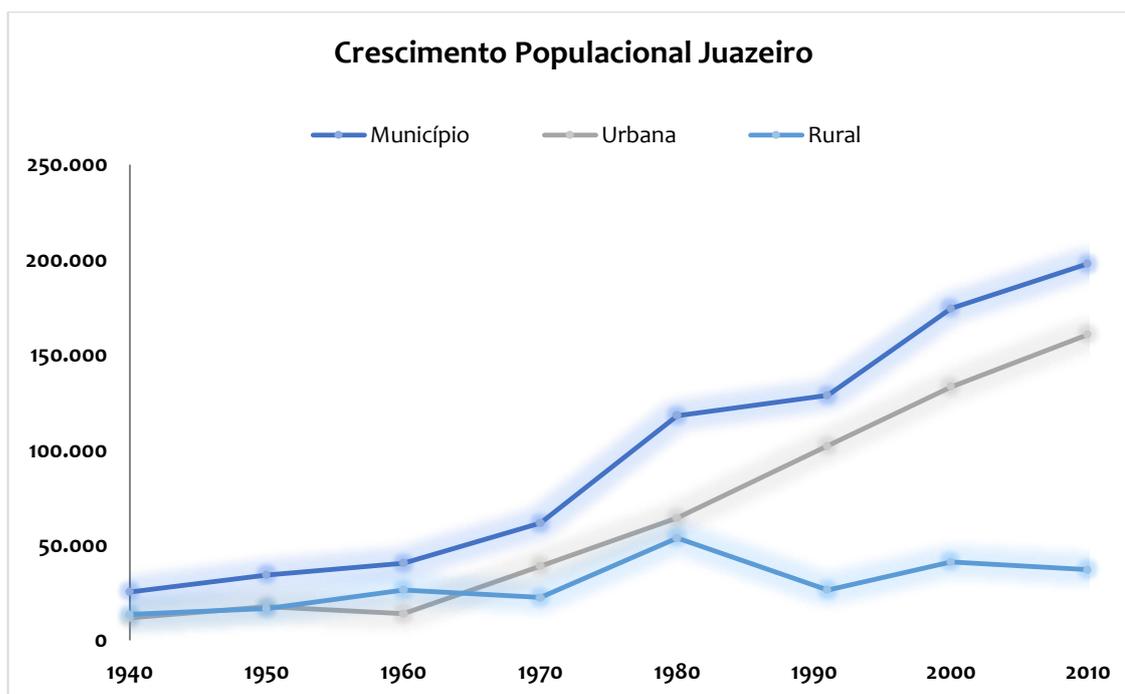
Os censos demográficos só disponibilizam os valores da população recenseada por situação do domicílio (urbana e rural) a partir de 1940, mesmo tendo o primeiro censo demográfico sido realizado em 1872. A partir da tabela 33 pode-se notar que a evolução das taxas do crescimento populacional tem oscilações em momentos distintos do recorte temporal. O município apresentou dois picos importantes no quadro acima, em 1920 com uma taxa de crescimento de 75,8% em relação ao censo anterior (1910) e em 1980 quando o aumento relativo alcançou 91,7%.

As taxas da população urbana apresentaram picos de crescimento em 1970 – 178%; 1980 – 64,6% e 1991 – 59%. A sequência também condiz com as transformações econômicas que embora estivessem focadas em atividades agrícolas, atingiu outros setores pela demanda populacional crescente e investimentos públicos na área industrial. Anteriormente, o destaque negativo foi em 1960 com um decréscimo de 20% no comparativo com a década anterior – 1950.

O meio rural tem momentos variáveis entre índices positivos e negativos, não apresentando um crescimento constante. Em 1960 houve um aumento em cerca de 58% na

população rural, contrastando com a taxa negativa da área urbana no mesmo ano. Na sequência há a oscilação entre os momentos de redução e crescimento. A década de 1980 foi o maior deles positivamente, 138% fazendo com que a zona rural duplicasse sua quantidade de residentes. Já em 1991 ocorreu o inverso, houve novamente uma redução.

Gráfico 9 - Juazeiro: População residente rural e urbana 1872-2010. Ipeadata, 2016



O gráfico 9 mostra que em 1950 ocorreu a ultrapassagem da população urbana sobre a rural. O processo de urbanização acompanhou o que vinha ocorrendo no país na escala nacional. Entretanto, em 1960 o expressivo crescimento da zona rural novamente a colocou acima da área urbana. Somente em 1970 o processo foi invertido de forma persistente e a maioria dos residentes passou a se concentrar na cidade ao invés do campo (63,4%, como mostra a tabela 35).

O crescimento populacional urbano é numericamente constante. Diferentemente do rural, o que certamente influencia na dinâmica demográfica do município de forma geral. Antes do Censo de 1991 ocorreu a emancipação de Sobradinho, distrito que na época tinha 21.208 habitantes. Isso contribuiu para a redução dos números no meio rural.

O IBGE também vem divulgando anualmente a população estimada dos municípios. Em Juazeiro está ocorrendo um aumento absoluto, porém, as taxas percentuais de crescimento estão se reduzindo no decorrer dos anos.

Tabela 34 - Juazeiro: População residente estimada 2010-2016. IBGE, Censos demográficos

Ano	Juazeiro	Aumento Total	Taxa de Crescimento (%)
2010	197.965	-	-
2011	199.761	1.796	0,91
2012	201.499	1.738	0,87
2013	214.748	13.249	6,57
2014	216.588	1.840	0,86
2015	218.324	1.736	0,80
2016	220.253	1.929	0,88

É possível que o Censo 2020 apresente uma taxa de crescimento superior à década de 2010, visto que até 2016 a taxa já alcança 11,2% em relação aos 197,9 mil habitantes contabilizados pelo último recenseamento em 2010, como mostra a tabela 34³⁹. O aumento total estimado pelo IBGE para o período 2010-2016 foi de 22.288 novos moradores no município baiano. Entre 2000 e 2010 esse número foi de 23.398 pessoas, um aumento de 13,4%.

A tabela abaixo, repete o tratamento com os dados relativos ao município pernambucano de Petrolina.

Tabela 35 - Petrolina: População residente 1872-2010. Ipeadata, 2016

Censo	Município de Petrolina	Taxa de Crescimento (%)	População Urbana	Taxa de Crescimento (%)	População Rural	Taxa de Crescimento (%)	Grau de Urbanização (%)
1872	-	-	-	-	-	-	-
1890	6.856	-	-	-	-	-	-
1910	13.451	96,2	-	-	-	-	-
1920	16.942	25,9	-	-	-	-	-
1940	19.706	16,3	5.045	-	14.661	-	25,6
1950	27.330	38,7	8.230	63,1	19.100	30,2	30,1
1960	35.156	28,6	15.750	91,4	19.406	1,6	44,8
1970	61.252	74,2	38.189	142,4	23.063	18,8	62,3
1980	104.297	70,3	74.828	95,9	29.469	27,8	71,7
1991	175.406	68,2	125.273	67,4	50.133	70,1	71,4
2000	218.538	24,6	166.279	32,7	52.259	4,2	76,1
2010	293.962	34,5	219.215	31,8	74.747	43,0	74,6

Assim como em Juazeiro, só há números da população urbana e rural a partir de 1940. O município pernambucano apresenta um crescimento constante e sem retrações. De 1890 até 1910 a taxa foi a maior registrada - 96,2% - o intervalo entre os censos foi de 20 anos. As

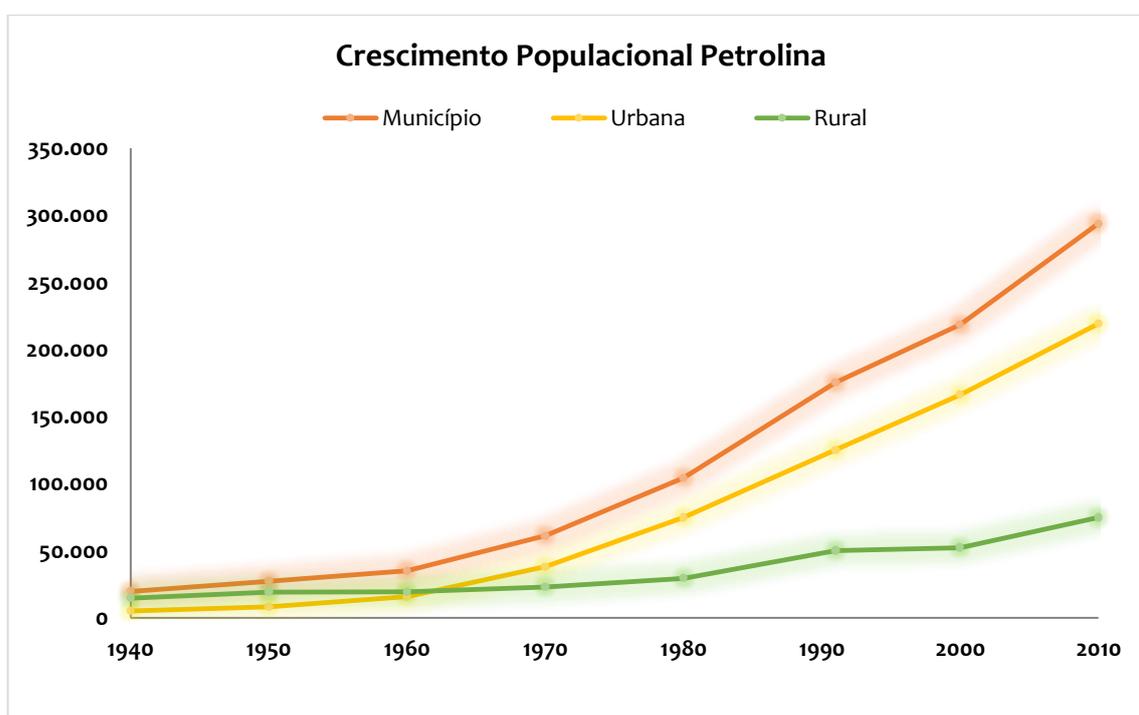
³⁹ O IBGE anunciou que realizou algumas revisões metodológicas e por isso ocorreram correções em relação ao Censo de 2010, motivo da discrepância na taxa de 2013 em relação às demais.

décadas de 1970, 1980 e 1990 tiveram taxas de crescimento parecidas. A partir dos anos 2000 o ritmo de aumento populacional relativo é reduzido, embora ainda seja alto para os parâmetros do Nordeste⁴⁰. A taxa de crescimento do município atingiu 34,5% entre 2000-2010.

Dentre a população urbana, as décadas de 1960, 1970 e 1980 apresentaram altos percentuais de crescimento. Sendo 142% em 1970 e mais de 90% em 1960 e 1980. Nesse período a zona rural obteve valores menores. Somente em 1991 que o aumento relativo atingiu 70% e se colocou como o destaque da tabela 35. Em 2010, censo mais recente, houve uma taxa de crescimento de 43%.

A seguir o gráfico mostra a evolução populacional de acordo com as zonas urbana e rural no município petrolinense.

Gráfico 10 - Petrolina: População residente rural e urbana 1872-2010. Ipeadata, 2016



A gráfico 10 permite visualizar que o crescimento populacional de Petrolina foi constante desde os primeiros censos. O processo de urbanização foi relativamente tardio quando comparado à escala nacional, em 1960 a população rural ainda era maior que a urbana. Tal fato só é modificado em 1970 quando a zona urbana passa a concentrar maior quantidade de residentes.

⁴⁰ A população do Nordeste em 2000 era de 47.693.253 habitantes. Em 2010 foram recenseados 53.081.950 moradores na região. A taxa de crescimento acumulado foi de 11,29% entre 2000-2010.

O crescimento urbano a partir de 1960 foi muito intenso. Passou de 15,8 mil para 219,2 mil residentes em 2010 na área urbana. Um aumento médio de 5,4% ao ano dentre 1960 e 2010.

Na zona rural, embora tenha tido resultados menos acentuados, não ocorreu retração absoluta de população nos anos analisados. Em 1991 ela atingiu pouco mais de 50 mil habitantes, foi um considerável desempenho comparado à década anterior. Em 2000 com 52,2 mil o aumento não foi tão expressivo quanto período anterior. Contudo, no mais recente recenseamento houve um salto de 52,2 mil para 74,7 mil pessoas.

De 2010 a 2016 as estimativas do IBGE vêm mostrando também uma tendência de redução na velocidade do aumento populacional relativo.

Tabela 36 - Petrolina: População residente estimada (2010-2016). IBGE, Censos demográficos

Ano	Petrolina	Aumento Total	Taxa Crescimento (%)
2010	293.962	-	-
2011	299.751	5.789	1,97
2012	305.652	5.601	1,87
2013	319.893	14.541	4,76
2014	326.017	6.124	1,91
2015	331.951	5.934	1,82
2016	337.683	5.732	1,72

Em 2013, conforme dito anteriormente, a revisão do IBGE em relação ao Censo fez com que a taxa de crescimento se destoasse das demais (4,8%), como se pode observar na tabela 36. Nos outros anos as estimativas mantiveram a taxa abaixo dos 2% no período temporal. O aumento é considerável, visto que o país tem apresentado redução em seu crescimento populacional⁴¹. Tal ponto remete a um tema que é importante para a dinâmica demográfica de Juazeiro e Petrolina, a migração é um fator relevante e apontado na bibliografia como propulsor do dinamismo populacional da região.

Em 2010 o Censo do IBGE contabilizou 70.074 residentes em Juazeiro que não haviam nascido naquele município, o equivalente a quase um terço (35,4%) da população (tabela 37). O total inclui tanto o estoque migratório quanto as migrações por data fixa⁴²

⁴¹ O Brasil registrou crescimento médio anual de 1,17% entre 2000 e 2010 de acordo com o IBGE. Em 2000 eram 169.590.693 residentes e em 2010, 190.755.799 moradores. A taxa de crescimento acumulado foi de 12,48% (2000-2010).

⁴² Os migrantes de por data fixa são os indivíduos que residiam em uma data específica, cinco anos exatos antes da data de referência dos censos demográficos. No caso, 31 de Julho de 2005.

Tabela 37 - Nasceu neste município? – Juazeiro (2010). IBGE, Censos Demográficos

Respostas	Frequência	Percentual (%)
Sim e sempre morou	119.950	60,6
Sim mas morou em outro Município ou País estrangeiro	7.941	4,0
Não	70.074	35,4
Total	197.965	100%

A soma das respostas referentes: aos habitantes não naturais do município; e aos que residiram em outras cidades, mas retornaram para Juazeiro, é de 39,4%.

Outro aspecto desta análise a partir do Censo é a chamada migração de última etapa, que consiste no último movimento migratório realizado pelo indivíduo, pessoas que residiam há menos de 10 anos em Juazeiro.

Na tabela 38 estão os municípios que mais enviaram imigrantes para Juazeiro em relação a migração de última etapa. Foram selecionados aqueles municípios cujo percentual atinge acima de 1% do total de imigrantes com 5 ou mais anos de idade. Nesta situação, estão enquadradas 29.266 pessoas.

Tabela 38 - Município de residência anterior a Juazeiro (2010). IBGE, Censos demográficos

Código	UF	Município	Pessoas	% válida
261110	PE	Petrolina	2.655	9,1
292740	BA	Salvador	1.490	5,1
355030	SP	São Paulo	1.267	4,3
290600	BA	Campo Formoso	1.246	4,3
290990	BA	Sento-Sé	1.181	4,0
293020	BA	Curaçá	1.163	4,0
293010	BA	Senhor do Bonfim	823	2,8
230730	CE	Juazeiro do Norte	777	2,7
292600	BA	Remanso	563	1,9
291770	BA	Jaguarari	496	1,7
293077	BA	Sobradinho	496	1,7
261350	PE	São José do Belmonte	421	1,4
260300	PE	Cabrobó	383	1,3
291080	BA	Feira de Santana	368	1,3
261260	PE	Santa Maria da Boa Vista	355	1,2
290720	BA	Casa Nova	351	1,2
293200	BA	Uauá	328	1,1
291460	BA	Irecê	307	1,0
		Outros Municípios	14.596	49,9
		Total	29.266	100

Interessante notar que o município de onde mais emigraram residentes de última etapa para Juazeiro foi a vizinha Petrolina com 9,1% do total. A proximidade geográfica é o principal fator para este resultado. Outros números expressivos são: os de Salvador com 5,1% que por

ser capital do estado tem fortes relações com o município juazeirense; São Paulo em seguida com 4,3% é a maior metrópole do país e também envia muitos migrantes para outras cidades; os demais são municípios inseridos na região de influência do arranjo Juazeiro-Petrolina num raio de 400 km.

Quanto ao tempo de residência em Juazeiro a tabela 39 faz um recorte dos últimos 40 anos tendo como período inicial o ano de 1970 e final 2010. O valor de referência são os 78.015 imigrantes de todas as idades, sendo aqueles que não nasceram em Juazeiro e aqueles que nasceram, porém residiam em outros municípios antes de retornarem à cidade baiana.

Tabela 39 - Tempo de residência dos imigrantes no município de Juazeiro em 2010. IBGE, Censos demográficos

Tempo (em anos)	Ano de chegada	Imigrantes	Percentual (%)
0	2010	4.338	5,6
1	2009	3.722	4,8
2	2008	4.365	5,6
3	2007	2.921	3,7
4	2006	3.381	4,3
5	2005	1.856	2,4
6	2004	2.903	3,7
7	2003	1.829	2,3
8	2002	2.533	3,2
9	2001	1.517	1,9
2001 - 2010		29.365	37,5
10	2000	4.850	6,2
11	1999	1.706	2,2
12	1998	2.135	2,7
13	1997	1.671	2,1
14	1996	1.845	2,4
15	1995	2.997	3,8
16	1994	1.671	2,1
17	1993	1.845	2,4
18	1992	1.788	2,3
19	1991	851	1,1

1991 - 2000		21.359	27,3
20	1990	4.565	5,9
21	1989	886	1,1
22	1988	1.540	2,0
23	1987	1.069	1,4
24	1986	1.043	1,3
25	1985	2.068	2,7
26	1984	875	1,1
27	1983	842	1,1
28	1982	920	1,2
29	1981	618	0,8
1981 - 1990		14.426	18,6
30	1980	3.087	4,0
31	1979	535	0,7
32	1978	596	0,8
33	1977	549	0,7
34	1976	451	0,6
35	1975	1.058	1,4
36	1974	440	0,6
37	1973	256	0,3
38	1972	342	0,4
39	1971	209	0,3
40	1970	1.509	1,9
1970 - 1980		9.032	11,7
Mais de 40	Antes de 1970	3.833	4,9
Total		78.015	100%

Como mostra a tabela 39 a maioria dos imigrantes passou a residir em Juazeiro entre 2001 e 2010. Neste período foram 29.365 novos residentes no município, em termos percentuais foram 37,5% a maior taxa desde 1970. O tempo de residência com maior frequência foi o de 2 anos – 4.365 pessoas responderam essa variável no questionário.

Entre 10 e 19 anos de tempo de residência, período correspondente a 1991-2000, totalizaram 21.359 pessoas ou 27,3% do total. A maior quantidade de imigrantes (4.850 pessoas) do período respondeu que residiam em Juazeiro há 10 anos.

No recorte temporal anterior – entre 20 e 29 anos de tempo de residência, nota-se uma redução na quantidade de imigrantes. Cerca de 14.426 pessoas ou 18,6% dos 78.015 chegaram entre 1981 e 1990. Entre 30 e 40 anos de tempo de residência foram 11,7% do total. O número de imigrantes que chegaram no intervalo de 1970-1980 foi de 9.032 pessoas. Por fim, antes de 1970 apenas 3.833 eram imigrantes residentes há mais de 40 anos em Juazeiro. Percebe-se, assim, que a imigração foi se intensificando de forma absoluta e relativa na última década.

Pelas respostas dadas ao questionário censitário foi possível também notar alguns picos, como mostra a tabela 39. A maior incidência das respostas ocorreu na faixa de 10 anos, ou seja, no ano 2000. Cerca de 6,2% do total assim respondeu. Em contrapartida, os anos 1971 a 1973 foram aqueles de menor incidência, variando entre 0,3% e 0,4%.

Na sequência está encontra-se tratamento semelhante relativo a Petrolina a partir dos microdados.

Tabela 40 - Nasceu neste município? - Petrolina (2010). IBGE, Censos demográficos

Respostas	Frequência	Percentual %
Sim e sempre morou	147.118	50
Sim mas morou em outro Município ou País estrangeiro	8.544	3,0
Não	138.300	47
Total	293.962	100%

Em Petrolina chama a atenção as altas taxas de imigração. A metade dos 293.962 habitantes nasceram no município e nele sempre moraram. Outros 3% nasceram lá, residiram em outras cidades, porém retornaram para o município pernambucano. E 47% não nasceram em Petrolina. Pode-se dizer então, que metade dos moradores de Petrolina eram migrantes no ano de 2010.

Os municípios de onde mais partiram migrantes de última etapa (últimos 10 anos) para Petrolina estão dispostos na tabela 41. Também foram selecionados aqueles cuja participação percentual fosse maior que 1% dos 61.101 imigrantes com 5 anos ou mais de idade em migração de última etapa.

Tabela 41 - Município de residência anterior a Petrolina (2010). IBGE, Censos demográficos

Código	UF	Município	Pessoas	% válida
291840	BA	Juazeiro	4.829	7,9
261160	PE	Recife	2.388	3,9
355030	SP	São Paulo	2.150	3,5
261260	PE	Santa Maria da Boa Vista	2.087	3,4
261220	PE	Salgueiro	2.037	3,3
260990	PE	Ouricuri	1.876	3,1
290720	BA	Casa Nova	1.641	2,7
260020	PE	Afrânio	1.174	1,9
260300	PE	Cabrobó	1.172	1,9
260515	PE	Dormentes	1.153	1,9
260110	PE	Araripina	1.076	1,8
260875	PE	Serra Talhada	1.064	1,7
261390	PE	Lagoa Grande	1.038	1,7
293077	BA	Sobradinho	1.021	1,7
292740	BA	Salvador	938	1,5
261040	PE	Parnamirim	917	1,5
260160	PE	Belém do São Francisco	860	1,4
293010	BA	Senhor do Bonfim	695	1,1
220780	PI	Paulistana	677	1,1
230440	CE	Fortaleza	667	1,1
261245	PE	Santa Cruz	654	1,1
		Demais Municípios	30.987	50,8
Total			61.101	100

Em Juazeiro, conforme a tabela 38⁴³, o município que mais havia emitido moradores para a cidade baiana foi Petrolina. Quando a análise passa a ser feita do lado pernambucano o inverso também ocorre. Juazeiro foi a última cidade de residência dos imigrantes que chegaram ao município pernambucano nos últimos dez anos. Foram 4.829 pessoas o que representa 7,9% do total. Muitos municípios pernambucanos estão presentes na tabela 41, a maioria sertanejos com exceção da capital Recife. Algumas cidades baianas próximas e a capital do estado vizinho, Salvador, também compõem o quadro. A maior metrópole nacional, São Paulo, tem participação com 2.150 pessoas – 3,5% do total.

⁴³ Interessante notar a relação das cidades com seus respectivos estados, BA e PE. Apesar de estarem na mesma localização geográfica, cada cidade tem maior relação com as outras de seu próprio estado. São Paulo capital, a grande metrópole nacional, mostra sua influência também nesse sentido. Ela ocupa posição de destaque nas duas tabelas, 38 e 41.

Tabela 42 - Tempo de residência dos imigrantes no município de Petrolina em 2010. IBGE, Censos demográficos

Tempo (em anos)	Ano de chegada	Imigrantes	Percentual (%)
0	2010	9.614	6,5
1	2009	7.176	4,9
2	2008	7.523	5,1
3	2007	7.757	5,3
4	2006	6.206	4,2
5	2005	4.680	3,2
6	2004	5.662	3,9
7	2003	4.223	2,9
8	2002	5.248	3,6
9	2001	3.178	2,2
2001 - 2010		61.267	41,8
10	2000	9.175	6,2
11	1999	2.721	1,9
12	1998	4.473	3,0
13	1997	3.172	2,2
14	1996	2.982	2,0
15	1995	5.978	4,1
16	1994	3.315	2,3
17	1993	3.048	2,1
18	1992	3.124	2,1
19	1991	2.091	1,4
1991 - 2000		40.079	27,3
20	1990	8.395	5,7
21	1989	1.931	1,3
22	1988	2.583	1,8
23	1987	2.000	1,4
24	1986	1.702	1,2
25	1985	4.066	2,8
26	1984	1.795	1,2
27	1983	999	0,7
28	1982	1.721	1,2
29	1981	934	0,6
1981 - 1990		26.126	17,9
30	1980	4.847	3,3
31	1979	1.057	0,7
32	1978	851	0,6
33	1977	863	0,6
34	1976	689	0,5
35	1975	1.788	1,2
36	1974	717	0,5
37	1973	665	0,5
38	1972	791	0,5
39	1971	318	0,2

40	1970	2.143	1,5
1970 - 1980		14.729	10,1
Mais de 40	Antes de 1970	4.643	2,9
Total		146.844	100%

Petrolina também teve a maioria de seus imigrantes na última década – anterior ao Censo de 2010. Foram 61.267 pessoas que alegaram tempo de residência no intervalo de 2001 a 2010, conforme a tabela 42, o que corresponde a 41,8% do total. A maior frequência na resposta do questionário censitário foi a de menos de um ano de chegada ao município.

Entre 1991 e 2000 a intensidade foi menor. Eram 40.079 ou 27,3% os imigrantes que chegaram no período. Em destaque, 9.175 moradores (6,2%) alegaram residir em Petrolina desde 10 anos antes da data do Censo 2010. A tendência segue nas décadas anteriores. Nos anos compreendidos entre 1981 e 1990 a quantidade cai para 26.126 imigrantes ou 17,9% do total. Neste período, 8.395 residentes (5,7%) disseram morar no município pernambucano por 20 anos, sabendo-se que os anos são ininterruptos.

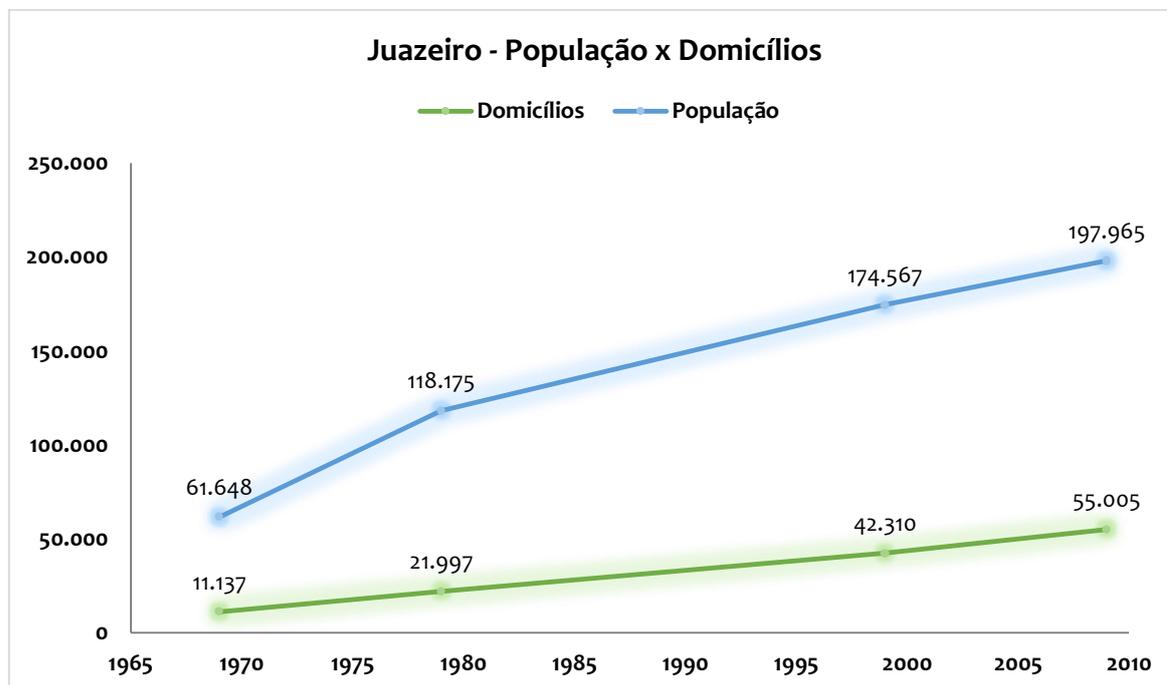
Entre 1970 e 1980 o total foi de 14.729 ou 10,1% do total. Antes de 1970 foram 4.643 pessoas que disseram lá residir por mais de 40 anos. O total contabilizado foi de 146.844 pessoas que não nasceram no município no período de 1970 a 2010.

É importante salientar que os valores de imigrantes não justificam de forma isolada a intensidade do aumento populacional. A emigração – saída de moradores dos dois municípios – e as taxas de natalidade e mortalidade são contabilizadas no cálculo do saldo populacional. Contudo, o interesse deste recorte era analisar a composição migratória de Juazeiro e Petrolina por décadas, acompanhando os anos censitários, para averiguar se é uma região de atrativo populacional, como a intensidade do fluxo vem evoluindo ao longo dos anos e a origem desses imigrantes mais recentes como mostram as tabelas 38 e 41.

Ainda sobre a dinâmica demográfica: no que diz respeito à densidade média por domicílio⁴⁴, medida pela relação entre o número de residentes e o número de domicílios, mostra uma média de 3,6 moradores por domicílio em Juazeiro. O gráfico 11 apresenta a relação em alguns dos anos disponibilizados pelo IBGE.

⁴⁴ Média de moradores por domicílio em Juazeiro ao longo dos anos: 1969 (5,53); 1979 (5,37); 1999 (4,12) e 2009 (3,6).

Gráfico 11 - Relação População x Quantidade de domicílios – Juazeiro. *IBGE, Censos demográficos*

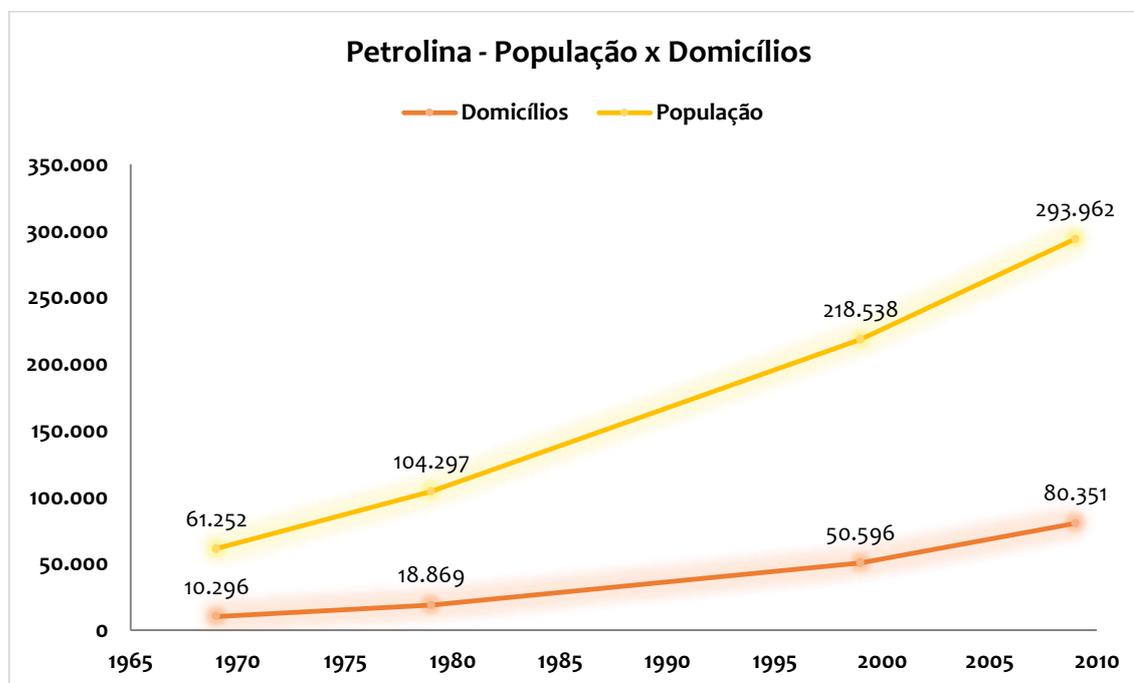


Em Janeiro de 1969 a média de moradores por domicílio era de 5,53 sendo 61,6 mil residentes distribuídos em 11,1 mil domicílios. Embora tenha ocorrido um aumento em ambas as variáveis, a média foi sendo reduzida com o passar das décadas. No período seguinte, Janeiro de 1979, a média caiu para 5,37 habitantes por domicílio. Naquele ano eram 21.997 unidades habitacionais para uma população de 118,1 mil. Em números absolutos a população cresceu mais do que a disponibilidade de habitações. Porém, em termos relativos a quantidade de habitações aumentou 97,5% e o crescimento populacional foi de 91,7% entre 1969 e 1979.

No ano de 1999 a densidade média por domicílio registra mais uma queda e atinge 4,1 residentes por habitação. A quantidade de domicílios quase dobrou entre 1979 e 1999, chegando ao crescimento de 92,3% no período, bem acima do crescimento populacional, que atingiu 47,7%. Por fim, o dado mais recente em Janeiro de 2009 mostra 3,6 residentes por domicílio. Eram 197.965 moradores distribuídos em 55.005 moradias. O crescimento percentual da população foi de 13,4%, o que representa menos da metade do crescimento do número de residências (30%). Essa dinâmica mostra, portanto, uma queda constante na quantidade de habitantes por residência.

Em Petrolina também se observou tendência de redução na densidade média de residentes por domicílio⁴⁵.

Gráfico 12 - Relação População x Quantidade de domicílios – Petrolina. IBGE, Censos demográficos



No primeiro momento do gráfico, Janeiro de 1969, a média era de 5,94 moradores por domicílio. Foram contabilizados 61.252 habitantes em 10.296 domicílios. Já em 1979 a média cai para 5,52 com o crescimento populacional atingindo 70,2% e o aumento domiciliar 83,2% em comparação com o período anterior. A dinâmica refletiu-se em uma queda na média, porém pequena comparada aos anos seguintes.

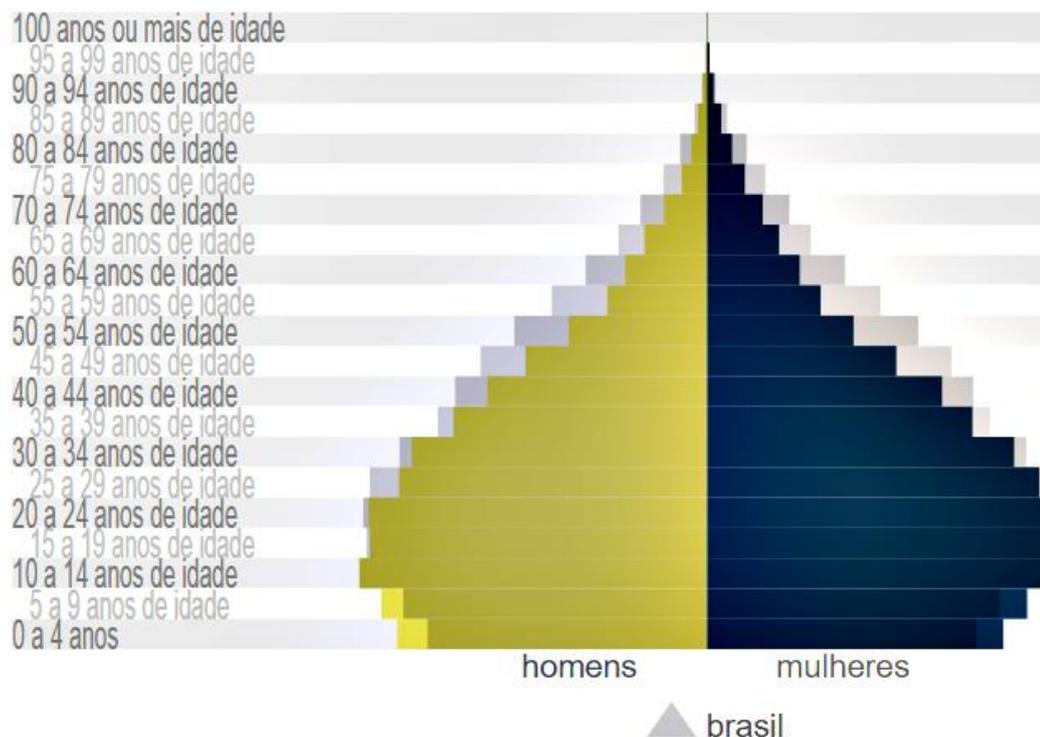
Em Janeiro de 1999 a média de moradores por habitação reduz-se para 4,3 com o crescimento da população sendo de 109,5% no intervalo de 1979-1999 e o aumento percentual domiciliar de 168,1% no mesmo período.

Os dados mais recentes de 2009 mostraram que a média repetiu a tendência de queda e passou para 3,65. O aumento populacional foi de 34,5% e o do número de habitações de 58,8% sendo 293.962 habitantes e 80.351 em 2009.

⁴⁵ Média de moradores por domicílio em Petrolina ao longo dos anos: 1969 (5,94); 1979 (5,52); 1999 (4,31) e 2009 (3,65).

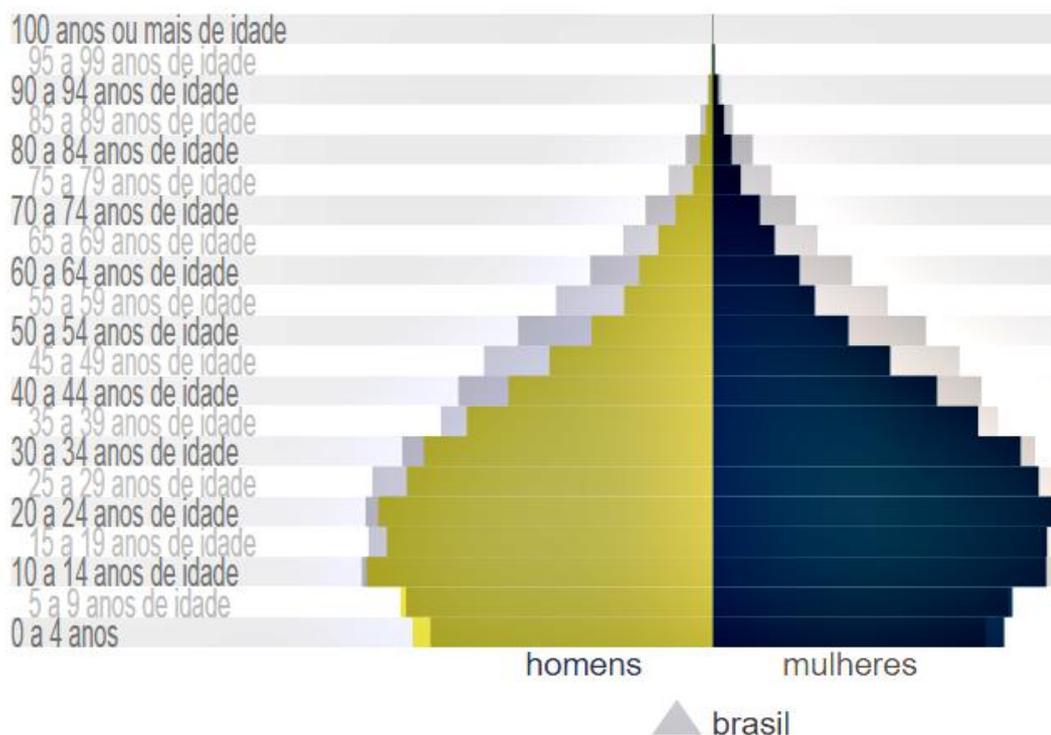
A pirâmide etária, por sua vez, também complementa a análise da dimensão demográfica, especialmente ao situá-la frente à pirâmide etária do país como um todo. Para isso, os gráficos a seguir foram elaborados a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Gráfico 13 - Pirâmide etária de Juazeiro (2010). IBGE, Censos demográficos



A distribuição da população por idade em Juazeiro mostra uma base mais larga da pirâmide em comparação com a média nacional. A cor acinzentada sobreposta nas metades amarelo e azul do gráfico representam os valores para o Brasil. À medida que os anos vão aumentando, as dimensões apresentam estreitamento. A partir do marco 15-19 anos a média nacional ultrapassa os números do município. Tal fato pode-se interpretar como evidência de que Juazeiro é um município jovem para os parâmetros nacionais. A taxa de envelhecimento foi de 5,4% e a taxa de fecundidade de 2,1% em 2010. A mortalidade infantil no município era de 20,1 por mil nascidos vivos e a expectativa de vida 72,8 anos. As mulheres, como mostra o gráfico, têm maior longevidade que os homens e a faixa etária com maior quantidade de residentes é a dos 15 aos 64 anos com 66,6% (dois terços) dos 197.965 moradores em 2010.

Gráfico 14 - Pirâmide etária de Petrolina (2010). IBGE, Censos demográficos



Em Petrolina a base da pirâmide também é mais larga do que a média do Brasil. A partir da faixa dos 10-14 anos é que as taxas do país ultrapassam os valores para o município. A taxa de envelhecimento foi de 4,6% e a de fecundidade de 2,2 filhos por mulher em 2010. A taxa de mortalidade infantil foi de 18,7 por mil nascidos vivos e a expectativa de vida 73,0 anos. No município pernambucano as mulheres também alcançaram maior longevidade em relação aos homens. As faixas etárias com maior quantidade de residentes estão compreendidas entre os 15 e 64 anos, um pouco mais de dois terços (67%) do total dos 293.962 habitantes.

Como se sabe, o IBGE subdivide os municípios em Áreas de Ponderação para operacionalizar os Censos Demográficos. Para dar continuidade às análises até aqui realizadas, foram selecionadas apenas áreas localizadas no perímetro urbano de Juazeiro e Petrolina. Os tópicos a seguir trazem um panorama dos principais aspectos demográficos nesta escala de observação, a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE.

5.2 PANORAMA DAS ÁREAS URBANAS DE PONDERAÇÃO EM JUAZEIRO

Em Juazeiro foram oito áreas de ponderação no perímetro urbano. A figura a seguir mostra as faixas populacionais de cada uma delas, de acordo com o IBGE.

Figura 40 - Juazeiro: Áreas de ponderação urbana, 2010. IBGE, áreas de ponderação em Juazeiro

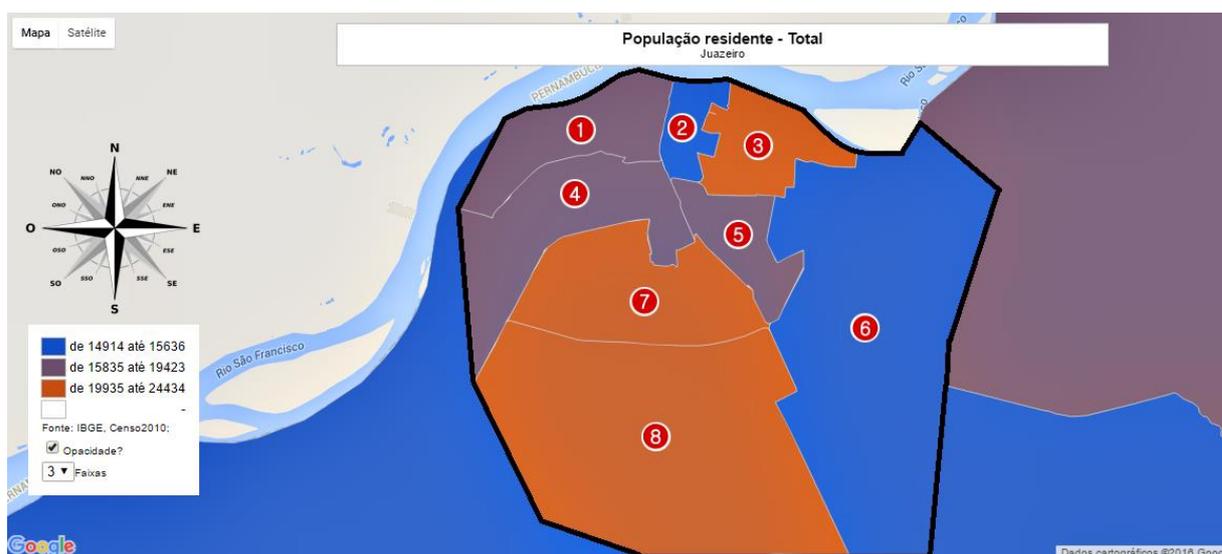


Tabela 43 - Juazeiro: Áreas de ponderação – 2010. IBGE, Áreas de ponderação em Juazeiro

Numeração	Área de Ponderação	Faixa Populacional
1	Santo Antônio	15.835 até 19.423
2	Centro	14.914 até 15.636
3	Cajueiro	19.935 até 24.434
4	Kidé	15.835 até 19.423
5	Castelo Branco	15.835 até 19.423
6	Itaberaba	14.914 até 15.636
7	Codevasf	19.935 até 24.434
8	João Paulo II	19.935 até 24.434

As áreas mais populosas foram Codevasf, Cajueiro e João Paulo II. O primeiro tem localização próxima às vias de intensa circulação e abriga o órgão público de mesmo nome. O Cajueiro é mais central e tem características residenciais próximas ao Centro da cidade, faz limite com o rio São Francisco e seus terrenos alcançam maior valor imobiliário. O João Paulo II também tem delimitações por rodovias importantes – BR-407 e BA-210 – favorecendo nele a localização do Distrito Industrial. As populações recenseadas em cada uma das oito áreas de ponderação estão dispostas na tabela 44.

Tabela 44 - Juazeiro: População residente nas áreas de ponderação – 2010. IBGE, Censos demográficos

Área de Ponderação	População Total	População Imigrante	Percentual de Imigrantes (%)
Codevasf	24.434	9.968	40,8
Cajueiro	23.053	7.054	30,6
João Paulo II	19.936	9.100	45,6
Kidé	19.423	6.589	33,9
Castelo Branco	18.257	6.976	38,2
Santo Antônio	16.247	6.345	39,1
Centro	15.074	5.567	36,9
Itaberaba	14.494	5.350	36,9
Total	150.918	56.946	37,7

Com uma população acima de 20 mil habitantes, Codevasf e Cajueiro seriam mais populosos do que 270 municípios baianos. O João Paulo II e o Kidé aparecem em seguida com mais de 19 mil. As demais áreas como Castelo Branco, Santo Antônio, Centro e Itaberaba atingiram mais de 10 mil residentes em 2010. A descentralização populacional é um aspecto interessante em Juazeiro, a expansão urbana da cidade permitiu que as demais áreas abrigassem mais moradores, especialmente imigrantes. Contudo, os serviços ainda são concentrados no centro tradicional.

O João Paulo II e a Codevasf, mais distantes do Centro, apresentam as maiores proporções de imigrantes. Ambas ultrapassaram o percentual de 40% da população total, sendo que os números se referem aos residentes não naturais do município. Aqueles que nasceram em Juazeiro, mas foram morar em outro município e retornaram à cidade baiana, não fizeram parte dessa amostra específica. Essas duas localidades possuem algumas precariedades estruturais, mas estão recebendo investimentos em pavimentação e saneamento através de programas do governo federal. As intervenções vêm deixando essas áreas mais atrativas para se morar, incluindo as habitações do Minha Casa Minha Vida.

A renda média domiciliar apresenta variações entre e no interior das áreas de ponderação do perímetro urbano. Como se observa na tabela 45 a renda média domiciliar do Santo Antônio foi a mais alta entre as áreas de ponderação selecionadas, correspondendo a 3,2 mil reais em 2010. Entretanto, quase 40,8% do total de pessoas com rendimento nesta área, ou 3,7 mil residentes, tinham rendimento de até um salário mínimo, enquanto apenas 208 moradores ou 2,3% ganhavam mais de 20 salários mínimos, explicitando os extremos das faixas salariais no interior de uma mesma área.

Tabela 45 - Juazeiro: Rendimento médio dos domicílios por área de ponderação – 2010.
IBGE, Censos demográficos

Área de Ponderação	Rendimento Médio ⁽¹⁾	Pessoas com rendimento ⁽²⁾	Pessoas com rendimento de até 1 Salário Mínimo ^{(2) (3)}	% ⁽⁴⁾	Pessoas com rendimento acima de 20 Salários Mínimo ^{(2) (3)}	% ⁽⁴⁾
Santo Antônio	3.255,04	9.161	3.738	40,8	208	2,3
Cajueiro	2.812,30	13.610	6.183	45,4	179	1,3
Centro	2.704,08	8.677	3.650	42,0	79	0,9
Castelo Branco	1.818,76	9.407	4.830	51,3	-	-
Kidé	1.731,33	9.663	5.702	59,0	57	0,6
João Paulo II	1.090,24	9.851	6.346	64,4	-	-
Codevasf	1.035,89	12.009	8.279	68,9	18	0,1
Itaberaba	977,24	6.969	4.899	70,3	9	0,1

¹Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento.

²Em Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento.

³Em Dezembro de 2010 o salário mínimo chegou a 540 reais de acordo com a MP 516/2010.

⁴As porcentagens são baseadas no total da população de 10 anos ou mais com rendimento.

A área de ponderação do Santo Antônio engloba o bairro Country Club que possui residências e condomínios que denotam maior poder aquisitivo dentro da sede urbana de Juazeiro.

Figura 41 - Condomínio Country Club em Juazeiro. O autor, 2012



Na outra extremidade de renda está a área do Itaberaba, cuja renda média domiciliar foi inferior a mil reais (R\$ 977). Esta área vem recebendo investimentos públicos em mobilidade urbana com pavimentação de vias e habitação. A iniciativa privada atua especialmente através do shopping center da cidade.

Figura 42 - Condomínio Juazeiro I, bairro Itaberaba. Roberto Stuckert Filho, 2015



Contudo, mais de 70% da população total da área do Itaberaba tinha renda de até um salário mínimo. Apenas nove residentes com mais de 10 anos de idade – ou seja, 0,1% do total – possuíam rendimento acima de 20 salários mínimos.

Em Juazeiro as áreas mais populosas se concentram próximas às vias de grande circulação e no entorno do centro comercial. As áreas mais valorizadas estão em proximidade com o Rio São Francisco e apresentam também as maiores rendas médias domiciliares – Santo Antônio, Cajueiro e Centro. As taxas de imigração da Codevasf e do João Paulo II coincidem com a expansão urbana ao longo da BR 407, na direção do sul geográfico.

A escolaridade é outra dimensão da análise sóciodemográfica que explicita diferenças observadas na escala intraurbana. A tabela 46 mostra o número de pessoas que frequentavam algum curso por nível de ensino em 2010, e a participação relativa de cada nível de ensino na população total da área de ponderação naquele ano.

Tabela 46 - Juazeiro: Pessoas que frequentavam cursos de educação por nível de ensino segundo as áreas de ponderação - 2010⁴⁶ IBGE, Censos demográficos.

Área de Ponderação	Total da Área ¹	Ensino Fundamental	% do Total	Ensino Médio	% do Total	Ensino Superior	% do Total	Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado	% do Total
Santo Antônio	4.748	2.493	52,5	1.157	24,4	994	20,9	104	2,2
Centro	3.852	1.922	49,9	991	25,7	889	23,0	50	1,4
Cajueiro	6.287	3.420	54,4	1.625	25,8	1.126	17,9	116	1,9
Castelo Branco	4.867	2.979	61,2	1.208	24,8	609	12,5	71	1,5
Kidé	5.480	3.815	69,6	1.164	21,3	423	7,8	78	1,3
João Paulo II	5.332	4.081	76,5	929	17,4	322	6,1	-	-
Codevasf	6.645	4.935	74,2	1.489	22,4	211	3,2	10	0,2
Itaberaba	3.414	2.676	78,4	593	17,4	135	3,9	10	0,3

¹Total das pessoas que frequentavam cursos em algum dos níveis de Ensino

No Ensino Fundamental as maiores proporções foram nas áreas do Itaberaba e do João Paulo II, que corresponde a 78,4% e 76,5%, respectivamente. Embora seja a segunda área mais populosa, como mostrou a tabela 44 com os dados da população residente, o Cajueiro ficou com 3,4 mil pessoas ou 54,4% da população do bairro que frequentava algum curso. O Centro foi a área de menor quantidade de pessoas neste nível de ensino, com 1,9 mil pessoas (49,9%).

No Ensino Médio a área do Centro e do Cajueiro apresentaram taxas de frequência similares neste nível de ensino com 25,7% e 25,8% respectivamente. Em números absolutos, o Cajueiro ocupa a primeira posição em relação à quantidade de frequências, com 1.625 pessoas frequentando cursos de ensino médio, seguido de Codevasf, com 1.489 pessoas. Já o Itaberaba e João Paulo II empataram com 17,4% cada uma, sendo as menores da tabela neste nível.

O Cajueiro tem destaque no Ensino Superior, foi a única área de ponderação com mais de 1 mil residentes cursando o nível. O Itaberaba também ocupa a última colocação nesta situação, com 135 residentes (3,9%). Considerando a participação relativa, o Centro assume a liderança com 23% de frequência.

O nível de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) mostra uma quantidade bem menor de frequentadores quando comparado aos outros níveis. O Cajueiro também foi a área que mais apresentou frequentadores neste nível com 116 pessoas. Logo abaixo está o Santo Antônio com 104. Essas duas áreas sediam universidades estadual e federal – UNEB e Univasf – o que pode ser um indicativo para tal desempenho. O João Paulo II não pontuou na tabela, nenhum

⁴⁶ Tabela 46 foi organizada com a ordem do mais alto para o mais baixo valor, escolhendo a coluna de percentual de ensino superior.

residente cursava o nível. O Itaberaba e a Codevasf apresentaram, cada uma, 10 moradores frequentando cursos de pós-graduação. Das que pontuaram, o Santo Antônio se destacou com 2,2% enquanto a frequência da Codevasf, no extremo oposto, teve apenas 0,2% de pessoas frequentando cursos de mestrado ou doutorado.

5.3 PANORAMA DAS ÁREAS URBANAS DE PONDERAÇÃO EM PETROLINA

Em Petrolina as áreas de ponderação, identificadas por códigos nos dados fornecidos pelo IBGE, foram renomeadas para facilitar a leitura e identificação, atribuindo-se nomes de bairros representativos no lugar dos códigos. Desse modo, a interpretação será equivalente às áreas de Juazeiro.

Figura 43 - Petrolina: Áreas de ponderação urbana (2010). IBGE, áreas de ponderação em Petrolina

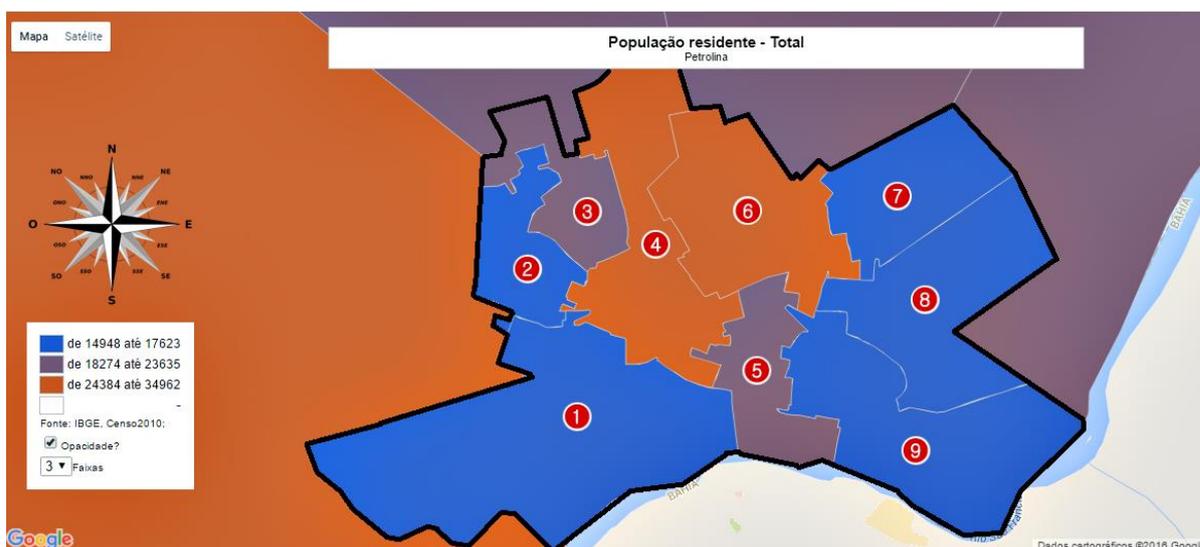


Tabela 47 - Petrolina: áreas de ponderação (2010). IBGE, áreas de ponderação em Petrolina

Numeração	Área de Ponderação	Faixa Populacional
1	Distrito Industrial	14.948 até 16.450
2	São Gonçalo	14.948 até 16.450
3	Jardim São Paulo	18.274 até 23.635
4	Ouro Preto	24.384 até 34.962
5	Gercino Coelho	18.274 até 23.635
6	José e Maria	24.384 até 34.962
7	Loteamento Recife	14.948 até 16.450
8	Areia Branca	14.948 até 16.450
9	Centro	14.948 até 16.450

Na cidade pernambucana foram identificadas nove áreas de ponderação, dispostas na tabela 47. As duas mais populosas (na faixa de 24.384 a 34.962 habitantes), Ouro Preto e José

e Maria, estão na periferia norte da zona urbana, mais distantes da orla do Rio São Francisco. Em contrapartida, localizados nas margens do rio, o Centro e o Distrito Industrial situam-se na faixa populacional inferior. Na tabela 48, a seguir, está a distribuição populacional detalhada.

Tabela 48 - Petrolina: População residente nas áreas de ponderação (2010). IBGE, Censos demográficos

Área de Ponderação	População Total	População Imigrante	Percentual de Imigrantes (%)
Ouro Preto	34.962	16.333	46,7
José e Maria	27.800	14.363	51,6
Gercino Coelho	19.807	11.013	55,6
Jardim São Paulo	18.274	7.887	43,1
Areia Branca	17.623	8.991	51,0
Centro	16.450	8.621	52,4
Loteamento Recife	15.502	7.994	51,5
Distrito Industrial	15.153	7.111	46,9
São Gonçalo	14.948	6.886	46,0
Total	180.519	89.199	49,4

As taxas de imigração são o grande destaque da tabela 48. Em cinco das nove áreas de ponderação (Gercino Coelho, Centro, José e Maria, Loteamento Recife e Areia Branca), o percentual de residentes não naturais do município ultrapassou os 50% da população total. A área de ponderação com maior número de residentes, Ouro Preto, tinha uma população de aproximadamente 35 mil pessoas, em 2010. No extremo oposto está São Gonçalo, a área menos populosa, com cerca de 14,9 mil habitantes.

Os bairros periféricos José e Maria e Ouro Preto vêm recebendo investimentos imobiliários tanto do Minha Casa Minha Vida como de condomínios fechados de construtoras locais. Entretanto, são investimentos que se encontram ameaçados pela atual crise econômica.

Tabela 49 - Petrolina: Rendimento médio dos domicílios por área de ponderação (2010). IBGE, Censos demográficos

Área de Ponderação	Rendimento Médio ⁽¹⁾	Pessoas com rendimento ⁽²⁾	Pessoas com rendimento de até 1 Salário Mínimo ^{(2) (3)}	% ⁽⁴⁾	Pessoas com rendimento acima de 20 Salários Mínimo ^{(2) (3)}	% ⁽⁴⁾
Centro	8.264,72	9.814	3.218	32,7	427	4,3
Gercino Coelho	4.083,48	11.783	4.048	34,3	303	2,6
Areia Branca	3.046,18	10.416	3.988	38,2	78	0,7
Distrito Industrial	2.607,11	8.211	3.599	43,8	28	0,3
São Gonçalo	2.101,34	7.764	3.736	48,1	53	0,7
Loteamento Recife	1.961,04	8.700	4.071	46,8	-	-
José e Maria	1.834,93	14.279	7.933	55,5	79	0,5
Ouro Preto	1.668,20	18.132	9.249	51,0	23	0,1
Jardim São Paulo	1.392,76	8.609	4.894	56,8	31	0,4

¹Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar.

²Residentes de 10 anos ou mais de idade, com rendimento.

³Em Dezembro de 2010 o salário mínimo chegou a 540 reais de acordo com a MP 516/2010.

⁴As porcentagens são baseadas no total da população de 10 anos ou mais com rendimento.

No que diz respeito a rendimento médio, o Centro foi a área que apresentou maior valor, cerca de 8,3 mil reais, mais que o dobro da área com o segundo mais alto rendimento médio (Gercino Coelho, com 4,1 mil reais). Do total da população com rendimento residente no Centro, 32,7% ganhavam até um salário mínimo. Outros 4,3% tinham uma renda mensal acima de 20 salários mínimos. Assim, esta área de ponderação se destaca pelo menor percentual de residentes com rendimento baixo e maior percentual de moradores com rendimento alto. Ela engloba parte da Orla Fluvial e o entorno do River Shopping, regiões bem valorizadas.

Figura 44 - Edifícios na Orla de Petrolina. O autor, 2016



A área da Areia Branca é a terceira de mais alto valor de rendimento médio (3,0 mil reais), o que propicia as expansões imobiliárias e intervenções urbanas para melhorias estruturais que ali se observam. Localizado na periferia urbana do município, o Jardim São Paulo, no extremo oposto, foi a área que apresentou o menor valor, com 1,4 mil reais de rendimento médio. Quase 57% das pessoas acima dos 10 anos de idade e que tinham rendimento, ganhavam até um salário mínimo. Apenas 0,4%, ou 31 residentes, tinham rendimento acima de 20 salários mínimos.

Figura 45 - Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, próximo a Areia Branca. O autor, 2016

Tabela 50 - Petrolina: Pessoas que frequentavam cursos de educação por nível de ensino segundo as áreas de ponderação (2010)⁴⁷ IBGE, *Censos demográficos*

Área de Ponderação	Total da Área ¹	Ensino Fundamental	% do Total	Ensino Médio	% do Total	Ensino Superior	% do Total	Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado	% do Total
Gercino Coelho	5.611	2.439	43,4	1.174	20,9	1.803	32,1	195	3,6
Centro	4.669	1.911	40,9	1.117	23,9	1.479	31,7	162	3,5
Areia Branca	5.092	2.711	53,2	1.071	21,0	1.157	22,7	153	3,1
Lot. Recife	4.499	2.734	60,7	1.025	22,8	719	16,0	21	0,5
Ouro Preto	9.541	5.877	61,6	2.122	22,2	1.440	15,1	102	1,1
D. Industrial	4.450	2.832	63,6	978	22,0	553	12,4	87	2,0
São Gonçalo	3.983	2.624	65,9	951	23,9	393	9,9	15	0,3
Jd. São Paulo	5.107	3.581	70,1	1.048	20,5	433	8,5	45	0,9
José e Maria	7.606	5.433	71,4	1.530	20,1	613	8,1	30	0,4

¹Total das pessoas que frequentavam cursos em algum dos níveis de Ensino

A área do Ouro Preto foi a que teve maior frequência no nível Ensino fundamental, com 5,87 mil pessoas. O Centro obteve o menor número com 1,9 mil pessoas - 40,9% de seus moradores frequentavam cursos deste nível. Em termos percentuais José e Maria e o Jardim São Paulo apresentam maiores valores relativos, 71,4% e 70,1% respectivamente.

No Ensino Médio, o Ouro Preto destaca-se novamente com 2,1 mil residentes. São Gonçalo e o Distrito Industrial ficaram com menos de mil habitantes frequentando este nível de

⁴⁷ Tabela 50 organizada com a ordem do mais alto para o mais baixo valor, escolhendo a coluna de percentual de ensino superior.

ensino, foram 951 e 978 pessoas respectivamente. As áreas mostraram percentuais próximos e acima dos 20%.

O Gercino Coelho foi a área em que mais pessoas frequentavam o nível do Ensino Superior com 1,8 mil habitantes. Por fim, em relação ao nível de pós-graduação, os percentuais foram os mais baixos. Nos extremos absolutos apenas 15 pessoas frequentavam esse nível de ensino no José e Maria, e 195 no Gercino Coelho. Duas instituições de ensino superior – a UPE e a FACAPE – estão localizadas dentro da área de ponderação da Areia Branca. Já a Univasf está inserida na área de ponderação do Centro.

Em Petrolina, embora as áreas centrais sejam mais estruturadas, com níveis de renda e escolaridade mais elevados, elas são menos populosas quando comparadas às áreas da zona norte da sede urbana. Os bairros inseridos nesta área possuem habitações mais simples e uma população de renda mais baixa, porém eles vêm atraindo o interesse imobiliário com o advento da expansão urbana que acompanha os acessos rodoviários de Petrolina – BR 407 e BR 428.

Todas as áreas apresentaram altas taxas de imigração, especialmente o Centro, Areia Branca, Gercino Coelho, José e Maria e Loteamento Recife. Nestas áreas a quantidade de imigrantes é superior aos 50% da população residente (ver tabela 48).

O Centro foi a área de ponderação com maior rendimento médio mensal, R\$ 8.264 em 2010. A infraestrutura dos bairros inseridos neste setor censitário é superior quando comparada às outras localidades urbanas. A área da Areia Branca teve um rendimento médio mensal mais baixo, R\$ 3.046. Embora não tenha locais tão valorizados como a orla, o bairro vem passando por transformações na infraestrutura e no setor imobiliário. Estas observações justificam a escolha das duas áreas para aplicação do questionário. Elas também foram as mais acessíveis para o desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito a logística.

5.4 PERCEPÇÃO DE RESIDENTES DE JUAZEIRO E PETROLINA SOBRE SUA REALIDADE LOCAL E A IDEIA DE PROGRESSO

Após a exposição de alguns elementos que compõem a demografia intraurbana, a percepção da ideia de progresso de áreas que demonstrem distinções sociais e estruturais é o principal ponto de análise dos dados coletados através da pesquisa de campo. O dinamismo demográfico e econômico vem ocorrendo nas duas cidades que apresentaram posições de destaque no Nordeste, frente a outras cidades médias, como foi comprovado pelos dados socioeconômicos e populacionais, detalhados nos capítulos anteriores. A partir das evidências

surgiu o interesse em buscar junto a população, se os residentes percebem tais dinâmicas e caso a percebam, como o dinamismo do arranjo Juazeiro-Petrolina se insere na concepção individual do que seria o progresso.

A metodologia consistiu em, primeiramente, selecionar duas áreas de ponderação de cada cidade e aplicar questionários aos moradores. Foram escolhidos o Itaberaba e o Santo Antônio em Juazeiro. Ambos estão recebendo investimentos imobiliários e empresariais. O primeiro teve índices menos expressivos quanto a renda e níveis de escolaridade, a taxa de imigração ficou acima da média municipal. O segundo foi o que apresentou dados de uma população mais bem estruturada em relação à renda e ao nível educacional, as precariedades urbanas são menos intensas comparadas ao Itaberaba. Possui valorização imobiliária com a existência de localidades ricas como: Country Club, Colina do Rio, Assunção de Maria, e condomínios fechados.

Em Petrolina, as áreas do Centro e da Areia Branca foram as selecionadas. O Centro mostrou ter um alto padrão de renda e alta taxa de imigração. Também ocupou as primeiras colocações quando a abordagem era a frequência de cursos educacionais. A Areia Branca é uma área que tem posições intermediárias segundo os dados apresentados. Também tem alta taxa de imigração e bairros com expansão imobiliária.

Em cada uma das quatro áreas foram aplicados 10 questionários, totalizando ao todo 40 aplicações em Juazeiro e Petrolina. A pergunta principal era sobre a noção de *progresso*, de acordo com a percepção de cada entrevistado. Precedeu o questionamento sobre esta percepção, um conjunto de perguntas que permitiriam construir o perfil do entrevistado em termos de renda, faixa etária, nível de escolaridade e naturalidade, assim como sua avaliação pessoal sobre a estrutura dos serviços básicos nos bairros em que moram.

De acordo com Heidemann (2009), no século XX a promoção de progresso esteve sob responsabilidade da economia de mercado que por sua vez estava relacionada ao comando da economia política. Até a metade deste século, não era usado no Brasil “o conceito institucional, abrangente e integrador de desenvolvimento político, econômico, social, sustentável, humano, etc. As grandes iniciativas, que posteriormente seriam conhecidas como programas ou como projetos de desenvolvimento, eram até essa época tratadas em seus méritos próprios e de forma circunscrita” (HEIDEMANN, 2009, p. 25). O autor cita o exemplo da industrialização que não fazia parte de um projeto de desenvolvimento integrado com outras preocupações sociais, tais como saúde, educação, meio ambiente.

Nas décadas seguintes aos anos 1950, os países foram classificados de acordo com seus estágios de desenvolvimento: desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Desenvolver uma nação significava implantar uma economia de mercado potente. Conforme Heidemann, o grau de industrialização era quase um sinônimo de desenvolvimento, os principais indicadores eram de natureza econômica. Embora existissem debates de cientistas sociais apresentando formas diferentes de desenvolvimento, essa não era necessariamente uma preocupação das sociedades e das esferas governamentais. Os países industrialmente avançados assumiam o papel de modelos a serem seguidos pelos demais.

Com o passar das crises econômicas, estudiosos começaram a repensar o modelo de desenvolvimento. Os adjetivos referentes ao desenvolvimento desejado eram muitos: político, econômico, social, sustentável, inclusivo, humano, cultural. (HEIDEMANN, 2009). Com o esgotamento do sistema econômico o modelo apresentado pelos países desenvolvidos passou a ser alvo de críticas. Desse modo, chegou-se ao ponto em que o desenvolvimento precisava ser satisfatório aos cidadãos.

Enquanto a antiga ideia de progresso estava condicionada ao desempenho do mercado, o desenvolvimento levava em consideração tanto a economia como também o papel do Estado em ações conjuntas com esse mercado. Para Heidemann, a esfera pública seria um agente unitário que atuaria em defesa dos interesses dos cidadãos. O nível e a forma de atuação de cada um desses agentes variam conforme a realidade social e o momento histórico.

Esta é uma discussão interessante e os elementos destacados por Heidemann – o crescimento econômico e o desenvolvimento dos setores sociais – estiveram presentes nas respostas que foram encontradas a partir das observações de campo e das concepções individuais dos entrevistados.

A escolha por diferentes áreas de ponderação para aplicar os questionários teve como finalidade averiguar as percepções das pessoas a respeito dinamismo do arranjo Juazeiro-Petrolina, partindo do pressuposto de que as relações que cada participante possui com este arranjo está fundamentada na vivência e rotina delas com os locais em que essas pessoas residem. Condições a este dado, as narrativas dos entrevistados foram diferentes sobre as questões aplicadas.

É importante destacar que esta não é uma amostra representativa, conforme os conceitos estatísticos. Contudo, apresenta a percepção individual das pessoas que pode ilustrar a noção de progresso em cidades médias que atravessaram dinamismo econômico recente e que, por

esta razão, atraíram expressivo contingente de migrantes também responsáveis pela dinâmica demográfica. A seguir, a discussão do que foi encontrado a partir da aplicação dos questionários.

5.4.1 Percepção de progresso por residentes das Áreas do Santo Antônio e Itaberaba em Juazeiro⁴⁸

Como já mencionado, nas áreas urbanas de Juazeiro foram aplicados 20 questionários, 10 no Itaberaba e 10 no Santo Antônio, sabendo-se que ambas apresentam diferenças sociais e estruturais. Tais diferenças permitiam esperar respostas distintas em relação à ideia de progresso. A aplicação não teve filtros em relação a classe social ou ocupação, somente a exigência da faixa etária – pessoas acima dos 18 anos – foi adotada. As análises serão por área de ponderação, incluindo respostas de distribuição de frequência e outras acompanhadas de gráficos que facilitem a compreensão da abordagem. A tabulação foi feita em planilha eletrônica.

Santo Antônio. A área está localizada na zona Oeste da cidade e margeia o rio São Francisco. Em suas dependências há vários condomínios horizontais de alto padrão, a Universidade Federal do São Francisco, a sede da Polícia Federal, o Hospital Regional, o Hospital da Unimed, clínicas médicas, colégios e faculdade particulares, além de alguns serviços que atendem a população local como supermercado, padarias, hotéis, loja de departamentos, restaurantes, etc. Alguns dos bairros nela inseridos são: o Santo Antônio, Country Club e Maringá. Este último tem ruas e habitações mais simples quando comparado aos dois primeiros. A área é separada do Centro da cidade pela rodovia BR 407. A foto abaixo mostra o clube que deu nome ao bairro Country, por volta dos anos 1980.

⁴⁸ A pesquisa de campo não teve intenção de ser representativa das Áreas de ponderação, pois uma pesquisa desse porte demandaria muito mais recursos e uma equipe.

Figura 46 - Country Club, década de 1980. Acervo do autor



A busca por espaços mais tranquilos e aprazíveis foram possibilitando a expansão urbana para aquela área. A região central da cidade já está totalmente integrada ao rio. Aumentando assim, a procura para a instalação de condomínios o lado oeste da zona urbana.

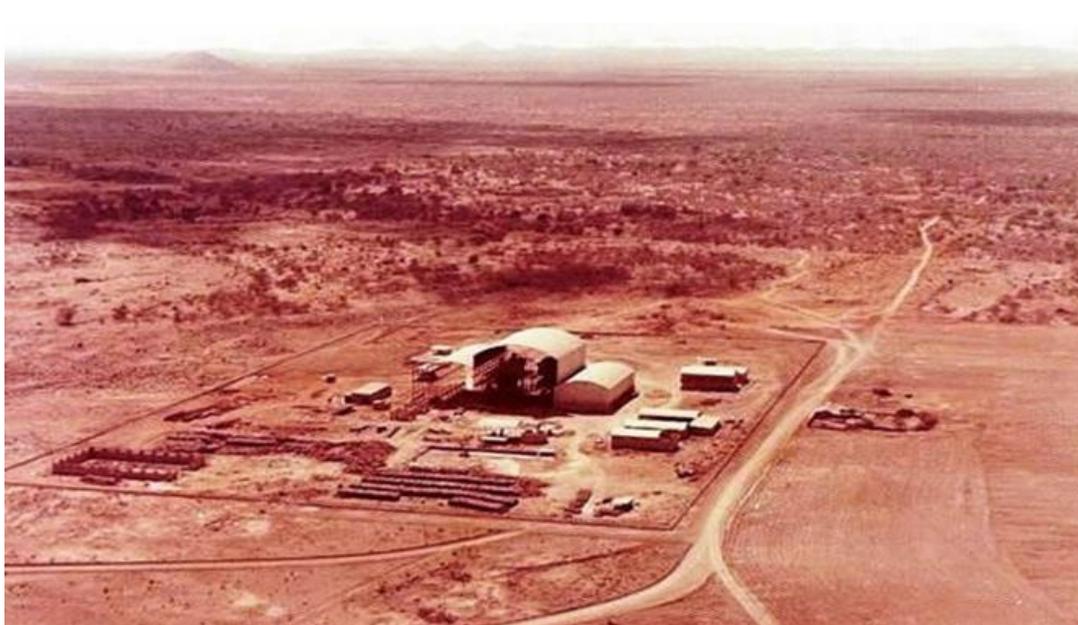
Figura 47 - Vista parcial do Country Club. O autor, 2013



As entrevistas da área de ponderação do Santo Antônio mostraram alguns resultados que tinham certa divergência sobre a noção de Progresso em relação ao Itaberaba. As diferenças estruturais entre as áreas também são presentes e a descrição pode ajudar a compreender.

Itaberaba. A formação da área remonta à década de 1980. A presença do Mercado do Produtor (Ceasa) e da Agrovale (usina de cana-de-açúcar) atraiu uma população operária de classe baixa e imigrante para a localidade. As terras da produção de cana-de-açúcar fazem limite com a área urbana nesta região da cidade. Muitos trabalhadores passaram a residir em áreas próximas à empresa.

Figura 48 - Região da Agrovale. Empresa, década de 1970/80



Não foram encontrados registros documentados da história local, apenas algumas informações colhidas em diálogos com os moradores. A alta taxa de imigração dificulta a reunião de um acervo histórico e os residentes mais antigos não estavam em Juazeiro na época de sua fundação. Muitos já se mudaram ou faleceram.

O trabalho de Sérgio Lopes – já citado no primeiro capítulo - ajuda a compreender a dinâmica urbana juazeirense. O processo de ocupação que se deu em Juazeiro foi praticamente controlado pelas inundações do São Francisco.

As populações de baixa renda localizam-se, notadamente, nas áreas passíveis de inundação, próximas do centro, ou em terrenos da periferia, cada vez mais distantes, de infraestrutura bastante precária e onde se constrói sem qualquer controle. Os loteamentos que se desenvolveram nos limites sul — formando núcleos esparsos — e oeste do perímetro urbano, surgidos a partir da década de 30, refletem a busca de uma localização mais segura [em relação as enchentes]. Já a população de renda mais alta, que

anteriormente se concentrava no centro — que desfruta de melhor oferta de equipamentos e serviços infraestruturais — atualmente se concentra na zona oeste da cidade, sobretudo no bairro Country Club, à procura de maior tranquilidade. (LOPES, 2011, p.163)

Diante da dificuldade apresentada em se conhecer a história desta localidade, a hipótese é de que, embora já habitada nos anos 1970 (porque era perpassada por vias de ligação da sede com o interior), essa área tenha iniciado sua efetiva urbanização com a instalação da Agrovale, que por proximidade, seria um sítio natural de fixação do contingente populacional ligado à atividade da empresa. Atualmente o Ceasa, a rede atacadista da empresa Carrefour (Atacadão) e mais recentemente o Juá Garden Shopping, transformaram a área no “Polo Comercial de Itaberaba”.

Figura 49 - Na Sequência o Juá Garden Shopping, Atacadão e o Ceasa. Tenco, 2015



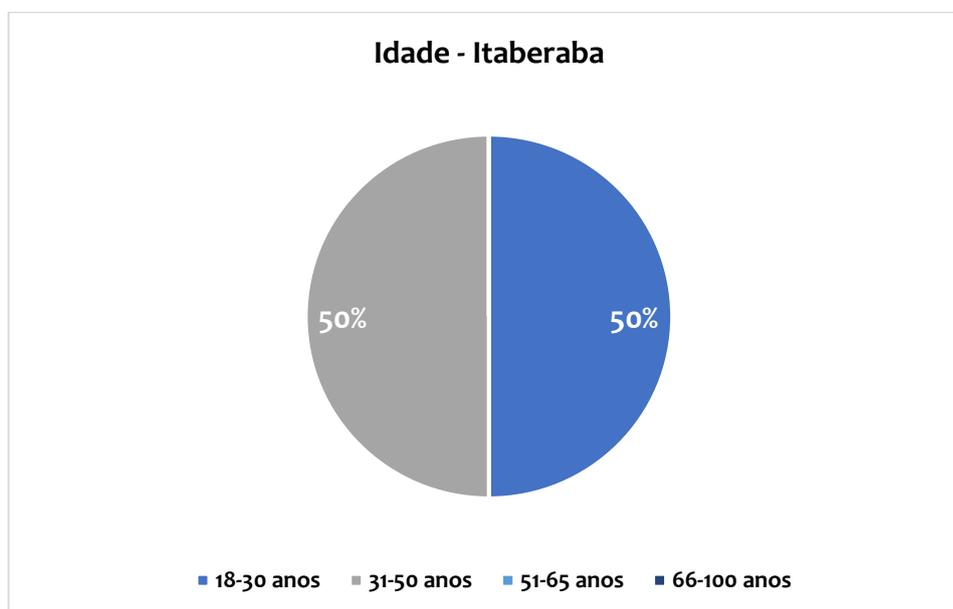
Como mostra a imagem, o Itaberaba é uma área que passa por transformações importantes. O núcleo mais antigo – à direita da foto – ainda atravessa problemas estruturais, embora o saneamento e as pavimentações venham sendo implantados. Existe um outro núcleo localizado próximo ao Curtume Campelo que faz parte da área de ponderação do Itaberaba, o qual vem recebendo investimentos imobiliários no formato de condomínios fechados.

Figura 50 - Condomínios Mais Viver Juazeiro. Jotanunes, 2014



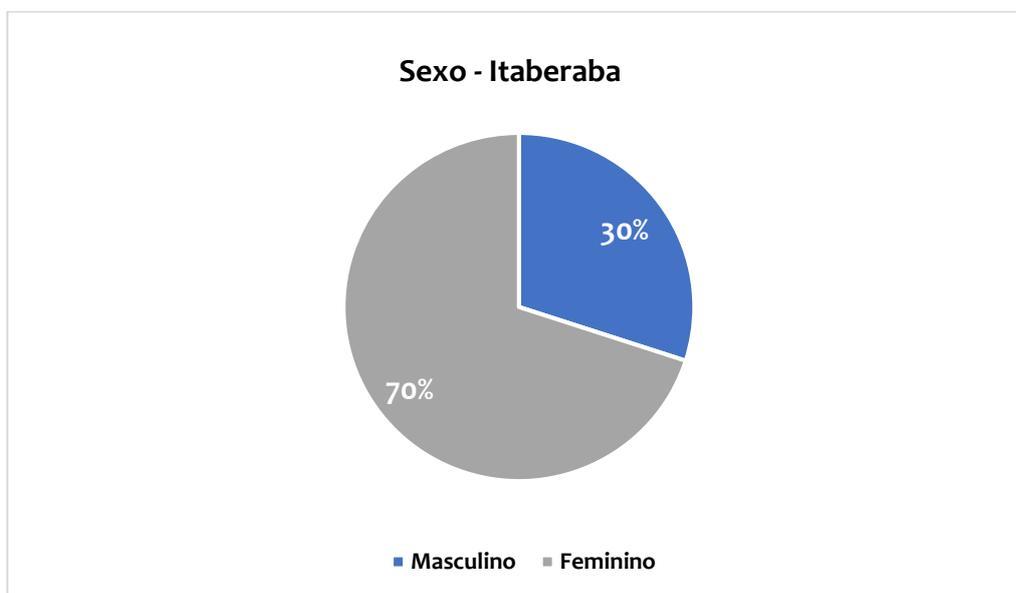
Como a área de ponderação do Itaberaba tem grandes dimensões e apresenta diferenças internas, a aplicação dos questionários abrangeu ambos os núcleos. A seguir os gráficos e discussões.

Gráfico 15 - Itaberaba: Idade dos entrevistados. O autor, 2016



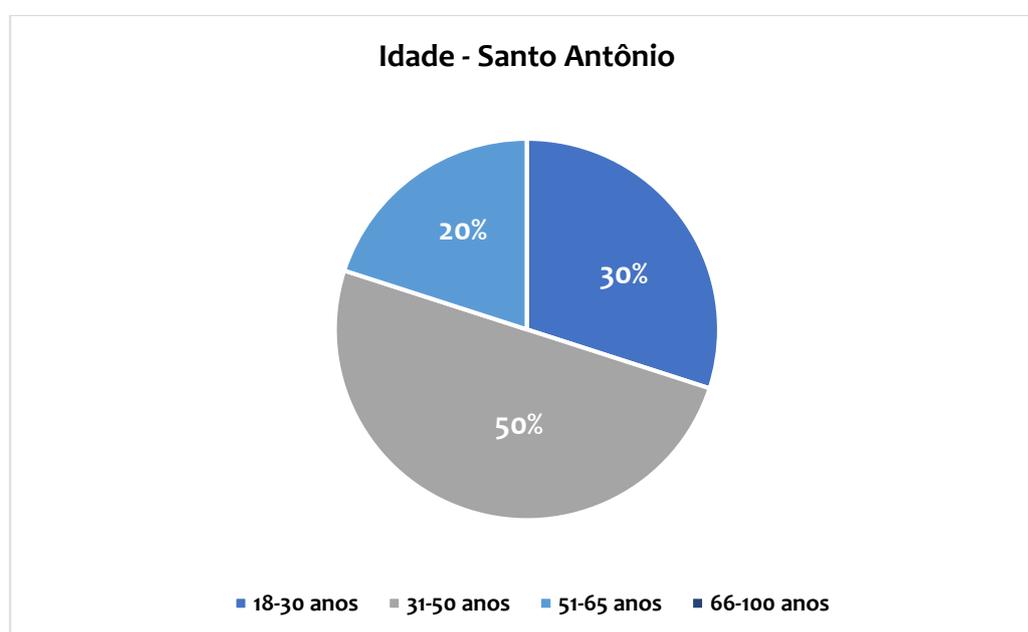
Dos dez questionários aplicados, a metade dos respondentes estava situada na faixa etária dos 18-30 anos e a outra metade dos 31-50 anos. As demais faixas não pontuaram. Quanto ao sexo, a maioria era feminina, sendo 70% mulheres e 30% homens.

Gráfico 16 - Itaberaba: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016



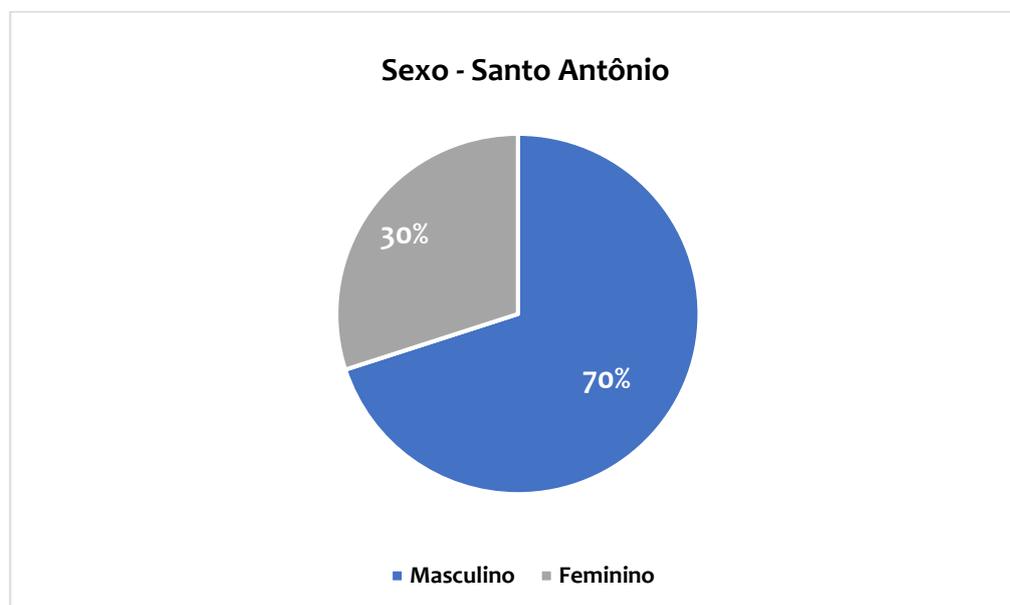
Sobre os dados do Santo Antônio:

Gráfico 17 - Santo Antônio: Idade dos entrevistados. O autor, 2016



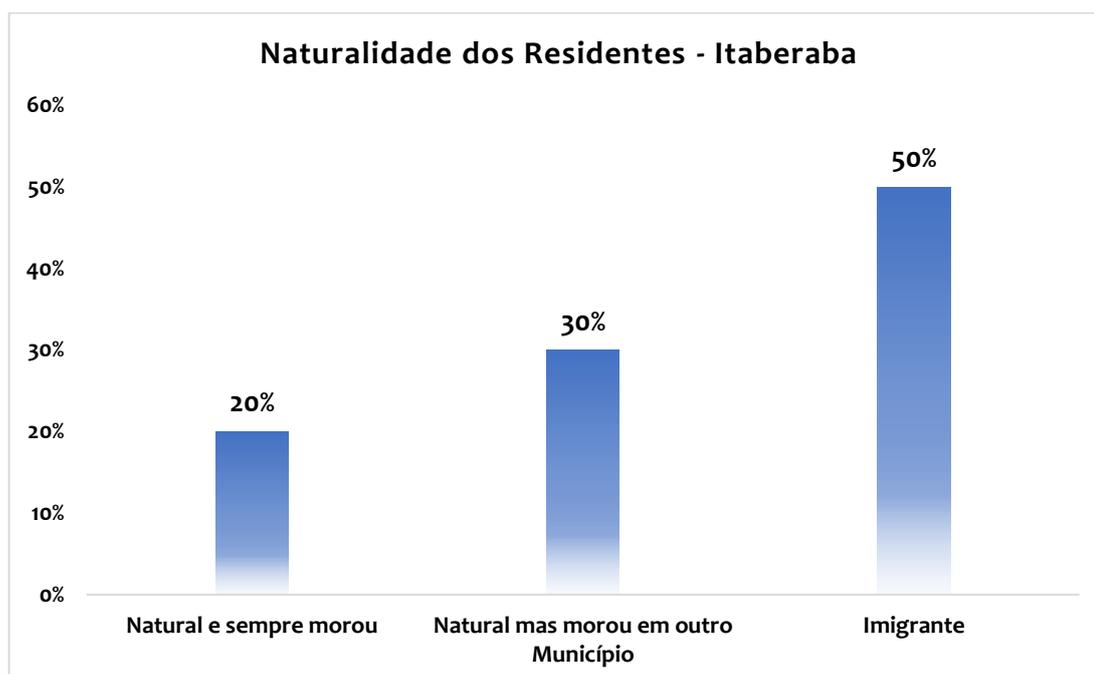
A amostra no gráfico 17, apresentou faixas etárias mais variadas. Sendo 30% dos 18-30 anos, 50% dos 31-50 anos e 20% dos 51-65 anos. A faixa acima dos 66 anos não pontuou. Em relação ao sexo (ver gráfico 18) as frequências se inverteram comparadas ao Itaberaba. A maioria era masculina, sendo 70% homens e 30% mulheres.

Gráfico 18 - Santo Antônio: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016



As taxas de imigração da amostra também foram consideráveis, embora o Itaberaba tenha tido mais frequências de entrevistados imigrantes. Tal fato condiz com os dados do censo por área de ponderação que mostraram o Itaberaba como uma localidade com forte percentual migratório – acima dos 40% em 2010.

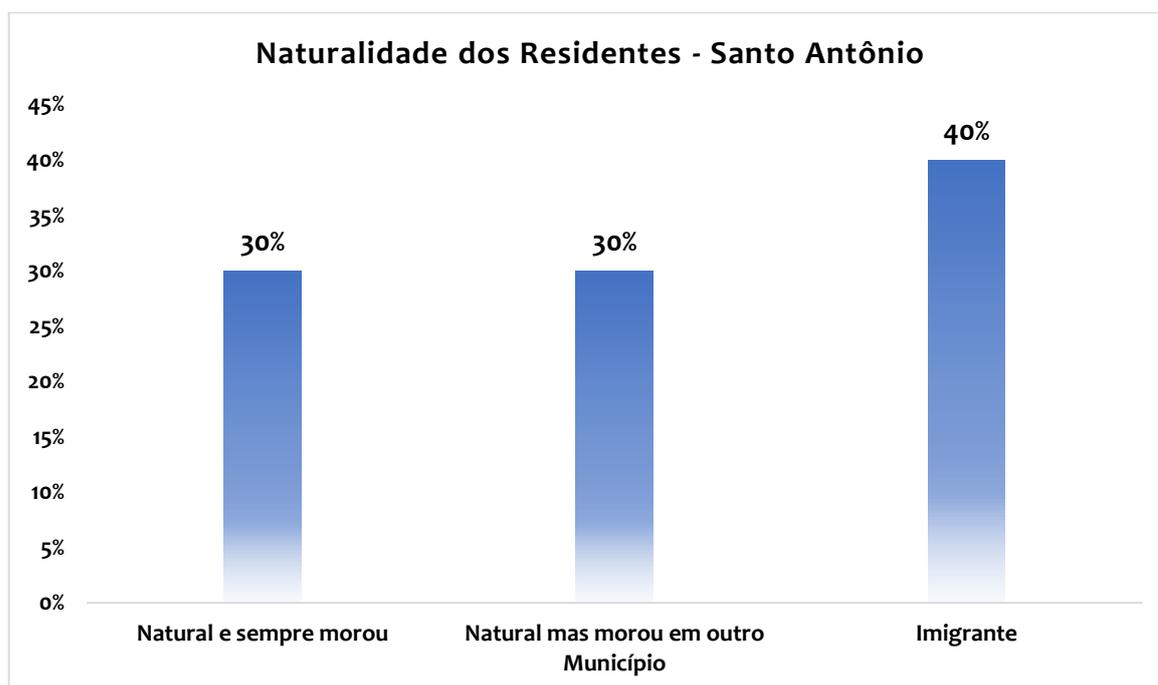
Gráfico 19 - Itaberaba: Situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016



Da amostra pesquisada, metade dos participantes era de outras cidades. Os cinco municípios citados foram: Senhor do Bonfim (BA), Natal (RN), Ouricuri (PE), Cabrobó (PE) e São Paulo (SP). Outros 30% eram naturais, emigraram para outras cidades e retornaram para Juazeiro. A cidade de última residência foi a capital baiana, Salvador, sendo a resposta dos três questionários nesta situação. Somente 20% eram de Juazeiro e sempre moraram ali desde o nascimento.

Quanto ao tempo de residência em Juazeiro, a grande maioria - 70% - estava na faixa entre 1 e 5 anos. Outros 20% tinham mais de 10 anos morando em Juazeiro e apenas 10% se colocavam entre 5 e 10 anos. Sobre a intenção de permanência, 70% afirmaram que pretendem continuar residindo na cidade até julho de 2020 – marco temporal escolhido por ser o ano em que ocorre a coleta censitária – e 30% disseram que não sabiam se continuariam. Nenhuma resposta do questionário foi negativa quanto à esta pergunta.

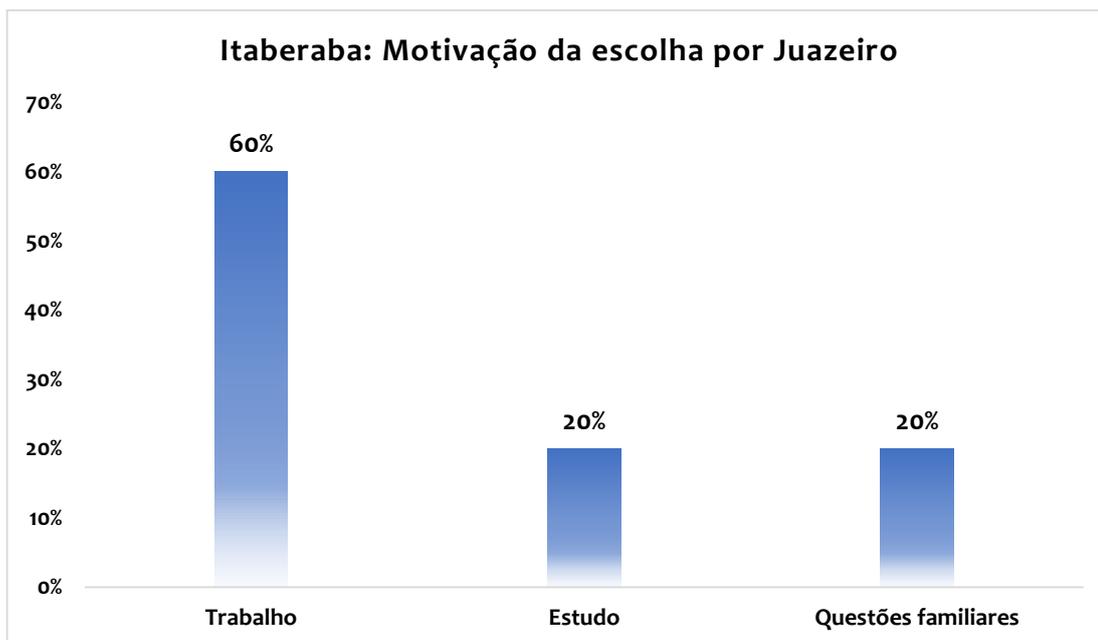
Gráfico 20 - Santo Antônio: Situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016



Os percentuais da amostra do Santo Antônio quanto à imigração no gráfico 20 foram menores, 30% dos participantes eram juazeirenses e sempre residiram na cidade baiana. Outros 30% eram naturais mas residiram em outro município e só depois retornaram para Juazeiro. As cidades de destino foram: Salvador (duas vezes citada) e Recife, capitais da Bahia e de Pernambuco, respectivamente. A maioria era imigrante, 40% da amostra. As cidades de origem desses residentes foram: Jacobina (BA), Janduís (RN), Recife (PE) e a vizinha Petrolina (PE).

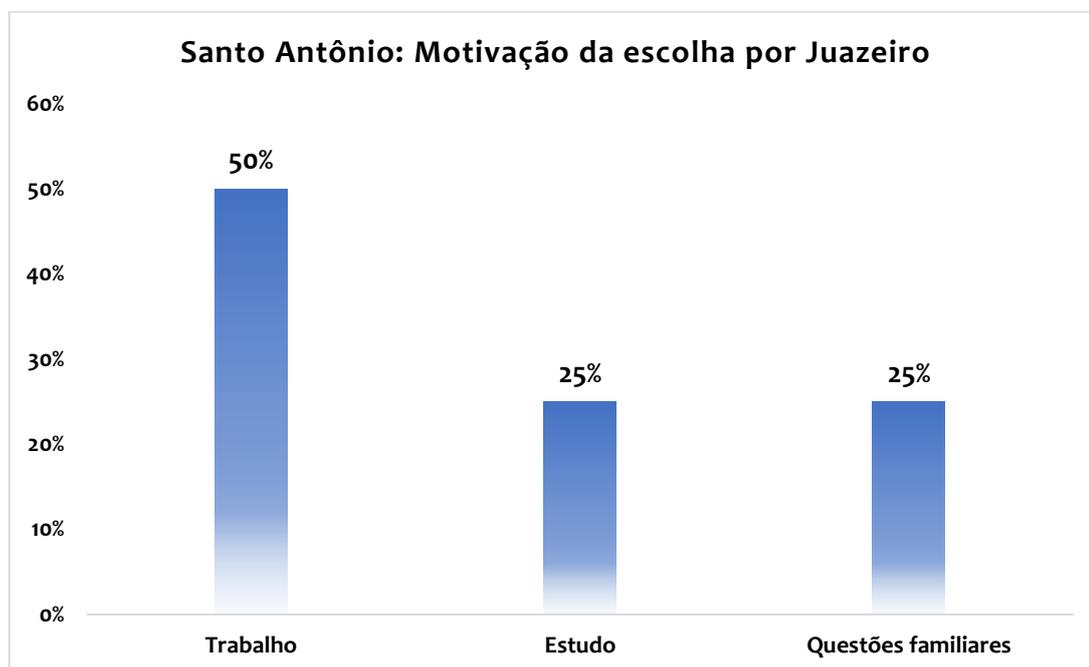
O tempo de residência variou entre: apenas 20% estavam morando entre 1 e 5 anos, 40% afirmaram ter entre 5 e 10 anos de residência, e o mesmo percentual se repetindo com o tempo acima dos 10 anos. Assim como no Itaberaba, a grande maioria afirmou que pretende continuar morando no município até julho de 2020, com 70% respondendo que sim. Outros 20% disseram que não sabiam e apenas 10% foi o índice de resposta negativa.

Gráfico 21 - Itaberaba: Motivo da migração. O autor, 2016



Tanto no Itaberaba como no Santo Antônio, oportunidades de trabalho foram o principal motivo da mudança dos imigrantes para Juazeiro. Da amostra do Itaberaba, foram 60% das respostas, outros 20% eram por motivações de estudo. Empatadas, em seguida, estão as questões familiares, com também 20% dos entrevistados que mencionaram o deslocamento atribuído aos pais ou cônjuges.

Gráfico 22 - Santo Antônio: Motivo da migração. O autor, 2016



Na área do Santo Antônio, embora tenha se observado um percentual menor (comparada ao Itaberaba), a metade dos questionários apontaram o trabalho como a causa da imigração. As motivações pelo estudo e pelas questões familiares pontuaram 25% cada uma. Como já mencionado, esta área possui o campus da Univasf de Juazeiro e atrai muitos residentes que são estudantes dos cursos de graduação ofertados. Assim como também o corpo docente. Este é o próximo aspecto a ser analisado: a escolaridade.

Tabela 51 - Frequência do Itaberaba e do Santo Antônio quanto a escolaridade, por nível de ensino. O autor, 2016

Nível	Itaberaba	%	Santo Antônio	%
Ensino Fundamental	0	-	0	-
Ensino Médio	6	60	0	-
Graduação	2	20	4	40
Pós-graduação Latu Sensu	1	10	5	50
Mestrado	1	10	0	-
Doutorado	0	-	1	10
Total	10	100	10	100

A maioria dos entrevistados da área do Itaberaba tinha como nível mais alto concluído o Ensino Médio (60%). Foram seis participantes com este nível, apenas dois tinham graduação, um outro pós-graduação latu sensu e por fim, apenas um com Mestrado.

Já o Santo Antônio apresentou a metade de seus entrevistados com pós-graduação *latu sensu*. Outros quatro tinham graduação e apenas um obteve o nível mais elevado de Doutorado. Tal fato mostra que, assim como o Censo, a pesquisa de campo repetiu o resultado de que o Santo Antônio tem uma escolaridade maior do que o Itaberaba.

A tabela 52 mostra as ocupações dos participantes das duas áreas. A pergunta no questionário era se no mês de Julho de 2016, o entrevistado havia exercido alguma atividade remunerada. No Itaberaba nove dos dez questionários estavam marcados com a alternativa sim. Apenas um não havia exercido nenhuma ocupação remunerada no recorte temporal. Já no Santo Antônio todos responderam positivamente. Abaixo as ocupações mencionadas na entrevista:

Tabela 52 - Frequência do Itaberaba e do Santo Antônio quanto a ocupação remunerada durante julho de 2016. O autor, jul/2016

Nível	Itaberaba	%	Santo Antônio	%
• Empregado com carteira de trabalho assinada	7	78	5	50
• Militar do exército, marinha, aeronáutica, Polícia militar ou corpo de bombeiros	0	-	0	-
• Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	0	-	4	40
• Empregado sem carteira de trabalho assinada	0	-	0	-
• Conta própria	1	11	0	-
• Empregador	0	-	0	-
• Estágio	1	11	1	10
Total	9	100	10	100

As maiores frequências de ambas as áreas são da ocupação com carteira de trabalho assinado. Sendo 78% dos nove entrevistados no Itaberaba e a metade (50%) no Santo Antônio. Esta última área concentrou uma quantidade significativa da amostra em relação ao funcionalismo público, 40% dos dez participantes. Uma pessoa em cada área estava ocupada com estágio remunerado e apenas um residente do Itaberaba trabalhava por conta própria.

Tabela 53 - Rendimento bruto domiciliar (ou retirada) mensal em julho de 2016. O autor, jul/2016

Faixas	Itaberaba	%	Santo Antônio	%
1 – até 3 Salários Mínimos	6	60	2	20
3 – 5 Salários Mínimos	2	20	0	-
5 – 8 Salários Mínimos	0	-	1	10
8 – 10 Salários Mínimos	1	10	3	30
10 – 15 Salários Mínimos	1	10	2	20
15 – 18 Salários Mínimos	0	-	2	20
18 – 20 Salários Mínimos	0	-	0	-
20 – 30 Salários Mínimos	0	-	0	-
Acima de 30 Salários Mínimos	0	-	0	-
Total	10	100	10	100

A maioria dos entrevistados de Itaberaba estava concentrada na primeira faixa, a que compreende de 1 até 3 salários mínimos. Foram seis dos dez participantes que se enquadraram no recorte. O Santo Antônio apresentou uma diversidade maior, porém a faixa com mais entrevistados foi a de 8 a 10 salários mínimos. Foram três pessoas que residiam em domicílios com esta renda. Outros dois situavam-se na faixa de renda entre 15 e 18 salários mínimos, a mais alta observada nos entrevistados. Com isso, quatro dos dez entrevistados no Santo Antônio e apenas um no Itaberaba obtinham rendimento médio mensal superior a 10 salários mínimos.

A questão principal do questionário veio após as perguntas que traçavam o perfil dos entrevistados que residiam nas áreas selecionadas. Reproduzindo o que foi questionado: ***O que é progresso para você?***

Em algumas entrevistas pôde-se observar que a pergunta causava uma certa surpresa nos participantes. Boa parte deles ficaram reflexivos em relação ao conceito que cada um atribuía ao progresso. A questão era aberta, o que permitiu respostas mais espontâneas. Para facilitar a análise foram agrupadas aquelas que apresentavam semelhanças entre os itens elencados por cada um dos entrevistados. A tabela abaixo mostra algumas distinções entre o Itaberaba e o Santo Antônio.

Tabela 54 - Respostas agrupadas de acordo com a concepção – Juazeiro. O autor, 2016

<i>Concepção</i>	Itaberaba	%	Santo Antônio	%
<i>Intervenções em infraestrutura</i>	2	20	1	10
<i>Crescimento econômico</i>	1	10	5	50
<i>Desenvolvimento nos setores sociais</i>	6	60	2	20
<i>Desenvolvimento (atribuição genérica)</i>	0	-	1	10
<i>Desenvolvimento Sustentável (Meio Ambiente)</i>	0	-	1	10
<i>Aspectos Sociopolíticos</i>	1	10	0	-
Total	10	100	10	100

A partir da tabela 54 e das observações durante a aplicação do questionário, a primeira diferença entre as áreas foi a maior frequência de atribuir o significado do conceito às melhorias nos setores sociais (saúde, educação e segurança) no Itaberaba, onde os entrevistados tinham rendimento médio mais baixo que no Santo Antônio, enquanto nesta última área, onde o rendimento médio dos entrevistados era maior, a ideia de progresso foi predominantemente associada a crescimento econômico. Como já destacamos anteriormente o perfil das duas áreas consiste em uma parcela mais simples residindo no Itaberaba e outra com recursos econômicos mais abundantes no Santo Antônio, além de ocupações e escolaridades diferenciadas. As respostas expressam visões diferentes e muitas delas pautadas pelas expectativas que cada indivíduo nutre com relação aos serviços e dinâmicas urbanas encontrados nos lugares onde residem.

A maioria das pessoas do Itaberaba que apontaram o desenvolvimento social como progresso eram mais dependentes dos recursos públicos em saúde e educação. Nos discursos havia uma preocupação com o acesso à assistência por parte da população mais carente. Por outro lado, no Santo Antônio a ideia de desenvolvimento econômico era muito enfática por parte dos entrevistados. A abertura de novas empresas, ampliação do setor de serviços, dinâmica industrial e o crescimento do PIB foram alguns elementos apontados nas entrevistas.

Outros questionários chamaram atenção não pela frequência de respostas, mas pelo conteúdo. O perfil social interfere nas visões de mundo, como observa um dos entrevistados do Itaberaba que, mais ligado às questões políticas regionais, afirmou que a consciência cidadã era uma concepção de progresso a partir do aspecto sociopolítico. Na sua percepção, a maturidade do povo em relação ao conviver em sociedade seria um forte indício de que a cidade estaria progredindo.

No Santo Antônio a preocupação com o rio São Francisco e as medidas a serem tomadas para preservação e revitalização, foi uma resposta interessante. De acordo com o participante a

degradação ambiental comprometeria a dinâmica agrícola que por sua vez afetaria os demais setores econômicos do arranjo Juazeiro-Petrolina. A matriz da economia regional ainda é a fruticultura. Sendo assim a preocupação com o desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente seria o real progresso na concepção deste entrevistado. Ainda nesta área de ponderação, foi dada uma resposta genérica que não direcionou a noção de progresso para nenhuma das alternativas agrupadas na tabela 54. A descrição apenas apontava que progredir seria desenvolver algo a partir do que já existe.

O questionário também fez algumas perguntas auxiliares à questão principal. A partir da concepção dada por cada um, foi questionado se o arranjo Juazeiro-Petrolina seria progressista, estagnado ou alguma outra colocação que não estivesse em nenhuma dessas condições. No Itaberaba, oito dos dez participantes o consideraram progressista. Outros dois falaram que a designação varia conforme o aspecto abordado. No que diz respeito à economia, seria um arranjo progressista, mas precisava também melhorar a qualidade de vida da população com o objetivo de alcançar um desenvolvimento mais equitativo. No Santo Antônio as respostas foram semelhantes, mudando apenas a quantidade numérica com sete entrevistados considerando o arranjo como progressista e três mediando a designação de acordo com a abordagem. Nenhum questionário assinalou a alternativa de estagnação.

Posteriormente foi perguntado se o crescimento do arranjo urbano era notável e em qual setor ele seria mais evidente. No Santo Antônio, a maior frequência foi o setor de serviços (5), seguido pela construção civil (3) e por fim, a geração de emprego (2). Já no Itaberaba, a construção civil foi a mais frequente com quatro entrevistados optando por esta alternativa. Outros três marcaram a Geração de Emprego, dois o Agronegócio e apenas um, o setor de serviços. Também foi questionada a principal deficiência da cidade. Na amostra do Itaberaba a maioria das pessoas disse que o principal problema de Juazeiro seria a infraestrutura urbana (5). A saúde ficou em segundo lugar com quatro frequências e a segurança esteve presente em apenas um questionário. No Santo Antônio o resultado foi similar. Foram seis participantes elegendo a infraestrutura como principal problema e outros dois apontaram a segurança. Os itens lazer e saúde foram assinalados por um entrevistado, cada.

Por fim, foi elaborada uma síntese da avaliação dos entrevistados sobre seu local de moradia. A seguir os resultados:

Figura 51 - Síntese da avaliação sobre as áreas de moradia – Juazeiro. O autor, 2016

Quadro de Avaliação – Área do Santo Antônio

Setor	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	NR
Acessibilidade	2	2	1	4	1	-
Educação	-	-	-	7	3	-
Habitação	-	-	1	7	2	-
Iluminação Pública	-	1	6	3	-	-
Mobilidade Urbana	-	2	5	3	-	-
Saneamento Básico	-	1	3	4	2	-
Saúde	-	-	5	4	1	-
Segurança	3	3	1	3	-	-
Serviços	-	4	6	-	-	-
Transporte Coletivo	2	2	4	-	-	2

Quadro de Avaliação – Área do Itaberaba

Setor	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	NR
Acessibilidade	5	3	1	1	-	-
Educação	-	-	6	3	1	-
Habitação	-	4	4	1	1	-
Iluminação Pública	1	4	2	3	-	-
Mobilidade Urbana	2	6	1	1	-	-
Saneamento Básico	2	3	4	1	-	-
Saúde	2	2	6	-	-	-
Segurança	1	4	2	3	-	-
Serviços	3	4	3	-	-	-
Transporte Coletivo	5	2	1	2	-	-

Fonte: Elaboração do autor

A **Acessibilidade** para deficientes teve melhor desempenho no Santo Antônio. Foram quatro entrevistados que classificaram o setor como *bom* dentro da área de ponderação. No Itaberaba, ao contrário, a metade e também maioria classificou como *péssimo*. De fato, as calçadas não são ali preparadas para cadeirantes, não possuem piso tátil e nem semáforos com ruídos sonoros para deficientes visuais. A situação só melhora dentro dos condomínios recém-inaugurados do Minha Casa Minha vida ou dos condomínios fechados. Mesmo assim, não contempla todas as deficiências.

Em relação a **Educação** os números foram melhores. No Itaberaba seis participantes atribuíram a avaliação *regular* e no Santo Antônio, por ter a presença de uma universidade federal, a situação foi ainda melhor com sete pessoas classificando-a como *boa*. Esta área teve níveis de escolaridade elevados comparados ao Itaberaba, tanto nos dados do Censo como na pesquisa do questionário. Os entrevistados de ambas fizeram suas avaliações a partir da presença dos equipamentos educacionais, mas não tinham conhecimento em relação ao nível educacional da população.

A **Habitação** no Santo Antônio teve sete entrevistados avaliando-a como *boa*. No Itaberaba houve um empate entre *ruim* e *regular*, cada qual com a frequência de quatro pessoas. Existem áreas distintas dentro do próprio Itaberaba que variam entre condomínios e residências de taipa⁴⁹.

Iluminação Pública no Santo Antônio teve a maioria na avaliação *regular*, foram seis moradores marcando esta opção. No Itaberaba ela foi *ruim* para quatro e *boa* para três dos dez participantes. De forma geral, este é um setor bastante criticado na cidade, principalmente por permitir que os ambientes urbanos se tornem mais propícios à violência urbana, além da má iluminação das vias que pode causar acidentes.

Sobre a **Mobilidade Urbana**, a metade dos dez entrevistados do Santo Antônio considerou-a *regular*, enquanto a maioria (seis pessoas) a colocou como *ruim*. A pavimentação, a ausência de ciclovias e a conservação das vias urbanas são distintas nas duas áreas. Muitas vias do Itaberaba precisam de intervenções para melhorar o fluxo, embora o programa municipal *Pavimenta Juazeiro*, através da Intervenção Urbana com recursos federais, tenha realizado obras pela cidade. Ainda assim, os bairros mais periféricos, de modo geral, estão em condições mais precárias frente aos centrais.

⁴⁹ Habitações construídas à base de argila e cascalho.

O **Saneamento Básico** era um problema frequente no município durante os anos 1990. Com recursos federais, a cidade vem sendo saneada, principalmente a partir de 2010 para enfim dar lugar à pavimentação. O reflexo desta realidade foi observado nas entrevistas, o que deve ter levado à maior frequência da avaliação *boa* com quatro pessoas. Já no Itaberaba, o setor ficou como *regular* para quatro residentes.

A **Saúde** foi principalmente *regular* nas duas áreas. O que chama atenção é que as demais pontuações atingem *bom* e *ótimo* no Santo Antônio e *ruim* e *péssimo* no Itaberaba. Este último conta apenas com postos de saúde da prefeitura. Já o primeiro, além dos postos, possui também um *cluster* de clínicas em diversas especialidades, o Hospital da Unimed e o Hospital Regional, sendo assim mais bem servido. Esta avaliação foi pautada tanto pela presença dos equipamentos citados, como também pela qualidade de atendimento.

O item **Segurança** foi variável nas duas áreas, até mesmo porque é uma sensação individual e pautada nas experiências de cada um. Como não se obteve dados de registros de homicídios e latrocínios em cada bairro, a análise ficou restrita a percepção de cada residente. No Itaberaba quatro pessoas assinalaram a opção *ruim*, duas marcaram *regular*, uma pessoa assinalou como *péssimo* e outras três marcaram *bom*. No Santo Antônio as opções *ruim*, *péssimo* e *bom* empataram com três pessoas cada. Apenas uma marcou *regular*.

O Setor de **Serviços** foi mais bem avaliado no Santo Antônio, que possui uma dinâmica mais independente em relação ao Centro e ainda tem as lacunas preenchidas pela proximidade com o mesmo. Sendo assim, foi avaliado como *regular* para seis dos dez entrevistados. Por outro lado, mesmo com o Juá Garden Shopping em funcionamento, os moradores do Itaberaba avaliaram como *ruim* em quatro dos dez respondentes.

Por fim, o **Transporte Coletivo** que é alvo de críticas por parte da população da cidade em geral, foi considerado *regular* para quatro moradores do Santo Antônio e *péssimo* para cinco do Itaberaba. Percebeu-se também uma certa independência do Santo Antônio quanto ao uso do transporte coletivo, dois entrevistados não responderam por não terem experiências recentes. Já o Itaberaba, pela distância e pelo poder aquisitivo geral da população, possui maior dependência.

As frequências das avaliações em **Regular** foram 32 no Santo Antônio e 30 no Itaberaba. **Péssimo** teve maior quantidade no Itaberaba (51) do que no Santo Antônio (07). O **Ótimo** teve baixa frequência em ambos com 09 no Santo Antônio e apenas 02 avaliações no Itaberaba. Por

sua vez, o **Ruim** obteve 32 frequências no Itaberaba e 15 no Santo Antônio. Finalizando, o **Bom** foi assinalado 35 vezes no Santo Antônio e 15 no Itaberaba. Desse modo, ficou claro que, para os participantes, o Santo Antônio tem melhores condições estruturais.

5.4.2 Percepção de progresso por residentes das Áreas do Centro e Areia Branca em Petrolina

Seguindo a mesma metodologia realizada em Juazeiro, foram aplicados 20 questionários em Petrolina sendo 10 na área de ponderação do Centro e 10 na área da Areia Branca. As duas passam por processos dinâmicos em sua urbanização e setor imobiliário, o rendimento médio do Centro, como já citado, foi acima de 8 mil reais em 2010 e o da Areia Branca pouco mais de 3 mil reais. A infraestrutura do Centro é, aparentemente, superior à da Areia Branca que ainda possui problemas urbanos em relação a pavimentação de alguns bairros inseridos na área. Contrastando as características de ambas, segue o detalhamento das duas áreas.

Centro. Ainda nos anos 1990 começou o processo de verticalização da orla ribeirinha da cidade, transformando-a no metro quadrado mais valorizado de Petrolina nos dias atuais. Na mesma década o município inaugurou o Centro de Convenções e o River Shopping (1995), incentivando o crescimento da região central.

Figura 52 - Orla de Petrolina em 1995. Acervo do autor



Em Petrolina, a área de ponderação Centro corresponde à antiga área central da cidade e inclui também: parte da sua região comercial do município, o River Shopping, o Parque Josefa Coelho, a Univasf e a orla ribeirinha. A ampla oferta de serviços e a presença de condomínios de alto padrão (valorização da região) contribuiu para os dados sociodemográficos deixarem o Centro nas primeiras posições dentre as áreas de ponderação.

Figura 53 - Orla de Petrolina. Maurício André, 2012



Areia Branca. O empreendimento mais conhecido existente na área de ponderação da Areia Branca é o *Bodódromo*. Inaugurado em 2000 é um dos principais atrativos turísticos da cidade, que representa a culinária regional com um complexo de restaurantes em sua dependência.

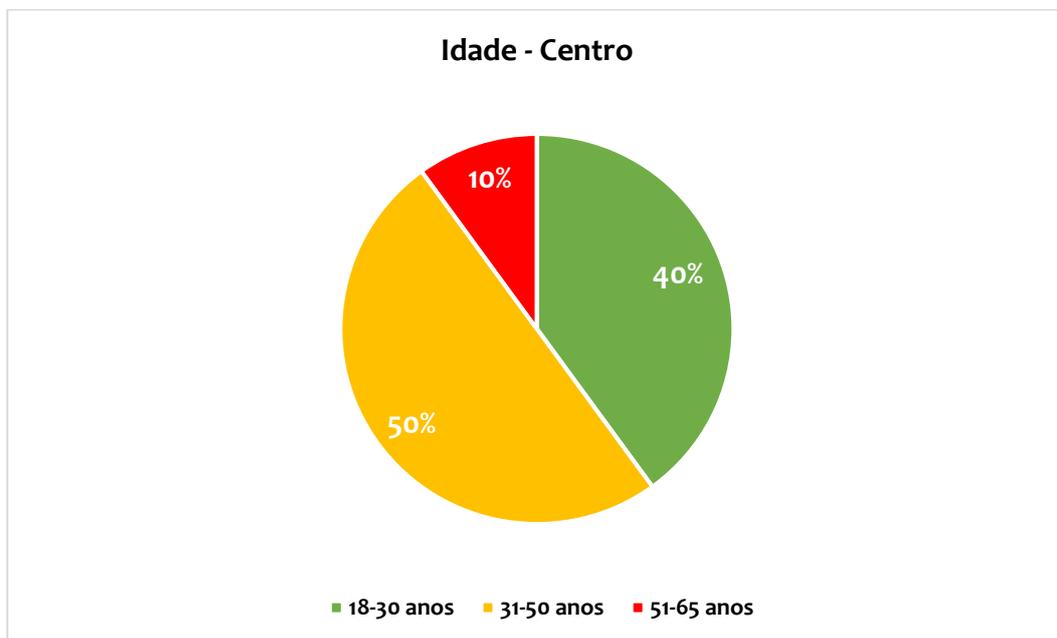
Figura 54 - Monumento do bode na entrada do Bodódromo. Sergio Falcetti, 2013



A área também possui duas instituições educacionais que prestam serviço à região desde os anos 1990. A autarquia FACAPE – Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina e o campus da Universidade de Pernambuco – UPE, conhecida também como FFPP (Faculdade de Formação de Professores). O entorno, nas proximidades da Vila Eduardo, também é ocupado por estudantes e docentes que atuam nessas instituições. Nas proximidades também vêm surgindo condomínios e empreendimentos imobiliários, sendo assim um vetor de crescimento em Petrolina.

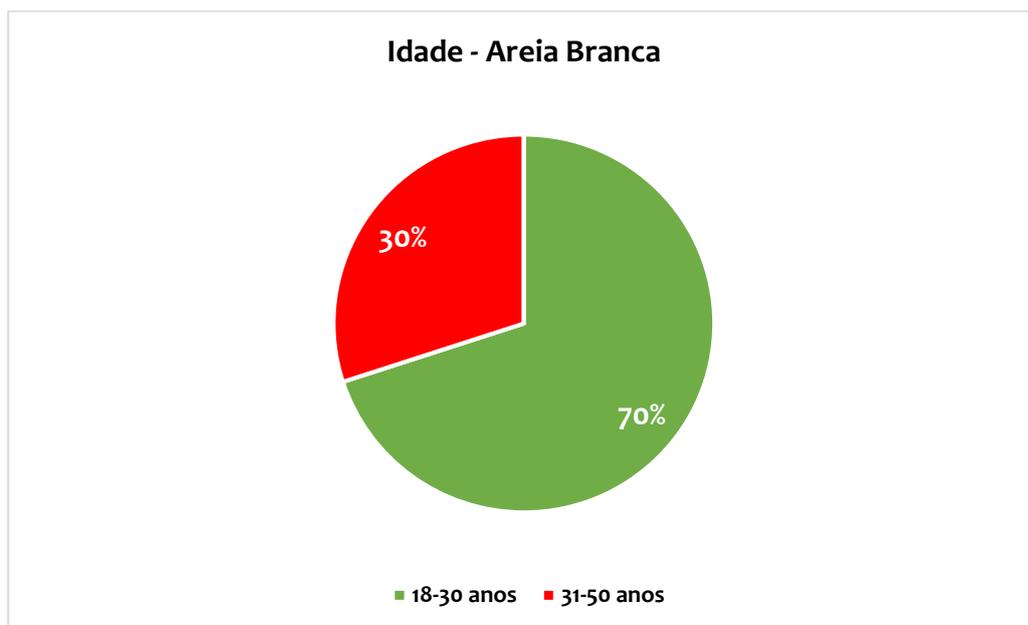
Apresentadas as duas áreas de ponderação selecionadas, voltamos a atenção aos gráficos elaborados a partir dos questionários aplicados.

Gráfico 23 - Centro: Idade dos entrevistados. O autor, 2016



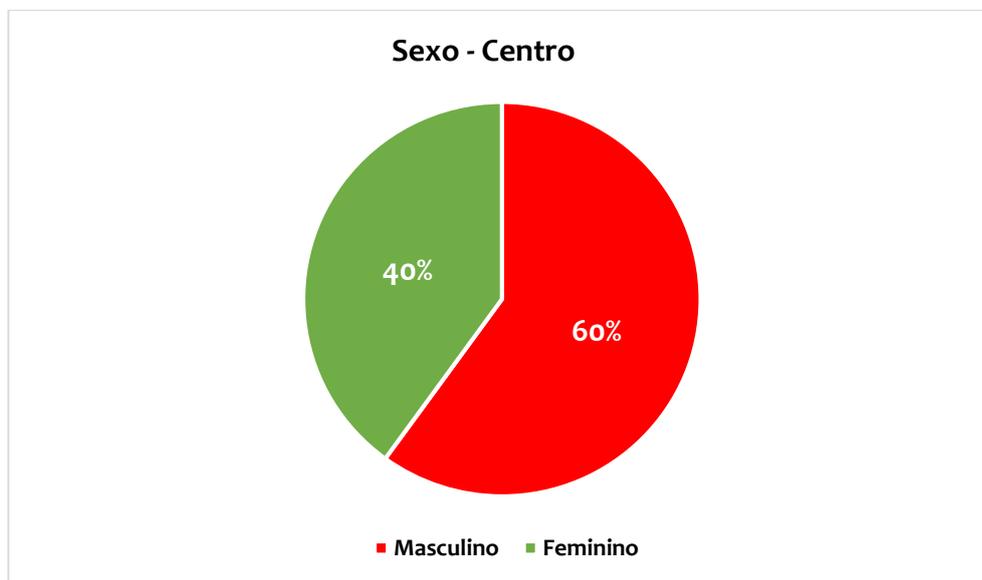
A maior frequência etária dos questionários aplicados no Centro foi a compreendida na faixa entre 31-50 anos, com 50% dos dez participantes. Apenas um tinha entre 51-65 anos e outros quatro estavam entre 18-30 anos. Nenhum residente possuía mais de 65 anos de idade.

Gráfico 24 - Areia Branca: Idade dos entrevistados. O autor, 2016



Na área da Areia Branca os residentes participantes estiveram concentrados em apenas duas faixas etárias, a de 18-30 anos com sete pessoas e a de 31-50 anos com três moradores. Nenhum possuía idade acima dos 51 anos.

Gráfico 25 - Centro: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016



Quanto ao sexo dos residentes da amostra do Centro, a maioria era masculina. Foram seis homens e quatro mulheres que responderam o questionário. Já na Areia Branca, como mostra o gráfico 26, o percentual esteve dividido em quantidades iguais. Foram cinco homens e cinco mulheres participantes.

Gráfico 26 - Areia Branca: Sexo dos entrevistados. O autor, 2016

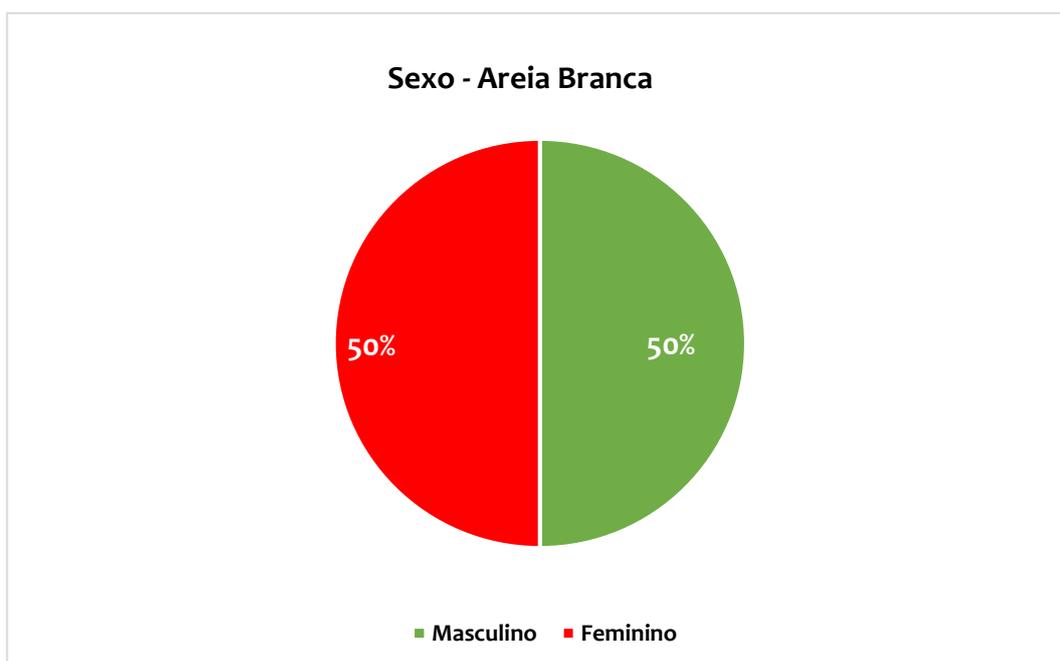
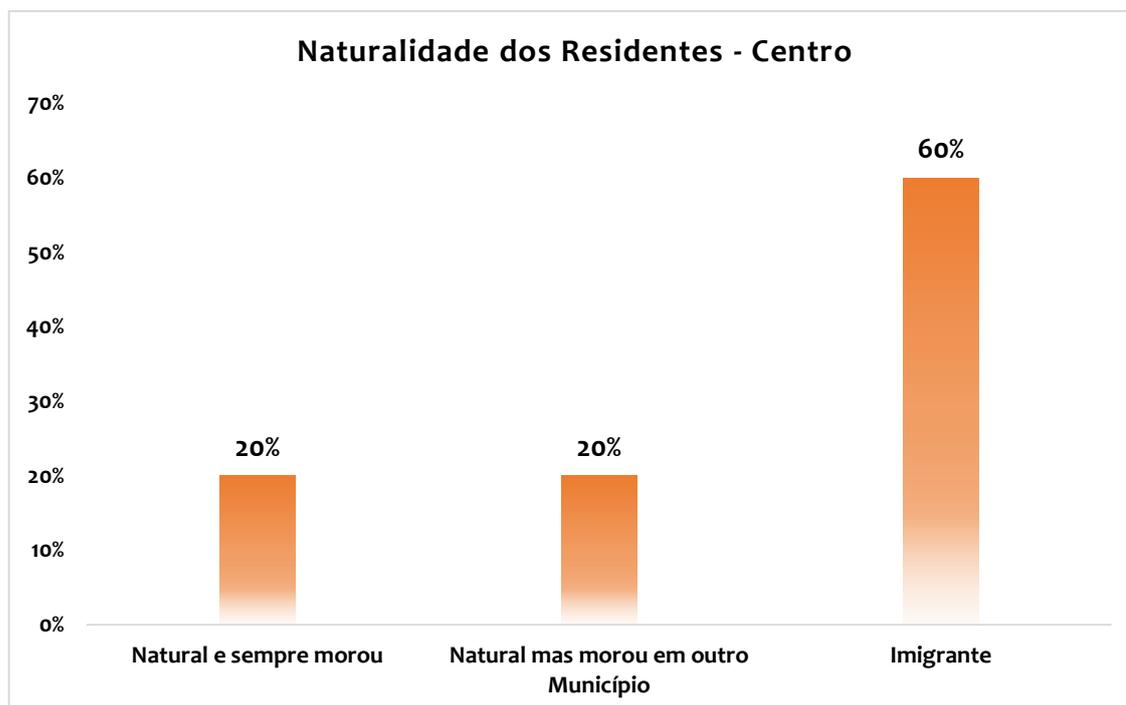


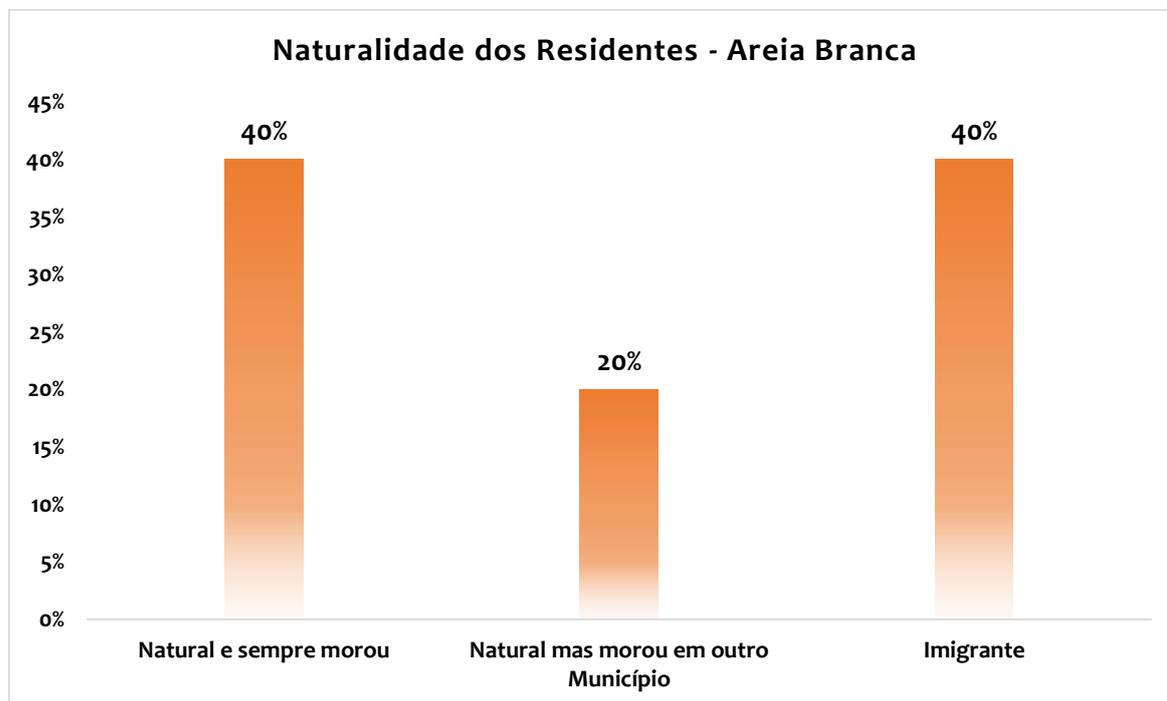
Gráfico 27 - Centro: Situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016



Desde o Censo demográfico de 2010, os dados já mostravam que a área de ponderação do Centro tinha forte caráter imigrante. Pouco mais de 52% dos residentes não nasceram em Petrolina (Censo, 2010). Na pesquisa esse percentual foi de 60%, ou seja, seis dos dez entrevistados eram de outros municípios. Foram citados: Capelinha (MG), João Pessoa (PB), Floresta (PE), São José dos Campos (SP), Jaguarari (BA) e a vizinha Juazeiro. Outras duas pessoas que nasceram na cidade pernambucana, residiram fora - citadas as capitais Salvador e Recife - e depois retornaram; outros dois participantes sempre residiram em Petrolina.

Quanto ao tempo de residência, a metade (50%) mora em Petrolina há mais de 10 anos. Outros 20% na faixa de 5 a 10 anos, e percentual similar no período de 1 a 5 anos. Apenas 10% dos entrevistados mora há menos de um ano. Sobre a intenção de permanência no município, a metade disse que não sabia se iria continuar residindo até Julho de 2020. Outros três responderam que não pretendem e apenas dois falaram que irão continuar morando em Petrolina.

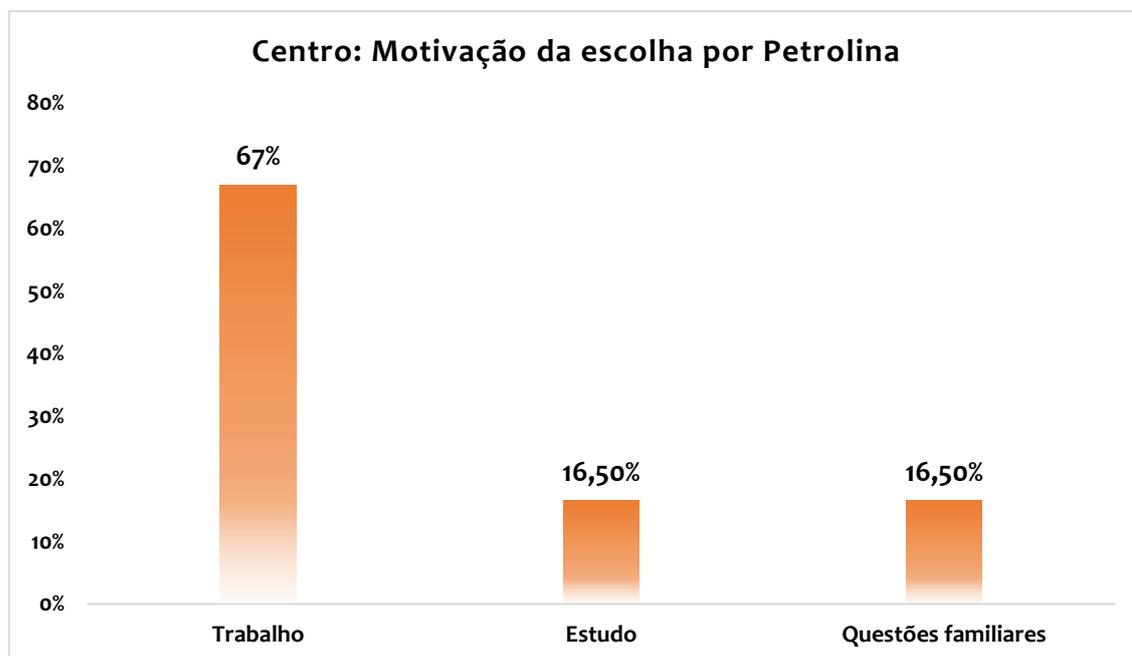
Gráfico 28 - Areia Branca: situação dos entrevistados quanto ao município de origem. O autor, 2016



Na área de ponderação da Areia Branca a taxa de imigração foi de 51% no Censo de 2010. Na pesquisa: 40% eram de outras cidades e 40% nasceram em Petrolina e residiram fora retornando ao município pernambucano em seguida. Apenas 20% nasceram e sempre moraram na cidade. Os municípios de origem dos imigrantes foram: Recife (PE), Sobradinho (BA), Senhor do Bonfim (BA) e Brejo Santo (CE). As cidades para as quais os petrolinenses migraram e depois retornaram foram a capital do Ceará, Fortaleza, e a capital pernambucana, Recife.

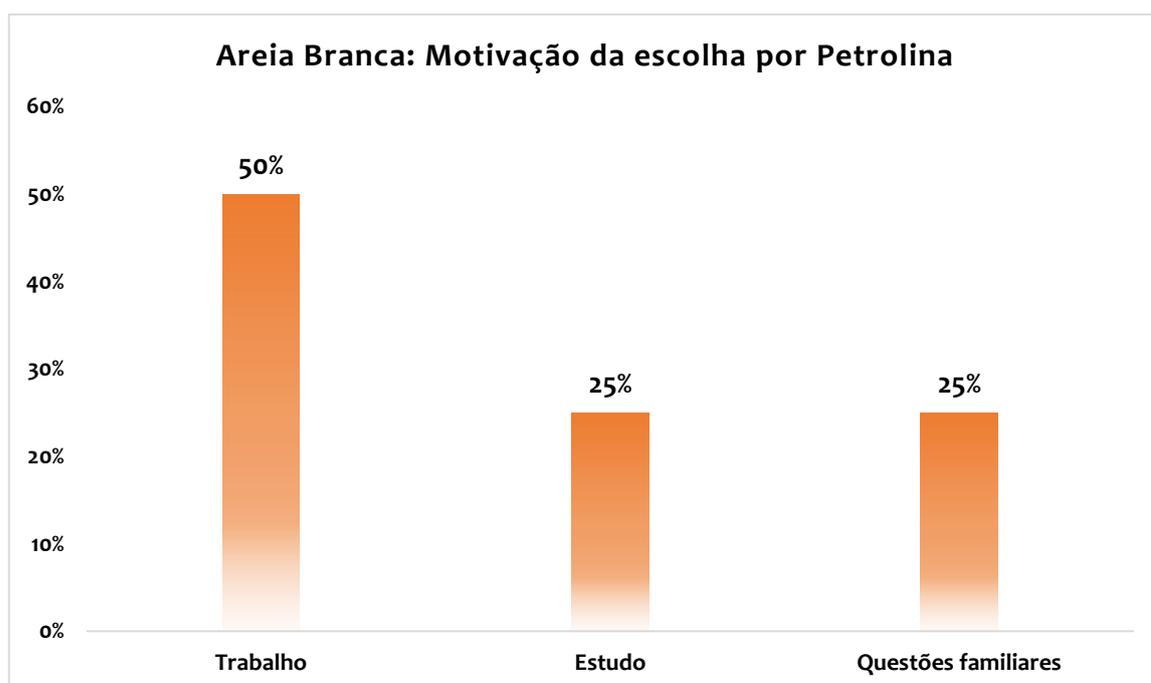
Em relação ao tempo de moradia, oito dos dez residentes da amostra moravam em Petrolina há mais de 10 anos. Apenas dois estavam residindo no intervalo de 5 a 10 anos. Seis pessoas falaram que não sabiam se iriam continuar na cidade em Julho de 2020, outros três disseram que sim. A apenas um respondeu que não iria permanecer no município.

Gráfico 29 - Centro: Motivo da migração. O autor, 2016



Assim como nas áreas de ponderação de Juazeiro, em Petrolina o maior motivo de imigração foi o trabalho. Dos imigrantes presentes na amostra, 67% chegaram ao município pernambucano por questões de trabalho. Outros 16,5% vieram por causa do estudo. O mesmo percentual se repete em relação às questões familiares.

Gráfico 30 - Areia Branca: Motivo da migração. O autor, 2016



Na área de ponderação da Areia Branca A metade dos imigrantes também chegou na cidade pernambucana por conta do trabalho. Os índices de estudo e questões familiares

pontuaram com 25% em cada uma das duas situações. A seguir, serão analisados os dados quanto a escolaridade e ocupação das duas áreas em tabelas de frequência.

Tabela 55 - Frequência do Centro e da Areia Branca quanto a escolaridade, por nível de ensino. O autor, 2016

Nível	Centro	%	Areia Branca	%
Ensino Fundamental	0	-	0	-
Ensino Médio	1	10	1	10
Graduação	5	50	5	50
Pós-graduação Latu Sensu	2	20	3	30
Mestrado	0	-	1	10
Doutorado	2	20	0	-
Total	10	100	10	100

Nas duas áreas, a metade dos residentes da amostra tinha graduação como nível mais elevado já concluído. No Centro, dois moradores tinham doutorado, sendo o mais alto nível que pontuou na tabela 55. Já na Areia Branca o maior patamar foi o Mestrado com um residente. Na mesma área, três pessoas tinham pós-graduação latu sensu, enquanto no Centro foram apenas duas. Em relação ao Ensino Médio, cada área teve um residente com este nível de escolaridade.

Sobre a ocupação, a pergunta foi a mesma aplicada nos questionários de Juazeiro. Consistia em questionar se o entrevistado tinha exercido alguma atividade remunerada durante o mês de Julho de 2016. Nove pessoas no Centro e oito na Areia Branca, responderam que sim e preencheram o tipo de ocupação. Abaixo os dados de frequência das áreas de ponderação.

Tabela 56 - Frequência do Centro e da Areia Branca quanto a ocupação remunerada durante julho de 2016. O autor, jul/2016

Nível	Centro	%	Areia Branca	%
• Empregado com carteira de trabalho assinada	5	55	6	75
• Militar do exército, marinha, aeronáutica, Polícia militar ou corpo de bombeiros	0	-	0	-
• Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	3	33	1	12,5
• Empregado sem carteira de trabalho assinada	0	-	1	12,5
• Conta própria	1	12	0	-
• Empregador	0	-	0	-
• Estágio	0	-	0	-
Total	9	100	8	100

Tanto no Centro como na Areia Branca, a maioria dos entrevistados estava na condição de empregado com carteira assinada. O Centro apresentou mais funcionários públicos, foram três com este tipo de ocupação e apenas um na Areia Branca. Um residente desta área (Areia Branca) era empregado, mas sem carteira assinada. Uma pessoa trabalhava por conta própria no Centro.

Tabela 57 - Rendimento bruto domiciliar (ou retirada) mensal em julho de 2016. O autor, jul/2016

Faixas	Centro	%	Areia Branca	%
1 – até 3 Salários Mínimos	3	30	2	20
3 – 5 Salários Mínimos	2	20	3	30
5 – 8 Salários Mínimos	2	20	3	30
8 – 10 Salários Mínimos	0	-	1	10
10 – 15 Salários Mínimos	2	20	1	10
15 – 18 Salários Mínimos	0	-	0	-
18 – 20 Salários Mínimos	1	10	0	-
20 – 30 Salários Mínimos	0	-	0	-
Acima de 30 Salários Mínimos	0	-	0	-
Total	10	100	10	100

A área de ponderação do Centro apresentou uma renda média de 8,2 mil reais em 2010, já na Areia Branca o rendimento médio mensal domiciliar foi de R\$ 3 mil. O valor do salário mínimo durante a aplicação dos questionários era R\$ 880, sendo distribuído em faixas salariais. A primeira faixa de 1 até 3 salários mínimos teve três domicílios do Centro e dois da Areia Branca. A seguinte de 3-5 salários obteve dois domicílios do Centro e três na Areia Branca. Os números se repetem na faixa de 5-8 salários. Entre 8 e 10 salários mínimos apenas um domicílio da Areia Branca estava enquadrado. Na faixa de 10 a 15 salários mínimos dois eram do Centro e um da Areia Branca. Por fim, o domicílio do Centro com o maior rendimento da tabela 57 tinha renda mensal entre 18 e 20 salários mínimos.

Com a mesma metodologia realizada em Juazeiro, após o preenchimento dos dados de perfil – escolaridade, renda, ocupação, idade, sexo – foi feita a pergunta *O que é progresso para você?*

As respostas também foram agrupadas conforme as concepções individuais de cada entrevistado. A tabela 58 mostra as ideias dos entrevistados residentes do Centro e da Areia Branca em Petrolina.

Tabela 58 - Respostas agrupadas de acordo com a concepção – Petrolina. O autor, 2016

<i>Concepção</i>	Centro	%	Areia Branca	%
<i>Intervenções em infraestrutura</i>	1	10	0	-
<i>Crescimento econômico</i>	3	30	1	10
<i>Desenvolvimento nos setores sociais</i>	3	30	7	70
<i>Desenvolvimento (atribuição genérica)</i>	1	10	0	-
<i>Desenvolvimento Sustentável (Meio Ambiente)</i>	1	10	1	10
<i>Aspectos Sociopolíticos</i>	1	10	1	10
Total	10	100	10	100

Em Petrolina, as áreas de ponderação também trouxeram concepções diferentes. Enquanto na Areia Branca sete dos dez participantes enfatizaram o crescimento econômico como a principal ideia de progresso, no Centro as respostas oscilaram entre a perspectiva econômica e o desenvolvimento dos setores sociais (saúde, educação, segurança). Essas duas concepções foram as mais marcantes da pesquisa nas duas cidades. Nas quatro áreas de ponderação elas foram as respostas mais frequentes.

O desenvolvimento sustentável pontuou uma vez em cada área, o aspecto político também esteve presente na Areia Branca sob forma de intervenções do poder público em atuar de modo mais enérgico no bem-estar da população. As intervenções em infraestrutura – investimentos em rodovias, ciclovias, avenidas, iluminação etc. – pontuaram no Centro com um participante. Um morador mencionou apenas o crescimento de modo geral da cidade. Por fim, também na área central, uma das respostas conceituou o progresso como um conjunto de ideias ligadas ao Iluminismo, colonização e ao Positivismo do século XIX, declaração esta que foi agrupada ao aspecto sociopolítico.

Quando questionados se o arranjo urbano seria progressista ou não a partir das respostas, oito dos dez entrevistados no Centro afirmaram que sim. Outros dois responderam que existem potencialidades não aproveitadas, contudo, não é uma região estagnada. Na Areia Branca as respostas foram diversas, metade dos dez moradores da amostra disseram que é uma região progressista, dois marcaram a alternativa estagnada, outros dois falaram que a noção de progresso varia conforme a abordagem: para os entrevistados haveria setores em que Juazeiro e Petrolina são progressistas, em outros as duas cidades permanecem em estagnação sem delimitar quais seriam. Por último, um residente mencionou que existem potencialidades não aproveitadas, mas não se trata de estagnação.

Para a amostra da Areia Branca, o setor com maior crescimento é o da construção civil. Foram seis questionários assinalados com esta alternativa. Duas pessoas mencionaram o Agronegócio. A geração de emprego e o setor de serviços pontuaram com um morador, cada uma. No Centro, o setor de serviços foi o mais destacado com quatro marcações no questionário. A construção civil obteve três votos, a geração de emprego teve dois e o agronegócio foi a escolha de um participante.

Quanto à principal deficiência da cidade de Petrolina, para os residentes do Centro foram citados os setores da infraestrutura (5), saúde (3), mobilidade urbana (1) e a falta de engajamento político por parte da população sendo relatada por um morador. Na Areia Branca, a saúde e a segurança foram citadas por três moradores, cada uma. Lazer, educação, infraestrutura, e geração de emprego, também foram mencionados por um morador cada um. Assim como em Juazeiro, foi feita uma avaliação dos bairros presentes nas duas áreas de ponderação por parte dos entrevistados. A seguir os resultados por setor.

Figura 55 - Síntese da avaliação sobre as áreas de moradia – Petrolina. O autor, 2016

Quadro de Avaliação – Centro						
Setor	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	NR
Acessibilidade	1	4	2	2	1	-
Educação	-	1	5	4	-	-
Habitação	-	1	5	4	-	-
Iluminação Pública	-	2	6	-	1	-
Mobilidade Urbana	2	3	4	1	-	-
Saneamento Básico	3	4	2	1	-	-
Saúde	-	4	4	2	-	-
Segurança	-	4	3	3	-	-
Serviços	-	2	4	3	1	-
Transporte Coletivo	1	6	3	-	-	-

Quadro de Avaliação – Areia Branca						
Setor	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	NR
Acessibilidade	2	2	5	1	-	-
Educação	1	3	5	1	-	-
Habitação	-	1	4	5	-	-
Iluminação Pública	-	7	2	1	-	-
Mobilidade Urbana	2	1	4	3	-	-
Saneamento Básico	1	3	5	1	-	-
Saúde	1	5	4	-	-	-
Segurança	1	7	2	-	-	-
Serviços	1	5	1	3	-	-
Transporte Coletivo	4	4	1	1	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

O campo da **Acessibilidade** foi considerado *ruim* para a maioria dos entrevistados do Centro, quatro moradores assinalaram a opção. Já na Areia Branca, a avaliação com maior frequência foi a *regular* sendo a escolha de cinco residentes. A **Educação** teve um desempenho melhor no Centro, cinco pessoas avaliaram como regular e outras quatro como *bom*. Na área da Areia Branca ela foi *regular* para a metade (5). Outros três a consideraram *ruim*.

Sobre a **Habitação**, as percepções foram melhores comparadas aos temas anteriores. Na Areia Branca cinco pessoas a classificaram como *bom* e outros quatro como regular. No Centro ocorreu uma inversão, quatro assinalaram o item como *bom* e outros cinco como *regular*. Em relação a **Iluminação pública**, a maioria dos moradores da Areia Branca a classificaram como *ruim* (7), de fato esta área tem deficiência no quesito, acima da média dos parâmetros da sede urbana. No Centro, prevaleceu o *regular* por seis residentes.

A **Mobilidade urbana** vem ganhando destaque entre as discussões sobre planejamento e estruturação em Petrolina. A gestão municipal anterior (2009-2016) chegou a elaborar e levar à licitação a implantação do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos – porém o edital foi suspenso em decorrência de falhas técnicas durante a fase dos estudos. No quadro avaliativo ela foi *regular* para quatro pessoas e *ruim* para outros três moradores do Centro. Na Areia Branca o *regular* também foi a maioria com quatro frequências e o *bom* vem na sequência, com três.

De acordo com os respondentes do Centro, o **Saneamento básico** era *ruim* para quatro e *péssimo* para outros três moradores. O lançamento de dejetos no rio São Francisco foi criticado. Na Areia Branca o saneamento foi avaliado como *regular* para a maioria (5) e *ruim* para três participantes. Diferentemente de Juazeiro, que tem um serviço autônomo de água e esgoto municipalizado (SAAE), Petrolina depende da Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento – alvo de inúmeras reclamações por parte dos petrolinenses.

A **Saúde** é motivo de reclamações em Petrolina, acompanhando o que se observou em Juazeiro. No Centro, as opções de *ruim* e *regular* foram assinaladas por quatro entrevistados cada. Na Areia Branca, a alternativa *ruim* foi apontada por cinco e a *regular* por quatro moradores. A **Segurança** no Centro obteve desempenho melhor que na Areia Branca, configurando-se da seguinte forma: *ruim* (4), *regular* (3) e *bom* (3). Na Areia Branca foram sete pessoas classificando a segurança como *ruim*.

Os **Serviços** no Centro foram classificados como *regular* para quatro moradores, a maioria. Outros três o classificaram como bom. Já na Areia Branca, a metade dos participantes avaliou o setor como *ruim*. Embora seja uma região com diversos estabelecimentos comerciais,

alguns residentes registraram que a variedade ainda não supre a demanda e que por isso precisam se deslocar até as áreas centrais. Assim como nas áreas de Juazeiro, o **transporte coletivo** foi o pior dos itens em termos de desempenho na avaliação. Seis pessoas o colocaram como *ruim* no Centro. Na Areia Branca, quatro o assinalaram como *péssimo* e outros quatro como *ruim*.

A figura 55 mostrou que a avaliação *regular* foi a que teve maior frequência no Centro (38), enquanto na Areia Branca foram 33. A opção *ruim* obteve 29 marcações no Centro e 38 na Areia Branca. A alternativa *péssima* alcançou 07 pontos no Centro e 13 na Areia Branca. As avaliações melhores como *bom* tiveram 27 frequências no Centro e 16 na Areia Branca. Por fim a alternativa *ótimo* foi apontada por 3 entrevistados no Centro e por nenhum deles na Areia Branca.

Concluindo este capítulo, pode-se notar que as quatro áreas de ponderação destacadas possuem características históricas e econômicas singulares que levaram a trajetórias distintas e ao atual quadro diferenciado entre elas. Tal fato se reflete na ótica dos seus residentes quanto ao progresso das duas cidades. O que marcou a concepção por parte dos participantes que residiam em locais menos estruturados foi o investimento em áreas sociais, como melhorias na saúde, educação, emprego, segurança, etc. A avaliação por parte desse grupo colocou as carências como objetos de críticas ao poder público.

Por outro lado, as áreas com escolaridade mais elevada, melhor infraestrutura e maior renda, associaram a ideia de progresso ao crescimento econômico. Principalmente a partir da geração de emprego e renda, ampliação da atuação empresarial nas cidades, assim como também a maior oferta de serviços para atender a demanda. Nas duas situações, prevaleceu a ideia de que Juazeiro e Petrolina formam um eixo progressista e que recebe investimentos em setores importantes, como a construção civil, comércio, na área urbana, e até mesmo na agroindústria, segundo a percepção da população.

As mudanças ocorridas no cenário urbano de Juazeiro e Petrolina despertam um sentimento - por parte da população - de reconhecer a trajetória econômica como parâmetro para a noção de progresso, mas também apontam as lacunas que impedem o desenvolvimento urbano e também social. É nesse sentido que as ideias de crescimento econômico podem convergir com melhorias nos setores sociais, investindo em saúde, educação e segurança, entre outros aspectos, que unidos enfatizam uma concepção mais abrangente de progresso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto: Bairro Angary em Juazeiro – Harisson Souza, 2015

*O homem chega e já desfaz a natureza
Tira a gente e põe represa e diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar*

*O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão*

*Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir
Debaixo d'água, lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai sumir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar
Remanso, Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado, Sobradinho,
adeus, adeus.*

(Sobradinho – Sá e Guarabyra)

A noção de progresso tem sido associada, no senso comum em regiões estagnadas ou de desenvolvimento tardio, à implantação de unidades econômicas intensivas em trabalho que possibilitam a oferta de emprego, sendo este uma condição fundamental para a reprodução social e realização das aspirações do cidadão e do indivíduo, o que ganha intensidade nos versos de Gonzaguinha: “Sem o seu trabalho, O homem não tem honra, E sem a sua honra, Se morre, se mata”.

Após a leitura histórica da região foi possível traçar a trajetória econômica de Juazeiro e Petrolina, permitindo análises referentes à economia e demografia. Mesmo tendo a agricultura como um setor emblemático de seu progresso, a região tem outras áreas que geram riquezas e permitem uma diversificação de seus aspectos socioeconômicos.

A discussão sobre alguns fatos históricos no primeiro capítulo possibilitou compreender a gênese regional e as primeiras disposições econômicas enquanto entreposto comercial. A navegação no São Francisco trouxe um certo dinamismo para algumas cidades localizadas em sua área ribeirinha, incluindo Juazeiro que tinha um porto fluvial movimentado pelo tráfego de pessoas e mercadorias. Somando a esse tipo de dinâmica ainda existia a movimentação comercial oriunda da ferrovia que ligava a cidade baiana até sua capital, Salvador. Somente com a construção da Ponte Presidente Dutra na década de 1950 é que Juazeiro e Petrolina passaram a se integrar com maior facilidade, antes feita apenas através das embarcações que faziam a travessia entre os dois núcleos urbanos.

Nas décadas seguintes, através das políticas do II PND as duas cidades médias passaram a ter mais visibilidade em relação aos investimentos públicos para alavancar seu desenvolvimento. Já no final da década de 1960 foram implantados os primeiros perímetros irrigados na região. Considerado um marco na história da economia de Juazeiro e Petrolina, a atividade agrícola permitiu novas perspectivas de crescimento, inclusive tornando o arranjo urbano atrativo à novos moradores. No setor secundário foram instalados, posteriormente, os distritos industriais que atualmente contam com a presença de empresas tanto da área agroindustrial como também de outros seguimentos – foi citado no terceiro capítulo a presença da Wobben Windpower que fabrica torres eólicas em Juazeiro.

Outra área da economia que vem ganhando espaço na região é o enoturismo. A produção de vinhos no Vale do São Francisco permitiu o incremento de um turismo voltado para os parreirais de uva na Bahia e em Pernambuco. Foi criado pelo governo estadual baiano o Vapor

do Vinho, um passeio que começa no Rio São Francisco e contempla os turistas com a degustação dos vinhos regionais.

A presença de centros comerciais do atacado e varejo também tem ganhado espaço na economia regional. Supermercados e shoppings centers vêm promovendo a dinamização dos serviços. Este setor terciário teve um crescimento significativo como mostraram os gráficos do terceiro capítulo. O PIB de Juazeiro e Petrolina entre 2010 e 2014 cresceu a uma taxa média anual de 14,12% no município baiano e 11,47% no município pernambucano. Ambos acima da taxa média anual nordestina que foi de 11,39% no mesmo período.

Em relação ao dinamismo populacional entre os Censos de 1991 e 2010, a taxa média de crescimento anual foi de 2,75% em Petrolina e 2,29% em Juazeiro. Os dois municípios foram os que mais cresceram dentre os demais centros regionais selecionados no segundo capítulo. A Região Nordeste teve a taxa média de crescimento anual em 1,18% no mesmo recorte temporal.

Após as evidências obtidas através dos dados relacionais ao PIB e ao aumento da população, o arranjo Juazeiro-Petrolina se mostrou dinâmico no contexto demográfico e econômico. O progresso das duas cidades médias ficou numericamente comprovado diante das análises dos números do IBGE, Ipeadata, Caged e outras bases de dados. Porém como a população percebe este crescimento? O que seria o progresso diante da percepção popular? Estas perguntas-chave do trabalho foram respondidas a partir da pesquisa de campo.

A escolha das áreas de ponderação em que seriam aplicados os questionários, utilizou como critério o panorama dos dados do Censo. Foram selecionadas àquelas que apresentassem algumas distinções socioeconômicas, estruturais, para se obter uma amostra que contemple diferentes perspectivas sobre a pergunta principal. Em Juazeiro, o Santo Antônio e o Itaberaba tiveram 10 questionários aplicados e analisados para cada área. Assim como a Areia Branca e Centro em Petrolina. Ao todo foram 40 entrevistas. Não é uma amostra representativa, porém permitiu entender como as pessoas percebem as dinâmicas do arranjo Juazeiro-Petrolina.

As respostas foram agrupadas de acordo com as concepções individuais. As que trouxeram pontos que se destacavam nos discursos foram comentadas durante a análise. Dentre a maioria, duas concepções foram as mais relatadas pelos participantes: o crescimento econômico e o desenvolvimento nos setores sociais (saúde, educação, segurança, etc). Na abordagem a primeira teve maior frequência nas áreas de ponderação mais ricas. Já a segunda foi mais frequente nas áreas de ponderação mais populares. As pessoas responderam de acordo

com suas realidades e o propósito de conseguir diversidade nas respostas possibilitou um leque maior de perspectivas.

A maioria considerou Juazeiro e Petrolina progressistas dentro do conceito individual de cada um dos entrevistados. Os residentes também citaram que os setores em que o progresso do arranjo é nítido, construção civil, setor agrícola e de serviços foram alguns dos mais mencionados. Em relação as deficiências locais, saúde, educação e infraestrutura forma apontados com frequência na tabulação.

Por fim, a avaliação da área em que residem mostrou que a maioria das pessoas considera a localidade como regular sobre os temas de acessibilidade, educação, mobilidade urbana, saneamento básico, etc. O transporte coletivo uma avaliação negativa considerável diante dos outros temas.

Diante dos quadros analisados no último capítulo e das discussões abordadas nos capítulos anteriores da dissertação, ficou evidente que o arranjo Juazeiro-Petrolina tem destaque no interior do Nordeste e passa por transformações que são perceptíveis pelos residentes que participaram da entrevista.

O país vem passando por mudanças após a crise de 2014, inclusive transformações políticas que afetam o território em relação aos investimentos, a própria dinâmica econômica e outros elementos que podem modificar o cenário social e demográfico com o decorrer dos anos seguintes. Este seria o próximo tema de pesquisa a ser desenvolvido como foco nas cidades médias do interior do Nordeste, análise da emergência, crise e perspectivas de crescimento urbano e socioeconômico.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. **Cidades médias do Brasil**. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 1984.
- AMORIM FILHO, O; SERRA, R. V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V. (Org.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANDRADE, Maria do Carmo. **Nilo Coelho**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>
Acesso em 18/10/2016.
- ANDRADE, T.; LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979 (Coleção Relatórios de Pesquisa, 43)
- ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Distribuição espacial do emprego e do produto industrial na década de 90: possibilidades atuais para a sua investigação**. In: Andrade, T. A.; Serra, R. V. (orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001a. p. 337-393.
- A NOVAES. **Impressões de Petrolina**. In: O Pharol. Petrolina, 30 mai. 1929, p. 1.
- AQUINO, Thulio André Moura de. **Diálogos com a obra de Maria Isaura de Queiroz: traços messiânicos no caso do bispo Dom Antônio Maria Malan da cidade de Petrolina-PE (1924-1931)**. Paralellus, Recife, v. 4, n. 8, p. 315-322, jul./dez. 2013
- AZEVEDO, H.P.L., ALVES, A.M. **Rides – por que criá-las?** Geografias UFMG. Belo Horizonte v.6, n.2, p.87-101,2010
- BNB, Banco do Nordeste do Brasil. **O Novo Perfil do Nordeste Brasileiro no Censo Demográfico 2010**. LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari; SOUZA, Kamille Leão de. (orgs.) Fortaleza, 2012.
- BRITTO, Maria Creusa de Sá e. **Petrolina: origem, fatos, vida, uma história**. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.
- CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>
Acesso em 21/01/2017
- CAVALCANTI, Pe. Francisco José Pereira. **Catedral de Petrolina: profecia e evocação**. Petrolina: Editora Franciscana, 2013
- CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: EDUSP, 1991
- CODEVASF. **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/>
Acesso em 04/09/2016
- CONAB. **Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros**. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5b94ea9a67fb9316c70193623498743d..pdf>
Acesso em 31/10/2016
- CONTE, Cláudia Heloiza. **Cidades Médias: Discutindo o Tema. Sociedade e Território**, Natal, v. 25, nº 1, p. 45 - 61, jan./jun. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989, 94p.

COSTA, Ana Luiza B. Martins. **Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado**. In: Hidrelétricas, ecologia e progresso – contribuições para um debate. Rio de Janeiro: Cedi, 1990. p. 55-57.

COSTA, E. M da. **Cidades médias: Contribuições para a sua definição**. Finisterra, Lisboa v. 37, n.74, p.101-128, 2002.

COSTA, Ivoneide de França. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina nos desenhos de Teodoro Sampaio** / Ivoneide de França Costa. – Feira de Santana; Salvador, 2007.

COSTA, Rosy. **Memória Sertão Ponte Presidente Dutra. RTV Caatinga (Univasf)**

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EeoB3_4B2KM#t=15

Acesso em 10/07/2016

CRUZ, Patrícia Fernanda de Souza. **Os Desafios da Gestão Local e das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Polo Petrolina (PE) – Juazeiro (BA): Dinamismo Econômico x Desigualdades Socioespaciais**. I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade Agosto de 2012 Rio de Janeiro - RJ – Brasil.

Disponível

em: <http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/sedres/article/viewFile/3890/3803>

Acesso em 15/10/2016

CUNHA, Adriana Marques da; ARAÚJO, Rogério Dias de; MELLO, Carlos Henrique; BOEIRA, Jorge Luís Ferreira. **Relatório de acompanhamento setorial de Frutas processadas**. ABDI, Unicamp: 2008. Disponível em:

https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/RelatorioABDI/frutas-processadas_vol-I_julho2008.pdf

Acesso em 20/10/2016

CUNHA, João Fernandes da. **Memória Histórica de Juazeiro**. Juazeiro: [s.n], 1978. 165p.

DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

EMPRESOMETRO. **Empresas Ativas no Brasil, 2016**. Disponível em:

<http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas>

Acesso em 29/10/2016

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do Progresso às políticas de desenvolvimento**.

Capítulo 1 do livro Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e modelos de análise. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm, organizadores, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.

Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>

Acesso em 15/03/2016

_____ **Arranjos Populacionais 2015**. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf

Acesso em 15/07/2016

_____ **Censo Demográfico 2000**. Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>
Acesso em 15/03/2016

_____ **Censo Demográfico 2010**. Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>
Acesso em 15/03/2016

_____ **Contas Regionais do Brasil**. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=5
Acesso em 15/01/2017

_____ **Estimativas da População 2016**. IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. NOTA: Estimativas da população residente com data de referência 1º de Julho de 2016. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm
Acesso em 05/01/2017

_____ **Estados@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>
Acesso em 15/03/2016

_____ **Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes / IBGE**. - V.41 - Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2014/>
Acesso em 29/12/2015

_____ **Produto Interno Bruto dos Municípios 2014**. IBGE, IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

_____ **Rede de Influência das Cidades Brasileiras em 2007**. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>
Acesso em 06/07/2016

INFRAERO. **Portal Infraero – Aeroporto de Petrolina**. Disponível em:
<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-petrolina-senador-nilo-coelho/> *Acesso em 29/10/2016*

IPEA. **Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015

IPEADATA. **População residente - 1º de julho – estimativas**. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/>
Acesso em 22/03/2016

_____ **População Total em Censos Demográfico (1872 – 2010)**. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/>
Acesso em 12/03/2016

LIMA, Maria do Socorro Macedo Coelho; SILVA, Benedyto Savio de Lima. **Mercado de trabalho formal na Região Integrada de Desenvolvimento Petrolina (PE) – Juazeiro (BA)**. ANAIS DA XI-SARU ISSN: 22379584 Salvador: 2014

LOPES, Sérgio Marcelino da Motta. **Os “lugares” como dignos de preservação: a questão da preservação do patrimônio cultural em Juazeiro da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. 2 v. : il.

MARINS, Cosme Freire. **Os impactos sociais da barragem de Sobradinho**. Geodinamica, 2010. Disponível em http://www.geodinamica.com.br/livro-do-professor/os_impactos_sociais_sobradinho.pdf
Acesso em 11/05/2016

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - **Exportação dos Municípios**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>
Acesso em 29/10/2016

MENDES, Nestor. **Revista Oportunidades de Negócios, Bahia**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia. Nov-Dezembro, 2015.

MENDONÇA, D.S. **Enchente de 1979: Impacto no lugar bairro Nossa Senhora Aparecida**. In: Congresso em Desenvolvimento Social e II Seminário Norte – Mineiro de Ensino e Pesquisa em História da Educação, 2, 2010, Montes Claros. A cidade: políticas públicas e os territórios da Política, Montes Claros: UNIMONTES, 2010.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio. **O espaço urbano e o processo de urbanização**. São Paulo: 2007.

MOTTA, Diana. MATA, Daniel da. **A importância da cidade média**. Ipea 2009. Ano 6. Edição 47 - 19/02/2009. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28&Itemid=23
Acesso em 26/06/2016

OJIMA, Ricardo. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental**. Campinas, SP: [s.n.], 2007. [tese]

PEREIRA, Monica Aparecida Tomé. **A migração e o mercado de trabalho nos subespaços dinâmicos no nordeste brasileiro: quem são os que buscam o interior do Nordeste para trabalhar?** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

RAMOS, Rivadávio Espínola. **Convivendo com a memória**. Juazeiro: 2014, 294p.

RAMOS, Murilo; THOMAZ, Danilo. **No reino da Coelholândia**. Revista Época (2012). Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/no-reino-da-coelholandia.html>
Acesso em 15/03/2016

Revista Observador Econômico e Financeiro. **A ponte**. Edição n. 280, Julho de 1959 - Hemeroteca Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/123021/per123021_1959_00280.pdf
Acesso em 29/01/2017

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na Esteira do Tempo**. 2ª edição. Juazeiro/BA, 2005.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A Questão Metropolitana: desafios ao desenvolvimento nacional**. Observatório das Metrôpoles. Apresentação IPEA, 2013. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9e03b352-85eb-4ca3-831e-86c34bfc4871&groupId=10157
Acesso em 06/07/2016

SAMPAIO, Theodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1905.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SASSEN, S. **As diferentes especializações das cidades globais**. 2008. 6 p. Trabalho apresentado na Urban Age Conference, realizada em São Paulo, 2008. Disponível em: http://downloads.lsecities.net/0_downloads/archive/_SA/02_NewsPaper_Essay_Sassen_por.pdf
Acesso em 18/11/2015

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores). – Salvador: SEI, 2010. 250 p.

SILVA, José Maria Alves; REZENDE, Alberto Martins; SILVA, Carlos Arthut Barbosa. **Condicionantes do Desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Petrolina/Juazeiro**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. 1 p. 48-64, jan-mar. 2000

SILVA, Moacir F. **Um Guia Ferroviário Brasileiro do Fim do Século XIX**. Revista brasileira de Geografia. Ano XVI I Abril - Junho de 1954 I N.0 2

SILVA, P. C. G. da. **Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas**. 2001. 245p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

SIQUEIRA, Giovani. **Plano Diretor e o desenvolvimento de Petrolina // Traçado urbano cortado por radiais e perimetrais**. Gazzeta do São Francisco (2013). Disponível em: <http://www.gazzeta.com.br/os-caminhos-de-petrolina/>
Acesso em 27/04/2016

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

SPIX, J.B. von; MARTIUS, C.F.P von. **Viagem pelo Brasil**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 11, v. 2. Original alemão. p.407s.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

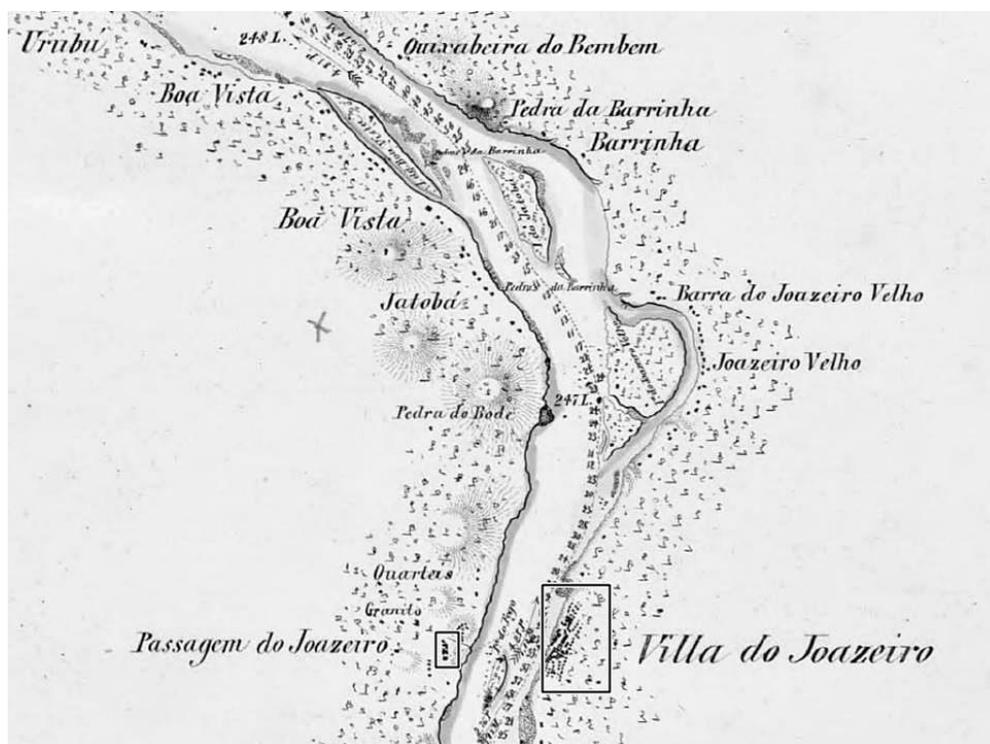
STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; LIMA, Jandir Ferrera de; WADI, Yonissa Marmitt. **A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil**. Interações, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, jul./dez. 2013

STEINBERGER, M; BRUNA, G.C. **Cidades médias: elos do urbano – regional e do público – privado**. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001

VITAL, Tales. **Vitivinicultura no Nordeste do Brasil: Situação Recente e Perspectivas**. *Revista Econômica do Nordeste*. Volume 40. Nº 03, Julho/Setembro, 2009.

APENDICE A – MONTAGEM FOTOGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Imagem: *Rio São Francisco entre Juazeiro e Petrolina – Harisson Souza, 2015*

ANEXO A – COMPARATIVO EM MAPA 1860 E 2016Figura A.1 - *Villa do Joazeiro e Passagem do Joazeiro (atual Petrolina) - Halfeld, 1860*Figura A.2 - *Mesmo recorte da figura A.1 com a expansão urbana das duas cidades*

ANEXO B – ORDEM CRONOLÓGICA DA EVOLUÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE JUAZEIRO

9 de Maio 1833 – Elevação à categoria de Vila de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro – Resolução do Conselho Provincial da Bahia. (LOPES, 2011.p.89)

11 de Junho 1834 – Criação da Câmara Municipal – 3 distritos: Sede, Riacho e Maniçoba. (RIBEIRO, 2005.p.41)

14 de Junho 1834 – Organização do Funcionalismo Público Municipal – Também constaram atos organizadores da Justiça. (RIBEIRO, 2005.p.33-34)

3 de Julho 1834 – O primeiro Código de Posturas de Juazeiro – sofreu algumas alterações em 13 de Outubro de 1838.

Nº 1 - "Nenhuma pessoa poderá matar gados para o consumo sem que seja no lugar destinado para matança, nem vender senão no açougue público: pena de 1\$000 ou 24 horas de prisão". **Nº 2** - "Os donos das reses serão obrigados a depositá-las no curral do açougue, de véspera, a fim de não serem mortas cansadas ou empestadas e poder prevenir-se algum engano ou prejuízo ao público; assim como ninguém as poderá matar antes de amanhecer o dia. Pena de 2\$000 ou 2 dias de prisão". **Nº 3**. - "Nenhuma pessoa poderá edificar nesta vila casas, bem assim levantar cercas, muros, ou fazer qualquer alteração nas frentes dos edifícios existentes sem licença da Câmara, a fim de lhe dar o necessário alinhamento. Pena de 3\$000 ou 3 dias de prisão". **Nº 4** - "Ficam proibidas as escavações à margem do rio onde existam casas, colocadas igualmente nas ruas. Pena 1\$000 ou 24 horas de prisão". **Nº 5** - "Todos os lavradores terão suas cercas em ordem que não entrem animais, entendendo-se mais que não poderão tapar com as ditas cercas os bebedouros convenientes aos animais. Pena 1\$000 ou 24 horas de prisão". **Nº 6** - "Ficam proibidas as tinguizadas ⁵⁰nas lagoas e poços. Pena 2\$000 ou 2 dias de prisão". **Nº 7** - "Todos os metais, gêneros comestíveis, fazendas, especiarias e medicamentos, que se costumam vender a pesos e medidas, continuarão da mesma maneira a ser vendidos, tendo os seus vendedores aferidos os seus pêsos e medidas e aos que a isto faltarem ou usarem de falsificação nos referidos pesos ou venderem com medidas não aferidas ou diminuídas, penas de 3\$000 ou 3 dias de prisão". **Nº 8** - "É absolutamente proibido andarem soltos pelas ruas os cães, com pena de serem pelos oficiais de justiça mortos logo que eles sejam encontrados, à exceção dos cães grandes que guardam quintais, roças etc. e acontecendo que qualquer dos cães

⁵⁰ Nota da 2ª Revisão do Livro: Variante regional da forma tinguizada, registrada em Dicionário caracterizando o envenenamento de águas com o arbusto tinguí para fins de pescaria. (p.43)

cause ofensa a alguma pessoa, a seus respectivos donos penas de 1\$000 ou 24 horas de prisão".

Nº 9 - "Depois do toque de recolher ficam proibidos os lunduns e quaisquer outros divertimentos com vozerio que perturbem o sossêgo e descanso naturais do público; a pessoa que fôr encontrada em tais reuniões e se verificar compreendida, pena de 1\$000 ou 24 horas de prisão".

Nº 10 - "É proibido correr, esquipar, galopar a cavalo, por entre as ruas, unicamente de noite e igualmente montar poldros bravos, salvo em caso que permita a necessidade; penas de 2\$000 ou 2 dias de prisão".

Nº 11 - "Fica proibido andarem por entre o povoado desta vila pessoas armadas sem que para isto lhes seja permitido, exceção de militares que usarão da espingarda ou espada; penas de 4\$000 ou 4 dias de prisão".

Nº 12 - "Não será permitido, dora em diante, levantar ou construir casas cobertas de palhas e unicamente telhas nas frentes da rua e igualmente não serão permitidas edificar ou retificar as existentes daquelas, conservando-se no mesmo estado e cobertas sem telhas; penas de 8\$000 ou 8 dias de prisão".

Nº 13 - "Fica obrigada tôda pessoa que cortar rêses para o consumo a pagar 320 réis de balanças. Na falta, de 1\$000 ou 24 horas de prisão".

Nº 14 - "Nenhuma pessoa pode proferir palavras ou praticar ações obscenas que por isto ofendam a moral pública e perturbem a paz das famílias; penas de 2\$000 ou 2 dias de prisão".

Nº 15 - "Fica criada no povoado desta vila, em os dias de domingo, uma feira no lugar denominado Porto Grande, onde serão depositados e dispostos à venda, todos os gêneros que oferece o País, à exceção de animais vacuns e cavalaes. Pelo não cumprimento, pena de 2\$000 ou 2 dias de prisão".

Nº 16 - "Jamais é permitido atacar gêneros de primeira necessidade ou outro qualquer vendáveis e comestíveis, sem que sejam três dias expostos a venda, pelo próprio dono ou condutor; pena de 6\$000 ou 6 dias de prisão".

Nº 17 - "Ficam sujeitos a licença de 6 meses, passada pela respectiva Câmara, tôdas as casas ou vendas de molhados de qualquer natureza que sejam, de que pagarão \$600, pena de 1\$600 ou 24 horas de prisão".

Nº 18 - "Tôda pessoa em correição ou fora dela que não apresentar ao fiscal o competente bilhete de aferição, incorrerá nas penas da postura nº 7. Está conforme, Secretaria da Câmara Municipal da Vila do Juazeiro, 13 de outubro de 1838. José Antônio Ferreira, Secretário." (RIBEIRO, 2005. p. 42-45). (Trecho retirado na íntegra da referência).

1835 – Com a criação da Comarca de Sento-Sé, Juazeiro se desliga da Comarca de Jacobina e passa a pertecer a comarca sentoseense. (LOPES, 2011.p.91)

26 de Março 1840 – É extinta a Missão da Vila e criada a Freguesia e sua Matriz. (LOPES, 2011.p.91)

3 de dezembro 1841, Criação do ofício de Escrivão do Júri e Execuções Criminais – atos criminosos haviam crescido fortemente na Vila. (LOPES, 2011.p.94)

14 de Dezembro 1857 - Comarca de Sento-Sé passa a denominar-se Juazeiro. (LOPES, 2011.p.99)

15 de Julho 1878 – Juazeiro deixa de ser vila e passa a ser Cidade. A instalação, segundo Edson Ribeiro, só foi feita em 8 de Setembro do mesmo ano.

“Aos oito dias do mês de setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e setenta e oito, nesta vila do Juazeiro da Província da Bahia, convocados os vereadores João Evangelista Pereira e Melo, Alferes Jerônimo José Marinho, Eduardo Rodrigues Coelho de Amorim, Cesário da Silva, Jerônimo Fernandes da Cunha e os suplentes, juramentados Rodolfo Martins Duarte, João Luís da Costa, para comparecerem ao Paço da Câmara Municipal, à uma hora da tarde, a fim de ter lugar a presente sessão extraordinária; dos convocados compareceram somente o vereador João Evangelista Pereira e Melo, Alferes Jerônimo José Marinho e Eduardo Rodrigues Coelho de Amorim, deixando de comparecer os demais convocados, e porque não tivesse comparecido o Presidente da Câmara, assumiu a presidência o vereador segundo votado, João Evangelista Pereira e Melo, oficiando este imediatamente aos vereadores suplentes não juramentados Antônio da Cunha Barbosa, tenente Pedro José Vieira, Henrique José da Rocha, tenente-coronel Benevides Moreira do Prado, João Antônio de Araújo e Silva e Antônio Gomes de Jesus, a fim de serem juramentados. Comparecendo êstes, prestaram juramento, tomando assento para completar o número sete, o cidadão Antônio da Cunha Barbosa, tenente Pedro José Vieira, Henrique José da Rocha e Benevides Moreira do Prado. Reunida, assim, a Câmara com número legal, declarou o Presidente que, o motivo da sessão era dar ciência do ofício do Ex.mº Presidente da Província, datado em 6 de agosto do ano de 1878, ao qual ofício acompanhava a Lei Provincial nº 1814, de 15 de julho desse mesmo ano, elevando à categoria de cidade a vila, pelo que, conforme o artigo 117 de 19 de agosto de 1846 convocava os dois suplentes João Antônio de Araújo e Silva e Antônio Gomes de Jesus, imediatos em votos, para completarem o número de vereadores, visto, disse, (sic) a Câmara compõe-se do referido número em face do artigo primeiro da Lei de 1º de outubro de 1828. Convidou, em seguida, os dois imediatos, acima declarados para tomarem assento. Feito o quê o presidente mandou lavrar a ata, na qual vai transcrita a Lei na sua íntegra, citando-se a data do ofício que mandou dar a ela a devida execução. Lei nº 1814, de 15 de julho de 1878. (RIBEIRO, 2005, p.79).

ANEXO C – IMAGENS HISTÓRICAS DE JUAZEIRO E PETROLINA

Foto: *Ponte Presidente Dutra em Juazeiro, circa 1950. Acervo do autor*

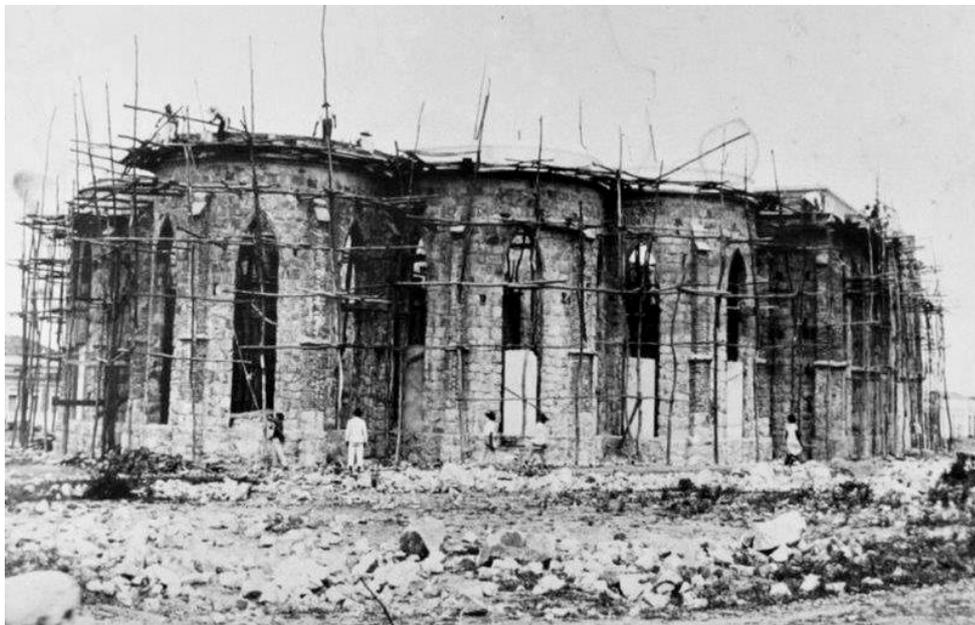


Foto: *Construção da Catedral de Petrolina, década de 1920. Acervo do autor*



Foto: Comércio juazeirense em 1950. Acervo do autor



Foto: Pessoas à espera dos vapores no Cais de Juazeiro, circa 1940. Acervo do autor



Foto: *Parte do Cais de Juazeiro, circa 1930. Acervo do autor*

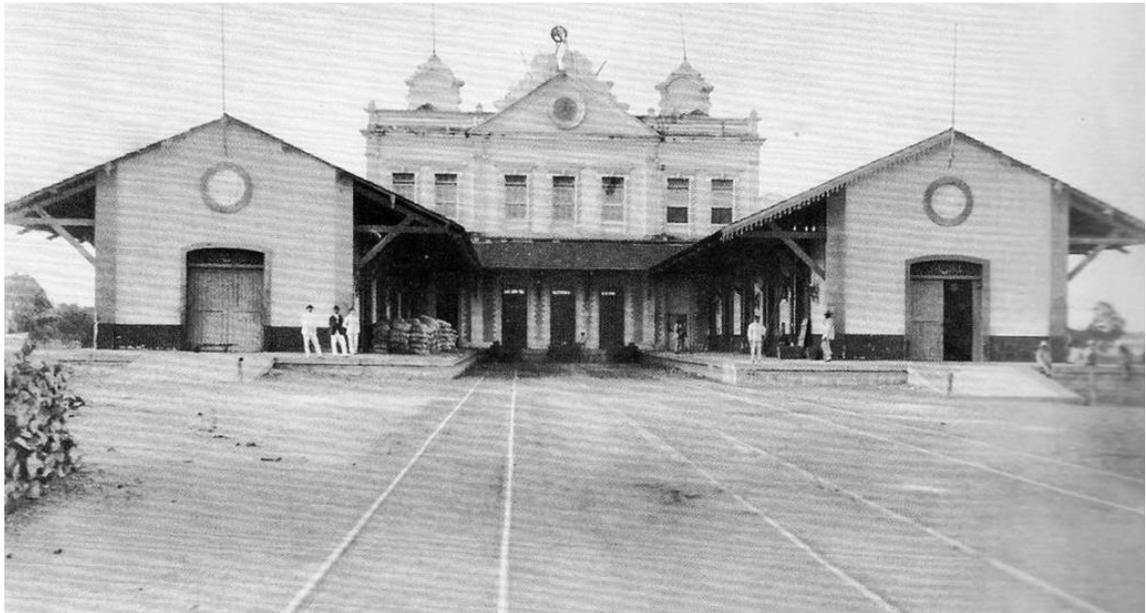


Foto: *Estação da Leste, sem data. Acervo do autor*

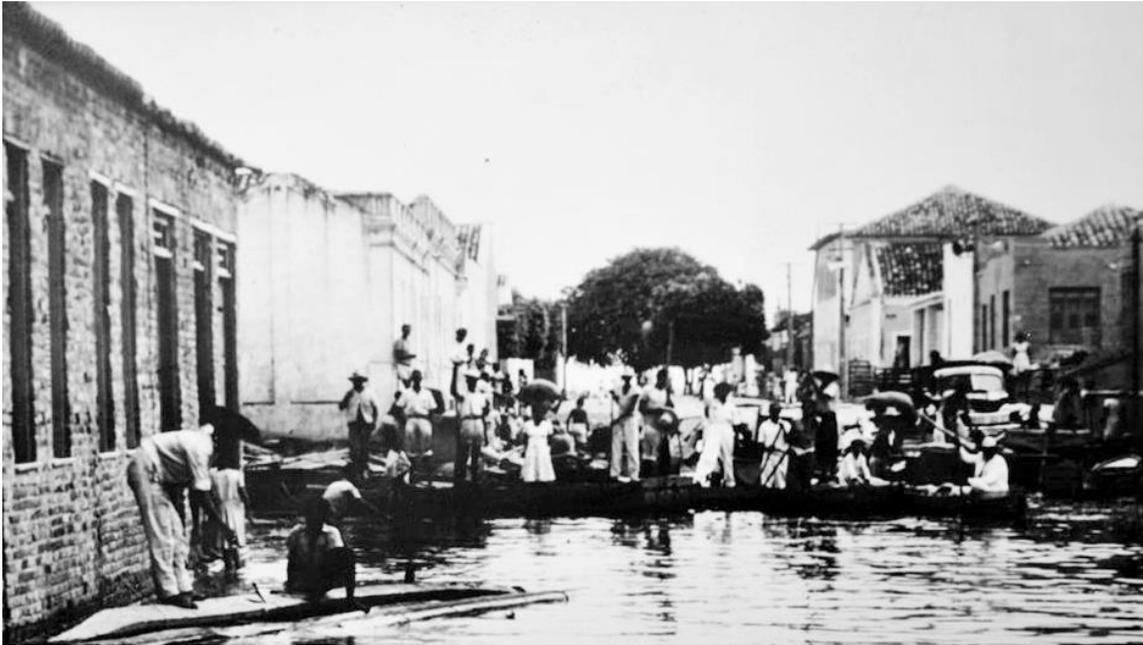


Foto: *Enchente no Centro de Juazeiro, 1949. Acervo do autor*

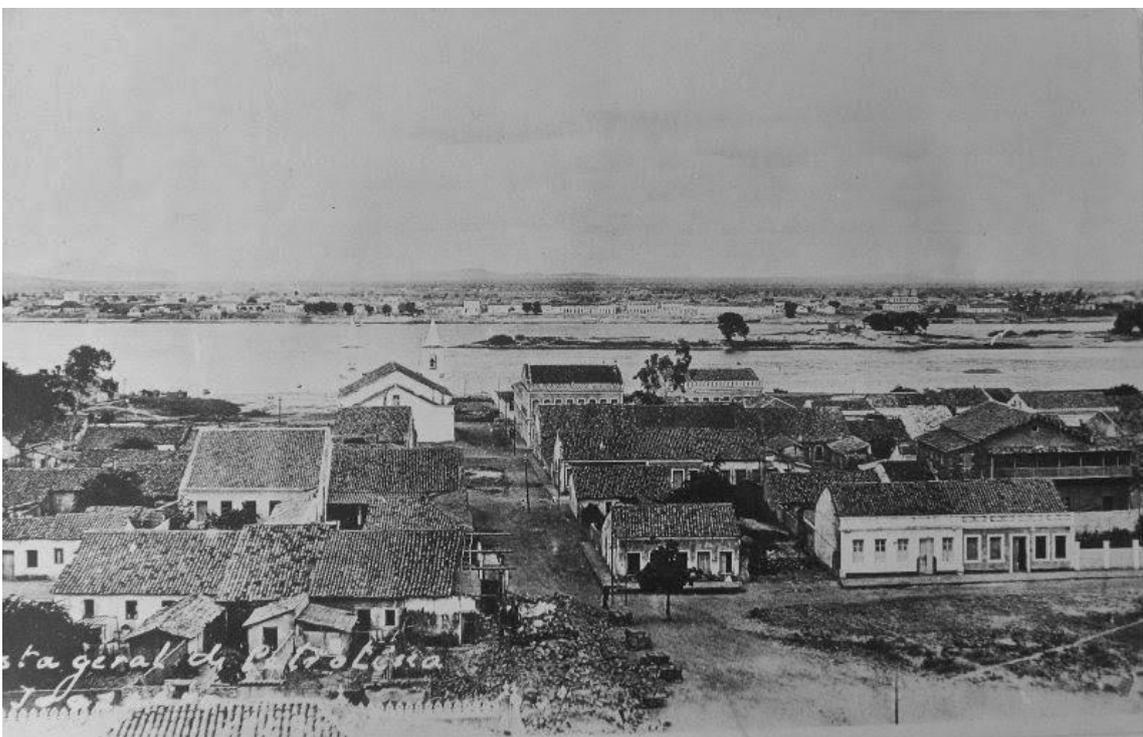


Foto: *Vista de Petrolina com Juazeiro ao fundo, sem data. Acervo do autor*

ANEXO D – QUESTIONÁRIO



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PPGEO
CÍCERO H. SOUZA

Município:

Distrito:

Área de Ponderação:

Bairro:

PERFIL

01. Idade

02. Sexo

 Masculino Feminino

MIGRAÇÃO

03. Nasceu neste Município?

 Sim e sempre morou Sim, mas morou em outro Município. Qual? Não. Qual?

04. Há quanto tempo mora sem interrupção neste município? _____

05. Pretende continuar residindo até Julho de 2020?

 Sim Não Não sei

06. Se imigrante, o que motivou sua escolha por Juazeiro e Petrolina?

 Trabalho Estudo Questões familiares Outros. Quais?

07. Se imigrante, por que você saiu de sua Cidade natal?

EDUCAÇÃO	
08. Qual é o nível de escolaridade mais elevado que concluiu?	<input type="radio"/> Ensino Fundamental <input type="radio"/> Ensino Médio <input type="radio"/> Graduação <input type="radio"/> Pós-graduação Latu Sensu <input type="radio"/> Mestrado <input type="radio"/> Doutorado <input type="radio"/> Pós-doutorado
09. Se estuda, em que município frequenta escola ou universidade?	<input type="radio"/> Neste Município <input type="radio"/> Juazeiro e Petrolina <input type="radio"/> Outro. Qual? _____
TRABALHO E RENDA	
10. Durante Julho de 2016 durante pelo menos 1 hora exerceu alguma atividade remunerada?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
11. Nesta atividade era	<input type="radio"/> Empregado com carteira de trabalho assinada <input type="radio"/> Militar do exército, marinha, aeronáutica, Polícia militar ou corpo de bombeiros <input type="radio"/> Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos <input type="radio"/> Empregado sem carteira de trabalho assinada <input type="radio"/> Conta própria <input type="radio"/> Empregador <input type="radio"/> Outra. Qual? _____
12. Deslocamento do trabalho. Em qual ou quais municípios exerce atividade remunerada?	<input type="radio"/> Somente este Município <input type="radio"/> Juazeiro e Petrolina <input type="radio"/> Outro. Qual? _____
13. Quantas Pessoas Residem neste Domicílio? _____	
14. No domicílio, qual era o rendimento bruto (ou a retirada) mensal que ganhava habitualmente em Julho de 2016?	
<input type="radio"/> 1 – 3 Salários Mínimos	<input type="radio"/> 10 – 15 Salários Mínimos
<input type="radio"/> 3 – 5 Salários Mínimos	<input type="radio"/> 15 – 18 Salários Mínimos
<input type="radio"/> 5 – 8 Salários Mínimos	<input type="radio"/> 18 – 20 Salários Mínimos
<input type="radio"/> 8 – 10 Salários Mínimos	<input type="radio"/> 20 – 30 Salários Mínimos
	<input type="radio"/> Acima de 30 Salários Mínimos
*Salário Mínimo em Julho 2016 = R\$ 880,00	

PERSPECTIVAS SOBRE O ARRANJO JUAZEIRO-PETROLINA

15. O que é <u>Progresso</u> para você?	
16. A partir de sua concepção como você percebe Juazeiro e Petrolina de acordo com a definição acima?	<input type="radio"/> Progressista <input type="radio"/> Estagnada <input type="radio"/> Outra. Qual? _____
17. Se você nota o crescimento de Juazeiro e Petrolina, em quais setores é mais evidente?	<input type="radio"/> Construção Civil <input type="radio"/> Setor de Serviços <input type="radio"/> Mobilidade Urbana <input type="radio"/> Geração de Emprego <input type="radio"/> Outras. Quais? _____
18. Eleja a <u>principal deficiência</u> da sua cidade	<input type="radio"/> Saúde <input type="radio"/> Emprego <input type="radio"/> Educação <input type="radio"/> Infraestrutura <input type="radio"/> Habitação <input type="radio"/> Lazer <input type="radio"/> Segurança <input type="radio"/> Outra. Qual? _____

PERSPECTIVAS SOBRE O BAIRRO

19. Você sente orgulho de onde mora?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Parcialmente
20. O que motivou a escolha do local de residência?	<input type="radio"/> Proximidade ao trabalho/estudo <input type="radio"/> Valorização do local <input type="radio"/> Baixo Custo de Vida <input type="radio"/> Outros. Quais? _____
21. Você residiria em outro bairro?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Possivelmente
22. SE sim, quais motivos o levariam a se mudar?	<input type="radio"/> Distância <input type="radio"/> Serviços <input type="radio"/> Infraestrutura <input type="radio"/> Violência <input type="radio"/> Outros. Quais? _____
23. Você acha que seu bairro foi contemplado em relação aos investimentos recentes em sua cidade?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não sabe

<p>24. Qual a importância do seu bairro para a cidade?</p>	<p> <input type="radio"/> Polo comercial <input type="radio"/> Abriga órgãos públicos <input type="radio"/> Bairro universitário <input type="radio"/> Área Verde <input type="radio"/> Outra. Qual? _____ </p>
<p>25. Avaliação do Bairro 1 – Péssimo; 2 – Ruim; 3 – Razoável; 4 – Bom; 5 – ótimo</p>	
Acessibilidade	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Educação	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Habitação	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Iluminação Pública	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Mobilidade Urbana	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Saneamento Básico	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Saúde	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Segurança	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Serviços (Comércio, Bancos, Hospitais)	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>
Transporte Coletivo	1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 <input type="radio"/> 4 <input type="radio"/> 5 <input type="radio"/>

Obrigado.